

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



**AS EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS DO CONFLITO URBANO.
OS CASOS DO RAVAL (BARCELONA) E DA MOURARIA (LISBOA).**

Ana Isabel Ricardo Pato Estevens

Dissertação
Doutoramento em Geografia
Geografia Humana

2014

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



**AS EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS DO CONFLITO URBANO.
OS CASOS DO RAVAL (BARCELONA) E DA MOURARIA (LISBOA).**

Ana Isabel Ricardo Pato Estevens

Tese orientada pela Professora Doutora Isabel Margarida André, elaborada para a
obtenção do grau de doutor em Geografia

Dissertação
Doutoramento em Geografia
Geografia Humana

2014

Esta dissertação foi financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia através da bolsa de doutoramento (SFRH / BD / 41219 / 2007) e integra-se no âmbito da investigação desenvolvida no projecto RUcaS – Utopias Reais em Espaços Socialmente Criativos (PTDC/CS-GEO/115603/2009).

The city comes to us through our eyes and our feet.

Walter Benjamin

RESUMO

Ao longo dos anos as cidades têm passado por diferentes fases. Se no pós II Guerra Mundial se privilegiaram fatores associados a uma maior justiça social e à democracia, desenvolvendo-se uma cidade assente num Estado social forte, anos mais tarde, e com o fomento do projeto neoliberal, a partir do final dos anos 1970, o esvaziamento do paradigma anterior foi o grande impulso para a mercadorização e a privatização da cidade. Nesta investigação analisam-se, segundo uma perspetiva crítica, as diferentes mudanças que têm ocorrido na cidade fazendo-se a ligação à forma como o conflito urbano tem sido abordado.

Este texto aborda a cidade contemporânea centrando-se na importância da existência de conflito e de criação artística coletiva para o desencadear processos de transformação social e inovação sócio-territorial. Na sua génese estão as teorias de Lewis Coser (1967) sobre conflito e a definição de dois sistemas: um rígido e um elástico, que associados ao espaço moldam as duas hipóteses aqui consideradas. Tendo em conta o projeto neoliberal reproduzido na cidade contemporânea, considera-se que há espaços que produzem uma cidade desigual e violenta (sistema rígido), enquanto há outros que tendem a resistir às forças hegemónicas de poder, conseguindo construir novas urbanidades (sistema elástico).

Os bairros do Raval, em Barcelona, e da Mouraria, em Lisboa, foram os casos escolhidos para ilustrar as hipóteses consideradas. Assim, e perante a utilização de metodologias qualitativas, trianguladas com outros métodos, foi possível compreender o modo como políticas mais globais implementadas nas cidades de Barcelona e de Lisboa se reflectem à escala destes bairros. Tendo em conta esta abordagem que vai do macro ao micro, de que modo é que as práticas artísticas colectivas abrem a possibilidade de existência de espaços de conflito (dentro de uma produção de cidade que privilegia um sistema rígido, que oprime o conflito e que dá lugar a fracturas e a situações de violência)?

Palavras-chave: Cidade; Conflito urbano; Criação artística colectiva; Violência; Transformação social.

ABSTRACT

Over the years cities have experienced different phases. In the post World War II the privilege were on factors associated with greater social justice and democracy, developing a strategy based on a strong welfare state, years later, and with the encouragement of the neoliberal project. From the late 1970s, the emptying of the previous paradigm was the great push for the privatization and the commodification of the city. This research analyses, according to a critical perspective, the different changes that have occurred in the city making up the connection to the urban conflict.

In its genesis are Lewis Coser (1967) theories about conflict and the definition of two systems: one rigid and one elastic that are associated with the space and shape the two main hypotheses. Considering the neoliberal project that reproduce the contemporary city, it is taken into account that there are spaces that produce an unequal and violent city (rigid system), while there are others that tend to resist the hegemonic forces of power, getting build new urbanities (elastic system) .

The neighborhoods of Raval in Barcelona and Mouraria in Lisbon, were chosen to illustrate those hypotheses. Thus, using qualitative methodologies, triangulated with other methods, it was possible to understand how more global policies, implemented in the cities of Barcelona and Lisbon, are reflected in these neighborhoods. Given this approach, that goes from the macro to micro scale, we can ask: How can the collective artistic practices open the possibility of areas of conflict (within a city that favors the production of a rigid system that oppresses the conflict and that gives rise to fractures and to violence)?

Keywords: City; Urban conflict; Collective artistic creation; Violence; Social transformation.

ÍNDICE

Resumo	i
Abstract	ii
Índice geral	iii
Índice de figuras	vii
Índice de quadros	xi
Começar, começando!	xiii
INTRODUÇÃO	1
PARTE I	9
A CIDADE DIVIDIDA	11
1 O CAPITALISMO URBANO	13
1.1 DA FÁBRICA AO NEOLIBERALISMO	14
1.1.1 O PROJETO NEOLIBERAL	15
1.1.2 O NEOLIBERALISMO NA PRODUÇÃO DA CIDADE	18
1.1.3 OS INDIVÍDUOS E O CRESCENTE INDIVIDUALISMO	20
2 O PLANEAMENTO E A GESTÃO DA CIDADE	26
2.1 A MORFOLOGIA URBANA E A PRODUÇÃO DE CIDADE	27
2.2 A PRIVATIZAÇÃO DO ESPAÇO E A FABRICAÇÃO DE CONSENSOS	37
2.3 FRAGMENTOS DE CIDADE	46
O CONFLITO URBANO	51
1 DO CONFLITO À VIOLÊNCIA. VISÕES E PERSPETIVAS	53
1.1 O CONFLITO	55
1.2 A VIOLÊNCIA	61
1.3 DO CONFLITO À VIOLÊNCIA URBANA – DOIS EXEMPLOS: PARIS (OUTUBRO E NOVEMBRO DE 2005) E LONDRES (AGOSTO DE 2011)	66
1.3.1 PARIS (OUTUBRO E NOVEMBRO DE 2005)	67
1.3.2 LONDRES (AGOSTO DE 2011)	70
2 A ESPACIALIDADE DOS CONFLITOS	74
3 O CONFLITO GERADOR DE MUDANÇA E DE JUSTIÇA SÓCIO-ESPACIAL	82
3.1 O PAPEL DO ESPAÇO PÚBLICO	82

3.2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS	90
A CRIAÇÃO ARTÍSTICA NA TRANSFORMAÇÃO DA CIDADE	95
1 A ARTE NA MUDANÇA E NA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	97
1.1 AS INTERVENÇÕES URBANAS E A ARTE	101
2 A INOVAÇÃO E A CRIATIVIDADE COMO MOTORES DA PRODUÇÃO DE ‘NOVAS URBANIDADES’ [OUTROS ESPAÇOS NA CIDADE]	106
3 A RESISTÊNCIA ATIVA E TRANSFORMADORA	109
PARTE II	115
METODOLOGIA	117
1 AS ESCOLHAS METODOLÓGICAS	119
1.1 O MODELO DE ANÁLISE E AS HIPÓTESES	121
1.2 OS ESTUDOS DE CASO	126
1.2.1 EL RAVAL	128
1.2.2 A MOURARIA	130
1.3 OS MÉTODOS	133
1.3.1 A PHOTO ELICITATION E AS ENTREVISTAS	134
1.3.2 A OBSERVAÇÃO E A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	141
1.3.3 O QUESTIONÁRIO POR INQUÉRITO	142
PARTE III	145
EL RAVAL	147
1 DA CIDADE PARA O BAIRRO – DA MACRO PARA A MICRO ESCALA	149
1.1 A HISTÓRIA DE UM BAIRRO: DE CHINO A EL RAVAL	150
1.2 DONDE ESTÁ EL BARRIO CHINO?	153
2 A PRODUÇÃO DE UMA CIDADE E DE UM BAIRRO	163
2.1 BARCELONA, QUE MODELO?	164
2.2 DE BARCELONA PARA O RAVAL	168
2.2.1 A RAMBLA DEL RAVAL	174
2.2.2 OS HABITANTES DO BAIRRO	180
2.3 AS FRATURAS QUE SE ACENTUAM	187
2.4 A VIGILÂNCIA E A PUNIÇÃO	199

3 CONFLITO E TRANSFORMAÇÃO	205
3.1 ESPAÇO PÚBLICO. UM ESPAÇO LIVRE, DEMOCRÁTICO E COLETIVO?	205
3.2 VAMOS POCO A POCO PORQUE VAMOS LEJOS	211
3.3 AS ALTERNATIVAS COLETIVAS PARA ALÉM DA MASSIFICAÇÃO	214
3.3.1 O EXEMPLO DA SITESIZE (ESPAI D'ART)	218
4 CONTINUANDO A CAMINHAR PELO BAIRRO E DEIXANDO RASTO	227
MOURARIA	237
1 A MOURARIA DA CIDADE DE LISBOA	239
1.1 O BAIRRO DA MOURARIA	240
1.2 UM BAIRRO POPULAR DE MITOS E TRADIÇÕES	249
2 AS MUDANÇAS NO BAIRRO	260
2.1 QUE INTERVENÇÕES? DISCURSOS EM REDOR DE UM BAIRRO	261
2.1.1 DEPOIS DO TERRAMOTO DE 1755	263
2.1.2 OS MOVIMENTOS OPERÁRIOS E DE RESISTÊNCIA E A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA	268
2.1.3 DURANTE O ESTADO NOVO	275
2.1.4. ENTRE O 25 DE ABRIL E O INÍCIO DO SÉCULO XXI	280
2.1.5 O SÉCULO XXI E O PROGRAMA DE AÇÃO PARA A MOURARIA	285
2.1.5.1 PROJETOS PARALELOS AO PA – QREN MOURARIA	298
2.1.5.2 COMO SÃO VISTAS AS MUDANÇAS NO BAIRRO?	308
2.2 ESTILHAÇOS DE GENTE?	321
2.2.1 OS HABITANTES DO BAIRRO	323
2.2.1.1 A DONA PIEDADE E COMO O ENVELHECIMENTO SE SENTE NA MOURARIA	327
2.2.1.2 O INFAMARA NA PROCURA DE MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA	333
2.2.1.3 A LEONOR E OS NOVOS HABITANTES DO BAIRRO	343
3 A CRIAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL NA PRODUÇÃO DE CIDADE	350
3.1 UMA PEÇA DE UM PUZZLE: O FESTIVAL TODOS	354
4 A MICRO-ESCALA: UM PARA UM	359
4.1 COMO NUMA DANÇA	359
4.1.1 AS PESSOAS	360

4.1.2 O ESPAÇO PÚBLICO	366
4.1.3 O TEMPO	368
5 NO FINAL DA CAMINHADA	372
PARTE IV	381
NOTAS FINAIS	383
BIBLIOGRAFIA	391
ANEXO	405

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Rue de Rivoli (Charles Marville 1877)	32
Figura 2 Cruzamento da Avenue Rapp com a Rue Saint-Dominique (Charles Marville 1877)	32
Figura 3 Villes nouvelles, França	35
Figura 4 Imagens dos confrontos em Paris (2005)	67
Figura 5 Mapa dos principais tumultos assinalados em Paris (2005)	68
Figura 6 Imagens dos confrontos em Londres (2011)	70
Figura 7 Localização dos bairros onde os motins foram mais intensos na cidade de Londres	71
Figura 8 Os sistemas definidos por Lewis Coser (1967) e a cidade dividida	75
Figura 9 Ping Pong Project	113
Figura 10 Modelo de análise	124
Figura 11 Esquema metodológico utilizado no bairro do El Raval	129
Figura 12 Esquema metodológico utilizado no bairro da Mouraria	132
Figura 13 Triangulação metodológica – entre uma visão quantitativa e uma visão qualitativa da realidade	133
Figura 14 Esquema de suporte aos álbuns fotográficos ‘Conversas Visuais’	137
Figura 15 ‘Conversas Visuais’ do Raval	139
Figura 16 ‘Conversas Visuais’ da Mouraria	140
Figura 17 Definição da amostra para a realização dos questionários na Mouraria	142
Figura 18 Percurso I	148
Figura 19 Localização do bairro do Raval na cidade de Barcelona e no distrito da Ciudad Vella	152
Figura 20 Fábricas têxteis em Barcelona, 1786 e 1842	155
Figura 21 Evolução urbana do Raval entre o Século XIII e 2011	156
Figura 22 Evolução do tipo de edifícios do Raval	157
Figura 23 Cartaz do Sindicato Único de la Industria Fabril, Textil, Vestir y anexos de Barcelona, 1937	158
Figura 24 <i>Plan de Reforma y Ensanche de Barcelona</i> (Cerdá, 1859)	159

Figura 25 “Barcelona, posa’t guapa” uma das campanhas promocionais da cidade	166
Figura 26 Principais equipamentos culturais e educativos do Raval	173
Figura 27 Malha urbana antes e depois da abertura da Rambla del Raval	174
Figura 28 Fotografia 26 do álbum ‘Conversas Visuais’ do Raval	176
Figura 29 Imagem que satiriza o Pla Macià	178
Figura 30 Percurso II	181
Figura 31 Intervenção contra a especulação imobiliária	182
Figura 32 As diferentes áreas do bairro	184
Figura 33 Imagens do álbum ‘Conversas Visuais’ do Raval	189
Figura 34 Templos religiosos no bairro do Raval	190
Figura 35 Imagem 7 do álbum ‘Conversas Visuais’ do Raval	192
Figura 36 Carrer de Sant Rafael e Carrer d’En Robador	194
Figura 37 Contraste entre as condições dos edifícios	195
Figura 38 O Norte e o Sul do Raval	198
Figura 39 Imagem 9 do álbum ‘Conversas Visuais’ do Raval	199
Figura 40 Imagem de uma câmara de vigilância numa das ruas do bairro	201
Figura 41 Imagem 21 do álbum ‘Conversas Visuais’ do Raval	204
Figura 42 ‘Prohibit jugar a pilota’, Plaça d’Aureli Capmany	207
Figura 43 Imagens 16 e 23 (respetivamente) do álbum ‘Conversas Visuais’ do Raval	210
Figura 44 Espetáculo no El Cangrejo (Setembro de 2013)	216
Figura 45 Espetáculo no bar o ‘Barquiño’ (Setembro de 2013)	216
Figura 46 Street art no Raval	217
Figura 47 Sitesize	218
Figura 48 Mobilizações da Coordinadora Contra l’Especulació del Raval	221
Figura 49 Comunicado da Coordinadora Contra l’Especulació del Raval sobre o projecto Illa Robadors, Novembro de 2004	222
Figura 50 Projectos Sitesize	224
Figura 51 Imagem do projecto “Escriure un llibre, comunicar espais de llibertat	226
Figura 52 Percurso III	228
Figura 53 Localização do bairro da Mouraria na cidade de Lisboa	238
Figura 54 Localização da rua e largo das Olarias, rua da Bombarda e rua dos Lagares	241
Figura 55 Freguesias de Lisboa no século XVI	245

Figura 56 Algumas das construções dos séculos XVI e XVII na Mouraria	246
Figura 57 Algumas das construções dos séculos XVI e XVII na Mouraria	248
Figura 58 Cartaz do filme “A Severa”	251
Figura 59 Inauguração da sede do Grupo Desportivo da Mouraria no Palácio dos Távora (1973)	254
Figura 60 Fotografia 1 do álbum ‘Conversas Visuais’ da Mouraria e ‘Há festa na Mouraria’, Alfredo Marceneiro (1965)	255
Figura 61 Procissão da Nossa Srª da Saúde	258
Figura 62 Praça da Figueira no século XX (1903 e 1949, respetivamente)	264
Figura 63 ‘Carta topographica da cidade de Lisboa’ reduzida da que foi levantada na escala 1:1000 em 1856 a 1858	265
Figura 64 ‘Planta de Lisboa com todos os melhoramentos feitos e projectados na cidade ¹ ’, desenhada por José Vicente de Freitas (1908)	267
Figura 65 Associações de classe, sindicatos e outras instituições de ‘resistência’ no século XX	270
Figura 66 Evolução da população residente na cidade de Lisboa entre 1147 e 1900	272
Figura 67 Localização de vilas e pátios operários na Mouraria	274
Figura 68 Demolições na Mouraria	276
Figura 69 Demolição do mercado da Praça da Figueira em 1949	279
Figura 70 A geografia da mensagem de António Costa (Setembro de 2011)	287
Figura 71 “Ópera(ções) na Mouraria”	291
Figura 72 Fotografias 17, 19, 21 e 22 do álbum ‘Conversas Visuais’ da Mouraria	293
Figura 73 Fotografia 3 do álbum ‘Conversas Visuais’ da Mouraria	297
Figura 74 Plano de Intervenção da Mouraria	299
Figura 75 Rede de ligações entre os vários projetos na Mouraria	300
Figura 76 Missão, visão e valores do PDCM	304
Figura 77 Projectos PDCM	304
Figura 78 Síntese cronológica das transformações no bairro da Mouraria	309
Figura 79 As recentes transformações no bairro	312
Figura 80 Os principais problemas do bairro	314
Figura 81 Movimento de afastamento relativamente ao Largo do Intendente	315

¹ “Sobre um mapa idêntico a este foram plantadas as movimentações revolucionárias de 5 de Outubro de 1910” (Dias, 1999: 8).

Figura 82 Praça da Mouraria	316
Figura 83 Porque não se sente seguro(a) a viver na Mouraria	319
Figura 84 Mulheres e panos	321
Figura 85 Percurso II	324
Figura 86 Estendais na Mouraria (Rua do Benfornoso e fotografia 9 do álbum ‘Conversas Visuais’ da Mouraria)	361
Figura 87 Chafariz do Benfornoso	362
Figura 88 Limpezas performativas, no Chafariz do Benfornoso, Maio de 2011	363
Figura 89 Instalação BAFATÁ, PORBANDAR, INHACA, DHAKA, CHAFARIZ DO BENFORMOSO’, no Chafariz do Benfornoso, 7 de Julho de 2011	364
Figura 90 Instalação BAFATÁ, PORBANDAR, INHACA, DHAKA, CHAFARIZ DO BENFORMOSO’, no Chafariz do Benfornoso, 8 de Julho de 2011	365
Figura 91 Rotas Pedras 12	367
Figura 92 Galeria da Boavista Festival Pedras’12, em Julho de 2012	368
Figura 93 Impressões de “à espera que a roupa seque...”	370
Figura 94 À espera que a roupa seque... Largo de São Domingos, Julho de 2013	371
Figura 95 Percurso III	372
Figura 96 Olhando em perspectiva	374
Figura 97 A Mouraria e o Raval	380

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 Perspetivas do conceito de conflito perante diferentes autores	60
Quadro 2 Síntese da cronologia social do bairro, século XVIII-XX	162
Quadro 3 Número de habitantes a residir no Raval	169
Quadro 4 Retrato estatístico do bairro do Raval	186
Quadro 5 Contextualização socioeconómica e urbanística do bairro da Mouraria	262
Quadro 6 QREN Mouraria: eixos estruturantes e ações	288
Quadro 7 Retrato estatístico do bairro da Mouraria (Censos 2011	323

COMEÇAR, COMEÇANDO!

ponto de partida + caminho = ponto de chegada

ponto de partida: quadro teórico e conceptual

caminho: metodologia + os estudos de caso

[os dois bairros servem para demonstrar que ainda há forças de resistência dentro de alguns espaços da cidade que se quer neoliberal!]

ponto de chegada: uma crítica à forma neoliberal de produzir cidade e às suas consequências na transformação das relações sociais no espaço. A importância do conflito para a transformação social, para o renovar de energias e para o despertar de forças criativas.

Caminho. Vejo os panos, as mulheres, as migrações que me faziam pensar e questionar uma série de coisas. A necessidade de encontrar resposta insistia em aparecer. Estava sempre ali no meu ouvido. Porquê? Porquê? Porquê? Mas o caminho continuava e insistia também em ser caminhado mesmo que eu estivesse quieta. Mas qual caminho?

No movimento dos outros eu também vou caminhando, desmanchando preconceitos, abrindo os olhos mesmo quando as pálpebras teimam em adormecer. A visão turvou-se muitas vezes e a realidade abriu-me outros olhares. Digo muitas vezes para mim mesma, que não vemos e não compreendemos o que nos está na frente dos olhos. Parece um lugar comum mas acontece tantas vezes que deixa de o ser facilmente... Aos poucos o caminho foi-se desenrolando ou enrolando no novelo que crescia

diariamente. Tornava-se maior. Mais forte. Os gritos ainda ficavam para dentro mas iam ganhando força.

A certa altura fiquei cansada. Mas cansada de quê? Cansada, esgotada, exausta. Mas de quê? Havia tanto caminho pela frente... A inquietude diária era muita mas... foi como se uma força me puxasse para baixo, quando havia tanto para fazer, quando havia tanto para caminhar. Sentia que era preciso desconstruir uma série de preconceitos criados em relação à produção de cidade que me fizeram ouvir muitas vezes: “Estás contra o progresso! Agora já não vivemos como se vivia há 5 décadas atrás, sabes? Houve mudança”.

Este caminho levou-me a lugares que se reflectem neste texto e que estão envoltos nas minhas práticas e nas formas de viver que considero serem importantes discutir. Esta tentativa de diálogo e de reflexão vai além das fronteiras da geografia (se é que a geografia tem fronteiras!). Aqui cruzam-se a sociologia com a antropologia, a economia com a arquitectura, o urbanismo com a ciência política ou a filosofia com as artes e a neurociência. Mas também os espaços se cruzaram nesta reflexão. Ao longo destes anos de investigação muitos foram os lugares caminhados, reforçando-se a cada momento o sentido de serem caminhados. E as pessoas! As pessoas que se cruzaram comigo nesta reflexão contínua foram muitas e quero agradecer-lhes pelos importantes contributos que deram, mesmo que não tenham consciência disso. À Isabel André quero agradecer a sua amizade, os seus conselhos e a sua clareza que tantas vezes me ajudaram a organizar os raciocínios, que teimavam em ficar bloqueados, durante esta investigação. A sua orientação neste caminho foi essencial! Ao Leandro Gabriel, quero também agradecer a paciência e o cuidado que teve nestes últimos meses quando elaborou todos os mapas desta dissertação e cuidou graficamente das imagens. Quero agradecer à equipa do projecto RUcaS as discussões que proporcionou e que, de alguma forma, me levaram, também, a questionar muitas das partes deste trabalho. Ao André Carmo, agradeço a sua constante inquietação que me tirou do lugar tantas vezes e que me fez questionar o que andava a fazer. Em Barcelona, agradeço todo o acolhimento dado pelo Departament de Geografia da Universitat Autònoma de Barcelona e, mais especificamente, à Maria Dolors Garcia Ramon que me abriu as portas daquela instituição. Também não posso deixar de

xiv

agradecer ao Enric Mendizabal Riera e ao Joan Manuel Soriano pelas óptimas conversas, despertares de consciência e apoio durante esta investigação. À Elvira Pujol, da Sitezise, agradeço a sua disponibilidade para me receber e responder às minhas dúvidas e questões sobre o Raval. Também em Barcelona, não posso deixar de agradecer à Cláudia Simão e ao Pedro Couceiro pela sua amizade e por me terem aberto a porta da sua casa sempre que estive na cidade. Merci! Voltando a Lisboa, porque foi deste vai e vêm que se construiu esta investigação, agradeço à Carolina Höfs que me deu a conhecer o c.e.m. – centro em movimento e com quem pensei a primeira proposta apresentada no Festival Pedras d'Água em 2011. Mas agradeço, também, a toda a equipa do c.e.m. pela riqueza e pela generosidade do encontro, quando me abriram a porta sem me conhecerem e me deixaram entrar em sua casa! À Sofia Neuparth agradeço as conversas, os encontros, as reflexões ou as conversas para nada que provocaram muita ventania mas que depois trouxeram uma calma que tornaram possível estar na Mouraria durante tanto tempo. Agradeço também à Luz da Camara pela espera, demora e tempo com que faz acontecer as coisas. Não consigo terminar esta lista de agradecimentos pois as pessoas que me entusiasmaram e apoiaram durante esta investigação foram muitas. Como não as consigo enumerar a todas, agradecer-lhes-ei pessoalmente com um sorriso. Contudo, não posso deixar aqui de agradecer ao meu irmão, Luis Estevens, e à Filipa Saque pelas perguntas, pelo incentivo e pelos empurrões que me foram dando! E aos meus pais, Ana e Bento Estevens, claro! Pela sua paciência, cuidado, incentivo e perseverança com que me têm ensinado a olhar e a questionar o mundo em que vivo. Muito obrigada a todos!

Esta pode ser uma reflexão arriscada e aventureira. Toca pontos conflituais da realidade urbana e tem inerentes muitas ideias em torno de questões centrais e muito debatidas na cidade actual: a exclusão, a identidade, a violência, a inclusão, a participação, a desigualdade, a diversidade, a democracia, a memória, os direitos, os deveres, o espaço público....

As perguntas que podem surgir em torno deste texto podem ser muitas, as respostas são mais incertas e muitas vezes contraditórias pois, por vezes, as cidades não admitem soluções simples, evidentes, inquestionáveis e a duas cores. As cidades

constituem realidades complexas que tendem a tornar-se ainda mais complexas com a introdução de novas variáveis e de novas funções. A complexidade, os espaços, os recursos, as pessoas, as diferentes características dos contextos fazem com que a cidade se construa limitada por uma multiplicidade de causas e de efeitos. Se a cidade se pretendia planeada de forma tradicional, como um grande ‘recipiente’ de pessoas e moderador de conflitos, a inconstância dos agentes que a própria cidade gera não o permite: umas vezes funciona à margem de uma lógica clássica de poder e de produção, outras vezes funciona debaixo de efeitos de exclusão, outras funciona em torno e em benefício de grupos de interesse e de formas de especulação - e muitas vezes todas estas formas funcionam em sobreposição. Emergem dinâmicas e complexidades muito distintas que são ao mesmo tempo sinal de inovação e de mudança, de conflito e de resistência. As questões foram sempre aparecendo e as respostas foram-se tornando cada vez mais complexas e difíceis de dar.

Diria que a relação entre sonho e prática vai além da tensão. Chega ao conflito e à possibilidade de conviver com as diferenças e interagir com elas, na vida barulhenta e tensa a que nos habituámos. As constantes migrações de pessoas, comportamentos, objectos e modos de vida intensificaram as diferenças e a heterogeneidade dos lugares. Esta intensificação do dinamismo e da complexidade da sociedade transforma as relações e a forma de olhar, criando-se novas formas sociais e culturais de apropriação do espaço. Desta apropriação, pode-se dizer que resulta, muitas vezes, uma prática criativa em luta contra a “norma estabelecida”.

Assim, considera-se, nesta reflexão, que a produção de conhecimento científico é também produção de conhecimento político quando rompe com a neutralidade e aposta numa implicação para a construção do problema. Deste modo, tem-se a expectativa de que esta investigação possa ser mais uma brasa para inflamar “o fogo da geografia crítica, que continuará ardendo até termos construído uma sociedade mais justa, mais equitativa e mais ecologicamente sadia e aberta do que aquela em que vivemos até agora” (Harvey, 2001: 14).

Barcelona, 8 de Setembro de 2014

Aos meus avós.

Às vezes as palavras carecem de sentido, ou, se o tiveram, perderam-no no caminho, mas eu continuo a acreditar na força das palavras para ordenar as coisas, os factos, e, assim, uma vez ordenados, avaliar se estão bem ou devem ser mudados. (...) Ordeno as palavras que me permitem narrar o universo e porque sou fiel aos meus, àqueles que tornam a vida possível com o seu esforço resistente, escrevo, narro e resisto.

Luís Sepúlveda (2013)

1. INTRODUÇÃO

A cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.

Italo Calvino (2002)

Sentindo a necessidade do devir, surge a aventura desta investigação. Este texto constitui a imagem de uma reflexão em torno da questão do conflito urbano nas cidades capitalistas pós-industriais. Problematisa-se um conceito vindo da sociologia a que se associa, neste estudo, o espaço. Ao longo do caminho surgiram paradoxos, segmentos que se foram cruzando com linhas de fuga, dificuldades, transformações, resistências, chegando-se a micro espaços e a micro políticas muito particulares.

Apesar da base aparentemente sociológica do objecto de estudo, o conflito associa-se, nesta investigação, ao espaço, sendo assim objecto de uma investigação em Geografia. Parte-se do pressuposto de que existe uma relação dialéctica entre a forma como a cidade é produzida e o modo como o conflito surge e se reflecte ou não no espaço. O espaço aparece aqui com um papel activo na geração, na reprodução e na gestão de conflitos. Reconhece-se, deste modo, que existe uma forte ligação entre o tipo de espaço e as relações que nele se produzem. Uma das abordagens é baseada na análise de Peet (1998) que defende a existência de duas concepções predominantes do conceito de espaço dentro da Geografia Humana contemporânea: 1) uma concepção idealista, em que a imaginação é estrutural para a construção de diferentes espaços; e 2) uma concepção materialista, na qual a imaginação emerge de espaços reais, contribuindo para a alteração de práticas que alteram os espaços contemporâneos. Mas o trabalho de Simonsen (1996), também deve aqui ser considerado. Este (idem)

distingue três concepções de espaço: 1) o espaço como ambiente material – o espaço como ambiente construído que é directamente responsável pelos fenómenos sociais que lá ocorrem (esta visão foi parcialmente abandonada, considerando-se que o espaço é mais uma parte de um amplo conjunto de relações que podem influenciar a manifestação sócio-espacial de alguns fenómenos); 2) o espaço como diferença-considera-se que as diferenças materiais e imateriais entre os espaços influenciam directamente os processos (esta é uma concepção que se enquadra no realismo, no pós-modernismo e no pós-estruturalismo da geografias); e 3) o espaço como espacialidade social – esta concepção reconhece o espaço como sendo construtivo de práticas sociais e de processos que, por sua vez, estão localizadas no espaço e possuem intrinsecamente uma dimensão espacial.

Assim, a combinação da concepção materialista de Peet (1998) com as duas concepções de Simonsen (1996) baseadas no espaço como diferença e no espaço como espacialidade social pode ser relevante para esta investigação. O espaço é reconhecido enquanto potencialmente capaz de influenciar os processos sociais. Encara-se o espaço para além de um mero recipiente de ambientes físicos e actividades humanas, mesmo que sozinho não tenha capacidade para influenciar os processos sociais. Guerra (2003) refere, neste sentido, que o espaço estrutura os modos de vida, tendo a capacidade de potenciar ou de diluir conflitos. Reconhece ainda a importância do espaço para a interacção social dizendo que “a intervenção no espaço tem efeitos sobre o projecto colectivo, na sociedade, condicionando a vida dos cidadãos” (Guerra 2003: 238).

Para Henri Lefébvre (1991) as relações sociais não existem no vazio e necessitam de uma espacialização. Esta espacialização é estruturada e, por sua vez, estrutura comportamentos e práticas. No mesmo sentido, Doreen Massey (2005) faz três considerações sobre o conceito de espaço, associando o espaço e as relações sociais, reconhecendo: 1) o espaço como produto de inter-relações; 2) o espaço como uma esfera de possibilidades no contexto da pluralidade contemporânea; e 3) o espaço como estando sempre em construção.

Nesta investigação pretende-se analisar as transformações que têm ocorrido na cidade contemporânea à luz de um projecto neoliberal que se tem reproduzido no espaço através da aplicação de modelos económicos e financeiros que privilegiam a esfera privada e a competitividade. Nesta abordagem pretende-se reflectir sobre a forma como este projecto político e económico tem gerado o conflito em espaço urbano e de que forma a criação artística colectiva pode ter um papel chave na definição de estratégias mais participativas e de soluções alternativas que dificilmente podem sair de contextos mais institucionalizados.

Os discursos sobre a cidade e sobre a forma como é produzida têm privilegiado a construção de uma trama narrativa que perverte uma realidade invisível de exclusão, segregação, precarização, estigmatização ou fragmentação. A imagem que se quer projectada para fora é a de uma cidade cosmopolita e ‘espectacular’ (competitividade entre cidades). Na perspectiva neoliberal, há uma tentativa para despolitizar os conceitos, acentuando eufemismos ou mesmo antagonismos, encaminhando-os para uma certa neutralidade. No âmbito desta investigação, a um nível teórico, tem-se como objectivo desconstruir este discurso de suposta neutralidade em redor dos conceitos que abordam a produção contemporânea de cidade, associando os modelos produzidos ao apaziguamento do conflito.

Mike Davis (1990), em *The City of Quartz*, fala-nos de uma cidade pensada para assegurar a harmonia do trabalho, do consumo e do recreio com vista a promover uma (falsa) homogeneidade social e uma neutralização da individualidade. O espaço urbano é reduzido à condição de um espaço disciplinado e a sua singularidade é, por vezes, silenciada. A cidade é, assim, convertida num território purificador, num cenário mediático onde os comportamentos devem seguir determinadas regras predefinidas. O mito da “comunidade purificada” de que Richard Sennett (2001) nos fala, com base na mitificação da intimidade familiar como lugar quase exclusivo para o desenvolvimento de relações pessoais, relega para o espaço urbano a função duma solidariedade fechada, inteiramente codificada, aberta a uma economia do desejo e hermética face a situações de desordem. Estes espaços são territórios aniquiladores de situações de confronto entre grupos, repressores de tudo o que sugira diferença e

constantemente controladores para garantir a monotonia comunitária. As paisagens descritas por Sennett (idem) mostram um espaço simbolicamente silencioso e vazio, em contraponto com o ruído característico das cidades contemporâneas. As cidades vão, assim, multiplicando os seus códigos de exclusão através de símbolos e passam a ser, simultaneamente, o palco e o resultado das relações que se estabelecem entre os diferentes grupos sociais, assumindo os diversos elementos (as casas, os bairros e até a própria cidade) um determinado valor simbólico. Constroem-se e estruturam-se territórios específicos, identificados por distâncias sociais e físicas e pela carga simbólica de cada um. Em função do local onde se habita ou das marcas que se usa, exprime-se ou trai-se o ser social de cada um. Esta forma de produzir cidade que privilegia um projecto neoliberal de reprodução de modelos tem perante o conflito uma atitude defensiva, tendo por base a diminuição da liberdade individual e a construção de uma sociedade moldada a determinados padrões de comportamento.

Considera-se, nesta investigação, o conflito como elemento que pode recuperar o 'político' em contextos urbanos e como potencial recurso para a transformação e para a inovação das relações sociais e políticas, ou seja, o confronto de ideias e de projetos. O conflito tem sido estudado por inúmeras disciplinas, desde a economia à Biologia, passando pela História, pela Ciência Política, pela Sociologia, pela Antropologia, pela Psicologia ou pela Geografia. Geralmente, o conceito de conflito aparece associado a aspectos negativos como a violência, o terror, os conflitos étnicos e religiosos, as guerras, a desordem e os protestos. Aqui aborda-se o conceito de conflito, considerando-o um factor desencadeador de processos de transformação social e de emancipação. Assim, a existência de conflito pode ser a 'mola' essencial para a inovação sócio-territorial (Klein, 2013).

Por ser um conceito estudado, essencialmente, pela sociologia optou-se por adoptar a perspectiva de Lewis Coser (1967) conjugando-a com o espaço da cidade contemporânea. Assim, e seguindo o que o autor (1967) denominou em *Continuities in the study of social conflict* por um sistema rígido e por sistema mais elástico, associaram-se as concepções teóricas desenvolvidas sobre produção da cidade e, deste modo, uma relação entre os conceitos estudados neste trabalho a uma visão

mais geográfica. Tendo em consideração esta perspectiva de análise, pretende-se clarificar o conceito de conflito urbano no âmbito das cidades contemporâneas.

A abordagem produzida segundo um projecto neoliberal, que se vincula à cidade através da aplicação de políticas, que faz as pessoas reféns de situações de medo e de insegurança, a criação artística colectiva é aqui tida em conta como uma possibilidade de transformação e de crítica à ordem estabelecida. Assim, a criação artística é olhada como um elemento essencial de resposta às questões que vão sendo silenciadas pelas instituições hegemónicas que privilegiam modelos eficazes e competitivos de pensar e produzir cidade (Sassen, 2009). O potencial político que está associado à criação artística colectiva (Marcuse, 2007) é aqui olhado como instrumento de resistência, mudança e transformação, justificando que se queira compreender o papel da criação artística na transformação da cidade contemporânea. Tendo em conta este contexto, a questão que aqui se coloca é a seguinte: de que modo as práticas artísticas colectivas abrem a possibilidade da existência de espaços de conflito (dentro de uma produção de cidade que privilegia um sistema rígido, que oprime o conflito e que dá lugar a fracturas e a situações de violência)?

Privilegiou-se um enquadramento teórico no âmbito do pensamento crítico, aprendendo com os principais teóricos que se debruçaram sobre a produção de cidade relacionando-a com a existência ou não de conflito e com a criação artística colectiva. Deste modo, e por não se encontrarem melhores palavras para expor as principais ideias destes autores, recorreu-se com grande frequência a citações, principalmente na parte teórica desta investigação, sendo-se, assim, completamente fiel ao pensamento de cada um na língua em que cada documento foi consultado. Esta questão pode ser encarada como uma fragilidade do trabalho efectuado. Contudo, e por se privilegiar as opiniões de cada autor sem se querer tirar ilações que não as que as honram. Este procedimento também se repete quando se transcreve *ipsis verbis* as respostas dadas pelas pessoas entrevistadas realizadas durante o trabalho de campo. Foi dada especial importância aos métodos adoptados em todo o processo de investigação. O despertar para metodologias qualitativas e para o cruzamento de vários métodos valorizou as diferentes fases, permitindo ir além de análises mais

positivistas ou análises mais simples. Deste modo, a adoção de uma triangulação metodológica possibilitou outras abordagens relativamente à realização do trabalho de campo.

Para estudos de caso desta investigação foram escolhidos os bairros do Raval, em Barcelona, e da Mouraria em Lisboa. O Raval foi acolhido enquanto caso de referência – pela sua visibilidade internacional e eventualmente pelas suas originalidades - a partir do qual se abordou o bairro da Mouraria. Uma abordagem a duas escalas, macro e micro, permitiu procurar compreender de que modo políticas mais globais implementadas ao nível das cidades, neste caso Barcelona e Lisboa, se reflectiram, posteriormente, nos bairros do Raval e da Mouraria. A estadia em Barcelona, entre Outubro de 2010 e Fevereiro de 2011, numa primeira fase, e posteriormente entre Abril e Junho de 2011, seguidos de curtos períodos durante os anos de 2012 e 2013, com acolhimento no Departament de Geografia da Universitat Autònoma de Barcelona (UAB), desencadeou um maior conhecimento sobre aquele território, tendo por base uma perspectiva macro estudada na parte teórica desta investigação, que se reflectiu posteriormente no trabalho desenvolvido na Mouraria. As estadias em Barcelona permitiram uma recolha de informação que ampliou a visão em relação ao espaço a estudar, possibilitando estabelecer ligações a Lisboa e aos processos de mudança que começavam a ser implementados na Mouraria. O privilégio dado à triangulação metodológica proporcionou uma permanência no terreno durante longos períodos de tempo para observar, analisar e compreender os processos, as práticas, os comportamentos e os discursos. Em Lisboa, a permanência na rua decorreu durante um longo período de tempo (Janeiro de 2011 – Dezembro de 2013) o que desencadeou um aprofundamento do conhecimento sobre o bairro. A partir do trabalho realizado durante os momentos de observação participante, foram apresentadas três ‘propostas artísticas’ integradas no Festival Pedras d’Água¹ organizado pelo c.e.m – centro em movimento entre 2011 e 2013: ‘BAFATÁ,

¹ O festival passou a chamar-se apenas ‘Pedras’ em 2012. “Este festival não é um agregado de eventos artísticos concentrados num período de tempo. É um movimento que interroga a cidade, a partir de considerações experienciais de cidade, não se detendo na expectativa de arrumar formatos similares que proporcionem uma identidade, mas acreditando que é na consideração das assimetrias, das dissonâncias, das desproporcionalidades que pulsa uma cidade com vida própria e não apenas um mero formalismo administrativo” (Festival Pedras d’Água, 2011).

PORBANDAR, INHACA, DHAKA, CHAFARIZ DO BENFORMOSO' (Pedras' 11), 'O NOVELO QUE É NÃO-NOVELO COMO O CHAFARIZ QUE AGORA É NÃO-CHAFARIZ' (Pedras' 12) e 'À ESPERA QUE A ROUPA SEQUE' (Pedras' 13), o que se considera ser, também, uma inovação ao nível da investigação em Geografia.

Deve aqui destacar-se que, ao nível do trabalho de campo, em Barcelona, a atenção dada a esta investigação por parte do colectivo Sitesize se revelou de grande importância. Em Lisboa, este acolhimento foi dado pelo c.e.m. – centro em movimento que propiciou diversos momentos de debate e de reflexão que em muito contribuíram para levar a bom porto a pesquisa.

Esta investigação encontra-se estruturada em quatro partes. Após a introdução serão discutidos, na primeira parte, os três conceitos base desta investigação: a cidade, o conflito urbano e a criação artística colectiva. Na segunda parte apresenta-se sinteticamente a metodologia (que vai sendo referida nos capítulos posteriores) que resume as principais opções desta investigação e os procedimentos adoptados. Na terceira parte, a teoria discutida na primeira parte e olhada a uma escala macro, é ilustrada, a um nível mais micro, com dois estudos de caso: o Raval, em Barcelona, que é utilizado, como já foi referido, enquanto caso de referência, e a Mouraria, em Lisboa. Na quarta, e última parte, apresentam-se as principais ideias que sistematizam o trabalho desenvolvido.

PARTE I

A CIDADE DIVIDIDA



1. O CAPITALISMO URBANO

Ao longo dos anos a cidade tem vindo a sofrer transformações profundas na sua organização, motivadas por mecanismos económicos e financeiros, associados a processos mais complexos como a compressão espaço-tempo (Harvey, 1989), onde as tecnologias de informação têm um papel fundamental, mas, também, provocadas por situações de carácter autoritário e controlador. Para alguns autores, como David Harvey ou Neil Smith, por exemplo, estas questões estão todas interligadas não podendo ser dissociadas entre si, principalmente desde que o projeto neoliberal começou a adensar-se. Deste modo, e concordando com esta visão, pretende-se, aqui, abordar a cidade capitalista dos países ocidentais numa visão crítica e ampla, tentando acompanhar as transformações e as mudanças de paradigma que foram ocorrendo.

Este ponto da reflexão tem por base as transformações espaço-temporais da cidade contemporânea, pensadas no percurso que se fez 'Da fábrica ao neoliberalismo'. Deste modo, esta discussão centra-se em três secções: o projeto neoliberal, o neoliberalismo na produção de cidade e os indivíduos e o crescente individualismo. Aborda-se, inicialmente, o projeto neoliberal associado à transformação dos modos de produção, interligando-o, consequentemente, com o modo de produzir cidade e com a transformação comportamental dos próprios habitantes.

O projeto neoliberal centra a sua atividade em acções económicas e financeiras que têm implicações acentuadas na forma de produzir cidade e nas políticas públicas utilizadas. A mercadorização do espaço tornou-se, assim, uma constante perspectivando-se vender uma imagem de cidade ideal, limpa, segura e controlável. Também as mudanças incutidas ao modelo de Estado social, vigente até ao final dos anos 1970, provocaram uma mudança de paradigma que se repercutiu nas práticas e nos comportamentos dos cidadãos, e que fizeram com que, muitos destes, se tenham tornado mais fechados para si, mais individualistas e mais ausentes dos processos participativos.

1.1. DA FÁBRICA AO NEOLIBERALISMO

A utopia neoliberal de um mercado puro e perfeito supõe a destruição de todas as resistências colectivas. Conduzirá a um mundo darwiniano onde todos lutam contra todos.

Pierre Bourdieu in 'La esencia del neoliberalismo'

Muito se tem escrito nas últimas décadas sobre o capitalismo e a sua influência nos processos de transformação da cidade. Mais recentemente tem sido anunciada a crise da cidade e do sistema pós-industrial capitalista (Harvey, 2003, 2005; Smith, 2009) e é muitas vezes mencionado o “depois do neoliberalismo” (Smith, 2009; Harvey, 2007), o que virá a seguir ao tempo complexo que se vive atualmente, fruto, em larga medida, do protagonismo dos mercados na produção da cidade acompanhado pelo recuo do Estado e por uma fraca presença dos cidadãos.

A cidade contemporânea é, contudo, ambivalente e complexa. É um lugar de encontro, de processos, de poderes, de interesses e de valores contraditórios e é produzida através de interações entre agentes, atores e interesses diferentes. Smith (1984) trás o sentido político do espaço para a discussão, pensando a forma como a cidade é produzida através do seu ambiente construído. No contexto desta investigação, a cidade é analisada à luz das teorias que consideram que se produz uma cidade à imagem dos valores e das relações de poder dominantes. Contudo, e apesar desta perspectiva, considera-se haver espaços na cidade que permitem repensar o modelo existente com base em mudanças colectivas, concebidas e projetadas pelas comunidades urbanas (Harvey, 2000; Sassen, 2009).

1.1.1. O PROJETO NEOLIBERAL

O conceito de Estado social que assentava em pressupostos de cidadania coordenados com estabilidade económica, justiça social e legitimidade democrática vê o seu fim com a crise do final da década de 1970. No pós II Guerra Mundial o Estado social viu-se concretizado nos países capitalistas europeus mais desenvolvidos em resposta à destruição da guerra, às intensas lutas sociais ou às graves crises económicas que se fizeram sentir. Para Boaventura de Sousa Santos (2012) o Estado social é “o resultado de um compromisso histórico entre as classes trabalhadoras e os detentores do capital”. Neste período, “o Estado tutela a negociação entre o capital e o trabalho (a concertação social) e transforma os recursos financeiros que lhe advêm da tributação do capital privado e dos rendimentos salariais em ‘capital social’ ou seja, num vasto conjunto de políticas públicas e sociais” de onde decorreram investimentos na saúde, na educação, na habitação, nos serviços sociais, nas atividades culturais ou nos transportes, por exemplo.

A partir do final dos anos 1970 do século XX (com a eleição de Margaret Thatcher em 1979) e início dos anos 1980 (com a eleição de Ronald Reagan em 1981), o capitalismo segue outro rumo, adotando um projeto político-económico neoliberal. O Estado social vai perdendo o seu protagonismo, desfazendo o eixo de ligação entre solidariedade social e acumulação capitalista, e assumindo sobretudo o papel de regulador. Se por um lado a reestruturação do Estado social num Estado regulador decorreu em torno de acções económicas e financeiras com implicações a todas as escalas, desde a descentralização das atuações nacionais e supranacionais à passagem do *welfare* para o *workfare*, por exemplo, por outro, elas multiplicaram-se a nível social. Clarke (2007: 976, 977) identifica nove formas a partir das quais o neoliberalismo organizou ou configurou a vida social fazendo com que progressivamente o Estado social fosse perdendo o seu peso: i) “apagando” o social, que remete para a desresponsabilização cada vez maior do Estado enquanto garante de diferentes formas de protecção social institucionalizada; ii) “privatizando” o social, ou seja, o controlo de recursos que anteriormente eram postos ao serviço do coletivo,

com o objetivo de produzir lucro ou criação de novas oportunidades para a acumulação do capital; iii) “subjugando” o social, significando a subjugação das políticas públicas às exigências de economias nacionais que competem num sistema global cada vez mais competitivo e feroz; iv) “domesticando” o social, no sentido em que os custos da reprodução passam a ser assegurados pela família; v) “estreitando” o social, pois a abrangência das políticas de provisão social é cada vez menor; vi) “funcionalizando” o social, na medida em que as instituições estatais se transformaram no sentido de agilizar a disponibilidade de trabalhadores para suprir o mercado; vii) “economizando” o social, referente à disseminação de um discurso de redução das despesas públicas oriundo da economia, da gestão e do mundo empresarial; viii) “fiscalizando” o social, porque as políticas públicas têm vindo a ser reformuladas para melhor se adequarem ao funcionamento dos sistemas fiscais nacionais e internacionais; ix) “reinventando a governança”, pois a função governativa do Estado tem vindo a ser reformulada incorporando novas formas de pensar e agir. Este conjunto bastante alargado de transformações é revelador da amplitude e da profundidade que o projeto neoliberal tem vindo a ser capaz de imprimir nas sociedades.

O projeto neoliberal – de âmbito global - visa reforçar sistematicamente o poder económico e político das classes dominantes, levando a uma forte concentração da riqueza (que tinha sido muito mais esbatida no período do pós-guerra até aos anos 70), comportando o esvaziamento do Estado social em nome da concorrência e da lógica de mercado, passando o Estado a assumir um papel ‘regulador’ e facilitador do funcionamento dos mercados. Contudo, este sistema político e ideológico não dispensa a intervenção do Estado na ‘construção’ do senso comum (discurso da ‘naturalização’ e da inevitabilidade), na apropriação de recursos (Harvey, 2005) e na criação de infra-estruturas que facilitam ou valorizam os investimentos em determinados territórios - o conceito de *spatial fix*¹ (Harvey, 2007) pode ilustrar este

¹ “De acordo com o autor, este refere-se à fixação geográfica de investimentos, de forma a criar uma paisagem inteiramente nova (aeroportos, portos, linhas de alta velocidade e até cidades, por exemplo) para sustentar um novo ciclo de acumulação de capital. Na economia capitalista, cada novo ciclo de acumulação tem um determinado *spatial fix*” (Vale, 2013:39).

processo. Ora, se por um lado, o projeto neoliberal enfatiza a liberdade de acção individual, o livre funcionamento do mercado e o direito absoluto à propriedade (enquadrados num sistema que se baseia essencialmente na maximização da eficiência económica e no incremento da competitividade, comprimindo e subordinando a vida social a esta lógica) e, por outro, tem uma visão instrumental do Estado, são evidentes as contradições aqui existentes. O discurso neoliberal, alinhado com os interesses dos grupos dominantes, argumenta a favor de uma ontologia individualista que torna ‘inevitáveis’² as transformações políticas, sociais e cívicas que aumentam a desigualdade social e a dominação política. Harvey (2005 a): 8) defende que o neoliberalismo é, “antes de mais, uma teoria de práticas político-económicas que afirma que a melhor maneira de promover o bem-estar humano consiste em não restringir o livre desenvolvimento das capacidades e das liberdades empresariais do indivíduo dentro de um quadro institucional caracterizado por fortes direitos da propriedade privada, mercados livres e liberdade de comércio”. Continuando, Harvey (idem: 8), analisa as transformações provocadas por este modelo, referindo que “desde a década de 1970 que por todo o lado temos assistido a uma mudança dramática em direcção ao neoliberalismo, tanto nas práticas como no pensamento político-económico, ou seja, com uma dupla acepção: um sistema político-ideológico e um quadro regulador. A desregulação, a privatização e a retirada do Estado em muitas áreas sociais têm sido generalizadas”.

O projeto neoliberal veio destruir o paradigma anterior “assente no conflito social e no papel privilegiado do Estado, enquanto ente soberano, para regular esse conflito por via do poder de comando e de coerção ao seu dispor” (Sousa Santos, 2005: 7). Neste sentido, o neoliberalismo ancorou-se em pressupostos mercantis para enfatizar o sistema financeiro ou controlar o mercado imobiliário, dinamizando o papel das tecnologias de informação, das infra-estruturas de transporte ou das telecomunicações com vista a tornar mais eficazes os meios que se utilizam. Para além disto, os *media* adquirem um carácter de peso na construção desta ideologia quando, rodeados de catastrofismo, aumentam a insegurança e o medo das pessoas

² Relembrando a sobejamente conhecida expressão de Margaret Thatcher “*there is no alternative*” (não há alternativa).

conseguindo assim ter um maior controlo sobre as suas acções, com efeitos bastante visíveis ao nível do comportamento e da apropriação dos diferentes espaços da cidade.

1.1.2. O NEOLIBERALISMO NA PRODUÇÃO DA CIDADE

A produção de espaço na cidade (Smith, 1984; Lefebvre, 1986) é mais um reflexo de como o projeto neoliberal se foi generalizando e enraizando. Lefebvre (1986) considera que o capitalismo sobrevive precisamente através da produção do espaço, argumentando que as políticas de cidade associadas ao processo de desindustrialização diminuíram, transferindo-se os incentivos para as políticas de “reprodução” das relações sociais que, conseqüentemente, se reproduzem no espaço urbano. Neste contexto, há uma série de comportamentos e práticas que se tornam reproduzíveis à medida das elites dominantes e do desejável. No mesmo sentido, Smith (1984) refere que espaço urbano está em constante mudança de acordo com os ideais das forças e dos poderes dominantes na sociedade. Deste modo, a cidade é apenas uma manifestação e uma afirmação dos seus desejos, bem como a base de sustentação do sistema económico.

Corijn e Praet (1997: 137) consideram que “parece ser consensual que, nos últimos anos, no mundo capitalista desenvolvido, as cidades estão a adoptar uma atitude empresarial perante o desenvolvimento económico. As cidades desenvolvem, como um todo, estratégias de competitividade associadas ao território, são fortes pólos de atracção para a mão-de-obra muito qualificada e para o investimento privado (frequentemente através da privatização do sector público), contribuindo assim decisivamente para a eficácia e eficiência dos mercados. A viragem para uma estratégia empresarial e a concorrência intercidades pela captação de recursos, empregos e capital teve um papel decisivo naquilo a que se chamou ‘deslocalização’, ou seja, a transição de um sistema de produção fordista bastante rígido para uma forma de produção geograficamente mais aberta e de acumulação mais flexível”.

Estas práticas económicas e políticas, com reflexos também bem marcados ao nível social, revelam-se nas diferentes formas de fazer cidade, no esvaziamento político do conceito de espaço urbano (Smith, 2005) e na emergência de uma certa tendência de “fascismo urbano” (Borja, 2011: 11). A luta de classes saiu do local de trabalho para as ruas da cidade. Smith (idem: 63) refere que “o equilíbrio do poder económico se deslocou ‘desde os lugares de produção como Detroit e Manchester até centros de finanças e de serviços altamente especializados em Nova Iorque e Frankfurt’”. Neste contexto, Harvey (2005: 34) considera que as cidades passaram a ser encaradas como empresas incorporando, no espaço urbano, processos como a divisão de trabalho, de funções, de estilos de vida e de valores. Refere ainda que a produção de ambientes construídos, de espaço urbano, passou a obedecer a temporalidades mais rápidas e, nalguns casos, efémeras.

A cidade assume um carácter privado e de mercadoria, produzida e consumida em massa: “a publicidade à cidade torna-se um fator decisivo das políticas urbanas que visam a expansão da sua influência. A herança cultural e a criação de uma imagem positiva da cidade tornam-se fulcrais para atrair potenciais negócios e maiores investimentos comerciais. Vender a cidade como um lugar para a atividade económica depende fortemente da criação de uma imagética urbana atraente, em que a ‘política do acessório’ se torna moda: cada cidade deve ter a sua zona ribeirinha, o seu centro de convenções, os seus espaços culturais” (Corijn e Praet, 1997: 138).

Ao mesmo tempo que este processo de uniformização se acentua, também se privilegia a diferença, o especial e o excepcional, defendendo-se que as cidades devem desenvolver as suas próprias características, promovendo, assim, uma imagem de distinção. A cidade criativa, amplamente difundida pelo trabalho de Richard Florida (2003), tem, neste contexto, um papel de destaque quando se tenta promover uma determinada imagem, que equivale ao mesmo tempo a um *status* criado com a intenção de desenvolver um imaginário romanceado sobre a criatividade e os criativos. Este cenário apropria-se do imaginário que se foi desenvolvendo em redor de uma certa elite criativa e dos espaços que esta utiliza para produzir um conceito, que omite questões como a precariedade do trabalho nestas áreas (Pasquinelli, 2008) mas que privilegia o fomento das dinâmicas de um mercado competitivo. A criatividade tornou-

se, assim, o *key element* de muitas políticas de cidade e um instrumento competitivo de crescimento económico (Carmo, 2012). A criatividade enquanto elemento essencial para a vitalidade da cidade faz com que as administrações das cidades globais anseiem desenvolver políticas criativas para a sua cidade, multiplicando-se este chavão sucessivamente.

1.1.3. OS INDIVÍDUOS E O CRESCENTE INDIVIDUALISMO

O projeto neoliberal desenvolveu nos habitantes da cidade um carácter racional, impessoal, alienado ou individualista (Sharpe e Wallock, 1987). Mas esta transformação na identidade dos habitantes da cidade, que decorre, também, da transformação das relações de produção, já tinha sido identificado por Georg Simmel no seu texto ‘A metrópole e a vida do espírito’, datado de 1903. Aqui o autor já se referia ao individualismo moderno, à atitude ‘blasé’ e às relações de estranhamento. Neste texto, Simmel (1997) fala-nos da vida moderna na cidade, referindo-se ao desvanecer da pluralidade das identidades, numa tendência global marcada precisamente por uma estética hegemónica e por padrões de consumo e estilos de vida padronizados (não uniformizados mas diferenciados em padrões distintos, estereotipados e separados por ‘fronteiras’, visíveis ou não, no espaço urbano): “os problemas mais complexos da vida moderna decorrem da vontade do indivíduo de preservar a sua independência e individualidade perante os poderes supremos da sociedade (...) O século XIX, para além da liberdade do homem, procurou promover a sua individualidade – relacionada com a divisão do trabalho – e as realizações que o tornam único e indispensável” (1997: 31). Segundo Fortuna (1997: 9), neste texto, “Simmel demarca-se claramente do sentimentalismo e da repugnância com que muitos contemporâneos seus (por exemplo, John Ruskin ou Friedrich Nietzsche) abordam a crescente superficialização das relações sociais nos grandes espaços urbanos”. Isto decorre de Simmel considerar a metrópole como ‘a sede da economia monetária’, o que tem a ver com a organização do capitalismo, dos seus modos de produção e monetarização das relações sociais: “A metrópole foi sempre a sede da

economia monetária, desde que a multiplicidade e a concentração da atividade comercial investiram os meios de troca de uma dimensão impossível de assegurar no quadro do mercado agrícola. Ora a economia monetária e o domínio do intelecto encontram-se em estreita relação entre si. Ambos requerem uma atitude pragmática no modo de lidar com as pessoas e com as coisas, na qual se combinam uma justiça formal e uma indiferença implacável. (...) O dinheiro põe em destaque aquilo que é comum, ou seja, o valor de troca, e reduz a um nível puramente quantitativo tudo quanto é qualitativo e individual (...) esta atitude psico-intelectual e a economia monetária encontram-se de tal maneira interligadas que é impossível garantir se foi a primeira que deu origem à segunda, ou vice-versa. A única certeza que temos é a de que a forma de vida na metrópole é o terreno que melhor alimenta esta interação” (1997: 32-33). Para o autor (idem), as características da metrópole moderna e dos seus habitantes estão estreitamente relacionadas ou resultam diretamente da economia monetária: “o espírito moderno tornou-se crescentemente um espírito calculista. O rigor do cálculo da vida corrente, resultante da economia monetária, corresponde ao ideal das ciências naturais, nomeadamente à ideia de transformar o mundo numa questão aritmética e de fixar cada uma das suas componentes numa fórmula matemática” (1997: 33); “devido às características de cálculo do dinheiro, instalou-se, nas relações entre os diferentes aspetos da vida, um grau de precisão e de certeza, a propósito das igualdades e das desigualdades, e uma ausência de ambiguidade nos acordos e negócios” (idem: 34); “a técnica da vida metropolitana não se pode conceber sem que todas as suas atividades e relações recíprocas estejam organizadas e coordenadas da forma mais pontual num calendário determinado que transcende todos os elementos subjectivos” (ibidem: 34); “a essência da atitude *blasé* encontra-se na indiferença perante as distinções entre as coisas. Não no sentido de que as coisas não são percebidas (...) mas antes no sentido de que não são percepcionadas como significantes. Elas surgem à pessoa blasé num colorido homogéneo, monótono e cinzento, sem que alguma delas possa ser preferida a outra. Esta disposição psíquica é o puro reflexo subjectivo da completa monetarização da economia, na justa medida em que o dinheiro toma o lugar de toda a diversidade das coisas e sujeita todas as diferenças qualitativas ao critério do ‘quanto custa’. Na medida em que o dinheiro, incolor e insensível à qualidade, se torna o denominador comum a todos os valores,

ele transforma-se num terrível nivelador: esvazia, de uma forma incontornável, a essência das coisas, as suas peculiaridades, o seu valor específico e as suas singularidades. Todas estas qualidades flutuam, com igual peso específico, no imparável fluxo monetário. Permanecem todas ao mesmo nível e apenas a sua quantidade as distingue” (ibidem: 35). E continua dizendo que “na metrópole, a atitude mental das pessoas, umas com as outras, pode ser tida como sendo, formalmente, uma atitude de reserva (...) Se não estou em erro, creio que não é apenas de indiferença que se compõe o lado íntimo desta reserva face ao exterior. Muito mais frequentemente do que julgamos, trata-se de uma leve antipatia, de mútuo estranhamento e aversão, que, ao mais pequeno contacto, pode deflagrar em repulsa e conflito” (Simmel, 1997: 36) e que “na metrópole, esta reserva (...) assegura ao indivíduo um determinado grau de liberdade pessoal, sem paralelo em quaisquer outras circunstâncias” (idem: 37).

Anos mais tarde, também Louis Wirth (1997³) nos fala da superficialidade, do anonimato e do carácter transitório das relações urbano-sociais o que explica, também, através da sofisticação e da racionalidade “geralmente atribuídas aos habitantes da cidade. A relação com os nossos conhecidos tende a ser uma relação utilitária, no sentido em que o papel que cada um desempenha na nossa vida é basicamente encarado como um meio de atingir os nossos próprios objetivos (...) Isto constitui essencialmente o estado de anomia” (idem: 53). Wirth (ibidem: 57), justifica estes factos associando-os ao desenvolvimento das grandes cidades modernas e do processo de industrialização: “o surgimento da fábrica possibilitou a produção em massa para um mercado impessoal. Porém, a máxima exploração das possibilidades da divisão do trabalho e da produção em massa requer a padronização tanto de processos como de produtos. A economia monetária e este sistema de produção são, pois, indissociáveis. À medida que as cidades se desenvolvem com base neste sistema de produção, a relação monetária contida na aquisição de bens e serviços substitui as relações pessoais de natureza associativa”.

Mas o individualismo continuou a revestir-se de grande importância e Simmel refere que “ para a independência do indivíduo, a atitude de reserva e de indiferença, bem

³ Texto publicado originalmente em 1938 no *American Journal of Sociology* (volume 44, nº1).

como as condições mentais da vida dos grandes aglomerados, só é realmente apreciada nas densas multidões das metrópoles, em que o limitado espaço de movimento e a proximidade física dos indivíduos justificam de imediato o seu distanciamento mental. É apenas por oposição a esta liberdade que, naturalmente, em determinadas condições, nunca nos sentimos tão solitários e isolados como no bulício das grandes cidades. Porque aqui, como noutros lugares, não é de modo algum necessário que a liberdade dos indivíduos se reflita na sua vida emocional como experiência agradável” (Simmel, 1997: 38). E o autor (idem) vai mais além dizendo que “basta assinalar que a metrópole é a sede desta cultura, que eliminou todas as características da pessoa. Nos edifícios e nas instituições educativas, nas maravilhas e nas benesses das técnicas de conquista do espaço, na constituição da vida social e nas instituições estatais concretas, por todo o lado, deparamos com impressionantes formas de cristalização e despersonalização dos empreendimentos culturais, perante as quais a personalidade dos homens, por assim dizer, só muito dificilmente pode ser conservada. De um certo ponto de vista, a vida fica infinitamente mais facilitada no sentido de que os estímulos, os interesses e a afectação do tempo e da atenção surgem de todos os lados e conduzem-na por um fluir que pouco ou nada exige dos indivíduos. De um outro ponto de vista, porém, a vida é cada vez mais composta por elementos da cultura impessoal, objetos e recursos que suprimem idiosincrasias e interesses pessoais específicos” (Simmel, 1997: 41).

Com o neoliberalismo, o espaço da cidade voltou a converter-se num lugar de negócio financeiro, com investidores cada vez mais fortes e incontroláveis (pelos Estados), que procuram o lucro imediato, com um mínimo de compromisso com o lugar onde investem (Montaner e Muxí, 2011: 21). Privilegia-se a homogeneização do espaço, produzem-se espacialidades ‘lisas’, sem conflito nem tensão, e reproduzem-se padrões privados de apropriação do espaço, desenvolvendo-se vivências superficiais. Para Smith (2005: 63) “estas novas formas urbanas estão marcadas por bifurcações extremas entre a riqueza e a pobreza, por transformações espectaculares das relações entre as classes e pela dependência de novos fluxos de mão-de-obra imigrante”.

Ao mesmo tempo que se aposta na distinção e na diferenciação que se conseguem alcançar através da imagem, do marketing territorial, do perfil da cidade, da oferta

cultural e da qualidade do ambiente urbano, homogeneízam-se comportamentos, formas de consumo, padrões culturais, perdendo-se e banalizando-se os elementos que os distinguiam. Mais uma vez, se evidenciam aqui algumas contradições. Por um lado, este modelo político-ideológico privilegia a distinção e a diferenciação, tornando os espaços especiais e excepcionais, mais valorizados e competitivos. Mas, por outro lado, aposta em segmentos globalizados de mercado que desenvolvem as suas criações segundo modelos globais e homogéneos. William Morris, no final do séc. XIX já criticava de forma directa o urbanismo capitalista dizendo “não vos deixais enganar pela aparência externa de ordem da nossa sociedade. Passa-se o mesmo que nas antigas formas de fazer guerra, que têm um aspecto exterior de uma ordem magnífica” (1882: s/p). Esta ordem aparente, de criar espaços limpos, higienizados, homogéneos e sem conflito, onde só é permitido acontecer o que é programado, esconde muitos dos problemas da cidade que não se pretende ou não se consegue resolver.

Olhando para as contradições que o modelo revela e perante a atual crise, é evidente que as soluções apontadas no projeto neoliberal apresentam grandes problemas. Mas não se procuram nesta investigação as contradições do capitalismo, e muito menos as do projeto neoliberal. Contudo, o desenvolvimento urbano assente num projeto neoliberal é a matriz da cidade contemporânea e, como tal, desta investigação. Assim, abordar a dinâmica estrutural da cidade torna-se uma necessidade de enquadramento.

Nenhum destes factos é novo, “todos estes elementos têm uma larga história que coincide com o capitalismo” (Smith: 2005: 75), e como nos diz, também, Fortuna (2012: 7) são determinantes “para a sobrevivência do capitalismo”. Ao mesmo tempo que se vê a erosão do Estado social e a privatização e mercadorização da cidade, associados a um aumento das desigualdades sociais, a uma maior repressão policial - justificada pela insegurança que os *media* alimentam - e a frequentes défices de liberdade política, podemos ver também a emergência de novas práticas ligadas a uma renovação do pensamento crítico urbano, à revalorização da cidade enquanto plataforma de diálogo e à existência de espaços de esperança: “Os espaços para uma política transformadora existem porque o capital nunca pode permitir-se fechá-los” diz-nos Harvey (2005 a):56). São nestes espaços alternativos, que conjugam muitas

perspectivas diferentes, desde a cidade do Estado Social até às utopias anarquistas que marcaram o séc. XIX e início do séc. XX que se podem abrir outras e novas urbanidades.

2. O PLANEAMENTO E A GESTÃO DA CIDADE

As estratégias neoliberais são levadas à prática na cidade através da arquitetura, do urbanismo e do planeamento urbano. Estas práticas são cada vez mais entendidas como questões técnicas esvaziadas de conteúdo político. O discurso da ‘naturalização’ e da inevitabilidade, já referido anteriormente, perpetuam-se nos projetos desenvolvidos. Neste ponto, pretende-se desenvolver estas visões e estratégias e compreender de que forma influenciam os comportamentos e as práticas cidadãs. Para os arquitetos modernos a utopia era inspirada na ideia de que a arquitetura podia modificar a sociedade. Le Corbusier dizia: ‘Arquitetura ou revolução, nós podemos evitar a revolução!’. Mas os críticos mais radicais, como os situacionistas, pensavam e diziam o contrário: “a arquitetura e sobretudo o urbanismo devem servir de suporte à revolução da sociedade” (Jeudy and Jacques, 2006: 9).

Este ponto tem por base três secções: ‘A morfologia urbana e a produção de cidade’, ‘A privatização do espaço e a fabricação de consensos’ e ‘Fragmentos de cidade’, que estruturam as principais ideias aqui desenvolvidas.

2.1. A MORFOLOGIA URBANA E A PRODUÇÃO DE CIDADE

O medo do desconhecido, tangível na atmosfera, ainda quando só subliminarmente, reclama uma válvula de escape convincente.

Zygmunt Bauman (2005)

As tendências recentes de produção de espaço urbano apontam para a sua homogeneização, tematização e projecção à imagem de uma cidade que se pretende cada vez mais competitiva. Produz-se uma cidade perfeita e homogénea, objeto de marketing e de estratégias de promoção que a tornam mercadoria. Para isso, a cidade deve obedecer a alguns requisitos: ser um excepcional artigo de consumo, encontrar-se entre a perfeição do plano desenhado e das relações sociais (também elas planeadas e normalizadas), não permitir sobressaltos, desassossegos, inquietações ou turbulências. A cidade neoliberal pretende estar ‘acima’ de tudo isto. Seria quase utópico o seu projeto, não fossem reais as medidas aplicadas.

A perfeição, no sentido de equilíbrio, do paradigma neoliberal encaixa numa cidade homogénea, submissa, segura, a-conflituosa, competitiva, e em cidadãos que não se conhecem, que vivem alheados, que estão isolados e se sentem anónimos. É neste modelo de desenvolvimento urbano que se desenvolvem “produtos urbanos” facilmente mercatilizáveis (de habitação, de lazer, de comércio, empresariais, tecnológicos, etc.) (Borja, 2005: 19) e que obedecem às normas exigidas.

Contudo, esta cidade produzida na base de conceitos globais e homogéneos é profundamente fragmentada de modo a compartimentar bem as funções e os grupos sociais e a prevenir e controlar as tensões e os conflitos associados à própria diversidade do mix urbano. “Calmar las hostilidades en el seno de la ciudad y hacer prevalecer la unidad sobre el conflicto” é o que nos diz Foucault (1991: 101-102),

fazendo-se dissuadir qualquer tipo de dissidência, contestação ou resistência que possa aparecer. Faz-se também desaparecer “cualquier apropiación considerada inapropiada de la calle o de la plaza, por la vía de la violencia si es preciso, pero previamente y sobre todo por una descalificación o una deshabilitación que, en nuestro caso, ya no se lleva a cabo bajo la denominación de origen subversivo, sino de la mano de la much más sutil de incívico, o sea, contraventor de los principios abstractos de la ‘buena convivencia ciudadana’” (Delgado, 2001: 27).

Neste contexto, os processos de planeamento urbano, o urbanismo e a arquitetura ganham especial destaque. De um modo geral, e no âmbito desta investigação, podem ser definidos como a aplicação de um conjunto de regras para exercer o controlo sobre a produção, o uso e o futuro do espaço. Para além de definirem a materialidade das construções, definem também um conjunto de comportamentos privados e públicos, individuais e coletivos, criando espaços modelados à luz dos valores dominantes e, como refere Castells (1972), uma “prática política de classe”. Montaner e Muxí (2011: 32), referindo-se ao correcto exercício da arquitetura e do urbanismo, que nos parece também encaixar-se no desenvolvimento dos processos de planeamento atuais, dizem que eles só podem ser desenvolvidos se existir “a consciência do poder do espaço como elemento de domínio e controlo”. Para os autores (idem), este exercício deve também “servir para repensar os significados e as relações que se propõem mas sem renunciar, como técnicos, a pensar espaços onde poderão dar-se conflitos e onde sejam possíveis outras relações”(ibidem, 2011:32). Assim, e sem renunciar ao contexto social, económico e social dos lugares, a forma de pensar a produção de cidade deverá ser um processo transversal, multidisciplinar, permeável e flexível.

A reflexão e a crítica à forma como se produz cidade é antiga. Diversos têm sido os sociólogos, antropólogos, geógrafos, arquitetos, filósofos que o têm feito. Mas os contributos vêm também da literatura e das artes. Na literatura, George Bataille (1930) antecipou a crítica à cidade moderna como instrumento de controlo e domínio social. Para Bataille (citado por Leich, 1997), a “arquitetura é a expressão da verdadeira alma das sociedades, da mesma maneira que a fisionomia humana é a expressão das almas dos indivíduos. Os grandes monumentos são erguidos como diques, confrontando a lógica e a magestade da autoridade aos elementos perturbadores”. Também Ulrich

Beck (s/d:5) refere que os planeadores, os urbanistas e os arquitetos não são apenas ‘esteticistas’ do rosto da cidade. São eles que configuram a sociedade no seu sentido mais sólido. Quando desenham a cidade, o seu espaço público, o seu sistema de transportes ou as suas áreas habitacionais tomam decisões que vão muito para além do desenho. “O planeamento e a política urbana são formas de configurar a sociedade” (s/d: 5). O autor diz mesmo que “a arquitetura não é unicamente uma questão de estilo, de estética, de cosmética da identidade social. É sempre uma manifestação espacial da sociedade” (s/d: 5). Também Lefebvre (1986) refere esta perspectiva no decorrer do seu trabalho. Para o autor (idem) as práticas dos urbanistas, dos planeadores e dos tecnocratas estão relacionadas com a existência de símbolos, conhecimentos e códigos específicos que pressupõe produzir o espaço de acordo com estas dimensões. É neste sentido que o autor critica a produção contemporânea de cidade e o próprio urbanismo. Para Lefebvre (ibidem), o modo de produção contemporânea de cidade decorre de uma sociedade específica e de uma forma, também, específica de representar o espaço, que tem como objetivo homogeneizar o território e, “consequentemente, destruir as especificidades locais, dependentes de outras formas de representar o espaço e de outras formas de o produzir” (Silvano, 2010: 49).

A expansão do fenómeno urbano no século XIX associado ao aumento da população e à industrialização fez mudar a ‘imagem’ da cidade. Até aí, a cidade “representara um cenário de vida para uma parte da população, convertia-se no quadro a alojar quotas de população cada vez mais consistentes, pertencentes a classes e castas totalmente heterogéneas. A partir daquele momento, o crescimento urbano tornou-se cada vez mais geral” (Mela, 1999: 44/45). Este desenvolvimento urbano sem precedentes colocou em marcha um “conjunto de relações económicas e políticas de sinal capitalista”, que “colocaram em movimento um entrelaçamento complexo de desequilíbrios” (idem). As clivagens sociais começaram a tomar uma expressão muito evidente com o contraste entre as residências da burguesia, e as condições miseráveis e insalubres em que viviam os trabalhadores das fábricas e portos. Richard Sennett (1992) refere, a este respeito, uma clara divisão entre o ‘privado’ da família burguesa e o ‘público’ dos operários, dos imigrantes e dos pobres.

A degradação das condições de vida na cidade associadas ao desenvolvimento do capitalismo foi muito descrita por Friedrich Engels (1845). Os seus relatos identificam cenários de insalubridade, de exploração e de “uma indiferença bárbara, dura e egoísta” (...) uma miséria indestrutível”. “Para Engels a cidade industrial é um produto directo do capitalismo industrial e, como tal, é o cenário aberto da luta de classes. A sua dramática leitura política da cidade é pautada, por um lado, pelo testemunho directo do horror vivido pelo proletariado urbano-industrial de Manchester e, por outro lado, pela denúncia das estratégias de segregação de classe impostas pela burguesia” (Fortuna, 2001:7). Ora se por um lado, as circunstâncias de insalubridade da habitação eram profundas, encontravam-se contudo escondidas do visível: “a cidade em si é peculiarmente construída, de modo a que uma pessoa pode morar num local durante anos, entrando e saindo diariamente, sem entrar em contacto com o trabalho ou mesmo com os trabalhadores, limitando-se à sua atividade quotidiana” (Engels, 2005: 85). A precariedade económica e social é, assim, afastada do visível, para “fora do alcance da vista das classes mais favorecidas” (idem). Neste contexto de aparente harmonia, onde a burguesia procura instaurar a imagem de uma cidade onde o conflito está ausente (Fortuna, 2001) mas onde ele está efetivamente bastante vincado. Como referem vários autores (Harvey, 2005; Fortuna, 2009; Salgueiro, 1997), mais tarde, a resposta da classe média – composta pelos trabalhadores dos serviços que entretanto se vão desenvolvendo - a esta cidade industrial é conhecida: “a fuga para os subúrbios fez da suburbanização o principal agente do futuro crescimento das cidades mas alterou também a ordem social interna. Ao contrário da cidade medieval, pode dizer-se, a cidade do capitalismo industrial cresce a partir do centro saturado para as margens em expansão” (idem: 8).

As condições de insalubridade, acompanhadas pela emergência de uma ecologia social, nas cidades do século XIX levaram à argumentação de que era necessário mudar, sobretudo porque elas ameaçavam a saúde pública. Esta necessidade reflectiu-se em interpretações, por um lado, mais progressistas e, por outro, em visões mais conservadoras e moralistas, que por detrás de uma capa higienista tentaram controlar a classe operária através da imposição de costumes éticos e morais. O reflexo destas ideias traduziu-se, na prática, a dois níveis: um “mais moralista, mais victoriano, que

rejeitava a promiscuidade das famílias não nucleares, e que entendia que o espaço doméstico e o urbano deviam potenciar relações exemplares” e outro “mais vanguardista na habitação e nas cidades menos hierárquicas, que tenderiam a uma maior igualdade de oportunidades” (Montaner e Muxí, 2011: 35). Os mesmos autores referem a ambiguidade destes dois discursos e a pouca clareza aquando da sua aplicação.

Contudo, as situações de controlo social sobre os novos habitantes urbanos e sobre a sua vida individual e familiar tornaram-se evidentes. Argumentos higienistas, securitários e/ou sociais levaram a inovações urbanísticas que correspondiam, muitas vezes, a objetivos políticos de controle e repressão. Porém, e como nos diz Delgado (2011: 79) “en buena medida el sistema de bloques implicaba una alternativa al hacinamiento de la clase trabajadora en determinados barrios viejos o en centros urbanos, ejecutada en nombre de principios de salubridad pública y de bienestar social, pero no menos ante la evidencia de cómo esos barrios populares resultaban fáciles de cerrar con barricadas y se convertían en auténticos fortines desde los cuales los sectores más ingobernables de la ciudad se habían hecho tantas veces fuertes y habían resistido al asedio de la policía e incluso del ejército.” Esta tendência ao longo dos séc. XIX e XX justificou, em boa parte, as atuações urbanísticas higienistas. Paris de Haussmann é um desses exemplos, onde sobressai a segregação social e o controlo do espaço público, por detrás da máscara da salubridade pública e do bem-estar social. O barão de Haussmann, com ordens de Napoleão III, abriu ‘guerra’ ao passado da cidade e pensou numa nova cidade. Demoliu antigas habitações, bairros inteiros e abriu *boulevards* com novas construções padronizadas e infra-estruturas básicas (Figura 1). Haussmann metamorfoseou a cidade de Paris: “Le vieux Paris n'est plus (la forme d'une ville/ Change plus vite, hélas ! que le coeur d'un mortel) (...) Paris change ! mais rien dans ma mélancolie/ N'a bougé ! palais neufs, échafaudages, blocs,/ Vieux faubourgs, tout pour moi devient allégorie, /Et mes chers souvenirs sont plus lourds que des rocs” (Baudelaire, 1857: s/p). Charles Marville, fotógrafo, foi convidado em 1860 pela Comissão Histórica de Paris para fotografar e imortalizar a cidade antes e depois da intervenção do barão de Haussmann. A imagem do cruzamento da Avenue Rapp com a Rue Saint-Dominique (1877) (Figura 2), dividida pelo candeeiro, simboliza

a cidade de Paris antes e depois da grande transformação. Do lado direito vê-se a cidade antiga, com as casas degradadas, e do lado esquerdo, as novas construções padronizadas.



Figura 1 | Rue de Rivoli (Charles Marville 1877)



Figura 2 | Cruzamento da Avenue Rapp com a Rue Saint-Dominique (Charles Marville 1877)

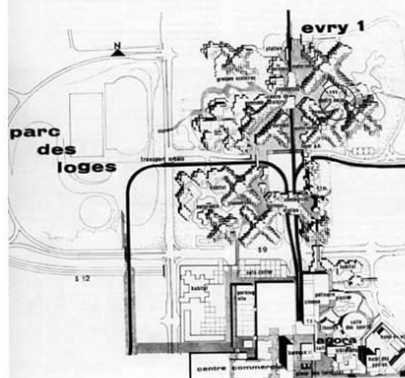
Proclama-se um novo urbanismo que contrasta com a cidade antiga, degradada, promíscua, insalubre, insegura. Contudo, “esta alternativa consistente em llevarse a la clase obrera a los suburbios y alejarla de los núcleos de las ciudades comportó resultados imprevistos, entre ellos el de constituirse en un artefacto de sociabilidad tampoco tan distinto del de la vecindad tradicional, incluyendo su capacidad para devenir, en ciertas circunstancias, escenario para la autoorganización para la defensa de intereses de clase” (Delgado, 2011: 79). O autor (idem) dá como exemplo “Las *banlieues* – convertidas en nidos revolucionarios o de agitación social – empezaban a ocupar el papel de los *faubourgs* en las luchas sociales ya desde mediados del siglo XIX, en un proceso del en las últimas décadas no hemos hecho sino conover nuevos episodios en todo el mundo: descontentos que cercan literalmente las ciudades o multitudes de trabajadores o desheredados que, desde sus barrios de concentración en la periferia urbana, acuden a los centros urbanos para inundar con sus protestas –a veces rabiosas – las hasta entonces confiadas zonas de negocios o para hacerse presentes físicamente en los centros históricos ante las sedes de las instituciones que consideraban causantes de sus desgracias. La historia de los cinturones rojos europeos es la historia de los episodios en que columnas de trabajadores en protesta salen de ellos para invadir y conquistar sus respectivos centros metropolitanos”.

Posteriormente, anunciaram-se os princípios de uma cidade moderna onde se continuam a afirmar os valores higienistas mas onde se juntam, também, valores mais igualitários. No pós II Guerra Mundial, em diversas cidades europeias foram implementados programas de âmbito nacional para uma rápida reconstrução e requalificação da cidade. Foram tidos especialmente em conta os aspetos relacionados com a habitação, com a construção de *villes nouvelles* (Figura 3), por exemplo, ou a construção de infra-estruturas diversas associadas a um desenvolvimento comunitário democrático. Assim, assistiu-se a um investimento na qualificação dos equipamentos e a um incentivo à educação e à sua valorização. Esta situação teve por base um conjunto de políticas públicas que traduziram uma forte intervenção do Estado na produção de bens e serviços com o objetivo de i) criar condições para aumentar a produtividade, que pela natureza e volume não poderia ser feito pelas empresas individualmente, “abrindo assim caminho para a socialização dos custos da

acumulação capitalista”; ii) aumentar a procura interna de bens e serviços “através de investimentos e consumos coletivos e individuais”; e iii) garantir expectativas de harmonia social, redistribuindo os rendimentos pelas classes trabalhadoras e pela população carenciada, “criando um interesse na manutenção do sistema de relações, políticas, sociais e económicas que torna possível essa redistribuição” (Sousa Santos, 2012: s/p). Neste sentido, o Estado social criado no pós II Guerra Mundial teve grande influência nos princípios que influenciaram a produção de uma cidade mais justa e democrática, havendo pressupostos de uma certa compatibilidade “entre desenvolvimento económico e proteção social, entre acumulação de capital e legitimidade social e política de quem a garante; em suma, entre capitalismo e democracia” (idem) e de um urbanismo mais social.



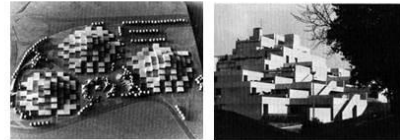
ISLE D'ABEAU VILLE NOUVELLE, France 1974



EVRY PARC DES LOGES, France 1974



ELANCOURT-MAUREPAS, France 1974



LILLE EST, France 1974



EVRY AGORA, France 1974



CERISY CENTRE, France 1974



ISLE D'ABEAU, France 1974

Fonte: <http://www.avoe.org/urbanlovers4.html>

Figura 3 | Villes nouvelles, França

Através desta breve reflexão sobre a produção da cidade é notório que a acção política a partir do urbanismo é um instrumento de poder muito valorizado. Para Montaner e Muxi (2011: 66) “se a política é a organização social de um grupo que se desenvolve num espaço, onde se atua na criação deste espaço, este será integrador ou segregador, inclusivo ou exclusivo, será regido segundo a aspiração de maior justiça em termos da qualidade de vida ou segundo a perpetuação da exclusão e do domínio dos poderes”. É neste sentido que a crítica à obsessão racionalista de controlo se tem desenvolvido. Michel de Certeau, Manuel Delgado, Richard Sennett ou Michel Foucault são apenas alguns dos mais reconhecidos críticos ao modo como a morfologia da cidade é um instrumento de poder. Sudjic (2006) no seu livro *The edifice complex: how the rich and powerful shape the world* analisa detalhadamente a arquitetura dos espaços promovidos por ditadores e democratas (Benito Mussolini, Adolf Hitler, Saddam Hussein ou François Mitterrand, por exemplo) e defende, também, que o poder está claramente expresso na arquitetura, na medida em que os espaços e as formas correspondem aos ideais de quem exerce o poder.

O ideal urbanístico “trabaja a partir de la pretensión de que la forma urbana es una especie de sistema conducionalista que orienta las actuaciones humanas a partir de reflejos condicionados (...) En cambio, sabemos que es otra morfología – la- social – la que tiene siempre la última palabra acerca de para qué sirve y qué significa un determinado lugar construido (...) no es menos cierto que los estímulos físicos procurados por un medio ambiente proyectado están en condiciones de desencadenar ciertas pautas de comportamiento o cuando menos predisponer a ellas” (Delgado, 2011. 74).

2.2. A PRIVATIZAÇÃO DO ESPAÇO E A FABRICAÇÃO DE CONSENSOS

É neste ambiente de mudança constante, que ‘o urbano’ ganha outro significado. As ‘velhas’ abordagens conceptuais sobre o que é e não é ‘o urbano’ desfazem-se e “as novas funções e atividades urbanas não só mudam a cidade, como a definição do que constitui literalmente a dimensão urbana” (Smith, 2005: 64). É uma evidência que ao longo do tempo a cidade se foi transformando e no final do século XIX, as cidades desempenhavam diversas funções cruciais para a sociedade e para o Estado, desde as militares, até às económicas e políticas, centralizando “meios de produção e de produtividade, trabalho cultural e luta política, mas no momento em que a divisão do trabalho e a distinção entre produção e reprodução social se converteram simultaneamente numa divisão espacial, a dimensão da cidade moderna passou a definir-se em função dos limites do movimento diário dos trabalhadores entre a sua casa e o seu trabalho” (idem: 65). Como o autor refere, esta cidade keynesiana do capitalismo avançado ocidental do pós-guerra representava “o zénite da relação entre cidade e reprodução social” em que existia uma combinação entre o trabalho e o bem estar social. Este ‘compromisso histórico’ desfez-se passando o Estado a ser gerido pelo capital global (Sousa Santos, 2012) e a produção de cidade passou a dar mais atenção a critérios de rentabilidade. A crise dos anos 70 fez crer na sua retórica que era, também, necessária mais eficiência, desenvolvendo-se a partir daí políticas subordinadas às lógicas de mercado e de competição.

Nas décadas mais recentes, a partir dos anos 80 do séc. XX, com a emergência das políticas neoliberais, a esfera pública da vida urbana tem vindo a diminuir em favor de pseudo-espços públicos, como centros comerciais ou condomínios fechados. Deste modo, a relação espacial entre o público e o privado, “relação construída em torno de um sentido de pertença comum” (Christopherson, 1994: 410) foi alterada. Esta alteração não modificou apenas o ambiente material do espaço urbano mas contribuiu também para alterar a vida pública dentro da cidade. As peças fragmentadas do espaço urbano estão justapostas de tal maneira que características atribuídas à cidade, como a pluralidade, a diversidade, a tolerância, estão a desaparecer na medida em que

embora coexistam não se encontram. Aplica-se de forma acrítica um modelo replicado em muitas cidades. Privatiza-se o espaço urbano, fabricando-se consensos que se encerram por detrás de paredes e muros que isolam a complexa vida da cidade.

Alguns autores (Barata Salgueiro, 1998; Hall, 2006; Knox e Pinch, 2006) identificaram duas dinâmicas fortemente interrelacionadas que marcam a produção da cidade neoliberal. Por um lado, a tendência crescente para a privatização do espaço público urbano, associada a crescentes lógicas de securitização e vigilância do espaço (aspectos que serão tratados nos pontos seguintes deste capítulo). E por outro lado, a crescente lógica de mercadorização do espaço urbano. Na primeira dinâmica referida, são cada vez mais privilegiados os espaços de grande conformidade, nos quais os comportamentos e a utilização são tendencialmente homogeneizados segundo regras previamente definidas. Na segunda dinâmica apontada, a cidade torna-se mercadoria e é tratada como tal. Assim, assiste-se a um conjunto de processos que visam torná-la mais atrativa e competitiva, valorizando aspectos como a estética, os valores simbólicos, o consumo ou o estilo de vida. Utilizando os argumentos de Low (1999), pode-se dizer que se assiste à crescente interpenetração entre dois tipos de dinâmicas espaciais: uma, rápida e efémera, onde se enfatizam valores como a pluralidade, a diferença, o festivo e o lúdico, e outra, sólida e inflexível, fortaleza, onde se aprisionam os espaços, restringem liberdades e se vigiam comportamentos e práticas sociais, separando claramente as elites da restante população. Através desta abordagem de privatização e mercadorização do espaço, produz-se uma cidade vendível, muitas vezes artificial e exagerada mas que serve estes objetivos, criando um imaginário de micro-narrativas e de significados simbólicos ligados ao marketing que promove a cidade enquanto marca. Ao mesmo tempo, promove-se a homogeneidade interna de cada espaço, criando-se espacialidades a-conflituosas, seguindo as lógicas securitárias e de vigilância necessárias.

Bastante crítico da forma como se produz a cidade contemporânea, Mike Davis (1998), no seu livro *Ecology of Fear* que vem na sequência do *City of Quartz* (1990), fala de contradições sociais que podem levar a um resultado explosivo e que colocam em causa a coesão social. Refere, também, uma arquitetura ultramoderna do *apartheid*, em que a exclusão é justificada pela imagem de uma cidade insegura. Esta cidade

insegura, que se defende construindo muros que separam as ameaças do restante espaço, representa a materialização do medo. Neste sentido, o autor (1998) refere duas formas de *apartheid*: a segurança das 'elites' e os novos hiperguetos com graves problemas de exclusão. Nestes espaços, de que também Borja (2005) nos fala, coexiste um aspecto em comum: o medo do 'outro'.

O medo é uma construção social que existe perante contextos particulares (Salgueiro, 2005; Mena and Núñez-Vega, 2006). Reafirmando o seu carácter social Sparks et al. (2001: 885), argumentam que o medo, tal como outros estados emocionais, é também irremediavelmente social. Gold and Revill (2003) associam o medo a ansiedade, pavor, fobia, insegurança e incerteza, ameaça, ódio, aversão e trauma. A insegurança, a ameaça e a incerteza parecem ir além de um quadro emocional e apresentam também um carácter claramente espacial.

Mas a dominação não se produz apenas mediante a violência ou a repressão. Althusser fala-nos dos 'aparelhos ideológicos do Estado', através dos quais os dominados são 'educados', acabando por assumir como natural e inevitável o sistema de dominação. "De tal manera la dominación no solo domina, sino que también dirige y orienta moralmente tanto el pensamiento como la acción sociales. Esos instrumentos ideológicos incorporan cada vez más la virtud de la versatilidad adaptativa, sobre todo porque tienden a renunciar a constituirse en un sistema formal completo y acabado; se plantean a la manera de un conjunto de orientaciones más bien difusas, cuya naturaleza abstract, inconcreta, dúctil,..., fácil, en una palabra, las hacen acomodables a cualquier circunstancia, en relación con la cual consiguen tener efector portentosamente clarificadores. Y no es sólo que esas nuevas formas más lábiles de ideologia dominante primen el consenso y la complicidad de los dominados, sino que pueden incluso ejercitar formas de astucia que neutralizan a sus enemigos assimilando sus argumentos y sus iniciativas, desproveyéndolas de su capacidad cuestionadora, domesticándolas, como si de tal simulación dependiera su habilidade para la adaptación a los constantes cambios historicos o ambientales o para propiciarlos" (Delgado, 2011: 26).

Ao longo da história, as cidades foram consideradas lugares seguros. As cidades eram sinónimo de civilização e de superioridade, quando comparadas com as áreas rurais que estavam fora dos muros. Foi apenas no séc. XIX que, em articulação com os processos de industrialização, modernização e urbanização que a violência e a criminalidade se tornaram um problema das cidades (Vaz, 2001, citado em Barata Salgueiro, 2005: 293).

Atualmente, a insegurança aparece citada em discursos políticos e em debates mediáticos, tendo-se exarcebado a sua presença no imaginário coletivo após os diversos e recentes ataques terroristas (Nova Iorque, 11 de Setembro de 2011; Madrid, 11 de Março de 2004; Londres, 7 de Julho de 2005), e projectando ainda mais os sentimentos associados a estes actos (Araújo et al, 2012). “Com o início da chamada ‘guerra ao terror’, o espaço urbano passa a ser um renovado foco de práticas securitárias através de políticas locais, nacionais e internacionais. A urbe, outrora tida como aglomeração humana e formação urbanizada com grandes recursos materiais e capacidades político-administrativas, passa a ser vista como uma agregação frágil, sujeita a (de)formações humanas e um espaço social vulnerável, se não, incapacitado” (idem: 14). Nos diversos discursos, tanto políticos como mediáticos, a expressão ‘insegurança’ surge naturalizada perante situações de medo, segregação sócio-económica, marginalização social ou pobreza. Contudo, parece-nos, que esta naturalização necessita ser posta em causa e discutida com algum cuidado diante das políticas e das práticas implementadas, que têm repercussões cada vez mais fortes. Através de uma leitura crítica dos conceitos de ‘medo’ ou ‘insegurança’, poder-se-à construir outras leituras e outros percursos a seguir. Neste contexto, muitos têm sido os autores que se têm debruçado sobre esta reflexão (por exemplo, Foucault, 1975; Bauman, 2005; Harvey, 1996) ao longo do séc. XX e XXI.

Zygmunt Bauman (2005: 11) citando Robert Castel (2003: 6) refere “que a insegurança atual não decorre da escassez dos meios de que dispomos para nos proteger mas da ‘imprecisão do seu raio de acção numa sociedade que se organizou em torno de uma procura infinita de proteção e da insaciável aspiração à segurança’” (...) “podemos fazer notar que o tipo da atual insegurança se distingue claramente pelo medo do crime e dos malfeitores. Predomina nele a desconfiança perante os outros e as suas

intenções”. Para Castel (idem) esta situação deve-se ao individualismo contemporâneo, referindo que “a sociedade de hoje, ao suprimir as comunidades e corporações estreitamente unidas que outrora delimitavam as normas e velavam pelo seu cumprimento, e aos substituí-las pelo dever imposto a cada um de se ocupar de si próprio e dos seus assuntos, passou a assentar no terreno movediço da incerteza – numa sociedade deste tipo, é inevitável que a segurança e o medo de perigos imprecisos acabem por se tornar males endémicos”. Como se referiu anteriormente, foi o “desenvolvimento do Estado moderno que conduziu inexoravelmente à instauração de um Estado social cujo núcleo era a proteção em sentido estrito (quer dizer, a prevenção colectiva destinada a evitar os danos particulares) e não tanto a redistribuição da riqueza, ao contrário do que admitia uma crença generalizada. Para as pessoas desprovidas de meios de fortuna, de cultura ou de influências (ou de qualquer outro capital que não fosse a sua capacidade de trabalho), a proteção será colectiva ou não será” (ibidem: 11).

As elites criam e manipulam o sentimento de insegurança e tentam usá-lo como um instrumento político e ao mesmo tempo como arma de controlo social. A ênfase é colocada em situações de crimes violentos desproporcionando o sentimento de insegurança, facto que revela o carácter subjectivo da insegurança e a sua dependência de características contextuais. A este uso instrumental da insegurança, perpetuado pelo poder hegemónico e ampliado pelos meios de comunicação, Indoviana (2001) acrescenta outros aspetos que influenciam a construção da insegurança no início do séc. XXI. Para além do que já foi dito até aqui, e que está de certa forma relacionado com o simbólico, o autor acrescenta principalmente aspetos de carácter socioeconómico que materializam a incerteza. Em primeiro lugar, refere o aumento da pobreza, a que se associa também o aumento das desigualdades sócio-económicas. Em segundo lugar, e diretamente ligado com o anterior, a instabilidade cada vez maior do mercado de trabalho, juntamente com o facto de que o trabalho já não garante a ausência de pobreza. E finalmente, a erosão do Estado no que diz respeito à prestação e à satisfação de algumas necessidades básicas, como já foi referido anteriormente. Neste contexto, o conjunto da insegurança e da incerteza simbólicas e materiais são as principais causas do medo. Para além disso, os

sentimentos de insegurança e incerteza são uma ameaça muito eficaz à democracia propiciando situações de maior controlo social e de um apaziguamento relativamente a situações de conflito.

Em suma, encontram-se uma série de processos simbólicos e materiais que interligados influenciam a construção social do medo. Deste modo, a violência e a criminalidade, sejam elas reais ou falsas, ou distorcidas e exageradas, são a principal causa de insegurança. Tanto o lado material, ligado a aspetos socioeconómicos, como o simbólico associados à insegurança têm vindo a aumentar na cidade contemporânea. O medo aparece como um instrumento de legitimação dos défices de democracia e de determinados mecanismos e formas de produzir a cidade (Beck, 1992).

Constroem-se espaços que privilegiam a homogeneidade, a ausência de conflitualidade, espaços fortificados dentro da cidade (Christopherson, 1994; Low, 1997, 1999; Knox and Pinch, 2006). Esta metáfora faz transparecer a organização da cidade em redor do espaço privado, ao mesmo tempo que as questões da segurança estão cada vez mais presentes no planeamento urbano. A produção da cidade incorpora cada vez mais preocupações securitárias. Relativamente à securitarização do espaço, Foucault (1991) foi dos primeiros teóricos a sinalizar o facto de que as sociedades evoluíram no sentido de um maior controle social através de mecanismos de vigilância. O autor reconheceu uma sociedade a que chamou de ‘disciplinar’, em que o poder foi disseminado pelos seus membros, referindo que isto aconteceu de forma bastante perversa. Como se tivesse sido desenvolvido um aparelho de micro-poder e este tivesse sido utilizado para controlar os comportamentos sociais. Espacialmente isto significa o desenvolvimento de métodos de vigilância panóptica⁴, em que as relações sociais foram organizadas segundo lógicas de forte controlo do espaço interpessoal. A visão panóptica de Bentham está atualmente presente nas cidades ao nível das câmaras de vigilância. No final do século XVIII Jeremy Bentham desenvolveu o sistema panóptico no Reino Unido. Através deste mecanismo de vigilância, em que o edifício era desenhado em círculo ou semicírculo e

⁴ Panóptico: “estrutura concebida por Jeremy Bentham (1748-1832), consistindo num edifício circular em torno de uma torre central de vigia, num arranjo que permite a observação constante de todas as partes do círculo e impossibilita a observação recíproca da torre. Concebida como aplicável a múltiplos contextos institucionais e, particularmente, aplicável a prisões” (Araújo et al, 2012: 200).

completamente visível a partir do centro (aplicou-se este modelo primeiro em prisões – cada uma das pequenas celas dava tanto para o interior como para o exterior do círculo para que o vigilante conseguisse observar todos os prisioneiros sem que estes se apercebessem, diretamente, que estavam a ser observados e, posteriormente, em hospitais, manicómios, quartéis, fábricas) os indivíduos eram controlados permanentemente, produzindo-se a ordem e a disciplina. O objetivo principal da arquitetura com base num sistema panóptico é nunca intervir, exercendo a sua força espontaneamente e sem ruído, vigiando todas as dependências onde se quer manter o domínio e o controlo (Foucault, 1975).

O Reino Unido é o país com maior número de câmaras de vigilância por habitante. “Em 2007, o país contava com 4 milhões de cctv e em 2009, só na Grande Londres, havia meio milhão de câmaras, com uma média de uma câmara por cada catorze habitantes” (Montaner e Muxí, 2011: 37). São diversos os espaços (metropolitano e edifícios públicos, por exemplo) onde os avisos de que há câmaras a vigiar são uma constante. Montaner e Muxí (idem), criticando a situação dos milhares de câmaras e controlos referem que “o olho do controlo pode-nos vigiar permanentemente mas a nós não nos dão o direito de olhar, de recolher informação e de registá-la. E o que é mais terrível: os sistemas de controlo que surgiram da vontade do poder público vão sendo privatizados paulatinamente, de modo que ficam fora do controlo do Estado. O maior absurdo é, portanto, a privatização da segurança. O controlo já não está supervisionado pelos organismos públicos e, em consequência, não pode ser avaliado por processos democráticos.”

As cidades assumem crescente protagonismo e são os centros de decisão e de poder, concentrando também as principais atividades económicas. A reestruturação económica aparece associada à reconfiguração do espaço urbano, de onde emerge uma nova realidade urbana com uma ocupação socialmente mais difusa. Fala-se de uma cidade feita ‘de pedaços’, marcada pela existência de enclaves territoriais que se cruzam e que dão lugar a novas formas de viver a cidade e a novas interações sociais. O capital reconfigura o espaço urbano e a cidade é um espaço de acumulação flexível (Harvey, 1989) que absorve aquilo que assimila e expulsa aquilo que a estorva (o processo de *gentrification* das cidades é um exemplo disto). Esta dinâmica aumenta as

desigualdades, que são ignoradas, ocultadas, negligenciadas ou que são geridas como uma ameaça. Os bairros de habitação social construídos fora e longe da cidade são um exemplo de uma forma de gerir a ameaça ao espaço urbano. Malheiros (2001: 59 cit. Milton Santos (1996:83)), refere que a cidade tem 'áreas luminosas', produzidas na modernidade e que se "justapõem, superpõem e contrapõem ao resto da cidade" onde vivem os habitantes mais pobres e carenciados. O autor denomina estas 'áreas de opacas', mas ao mesmo tempo de proximidade. Ao contrário das 'áreas luminosas', as 'áreas opacas' são orgânicas e abertas, não são espaços racionalizados nem racionalizadores, "são espaços da lentidão e não da vertigem". A cidade planeada deixou de fluir na sua organicidade passando a ser controlada e gerida ao mínimo detalhe.

Mais recentemente, o retorno ao centro das cidades e a sua redescoberta têm evidenciado novos estilos de vida e escolhas residenciais baseadas noutros parâmetros (casa antiga, andar a pé, comércio de bairro, etc.), originando uma recomposição da textura social e urbanística da cidade. Este processo, aliado à reabilitação dos centros históricos das cidades, faz emergir novos produtos residenciais. Harvey (1985) relaciona isto com o processo de acumulação de capital, o centro da cidade atrai grupos de maior capital económico e social, mas sobretudo de maior capital cultural, ou seja, uma nova classe média bastante qualificada e com significativos consumos culturais. Este 'novo' grupo, ligado ao desempenho de profissões em atividades associadas ao que Bourdieu (1989) chamou de 'produção simbólica', procura diferenciar-se e sinalizar espacialmente essa diferenciação. Os seus gostos e *habitus* diferenciam esta nova classe média da anterior com um capital económico elevado mas com uma dotação de capital cultural reduzida. Por possuir um capital cultural mais elevado, este novo grupo procura novos referenciais e novos padrões de consumo. Assim, a um nível micro, a aparente homogeneidade das classes sociais com elevado capital económico complexifica-se e fragiliza-se através da referência ao *habitus*, gerador de práticas e comportamentos distintos.

O capital privatiza/apropria-se progressivamente do espaço urbano e as "administrações" tendem a geri-lo como uma propriedade exclusiva. Consequentemente a precariedade social apropria-se dos espaços excluídos ou não

visíveis que tem ao seu alcance para responder às suas necessidades. Muitas vezes isto acontece no espaço público, que, enquanto espaço de todos, não pode ser objeto de posse mas sim de apropriação. Contudo, esse princípio de livre acessibilidade ao espaço público vê-se “invadido” por princípios político-administrativos que se arrogam dele e que decidem o que é apropriado, o que é adequado, o que é aceitável fazer neste espaço e modelam a sua utilização em função das suas expectativas relativas a como deveriam ser os cenários sócio-espaciais por excelência. Há uma crescente regulação das atividades públicas, que só são autorizadas se for possível controlá-las no sentido de as conformar com a ordem estabelecida: “authoritarian control of the public space, the fragmentation of the landscape caused by the physical ‘protection’ and isolation of specific areas, and the growing use of surveillance cameras are leading to a militarization of the landscape” (Davis, 1990: 257).

As tensões entre o anonimato da vida nas cidades e em comunidade, estudadas nos anos 1920/ 1930 pela Escola de Chicago, continuam a ser atualmente uma evidência, apesar de terem entretanto surgido novos problemas associados a novos hábitos, práticas e grupos. Por um lado, encontramos uma ideia de solidão e de indiferença associada à vida na cidade, a modos de vida mais individualistas e a novas formas de sociabilidade. Por outro, deparamo-nos com a existência de comunidades urbanas que estabelecem intensas relações de proximidade que correspondem, em larga medida, ao recorte geográfico do bairro: *“if social relations in the city were characterized by anonymity and rationality, urban communities were throw backs to other places and older kinds of sociality. They appeared like villages in the city, based on familiarity and shared cultural norms, and usually transported by rural incomers or foreign immigrants”* (Tonkiss, 2005: 9). A cidade da solidão, do isolamento, da indiferença e do anonimato aparece em paralelo com uma cidade que apresenta uma base social cada vez mais heterogênea.

As cidades produzem, em função da sua densidade populacional, da sua heterogeneidade, da sua dimensão, etc., formas de interação social muito distintas. O modo de planeamento e de construção da cidade empurram os indivíduos para ‘dentro de si’, aumentando as distâncias aos outros. Quer isto dizer que, apesar da pequena distância física existente entre os indivíduos, é tendencialmente grande a

distância relacional e/ou social entre eles. A este respeito, Tonkiss (1995, cit. in Wirth, 2005:13) diz que há um enfraquecimento das relações, um declínio do significado social da família, um desaparecimento das relações de vizinhança e um definhar das bases de solidariedade social.

A cidade é um produto social complexo que resulta de transformações e de conflitos e que desenvolve diversas dinâmicas no seu interior. O centro das cidades está atualmente a ganhar um novo dinamismo associado a processos de reabilitação urbana. Certos espaços considerados degradados, inseguros e indesejáveis entram em cena e convertem-se em espaços apetecíveis e aburguesados. Estes espaços ganham uma nova identidade, com base em características que os homogeneizam, que os securitizam, que os protegem dos conflitos. Embora a construção destes espaços vise eliminar ou controlar os conflitos, acabam por desencadear situações de violência, muitas vezes extrema. Ao mesmo tempo, ganham também importância práticas “invisíveis” baseadas em redes espaciais e sociais.

2.3. FRAGMENTOS DE CIDADE

A sociedade não é uma totalidade dada: é um quebra-cabeças de peças heterogêneas, que não encaixam sempre.

Deleuze (2006)

A cidade está dividida em enclaves de riqueza e de risco (Dear e Flusty, 1998). Low (1997: 54) prevê até que a cidade do futuro seja “dividida em enclaves fechados segregados por raça e por classe”. Analisando Deleuze, Pellejero (2010: 154) diz-nos que, neste sentido, “o campo social não está composto apenas por formações isoladas e imutáveis: só as estratificações do saber e do poder lhe proporcionam alguma

estabilidade, mas em si mesmo é instável, agitado, cambiante, como se dependesse de um *a priori* paradoxal, de uma micro agitação. O social escoa por todas as partes”.

A segregação é uma evidência do modo como a cidade tem sido produzida. Se na cidade moderna a tendência era para homogeneizar, assumindo-se áreas demarcadas e replicando-se o modelo, a partir da cidade pós-industrial a característica evidente é a de fragmentação (Salgueiro, 1997, 1998). Assim, na cidade moderna, verifica-se uma homogeneidade social dentro dos bairros, podendo a sua defesa contra intrusos ser justificada, segundo Salgueiro (1998) por razões culturais e sociais que se traduzem economicamente em valorização ou desvalorização daquele território. A partir dos anos 1970, outra situação começa a ganhar força e “o aumento da diversidade e a fragmentação da estrutura social encontram eco na organização urbana que tende a evoluir para uma maior fragmentação” (idem: 41). Neste contexto, constroem-se enclaves segregadores que podem potenciar situações de violência dentro e fora deles, por constituírem “enclaves territoriais distintos e sem continuidade com a estrutura socio-espacial que os cerca” (Salgueiro, 1998: 41), traduzindo, assim, o aumento da diferenciação e a existência de ruturas entre os vários grupos sociais, organizações e territórios. Castells (1972, cit. por Barata Salgueiro, 1999: 353) diz-nos que há uma “tendência para organizar o espaço em áreas de grande homogeneidade interna e de fortes disparidades entre elas, não só em termos de diferença mas também hierarquicamente”. Dois dos exemplos mais marcantes e extremos destes enclaves da cidade fragmentada são, por um lado, os bairros de habitação social e, por outro, os condomínios fechados.

Fernandes (1998: 155) centra a sua análise na política de habitação social que diz tender “a ser segregacionista, especialmente quando obedece a critérios de rentabilidade, descurando a integração das pessoas”. A construção destes espaços de habitação de promoção pública faz-se, maioritariamente, de forma massiva e concentrada geograficamente nas periferias das cidades, sendo que estes espaços apresentam-se em várias fileiras de prédios com muitos andares, separados das áreas envolventes, com espaços verdes de deficiente qualidade ou inexistentes, com espaços públicos de pouca qualidade, com poucos serviços, comércio e equipamentos e com escassas acessibilidades. Do ponto de vista do desenho urbano, estes espaços não

promovem a circulação encontrando-se em áreas isoladas das cidades. Perante este cenário de segregação espacial, soma-se, também, um contexto de segregação social a que os *media* adicionam uma carga de simbolismo, chamando-lhes ‘espaço problemáticos’ e fazendo-os ‘carregar’ um simbolismo bastante grande.

Noutra extremidade, encontram-se os condomínios fechados, que para Atkinson e Flint (2003), são áreas residenciais cercadas, onde é possível controlar o seu acesso. O conceito refere-se a uma área residencial de acesso e uso restrito, destacando-se a natureza privada e controlada destes espaços. Quando os autores definem esta estreita ligação entre a função habitacional e o modo segregador de organização do espaço, enfatizam as suas diferenças espaciais mas também os diferentes graus de poder de cada uma delas.

Contudo, os enclaves da cidade neoliberal não se resumem aos bairros sociais e aos condomínios fechados. Nela coexistem espaços muito diferenciados entre si consequência da privatização e da securitarização do espaço mas também de uma distribuição desigual do poder e do acentuar das desigualdades, veja-se por exemplo a privatização do espaço público. Como refere Salgueiro (1998) até as relações centro-periferia se transformaram e perderam a complementaridade existente: o centro “perde a especificidade regional” e a periferia “é desafiada pela multiplicação das centralidades” (Salgueiro, 1998: 41). Para a autora (*idem*), se por um lado uma especialização mais generalizada tende a diminuir, fruto da substituição dos zonamentos por áreas mistas, por outro há um aumento de uma certa especialização em determinadas unidades, como é o caso da segmentação espacial do processo produtivo ou o aumento da diversidade dos alojamentos. Salgueiro (*ibidem*: 41/42) justifica este processo aleatório de fragmentação como “um produto social do jogo do mercado imobiliário pouco regulado, de processos especulativos de valorização, e não tanto das condições locais em termos de distância ao centro ou a zonas de emprego, do nível local do comércio e dos equipamentos ou da qualidade do ambiente”. A par destes processos também se verifica um (re)encontro no centro da cidade de diferentes grupos sociais. Um novo interesse pelo centro associado a processos de *gentrification*, como já foi referido anteriormente, vem reforçar esta ideia de enclave dissociado da envolvente.

O funcionamento do mercado, que coloca em marcha a competitividade e a eficácia, e as práticas especulativas são aliados fundamentais dos grupos dominantes que exercem um controlo sobre o espaço de acordo com os seus próprios interesses e projetos (Rodrigues, 1999). No mesmo sentido crítico, Garnier (2006: 104) fala de uma defesa social contra um novo inimigo interior: “este inimigo já não é o ‘subversivo’ que queria, como no passado, subverter a ordem social – embora o militante contra a mundialização neocapitalista possa ser classificado como tal no caso de infringir a lei – mas sim o ‘pobre ruim’ que, de um modo ou de outro, desenha problemas de ordem pública, embora só seja pela sua presença, como é o caso dos mendigos ou dos sem-abrigo”.

Este modo segregador e exclusivo de produzir cidade promovem ignorância, insegurança e medo, fatores que não potenciam a democracia, como se viu anteriormente. Produzem-se preconceito e intolerância e desenvolvem-se estigmas e dificuldades ao incremento de formas inovadoras de contrariar estas tendências. Moulaert (2000 cit. por André e Abreu, 2006: 127) reconhece que “a eventual resolução das formas mais agudas de exclusão só será possível se se encontrarem formas inovadoras de revelar necessidades, de cooperar e de democratizar a gestão pública. Este autor sublinha a importância da capacitação dos agentes, argumentando que o desenvolvimento local é cada vez menos uma questão de rendimentos e de capacidade de consumo, passando sobretudo pela promoção de mudanças estruturais que promovam a capacitação individual e colectiva no sentido de encontrar soluções para os problemas”. Também neste sentido, Nan Ellin (2003) defende um ‘integral urbanism’ que deve possibilitar a integração (ou a reintegração) mas sem destruir as diferenças, muito pelo contrário. Na sua perspectiva, Ellin privilegia cinco características qualitativas que considera essenciais para o desenvolvimento da cidade: “hybridity, connectivity, porosity, authenticity and vulnerability”. Deste modo, afasta-se do planeamento urbano mais convencional, onde o foco está no controlo e na eficiência e que tende a gerar “fragmented cities without soul and character” (idem: 55). Propõe, assim, intervenções pontuais que contribuem para activar os lugares através de ligações, cuidando ao mesmo tempo dos espaços abandonados. Este tipo de intervenção tem um efeito de dominó ou tentacular, catalisando outras

intervenções num processo inesgotável. A autora defende um urbanismo que estabeleça e enfatize a conexão, a comunicação e a celebração, o que contraria as visões mais convencionais do urbanismo que cria áreas, que separa, que isola ou que aliena. Para Ellin diversos atores devem estar envolvidos mas uma liderança top-down, “it is not an easy task. But it is an essential one” (ibidem: 61).

O CONFLITO URBANO



1. DO CONFLITO À VIOLÊNCIA. VISÕES E PERSPETIVAS.

Nesta investigação aborda-se o conceito de conflito considerando-o um dos elementos que permite recuperar o sentido político dos contextos urbanos e um dos meios que possibilita a transformação e a inovação das relações e das políticas públicas. Aqui, privilegia-se o conflito numa ótica positiva, como fonte de inovação e transformação, contrariamente às abordagens que encaram o conceito enquanto prática de violência física e agressão, tão comuns em trabalhos desenvolvidos sobre conflitos étnicos, ambientais ou territoriais e/ou mesmo em trabalhos sobre conflitos bélicos. Esta visão distanciada do que comumente é o ponto de partida de muitos trabalhos de investigação, resulta a necessidade de definir bem o conceito, revisitando os principais teóricos do conflito que discutiram e desenvolveram esta visão.

Interessa-nos, neste ponto, compreender também de que modo é que o conflito urbano se articula com as transformações da cidade contemporânea e de que modo esta relação dialética se reflete na forma de produzir cidade. Sendo um conceito estudado, preferencialmente, pela sociologia é necessário introduzir uma perspetiva geográfica (visto que na maioria das vezes isto não ocorre) à forma como olhamos para o conceito. Deste modo, é necessário fazer, na primeira parte deste ponto, uma breve revisão bibliográfica dos principais autores que abordam esta temática e posteriormente introduzir uma visão mais espacial do conceito que nos permite aproximar das transformações na cidade contemporânea.

Revisitar autores clássicos como Coser (1956, 1967), Engels (1845, 1848), Marx (1847, 1848), Oberschall (1978), Rex (1981), Simmel (1955) ou Sorel (1950) no atual contexto de crise financeira e económica, que se está a sentir por todo o mundo ocidental, pode trazer importantes evidências para o debate. Para além disso, a atualidade desta discussão faz-nos repensar a importância de estudar o conceito de conflito (tal como foi discutido pelos marxistas) e o seu papel na forma de produzir e transformar a cidade.

Atualmente, o conceito de conflito tem ressurgido em diversos trabalhos, sendo considerado ‘essencial’ e ‘vital’ por muitos autores (Harvey (2005, 2011), Klein (2011),

Marcuse (2000), Moulaert (2000), Ferrão (2004), Delgado (2007)). Também o recrudescimento dos conflitos sociais e o consequente impulso dado aos movimentos sociais dá nova luz ao conceito. Nesta investigação, retomamos a discussão do conceito relacionando-o com o modo capitalista de pensar e produzir cidade. Contudo, não se pretende fazer aqui uma extensa reflexão teórica sobre o conceito de conflito mas sim estabelecer e encontrar pontos de ligação entre a forma como se produz a cidade contemporânea e o modo como se gera e se expressa (ou não) o conflito.

As sociedades ocidentais contemporâneas, e em especial as cidades, são vincadas pelo crescente individualismo e, conseqüentemente, pela perda de importância do sentido coletivo, pelo acentuar das desigualdades sócio-económicas e pela distribuição desigual do poder, caracteriza-se, ao mesmo tempo, pela sua complexidade e pelas tensões dialéticas que vão surgindo entre o desejo de democracia, liberdade e segurança. É nestas tensas relações que se procura uma dinâmica onde se possa conciliar mudança, ordem, coesão, conflito. Zigmund Bauman (2005) diz-nos em “Confiança e medo na cidade” que “as cidades contemporâneas são os campos de batalha sobre os quais convergem, por um lado, os poderes mundiais e, por outro, as razões de ser obstinadas de cada um dos seus habitantes, que se entrecrocaram e combatem em busca de um acordo satisfatório ou minimamente tolerável: um tipo de convivência que se espera poder constituir numa paz duradoura, mas que, regra geral, não consegue ser mais do que um armistício, uma trégua que permite a reparação das defesas que abrem brechas e a reorganização das tropas em vista do próximo confronto. É este confronto, com efeito, e não um fator isolado independente, que move e orienta a dinâmica da cidade na época da modernidade líquida” (2005: 32).

1.1. O CONFLITO

El conflicto en si mismo ya es una resolución de la tensión entre los contrários (...) se caracteriza por diferenciarse de la simples indiferencia.

George Simmel, 2010

A origem da sociologia do conflito remonta às análises e às discussões de Karl Marx e Friedrich Engels no “Manifesto do Partido Comunista” (1848). O conflito aparecia, aqui, associado às relações sociais de produção. Os autores (idem) entendiam que o conflito tinha por base os interesses opostos de duas classes (burguesia e proletariado) e que era na luta de classes que se encontrava a fonte de mudança social. Era nesta luta que consideravam poder criar-se condições para desencadear uma revolução e, posteriormente, a mudança social.

Segundo Marx (1847), o conflito provoca mudanças nas relações dentro de uma determinada estrutura social, transformando consequentemente os próprios sistemas sociais. Para o autor (idem), o conflito é uma realidade estrutural centrada em interesses opostos de duas classes (burguesia e proletariado), assente no que considera ser a luta de classes e as contradições estruturais da sociedade capitalista. Visto que, na visão do autor (ibidem), entre estas duas classes sociais existiam interesses materiais opostos, estes só podiam ter uma resolução através do conflito. Nesta perspetiva, o conflito é visto como uma fonte de mudança social. Marx (1847) refere que o processo social que estrutura o conflito se situa no fato da classe social explorada e oprimida procurar a resolução através da mudança, enquanto a classe social exploradora tender para manter o *statu quo*. Para o autor, o conflito encaminha-nos para relações que estão sempre em mudança dentro da estrutura social existente, fazendo com que o próprio sistema social sofra transformações. Esta abordagem foi fortemente criticada por Ralf Dahrendorf (1972).

Dahrendorf (1972) critica a visão de Marx sobre a natureza do conflito e elabora uma nova teoria estruturalista da mudança social. Para este autor, a abordagem de Marx é muito generalista, *“these are generalizations derived from the experience of class conflict in capitalist societies”* (1972: 65) e assumindo que a *“theory is a general point of view which structures an area of facts and transforms it into an ordered context”*, reformulou a teoria de Marx modificando alguns dos seus elementos: a estrutura da classe e o conflito de classes. Referindo-se a Marx diz que *“he believed that the dominant conflicts of every society were class conflicts, and indeed that all social conflicts and all structures changes can be explained in terms of antagonisms of class. This generalization is as impermissible as it is untenable”* (1972:129). Tendo por base estes pressupostos, este autor (1972), considerou que o conflito é uma expressão da distribuição hierarquizada e estratificada da autoridade.

Contudo, outros teóricos do conflito como Sorel (1950), Simmel (1955, 1986, 2010), Coser (1957, 1958), Oberschall (1978) ou Rex (1981) seguiram, de certa forma, a perspectiva marxista. Valorizaram a luta de classes e introduziram na reflexão as questões do poder e da desigualdade socioeconômica.

Sorel (1950) reforçando a ideia dos diferentes interesses e valores, introduz uma nova visão, referindo que o conflito social evita o endurecimento do sistema social forçando a inovação e a criatividade. Para este autor, sindicalista de inspiração anarquista, o conflito social tem interesse para o sistema social na sua totalidade. Mas vai mais além, referindo que o seu desaparecimento gradual pode levar à decadência da sociedade. O conflito social parece ser, assim, importante para renovar energias e revitalizar as forças criativas. Deste modo, na sua perspectiva, o conflito entre os grupos de uma sociedade, ou dentro deles, pode evitar que estes sofram um progressivo empobrecimento da sua criatividade, ou seja, que se acomodem e se resignem a uma determinada situação, sem confrontarem diferentes pontos de vista e diversas soluções para os problemas.

Anos mais tarde, Simmel (1955) considerou o conflito como a característica fundamental e essencial da vida social a partir do conceito de diferença, que para o autor é a base de toda a interação. Esta interação, vista como um processo dinâmico,

pressupõe, à partida, a possibilidade de conflito a partir dos diferentes interesses e valores. O autor (2010: 17), referindo-se à relevância sociológica do conflito, salienta que este gera ou modifica comunidades de interesse, unidades, organizações, e é uma intensa forma de sociabilização: *“si toda interacción entre los hombres es socialización, entonces, el conflicto, que no puede reducirse lógicamente a un sólo elemento, es una forma de socialización, y de las más intensas”*. Considerando que as principais causas do conflito são o ódio e a inveja e a necessidade e o desejo, salienta que *“el conflicto se convierte en una protección frente al dualismo que separa y en una vía hacia cierta unidad, sea la que sea y aunque suponga la destrucción de una de las partes – viene a ser algo parecido a los síntomas más violentos de las enfermedades: representan el esfuerzo del organismo por librarse de sus desajustes y Dolores (...) el conflicto en sí mismo ya es una resolución de la tensión entre los contrarios (...) se caracteriza por diferenciarse de la simple indiferencia”*.

É, também, nesta perspetiva que Coser (1967:26) refere que o que gera vitalidade é o choque de valores e interesses, a tensão entre o que é e o que alguns grupos pensam que deve ser o conflito de interesses, de poder e/ou de *status*. Para este autor (idem), há condições estruturais (políticas, sociais, históricas) que fazem com que o conflito se ajuste internamente aos sistemas ou, nalguns casos, que quebre a ordem social existente dando lugar à emergência de uma nova estrutura social. Em “The functions of social conflict” Lewis Coser (1956) já tinha referido que o conflito, para além de dar origem a novas normas e a novas instituições, atua como estimulante direto na esfera económica e tecnológica, p.e. os conflitos provenientes das reivindicações sindicais resultam, com frequência, numa melhoria técnica ou organizacional que aumenta o rendimento das empresas e, nalguns casos, os salários dos trabalhadores.

Na continuação do seu trabalho, Coser (1967), detém-se sobre as fontes e a incidência do conflito. Para este autor (idem), estas variam em cada sistema segundo: o tipo de estrutura e os padrões de mobilidade social; a aquisição de *status* e a distribuição de poder e de riqueza; e o grau de aceitação dos atores de um sistema social, dentro dos diferentes subsistemas, de uma forma específica de distribuição de poder, recursos e *status*. Deste modo, há uma variação da intensidade do conflito dentro de um sistema e se não existir, não é objeto de desafios e não poderá dar uma resposta criativa: a

rigidez do sistema social e a intensidade dos conflitos não são independentes entre si. Este raciocínio levou Lewis Coser (1967) a considerar a existência de dois sistemas: um rígido e de resistência à mudança, que reprime a existência de conflito, e que exerce uma pressão que dá lugar ao surgimento de fraturas e de violência; e outro mais elástico¹, que permite a expressão aberta e direta do conflito dentro do sistema e desencadeia mudança: “se o sistema social é suficientemente flexível para se ajustar a situações de conflito, então estamos perante uma mudança dentro do sistema. Se, por outro lado, o sistema social não é capaz de se reajustar e permitir a acumulação de conflito, é possível que os grupos ‘agressivos’, imbuídos de um novo sistema de valores que ameaça dividir o consenso geral da sociedade e portanto uma ideologia, cheguem a ser suficientemente poderosos para superar a resistência dos interesses criados e produzir a quebra do sistema e o surgimento de novos valores sociais” (1967: 37). Para materializar esta abstração teórica, Coser recorre ao que John Morley (1917: 263) escreveu no seu livro “On Compromise”: “se (os homens mais adictos à ordem reinante das coisas) tivessem uma grande fé na estabilidade pela qual manifestam tanta ansiedade, também teriam mais liberdade para compreender e mais moderação para tratar generosa, honesta e eficazmente aqueles a quem consideram imprudentes inovadores”.

Na discussão do conceito de conflito, a mediação surge também como um caminho positivo dentro do processo. Contudo, esta visão é muito criticada por diversos autores (Marx, 1844; Delgado, 2011), considerando, mais uma vez, a emergência da luta de

¹ Em vez de sistema ‘elástico’ poderíamos aqui optar por usar sistema ‘plástico’, ‘flexível’, entre outros termos (ver sobre este assunto: Hertzler, J.D. (1966), *A Sociology of Language*, New York: RandomHouse.). A plasticidade é um conceito adoptado da física e foi recentemente utilizado por André e Abreu (2006) como condição sintetizante de características específicas que um meio inovador deve ter. O conceito resulta da conjugação de três condições: a diversidade, a tolerância e a participação. A primeira, a diversidade, “assegura a abertura ao exterior e a entrada de ideias, atitudes e práticas novas”. A segunda condição, a tolerância, “permite o risco, possibilitando, por essa via, a emergência de inovação”. E por fim, a participação, “promove o debate e o envolvimento dos atores” (André e Abreu, 2006: 121).

No contexto desta investigação, optou-se por utilizar o conceito de ‘elástico’ mantendo-nos fiéis ao autor, Lewis Coser, que definiu os dois sistemas aqui considerados. Contudo, o conceito de plasticidade será também utilizado sempre que necessário e quando for mais conveniente e relevante.

classes e do dominado e do dominador. Neste desejo de uma mediação necessária encontramos, também, uma obrigatoriedade de reconciliação entre dominadores e dominados ou uma produção de consenso social. Este fato faz-nos regressar novamente a Marx, à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel (citado por Delgado, 2011: 23) e ao efeito da mediação. Para Marx a mediação “expresa una de las estrategias o estructuras mediante las cuales se produce una conciliación entre sociedad civil y Estado, como si una cosa y la otra fueran en cierto modo lo mismo y como si se hubiese generado un territorio en el que hubieran quedado cancelados los antagonismos sociales. El Estado, a través de tal mecanismo de legitimación simbólica, puede aparecer ante sectores sociales con intereses y objetivos incompatibles, como ciertamente neutral, encarnación de la posibilidad misma de elevarse por encima de los enfrentamientos sociales o de arbitrarlos, en un espacio de conciliación en que las luchas queden como en suspenso y los segmentos confrontados declaren una especie de tregua ilimitada. Ese efecto se consigue por parte del Estado gracias a la ilusión que ha llegado a provocar – ilusión real, y por tanto ilusión eficaz – de que en él las clases y los sectores enfrentados disuelven sus contenciosos, se unen, se funden y se confunden en intereses y metas compartidos”. O autor considera que, deste modo e segundo Marx, estas estratégias servem para camuflar relações de exploração, dispositivos de exclusão e o papel dos governos de encobrir e garantir todo o tipo de assimetria social existente (Delgado, 2011: 23).

Fernandes (1993: 796) assume, a este respeito, que um “poder político altamente concentrado e autocrático cria apertadas redes burocráticas que impedem, à partida, os conflitos ou logo os resolve apenas surjam. Nestes sistemas, dotados de grande rigidez, os sentimentos de hostilidade são canalizados para atividades em que se substancia a luta contra um inimigo real ou potencial. É aqui apertado o espaço para a tolerância e para a institucionalização democrática dos conflitos. Assim que surjam são logo desviados, não podendo ter livre curso. Fraca é a possibilidade de adquirirem grande visibilidade face aos fortes aparelhos ideológicos e repressivos do sistema político. Se os conflitos são autocontidos e ocultados, também as relações sociais são desvirtuadas”. Pelo contrário, a situação é diferente em “sociedades livres e abertas. Nas sociedades pluralistas os mecanismos atuam como mecanismos de equilíbrio. Os

sistemas sociais abertos podem eliminar continuamente os motivos de divergência. A democratização leva ao reconhecimento dos direitos e estes à legitimação da luta. As relações sociais tendem a estabelecer-se com certa naturalidade num espaço de relativa abertura. As micro sociedades aumentam o grau de visibilidade entre si e a comparação entre as sociedades globais é mais fácil” (idem). Deste modo (ibidem), em sociedades abertas e livres e em espaços de relativa democraticidade “os sistemas de relação social adquirem alguma visibilidade, as diferenças tornam-se aparentes, os conflitos intensificam-se e as lutas sociais têm a possibilidade de se desenvolverem (...) o conflito é promessa de mudança”.

AUTOR²	PERSPETIVA DO CONCEITO DE CONFLITO
Marx e Engels (1848)	O conflito aparece associado às relações sociais de produção; conflito: luta de classes.
Georges Sorel (1908)	O conceito evita o endurecimento do sistema social forçando a inovação e a criatividade.
Simmel (1922)	O conflito é uma intensa forma de sociabilização, gerando ou modificando comunidades de interesse, unidades e organizações. É, por si só, uma resolução de tensões entre ‘contrários’.
Ralf Dahrendorf (1959)	O conflito é uma expressão da distribuição hierarquizada e estratificada da autoridade.
Lewis Coser (1967)	O conflito gera vitalidade dando origem a novas formas e a novas instituições.
Anthony Oberschall (1978)	O conflito é uma luta por valores, reivindicação de status, poder ou recursos escassos.

Quadro 1 | Perspetivas do conceito de conflito perante diferentes autores

² Neste quadro refere-se a data da primeira edição do livro onde o autor refere o conceito de conflito, que muitas vezes não é coincidente com a data do livro utilizado nesta investigação.

1.2. A VIOLÊNCIA

A não violência, o caminho que devemos seguir.

Stéphane Hessel (2011)

There is no such thing as non-violence.

Étienne Balibar (1997)

O conflito é uma forma intensa de sociabilização que gera criatividade, mudança e transformação. Este conceito aparece no contexto desta investigação dissociado do conceito de violência pois entende-se, aqui, que são dois conceitos diferentes apesar da sua aparente proximidade e da relação que estabelecem entre si: Walter Benjamin (1990: 136) questiona-se sobre se uma solução não violenta de conflitos será possível. Responde logo de seguida: “sem dúvida. As relações entre as pessoas particulares fornecem muitos exemplos. Um acordo não-violento encontra-se em toda a parte. (...) o seu exemplo mais profundo talvez seja a conversa, considerada como uma técnica de mútuo entendimento civil (...) a esfera propriamente dita do ‘entendimento’”.

A violência é para Heimeyer e Hagen (2003: 4) um conceito ambíguo, o que dificulta a sua investigação. No seu livro *International Handbook of Violence Research*, os autores (idem) referem que “is the ambiguity of violence itself, which is apparent in the characterization and framing of its phenomena, the logic of its occurrence and possible escalation, supposed causal explanations, and its evaluation. As a result, it frequently happens that clear divisions between levels of analysis and escalation dynamics become blurred, with the result that analyses cease to do justice to the complexity of violence”. E continuam dizendo que “the problem of violence research begin at the outset, with attempt to determine exactly what should be classified as violence. There is, admittedly, a broad consensus that violence causes injury and sometimes death and

results in many different forms of destruction, so that there are always victims” (ibidem).

Para Zygmunt Bauman (2007) a violência é um conceito sujeito a controvérsia. Se por um lado, “es el rasgo de de la violencia lo que hace que la gente haga cosas que de otro modo no desearía hacer”, a violência “significa atemorizar a las personas para que actúen en contra voluntad y privándolas así del derecho a elegir” e “por lograr esos efectos se daña el cuerpo humano, le inflige dolor” (idem: 234), por outro, a violência vai um pouco mais além e necessita de outras características para se concretizar. Bauman (ibidem) refere que a violência é coação ilegítima. Para o autor (2007: 242) a sociedade contemporânea é “cada vez más asediada, una sociedad en la que la violencia, las acusaciones de violencia y las expectativas de violencia se convierten en principales vehículos para la autoafirmación individual y de grupo”. Neste sentido e retomando o que já foi discutido anteriormente, sobre a questão da segurança e do medo, a suspeita de violência torna-se, também, uma fonte de ansiedade: “como el problema de la legitimidad sigue estando permanentemente sin resolver y siendo discutible, ninguna exigencia que pueda surgir de las circunstancias del hecho de compartir espacio, hogar o vida se librará de la acusación de violencia abierta u oculta. No es una sorpresa que haya un miedo ambiente a la violencia el cual impulse la estrategia del descompromiso: de la separación territorial a la que confieren seguridad los modernos equivalentes de los fosos y los puentes levadizos, como la vigilancia vecinal, los condominios con entrada propia, los circuitos cerrados de television y las patrullas de seguridad o vigilancia” (Bauman, 2007: 242).

Muitas destas situações de violência permanecem na invisibilidade e, muitas vezes, não são consideradas como tal exercendo-se o uso da força e do poder com legitimidade. Zizek considera que “temos no primeiro plano dos nossos espíritos que os sinais mais evidentes da violência são outros tantos atos de crime e de terror, confrontos civis e conflitos internacionais”. Contudo, “deveríamos aprender a ganhar recuo, a desenredarmo-nos do engodo fascinante desta violência ‘subjética’ diretamente visível, exercida por um agente claramente identificável. (...) O recuo permitir-nos-á identificar uma violência que subjaz aos nossos próprios esforços que visam combater a violência e promover a tolerância (...) a violência subjética é

somente a parte mais visível de um triunvirato que inclui também dois tipos objetivos de violência. Em primeiro lugar, há uma violência ‘simbólica’ encarnada na linguagem e nas suas formas (...) Em segundo lugar, há aquilo a que eu chamo violência ‘sistémica’ que consiste nas consequências muitas vezes catastróficas do funcionamento homogéneo dos nossos sistemas económico e político” (2008: 9-10). O autor (idem: 10) fala-nos de uma violência objetiva, de uma violência invisível “uma vez que é nela que se sustenta a normalidade do nível zero contra aquilo que percebemos como sendo objetivamente evidente”. Contudo, Žižek (idem) esclarece-nos que “as violências subjetivas e objetivas não podem ser percebidas do mesmo ponto de vista: a violência subjetiva é experimentada enquanto tal contra o pano de fundo de um grau zero de não-violência. Aparece como perturbação do estado de coisas ‘normal’ e pacífico. Todavia, a violência inerente a este estado de coisas ‘normal’ é precisamente a violência objetiva”.

Se retomarmos, uma vez mais, Marx em *O Capital*, muitas questões se levantam relativamente a esta questão e que fazem, de certa forma, a ponte com o que está a ser discutido. Marx associava a violência às origens do modo de produção capitalista e, consequentemente, ao processo de acumulação capitalista e à produção de mais-valia. Para Lukács (1979) a violência que Marx descreve no capítulo sobre a acumulação primitiva de capital, adquire um aspeto de fator extra-económico que criará condições para os processos de mudança requeridos pelo capitalismo. Para o autor (1979: 121) “Marx - após ter analisado sistematicamente o mundo do capitalismo na sua necessidade e compacidade económica rigidamente determinada por leis – expõe num capítulo particular a sua génese histórica (ontológica), a chamada acumulação primitiva, uma cadeia secular de atos de violência extra-económicos, somente mediante os quais foi possível a criação das condições históricas que fizeram da força de trabalho aquela mercadoria específica que constitui a base das leis teóricas da economia do capitalismo”.

O conceito de violência é também abordado por Étienne Balibar (1997) que distingue dois modos de violência: a violência sistémica ou ‘ultra-objetiva’ e a violência ‘ultra-subjetiva’. O autor (idem) considera que estes dois modos de violência são opostos mas que se complementam: a violência sistémica ou ‘ultra-objetiva’ encontra-se

inerente às condições sociais do capitalismo, o que implica a criação 'automática' de indivíduos excluídos e dispensáveis, desde a pessoa sem-abrigo até à pessoa desempregada; a violência 'ultra-subjetiva' relaciona-a como os novos fundamentalismos emergentes, de carácter étnico e/ou religiosos ou mesmo racista.

Para Bourdieu (1997: 114-115) é o Estado que é o detentor do 'monopólio da violência simbólica legítima': "O Estado contribui para a unificação do mercado cultural ao unificar todos os códigos, o jurídico, o linguístico, o métrico, e ao operar a homogeneização das formas de comunicação, e nomeadamente a burocrática (através, por exemplo, dos formulários, dos impressos, etc.). Através dos sistemas de classificação (de acordo com a idade e o sexo principalmente) inscritos no direito, através dos procedimentos burocráticos, das estruturas escolares, e dos ritmos sociais (...) o Estado modela as estruturas mentais e impõe princípios de visão e de divisão comuns". Bourdieu também se detém sobre os efeitos violentos da utopia neoliberal onde um mercado puro e perfeito supõe a destruição de todas as resistências colectivas: "la institución práctica de un mundo darwinista de lucha de todos contra todos, en todos los niveles de la jerarquía, que halla los resortes de la adhesión a la tarea y a la empresa en la inseguridad, el sufrimiento y el stress, no podría triunfar tan completamente, sin duda, de no contar con la complicidad de las disposiciones precarizadas que produce la inseguridad y la existencia - en todos los niveles de la jerarquía, hasta en los niveles más elevados, especialmente entre los técnicos superiores - de un ejército de reserva de mano de obra domeñada por la precarización y por la amenaza permanente del paro. En efecto, el fundamento último de todo este orden económico situado bajo el signo de la libertad, es la violencia estructural del paro, de la precariedad y de la amenaza de despido" (1998: 5). É, também, a esta violência estrutural que Lewis Coser se refere: "só se consegue prestar atenção a uma disfunção social se ela é visível, não necessariamente a toda a comunidade, mas pelo menos aos seus setores mais sensíveis e mais poderosos. Contudo, a pessoa mais sensível precisa de poder, e o que tem poder falta-lhe frequentemente sensibilidade" (1967: 81). Coser referia-se neste caso à falta de visibilidade da violência de muitas situações de desigualdade sócio-económica, de exclusão ou de marginalidade. O autor (idem) defende que a existência de problemas económicos e sociais latentes, a que

não é dada a devida atenção, pode desencadear situações de grande violência. Atualmente, esta situação tornou-se bastante presente. Passado quase meio século perante as afirmações de Lewis Coser (1967), a incidência de situações de violência urbana, conjugadas com situações de isolamento, de degradação da situação socioeconómica, de exclusão e de estigmatização, aumenta rapidamente: “Nos tempos presentes, a competitividade toma como discurso o lugar que, no início do século XX, ocupava o Progresso e, no pós-guerra, o Desenvolvimento. (...) A noção de progresso (...) comportava também a ideia de progresso moral (...) Mas a busca da competitividade, tal como apresentada pelos seus defensores – governos, homens de negócio, funcionários internacionais – parece bastar-se a si mesmo, não necessita de qualquer justificação ética, como, aliás, qualquer outra forma de violência. A competitividade é outro nome para a guerra planetária, conduzida na prática, pelas multinacionais, as chancelarias, a burocracia internacional” (Santos, 1998: 35).

A violência decorre, muitas vezes, da impossibilidade da existência de espaço e oportunidade para o conflito se expressar. As situações de violência ocorrem, principalmente, quando o conflito é reprimido, absorvido, controlado ou institucionalizado, não desaparecendo completamente e mantendo as tensões latentes. Estas tensões vão-se acumulando, vão aumentando e assumindo contornos de maior dimensão, tornam-se uma “bomba” prestes a explodir: *“la supuesta unidad de una sociedad más dividida que nunca, ahora se ve minada, ya no por los antagonismos de clase tradicionales, com los riesgos de ‘explosión’ que durante mucho tiempo les fueron atribuidos, sino por un insidioso proceso de disgregación social cuyo horizonte seria más bien del orden de la implosión. Los enfrentamientos colectivos en que los adversarios estaban definidos y los objetivos trazados, ciertamente parecen pertenecer a una época pasada. Han surgido divisiones cada vez más acentuadas que separan a los individuos o a los grupos parencrear entre ellos una especie de tierra de nadie, que los aíslaen universos no sólo distintos sino distantes”* (Garnier, 2006:37).

Neste contexto, conseguem-se evidenciar duas situações distintas sobre a violência. Se por um lado, a força e o poder são usados violentamente pelos grupos dominadores para manter a ordem estabelecida e o *status quo* das suas elites, por outro, há a

violência usada pelos dominados para se libertarem da dominação dos grupos hegemónicos e estabelecerem outra ordem social. A situação de violência exercida pelos dominadores sobre os grupos mais vulneráveis tem sido exposta ao longo deste texto, sendo o aumento das desigualdades socioeconómicas, da exclusão ou da segregação alguns dos exemplos possíveis. Quanto à situação de violência dos grupos mais segregados e excluídos os exemplos, mediáticos, mais recentes reportam-se aos casos de Paris (Outubro e Novembro 2005) e de Londres (Agosto de 2011). As periferias destas cidades foram palco de intensos e violentos confrontos, tendo na sua génese situações de segregação e marginalização.

1.3. DO CONFLITO À VIOLÊNCIA URBANA – DOIS EXEMPLOS: PARIS (OUTUBRO E NOVEMBRO DE 2005) E LONDRES (AGOSTO DE 2011)

Não há uma explicação precisa para os diferentes tipos de violência que ocorrem. As explicações são várias e rodeadas de grande complexidade e, por isso, não podem ser analisadas à luz de explicações simplistas: “en lugar de la amable arcadia de civilidade y civismo en que debía haberse convertido toda ciudad según lo planeado, lo que se mantiene a flote, a la vista de todos, continúan siendo las pruebas de que el abuso, la exclusión y la violencia siguen siendo ingredientes consubstanciales a la existencia de una ciudad capitalista” (Delgado, 2011: 11). A par de dois momentos da história recente (Paris, Outubro e Novembro de 2005 e Londres, Agosto de 2011) tentaremos olhar para algumas das perspetivas analisadas anteriormente.

1.3.1. Paris (Outubro e Novembro de 2005)

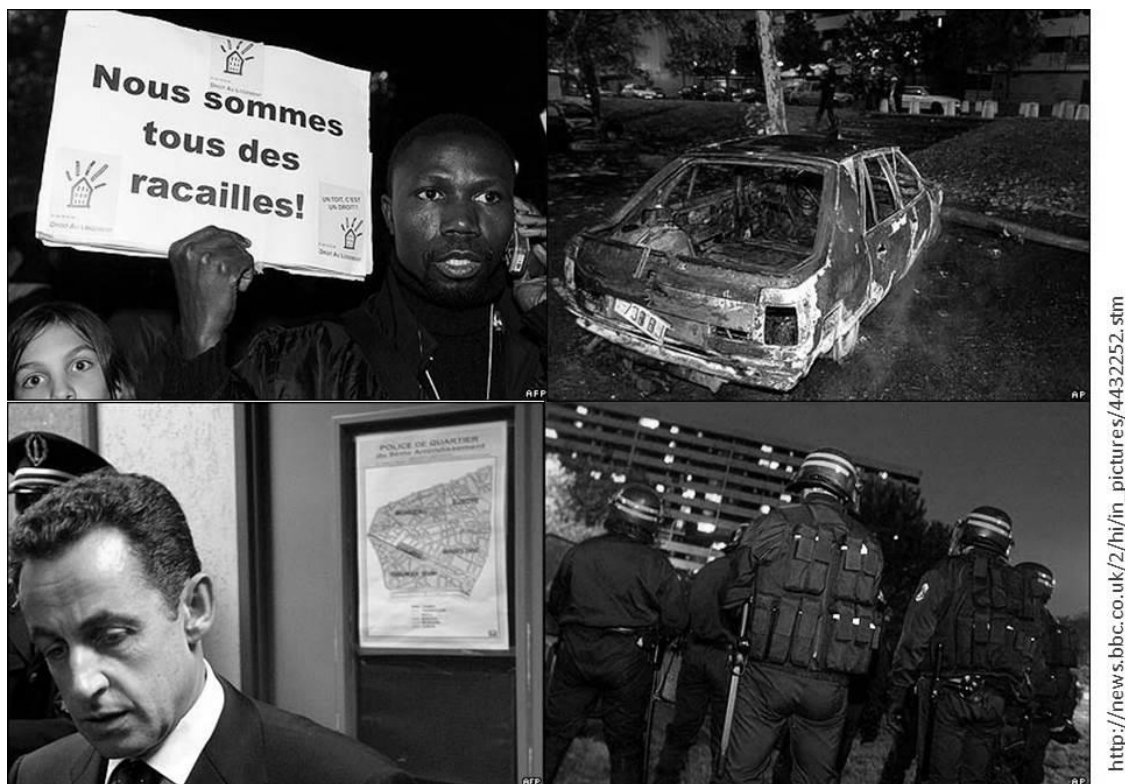


Figura 4 | Imagens dos confrontos em Paris (2005)

Nos meses de Outubro e Novembro de 2005 Paris assistiu a violentos confrontos nos seus bairros suburbanos, que se estenderam a 274 cidades da região (Figura 5). O desemprego jovem e a falta de oportunidades nestas comunidades francesas foram as principais causas apontadas: “Os motins suburbanos franceses do Outono de 2005 viram milhares de carros a arder e uma explosão maior de violência pública. (...) Os motins eram simplesmente um esforço direto visando adquirir visibilidade. Um grupo social que, embora fazendo parte de França e composto por cidadãos franceses, se via como excluído do espaço político e social adequado quis tornar sensível ao público em geral a sua presença. As suas acções falavam por eles: gostem ou não, aqui estamos nós, por mais que queiram fingir que não nos vêem. (...) a sua premissa principal era que queriam ser e eram cidadãos franceses, embora não estivessem a ser

reconhecidos como tal. (...) O seu objetivo era criar um problema, assinalar que eram um problema que não podia continuar a ser ignorado. Era por isso que a violência se tornava necessária. Se tivessem organizado uma marcha não-violenta, tudo o que teriam obtido não seria mais do que uma pequena nota ao fundo de uma página... (...) O fato dos manifestantes violentos quererem e exigirem ser reconhecidos como cidadãos franceses de parte inteira, indica, evidentemente, não só o insucesso da sua integração, mas ao mesmo tempo a crise do modelo francês de integração na cidadania” (Zizek, 2008: 71-74).

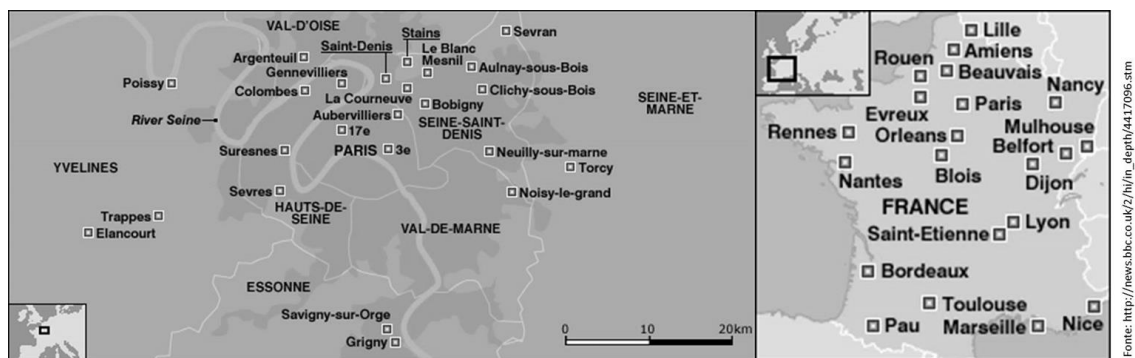


Figura 5 | Mapa dos principais tumultos assinalados em Paris (2005)

A vida na metrópole de que Simmel (1997: 36) nos fala, como já foi referido anteriormente, diz-nos que se trata “de uma leve antipatia, de mútuo estranhamento e aversão, que, ao mais pequeno contacto, pode deflagrar em repulsa e conflito”. Nos subúrbios de Paris, onde reside maioritariamente população imigrante com minorias religiosas bastante evidentes, os motins foram intensos após a morte de dois adolescentes franceses descendentes de malianos e tunisinos em fuga à polícia, e rapidamente se espalharam a outras cidades francesas. Nicolas Sarkozy, à época ministro do interior, numa das suas visitas às áreas afetadas, referiu que estes espaços deviam ser “cleaned with a power hose”, classificando os seus habitantes de ‘gangrena’ e ‘ralé’ (BBC, 2005). Para resolver a situação ali gerada, o ministro do interior, reforçou o contingente policial, aplicou medidas de ‘tolerância zero’ e proibiu reuniões públicas. Ao longo dos dias a violência nas ruas começou a dispersar-se e a

tornar-se menos expressiva. Perante o sucedido, o presidente Jacques Chirac comprometeu-se a criar oportunidades para os jovens, esforço para impedir o ressurgimento deste tipo de violência (BBC, 2005).

A violência objetiva passou rapidamente para uma situação de violência subjetiva (Zizek, 2008) mas os discursos da lei e da ordem foram a reação do governo francês salientando que o que estava em causa eram processos de imigração ilegal, separatismo muçulmano ou práticas poligâmicas. O governo francês não teve em conta, na sua retórica, as questões que se prendiam com exclusão socioeconómica ou discriminação racial, deixando mesmo de parte uma das suas bandeiras: o compromisso de integração social dos indivíduos independentemente da sua cor ou do seu credo. Sem conseguir responder ao problema da exclusão social foi decretado o 'estado de emergência' que só foi levantado em Janeiro de 2006, altura em que novos protestos eclodiram no centro de Paris. Nesta altura eram jovens franceses brancos que se manifestavam contra a lei do *contrat première embauche*. Por esta altura, manifestaram-se milhões de pessoas nas ruas, havendo posteriormente uma intensificação do protesto com greves e ocupações de universidades, que levou o governo a revogar a lei anteriormente aprovada (Sahlins, 2006).

As diferenças dos pequenos poderes ou de uma certa elite são uma evidência clara. Enquanto perante o protesto contra a lei do *contrat première embauche*, que colocava em causa uma série de direitos e garantias dos trabalhadores franceses, o governo reagiu revogando a lei, perante os protestos contra as situações de exclusão social e o racismo nos subúrbios parisienses o governo não tomou medidas de maior relevo, perpetuando-se e intensificando-se uma violência objetiva (Zizek, 2008) em tensão constante.

1.3.2. Londres (Agosto de 2011)



Figura 6 | Imagens dos confrontos em Londres (2011)

Os tumultos que decorreram nas ruas de Londres em Agosto de 2011 são um exemplo de como a falta de espaço para a existência de conflito, associado ao aumento das desigualdades sociais e da segregação socioeconómica, ou o seu controlo e absorção, pode desencadear situações de extrema violência. “Mesmo num período de relativa tranquilidade, um certo desprezo aflora à superfície das relações sociais do Reino Unido, uma das sociedades mais desiguais do mundo. Bastaram algumas noites de motins e de pilhagens, no mês de Agosto, para que esse desprezo latente rebentasse à luz do dia” (Jones, 2011: 21). A invisibilidade dos problemas sociais e económicos e a falta de sensibilidade de quem está no poder, como nos dizia Lewis Coser (1967),

trouxe visibilidade a situações de grande violência, como já tinha acontecido anteriormente em Paris.

Perante a crise económica e financeira instalada um pouco por todos os países ocidentais, os diversos governos optaram por tomar medidas drásticas de austeridade em que “a desapropriação em massa, as práticas predatórias aos mais pobres e vulneráveis, se tornaram a ordem do dia” (Harvey, 2011). A estes fatos, associam-se também, “o desemprego em massa dos jovens, a crescente privação social e uma política de austeridade sem sentido, que nada tem a ver com a situação económica e que tudo tem a ver com a perpetuação e consolidação da riqueza e do poder” (idem). Para além destes fatos, que ajudam a compreender a situação de violência, é, também, de referir a localização periférica (Figura 7) dos espaços onde os tumultos foram mais intensos relativamente ao centro da cidade, tal como em Paris, e que o mesmo tipo de situação se multiplicou por outras cidades do Reino Unido. Como já se referiu no ponto anterior, a fragmentação da cidade propícia situações de segregação socio-espacial e marginalização, desencadeando situações de violência objetiva (Zizek, 2008).

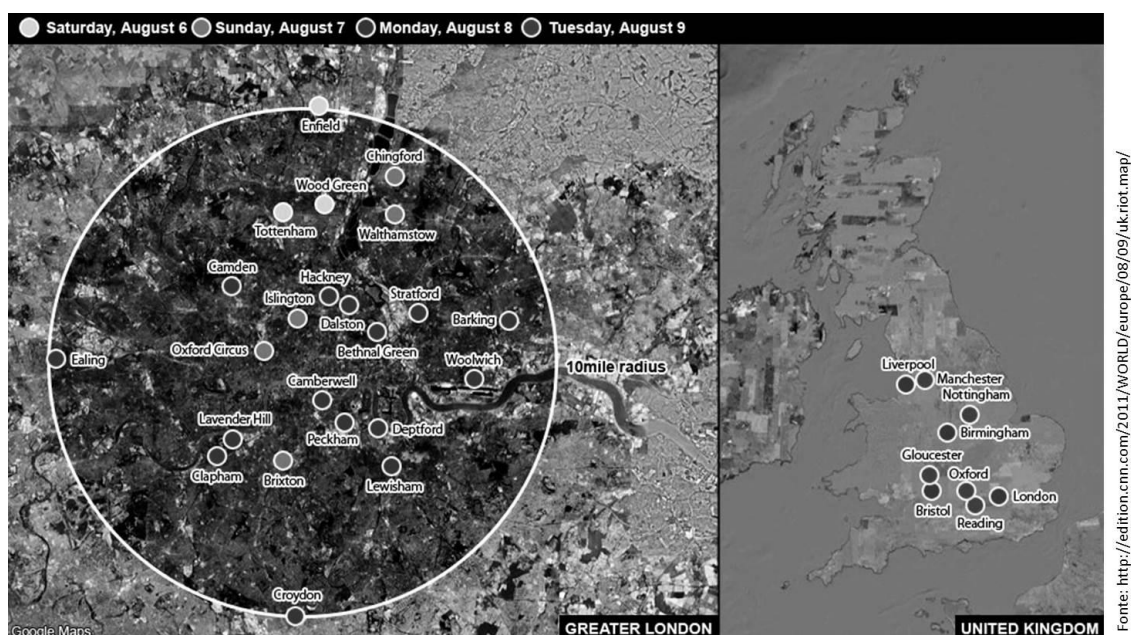


Figura 7 | Localização dos bairros onde os motins foram mais intensos na cidade de Londres

Frente aos tumultos e negando que as medidas governamentais de austeridade tomadas são o cerne do seu desenvolvimento, o primeiro-ministro conservador David Cameron “começou por surpreender no discurso que fez a 15 de Agosto último. Os recentes acontecimentos, afirmou, ‘constituem um sinal de alarme para o nosso país: acabam de nos explodir na cara problemas sociais que estavam em incubação desde há décadas’. Estavam os conservadores a defender teses progressistas de combate à desigualdade e a convidar a que fossem tomadas em consideração as raízes socioeconómicas dos motins? Não exactamente. Os ‘problemas sociais’ que o primeiro-ministro identificava, prometendo ter ‘a coragem de os enfrentar’, resumiam-se, na sua opinião, ao ‘lento desmoronamento moral’: ‘filhos sem pais, escolas sem disciplina e recompensas sem esforço’. Promover a lógica segundo a qual a pobreza decorreria de problemas comportamentais, de falhas (ou mesmo de escolhas) individuais constitui uma boa forma de legitimar o projeto conservador de corte dos orçamentos ligados à proteção social” (Jones, 2011: 21). Cameron culpou, assim, os membros dos *gangs* dos piores distúrbios das últimas décadas no Reino Unido, negando que as medidas de austeridade aplicadas pelo governo ou a pobreza fossem as causas da violência: “Isto não é sobre pobreza, é sobre cultura, (...) uma cultura que glorifica a violência, desrespeita a autoridade e fala sobre direitos mas não fala sobre responsabilidade” e continua dizendo que os gangs “eram na maioria compostos por jovens, principalmente, oriundos de lares disfuncionais” (Cameron, 2011).

David Harvey (2011) refere no seu blog que “Se tivermos sorte, teremos comissões e relatórios a dizer tudo, outra vez, o que já foi dito sobre Brixton e Toxteth nos anos Thatcher. Eu digo ‘sorte’ porque os instintos selvagens do atual primeiro-ministro parecem mais sintonizados para ligar canhões de água, para chamar a brigada de gás lacrimogénico e para usar balas de borracha enquanto fala sobre a perda da bússola moral, o declínio da civilidade e a triste deterioração dos valores familiares e da disciplinas dos jovens”.

Perante a grave situação social, económica e política latente e, por vezes, emergente, os líderes políticos britânicos salientaram a sua preocupação com o fato dos tumultos poderem prejudicar a confiança na economia e nos mercados, visto que Londres é um dos maiores centros financeiros do mundo e o local dos Jogos Olímpicos de 2012. “Esta

é a nova normalidade em que vivemos”, refere Harvey (2011). Uma normalidade em que os mesmos políticos que condenam moralmente o saque e a violência por parte dos jovens, são os mesmos políticos que saqueiam e defraudam as economias dos seus países. Harvey (2011) fala de um capitalismo que se tornou desenfreadamente selvagem, tal como os “políticos selvagens fazem “batota” com as suas despesas, os banqueiros selvagens saqueiam o erário público, ...”. Também as agências noticiosas, como a Reuters (2011) por exemplo, fazem referência a esta situação (o que aconteceu apenas esporadicamente), dizendo que é estranho que sejam salientados princípios e uma moralidade superior num país onde alguns legisladores e políticos estiveram envolvidos em escândalos de suborno e práticas menos claras: “Em 2009, o ‘escândalo das despesas’ revelou que um grande número de parlamentares rapinava dinheiro público. Mas só três deputados foram presos (Jones: 2011: 21). Harvey (2011) sobre esta questão pergunta: “alguém acredita que é possível encontrar um capitalista honesto, um banqueiro honesto ou um político honesto?”. Responde (idem), seguidamente, que “sim, eles existem. Mas apenas como uma minoria. Obter lucros fáceis. Fraudar e roubar! As hipóteses de serem apanhados são baixas. E em qualquer dos casos, há muitas maneiras de proteger a riqueza pessoal. O que eu digo pode parecer chocante. A maioria de nós não o vê porque não quer ver. Certamente nenhum político ousa dizê-lo. Mas o meu palpite é de que cada desordeiro sabe exactamente o que quero dizer. Eles estão apenas a fazer o que todos estão a fazer, embora de uma forma diferente – mais visível nas ruas. O *thatcherismo* desencadeou os instintos selvagens do capitalismo e nada fez para os conter desde então”.

2. A ESPACIALIDADE DOS CONFLITOS

No contexto desta investigação, é possível fazer uma associação entre os dois sistemas referidos por Lewis Coser (1967) em *Continuities in the study of social conflict* e a cidade dividida, tratada anteriormente. Assim, a um sistema rígido, que reprime a existência de conflito e exerce uma pressão que dá lugar ao surgimento de divisões e de formas violentas de conflito, associa-se a cidade ‘dividida’; e, a um sistema mais elástico, que permite a expressão aberta e direta do conflito e que desencadeia mudança, associa-se ‘novas urbanidades’ (Figura). Ao primeiro associa-se a produção de uma cidade que, muitas vezes, ignora o bem-estar social e a qualidade de vida dos grupos sociais mais desfavorecidos, valorizando, maioritariamente, as dimensões económicas e financeiras da cidade. No segundo, recuperam-se antigas formas de sociabilidade urbana a uma escala socio-temporal muito diferenciada³. Enquanto no sistema rígido a cidade é produzida à escala da cidade global onde um sistema de mercado rápido gera vantagens competitivas, no sistema mais elástico a cidade é construída a uma micro escala e num tempo mais lento, consolidando-se relações e construindo-se identidades.

³ Veja-se a este respeito o projeto ‘CHRONOTOPE: Time-Space Planning for Resilient Cities? New Means of Sustainable Planning in Societies of Consumption’

SISTEMA RÍGIDO	Resistente à mudança	CIDADE DIVIDIDA	Homogénea	VIOLÊNCIA
	Reprime a existência de conflito		Competitiva	
	Dá lugar ao surgimento de fraturas e de violência		Individualista	
			Mercadoria	
			Desigual	
			Segregadora	
SISTEMA MAIS ELÁSTICO		NOVAS URBANIDADES	Diversa	CRIATIVIDADE MUDANÇA TRANSFORMAÇÃO
	Permite a expressão aberta e direta do conflito		Diferente	
	Desencadeia mudança		Participativa	
			Democrata	
			Espaço público	
			Colectiva	

Figura 8 | Os sistemas definidos por Lewis Coser (1967) e a cidade dividida

O urbanismo contemporâneo desencadeou, segundo esta perspetiva, dois tipos de espaços: uns que acompanham as práticas de ordenamento conduzidas pelos poderes hegemónicos e que dão lugar a espaços normalizados e homogéneos, como nos refere, muitas vezes, Habermas (1986) por exemplo; e outros, que são espaços de diálogo, de partilha, de compreensão, de tolerância – os espaços de um conflito necessário e criativo: *“(re)surgem com fuerza las acciones espontâneas y individuales en los territorios más locales y cotidianos (y a veces también en los ámbitos globales)...pero también las respuestas colectivas donde los ciudadanos se organizam local y*

globalmente. Son espácios y actitudes resistenciales que expresan resquicios de esperanza para volver a entender lo público como un espacio de reconocimiento del 'otro'” (Albet et al, 2006: 406).

Tendo por base o que foi explicitado no capítulo anterior, rapidamente se conclui que há uma tendência para a homogeneidade dos espaços e dos comportamentos contemporâneos que seguem o paradigma neoliberal: “quanto mais tempo permanecermos num meio uniforme – na companhia de pessoas semelhantes, com as quais podemos comunicar em termos superficiais e prosaicos sem nos expormos a mal entendidos nem termos a necessidade humilhante de nos esforçar para traduzir significações radicalmente diferentes -, maior se torna a probabilidade de ‘desaprendermos’ a arte de chegar a fórmulas de conciliação e a um *modus convivendi*” (Bauman, 2005: 42). Touraine acrescenta ainda, na sua obra *Crítica da Modernidade* (1994: 228) que estes espaços da hegemonia tendem “a negar a sua própria criatividade e os seus conflitos internos e a apresentar-se como um sistema auto-regulado, escapando, portanto, aos agentes sociais e aos seus conflitos”. São espaços que não promovem a mudança que visam manter a ordem estabelecida.

Para Loïc Wacquant (2003) constroem-se formas especiais de violência colectiva concretizadas no espaço urbano que refletem uma homogeneidade que se encerra no seu interior. O autor (idem) quando empregava esta expressão referia-se ao conceito de gueto utilizado na última metade do século XIX, relativamente à concentração residencial de judeus. Mas será que na cidade contemporânea não existem ainda guetos? Será que estes espaços não refletem tensões latentes que se expressam violentamente? Para Wacquant (2003: 157) existem quatro elementos que definem um gueto: 1) o estigma; 2) o limite; 3) o confinamento espacial; e 4) o isolamento. Refere ainda que “é um meio sócio-organizacional que usa o espaço com o fim de conciliar dois objetivos antagónicos”. O primeiro é o de maximizar os lucros materiais extraídos do grupo e minimizar o contacto com os seus membros, “a fim de evitar a ameaça de corrosão simbólica e de contágio”. Será que não encontramos todos estes elementos nos bairros de habitação social ou nas áreas mais degradadas das periferias metropolitanas? Os bairros de habitação social, são espaços tipicamente estigmatizados e segregados onde aos seus residentes são associados graves

problemas de exclusão, a prevalência de insucesso escolar, baixas qualificações, elevado desemprego, degradação física e simbólica do espaço público. A precariedade económica e social está afastada do visível, como já foi referido anteriormente, e tal como nos bairros operários de Manchester de que Engels (1845) nos falava, encontra-se isolada geográfica, social e simbolicamente do resto da cidade. São espaços excluídos da cidade, onde a produção de estigmas e o aumento das desigualdades com o que os rodeia conduzem a situações de violência.

Seguindo esta perspectiva, Wacquant (2008: 218) faz a analogia entre gueto e prisão: “el gueto es una especie de ‘prisión social’, mientras que la prisión funciona como ‘gueto jurídico’. Ambos tienen como misión confinar a una población estigmatizada con el fin de neutralizar la amenaza material y/o simbólica que esa población plantea para la sociedad”. O modo de planeamento e de produção da cidade contemporânea empurram os indivíduos para ‘dentro de si’, aumentando as distâncias para com ‘o outro’. Quer isto dizer que, apesar da pequena distância física existente entre os indivíduos, é tendencialmente grande a distância social e comunicacional entre eles. A este respeito, Wirth (1995, cit. in Tonkiss, 2005: 13) diz que há um enfraquecimento das relações, um desaparecimento das relações de vizinhança e um definir das bases de solidariedade social. Também Delgado (2011: 93-94) reforça esta ideia referindo-se às políticas de habitação e ao planeamento da cidade: “si las políticas de vivienda que se presentan a sí mismas como destinadas a evitar la formación de guetos no estarán orientadas también en el sentido de procurar la dispersión de los sectores sociales potencialmente conflictivos, difuminar su descontento, obstaculizando de esse modo que, a partir del elemental contacto cara-cara, pudieran tomar conciencia de su situación, pero sobre todo de su capacidad de actuar colectivamente y con eficacia contra ella”.

Contudo, *“la práctica urbanística tecnocrática está desacreditada, sudimensión pública há quedado marcada por el predominio de la especulación inmobiliaria y el objetivo del bien común se há contaminado por las exigências del mercantilismo (...) La cuestión clave escómo afrontar los grandes desafios sociales y médio ambientales com una arquitectura ecológica y un urbanismo autenticamente participativo (...) en este sentido, hay una parte de la cultura arquitectónica y del urbanismo contemporâneos*

digna y escatible, que há hecho grandes aportaciones: la tradición orgânica y participativa del urbanismo; las nuevas políticas urbanas basadas en los espácios y transportes públicos, los edificios públicos pensados para el aprendizaje, la socialización, la comunicación y la expresión de la gente; los espácios verdes, los ejes peatonales y los carriles bici que fomentan la diversidad y las relaciones” (Montaner e Muxí, 2011: 211). Também Ferrão (2004: 115) nos diz que é nos sistemas elásticos que aparece “a ideia de cidade como espaço de intervenção particularmente favorável à mudança”. Mas que espaços são estes, que coexistem na mesma cidade com espaços ‘fechados’ e homogêneos? São, à partida, espaços do passado que resistem e conseguem encontrar um caminho e uma prática que os torna social, cultural, económica e politicamente diferentes? São espaços que combinam diferentes formas de viver e de olhar?

Se por um lado, encontramos uma ideia de solidão e de indiferença associada à vida na cidade, aos modos de vida mais individualistas e a novas formas de sociabilidade, por outro, deparamo-nos com a existência de comunidades urbanas com características muito próprias e relações de proximidade: “if social relations in the city were characterized by anonymaty and rationality, urban communities were throw backs to other places and older kinds of sociality. They appeared like villages in the city, based on familiarity and shared cultural norms, and usually transported by rural incomers or foreign immigrants” (Tonkiss, 2005:9). A cidade da solidão, do isolamento, da indiferença e do anonimato aparece em paralelo com a cidade com uma base social mais democrática, mais heterogénea, mais participativa e igualitária.

A cidade é um produto social complexo que resulta de transformações associadas frequentemente ao conflito, desenvolvendo diversas dinâmicas no seu interior. O centro antigo das cidades está atualmente a ganhar um novo dinamismo associado a processos de reabilitação urbana. Certos espaços considerados degradados, inseguros e indesejáveis entram em cena e convertem-se em espaços apetecíveis e aburguesados (afastando muitas vezes os antigos habitantes). Estes espaços ganham uma nova identidade, com base em características que os homogeneizam, que os securitizam, que os protegem de conflitos. Embora a construção destes espaços vise eliminar ou controlar os conflitos, acabam por desencadear situações de violência,

muitas vezes extrema. Ao mesmo tempo, ganham também importância práticas “invisíveis” baseadas em redes espaciais e sociais mais fortes. ‘Outras’ espacialidades vão crescendo na cidade dividida permitindo a existência de uma cidadania mais visível, da criação colectiva e quotidiana deste espaço e de uma ‘nova’ reivindicação do direito à cidade: *“actualmente, a inicios del siglo XXI, el “derecho a la ciudad” no se limita a reivindicar elementos básicos para sobrevivir en el entorno urbano. Propone un concepto de ciudadanía para la ciudad de hoy y de mañana. Entiende la ciudadanía como igualdad de derechos sociales, políticos, económicos y culturales y los concreta en su relación con la ciudad como marco físico en el que se ofrecen mediante las políticas públicas un conjunto de bienes y servicios. El derecho a la ciudad incluye un conjunto de derechos que podríamos llamar específicamente “urbanos” como vivienda, espacio público y equipamientos de igual calidad, centralidad, movilidad, visibilidad, integración en el tejido urbano, a residir en el lugar que se ha elegido y a mantenerse en él, calidad ambiental, etc. Y también derechos de naturaleza cultural, socio-económicos o políticos que condicionan o hacen reales los anteriores: conocimiento de la lengua y cultura del lugar, mantenimiento de la identidad cultural originaria, empleo, formación continuada, renta básico o salario ciudadano, participación en la elaboración y ejecución de las políticas públicas, igualdad político-jurídica de todos los residentes en un mismo territorio, etc. El derecho a la ciudad parte del principio que este conjunto de derechos forman un todo, si no se tienen todos a la vez aquéllos que se consiguieron dejan de ser derechos reales”* (Borja, 2011). Neste contexto, e apesar da forma como se condiciona, à partida, a existência de conflito na cidade contemporânea, há formas de transformação das relações sociais, de desenvolvimento e de produção da cidade que surgem como alternativas ao paradigma vigente, dentro da própria cidade dividida. O conceito de cidadania insurgente (Holston, 1995) pode ser um dos caminhos apontados quando se pensa num sistema mais elástico dentro da cidade dividida, principalmente quando se associa este tipo de espaços à criação artística, por exemplo.

Os espaços da cidadania insurgente são como “uma nova entidade”, um ideal ausente da “realidade tornada estranha e estilhaçada por meio da vontade e do poder do indivíduo”, criando condições para se produzir uma cidade que “materialize condições

revolucionárias” de trabalho, habitação, transporte e recreio: “excluir o imaginário e a sua perspectiva inerentemente crítica é condenar o planeamento a fazer acomodações no *status quo*” (Holton, 1995: 247/ 248). Para o autor (idem), que centra a sua crítica ao desenvolvimento de modelos modernistas de planeamento urbano, a interiorização da vida quotidiana para espaços fechados (parques fechados, clubes, residências ou carros) incentiva, de certo modo, “uma privatização das relações sociais” permitindo um maior controlo do acesso aos espaços, “um plano sem contradição, sem conflito”, estratificando as pessoas que o usam. James Holton (ibidem) considera que “uma dominação racional do futuro em que o seu plano total e totalizador dissolve quaisquer conflitos entre a sociedade imaginada e a existente”, sendo que o conflito, a ambiguidade e o incerto são características da vida social, por um lado, e que, por outro, o inesperado também não é considerado. Deste modo, as previsões são fixas a modelos que se conseguem controlar e prever, não havendo lugar para a transformação.

Para Holton (1995: 249) a “cidadania muda à medida que novos membros emergem para fazer as suas reivindicações, expandindo o seu alcance, e em que novas formas de segregação e violência se contrapõem a esses avanços, erodindo-os”. Assim, os lugares da cidadania insurgente estão na interceção destes processos de expansão e de erosão, variando as suas relações socio-temporais. Se por um lado, na cidade atual, se podem encontrar espaços de cidadania insurgente nos bairros de imigração, nas periferias autoconstruídas, em cooperativas de trabalhadores, em acampamentos de mão-de-obra imigrantes, por outro, também se podem perceber estes espaços em condomínios fechados, onde se subvertem os proclamados princípios de igualdade. Como o autor refere (idem) “todos são lugares de insurgência porque introduzem na cidade novas identidades e práticas que perturbam histórias estabelecidas. Essas novas identidades e as perturbações que elas causam podem ser de qualquer grupo ou classe social”.

O movimento de expansão e erosão que Holton (1995) refere é evidente em processos como o dos movimentos sociais que reivindicam o ‘direito à cidade’ ou o ‘direito à diferença’, onde se força a ordem estabelecida a responder às novas condições sociais, possibilitando, assim, a criação de novos tipos de direitos para as pessoas que se

encontram excluídas e à margem da sociedade, “com base em exigências da experiência vivida, fora das definições normativas e institucionais do Estado e dos seus códigos legais” (idem: 251). Se este é um movimento de expansão, as classes dominantes contrapõem este movimento de avanço dos cidadãos, na conquista de melhores e mais dignas condições de vida, com novas estratégias de privatização, segregação e exclusão, e, conseqüentemente, com erosão.

Nesta investigação, os movimentos de expansão e erosão utilizados por James Holton (1995), nos seus trabalhos sobre cidadania insurgente, tornam-se particularmente pertinentes por relacionarem uma cidade que se pretende controlada, privada e securitizada, com espaços que se vão abrindo, dentro desta mesma cidade, que possibilitam a existência de conflito e de transformação tendo em vista uma cidade mais justa e democrática.

3. O CONFLITO GERADOR DE MUDANÇA E DE JUSTIÇA SÓCIO-ESPACIAL

O paradigma neoliberal aplicado, nas últimas décadas, à produção de cidade intensifica a importância do conflito, como temos visto até aqui. Apesar deste contexto, há alternativas de transformação das relações sociais, de desenvolvimento e de produção da cidade que surgem como forma de resistência ao paradigma vigente. Há espaços que conseguiram traçar outros caminhos e aproveitar positivamente as oportunidades geradas pela criatividade, pela mudança e pela transformação. Para isso, foi necessário encontrar um espaço público mais forte, onde diversos movimentos e coletivos atuaram, dando origem a experiências e práticas alternativas. O espaço público é, assim, essencial para a transformação cidadã, sendo os movimentos sociais um produto desse espaço público, um importante elemento dos processos de inovação sócio-espacial e de irradiação de optimismo. É sobre estes três pontos que nos iremos deter seguidamente: espaço público, movimentos sociais e experiências alternativas.

3.1. O PAPEL DO ESPAÇO PÚBLICO

Atualmente, o espaço público adquire novos significados e ganha outra importância. Arquitetos, planeadores e urbanistas desenham um espaço público que garanta “la buena fluidez entre puntos, los usos adecuados, los significados deseables, un espacio aseado que deberá servir para que las construcciones-negocio o los edificios oficiales frente a los que se extiende vean garantizada la seguridad y la previsibilidad” (Delgado, 2011: 9). O espaço público é, assim, considerado um território essencial para se pensar um cenário perfeito, onde o conflito não se pode perceber “sino como una estridencia o, peor, como una patología” (idem: 30). Neste processo, o espaço público transforma-se no elemento essencial de muitas operações urbanísticas e iniciativas de renovação da cidade, como elemento distintivo apoiado, p.e., nas obras de arte. A este

contexto, associa-se a privatização e a securitização do espaço, anteriormente abordados, e criam-se ambientes favoráveis à especulação imobiliária e ao turismo de massas. O espaço público “aparece hoy al servicio de la reapropiación capitalista de la ciudad, una dinámica de la que los elementos fundamentales y recurrentes son la conversión de grandes sectores del espacio urbano en parques temáticos, la gentrificación de centros históricos de los que la historia ha sido definitivamente expulsada, la reconversión de barrios industriales enteros, la dispersión de una miseria creciente que no se consigue ocultar, el control sobre un espacio público cada vez menos público” (ibidem: 10).

Saskia Sassen (2009: 1) refere que o espaço público está a passar por uma crise devido à sua crescente mercadorização e privatização e à transformação do urbano num parque temático. Mas vai mais além dizendo que as últimas décadas estão a ser marcadas por um “creciente poder/autoridade obtenido por los privados en los espacios otrora considerados públicos. Más aún, el estado há buscado ‘armar’ espacios urbanos y hacer de estos objetos de vigilancia. Al mismo tiempo, el cada vez más notório nivel de restricciones, vigilancia y desplazamientos están rigiendo los espacios urbanos. Quizás el aspecto más evidente es el impacto del aburguesamiento de espacios generado por la actividad comercial y residencial lo que produce un desplazamiento que puede justificar la generación de subjetividad política centrada en la oposición más que en un sentido de lo cívico de cualquiera de los dos lados del conflicto” (idem: 2). Manuel Delgado partilha a mesma opinião “el concepto de espacio público ha irrumpido acompañando argumentalmente los procesos generalizados de reforma urbana que trae consigo la reapropiación capitalista de la ciudad, es decir la convicción que el capital financiero y los gobiernos a su servicio – todos – adquirieron en un cierto momento de que las ciudades deben y pueden convertirse en una mercadería en sí mismas y, por tanto, en marcos para la especulación mercantil y la obtención masiva de beneficios. En esse contexto, la invocación de una categoría poco menos mística como la de ‘espacio público’ asumía la tarea de dar cuenta en términos al mismo tiempo técnicos e ideológicos del problema de los huecos urbanos, es decir de los espacios con los que los consumidores de ciudad – nuevos propietarios, inquilinos de clase media o alta, jóvenes cool, habituales de centros urbanos

convertidos en grandes espacios comerciales y turistas – debían encontrarse al salir de sus casas y devenir transeúntes. Más allá de sus pretensiones doctrinales y su asociación con los ‘altos valores’ del civismo y la ciudadanía, el espacio público no dejaba de a ser concebido a la manera de una mera guarnición de las grandes y pequeñas operaciones de transformación urbana. Y cuando decimos guarnición lo hacemos en doble sentido de la palabra, es decir guarnición como acompañamiento ornamental, a la manera de la guarnición culinaria, y guarnición como protección y salvaguarda de un emplazamiento, como cuando hablamos de guarnición militar” (2010: 15). Desenvolve-se, assim, um espaço público ao serviço de uma concepção mercantil de cidade.

Neste quadro, podemos, aqui, considerar, que o espaço público, associado às atuais dinâmicas de produzir cidade, se constrói, também, segundo lógicas a-conflituosas, securitárias e de vigilância necessárias ao bom funcionamento de uma cidade ‘dividida’. Assim, a necessidade de explorar a relação entre espaço público e a existência ou não de conflito torna-se, aqui, clara.

A esfera pública, a ágora na cidade grega, foi considerada um espaço privilegiado de reunião, de tertúlia e do coletivo, inversamente à esfera privada onde se privilegiava o íntimo e a singularidade de cada indivíduo. Era o espaço onde os cidadãos (ficando fora deste grupo as mulheres, em geral, e os homens das classes mais baixas e populares) se encontravam para discutir questões políticas e judiciais, fiscalizar o exercício do poder, pronunciar-se sobre os assuntos da vida ou tomar as decisões mais importantes. Hannah Arendt (2001) reconstrói esta abordagem da filosofia política na sua reflexão contemporânea sobre esfera pública. Para a autora (idem: 35) “na experiência da polis que, com alguma razão, tem sido considerada o que mais loquaz dos corpos políticos, e mais ainda, na filosofia política que dela surgiu, a ação e o discurso separaram-se e tornaram-se atividades cada vez mais independentes. A ênfase passou da ação para o discurso, e para o discurso como meio de persuasão não como forma especificamente humana de responder, replicar e enfrentar o que acontece ou que é feito. O ser político, o viver numa polis, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através da força ou da violência. Para os gregos, forçar alguém mediante violência, ordenar ao invés de persuadir, eram

modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da polis, característicos do lar e da vida em família, na qual o chefe da casa imperava com poderes incontestes e despóticos, ou da vida nos impérios bárbaros da Ásia, cujo despotismo era frequentemente comparado à organização doméstica”⁴.

Jürgen Habermas (1986) também se debruçou sobre o conceito de esfera pública, no sentido da filosofia política, mantendo a discussão que já decorria do Séc. XVIII e da reflexão de Marx sobre a esfera pública. O carácter de classe está bastante explícito na sua reflexão quando faz uma distinção clara entre duas classes, dando especial relevo à esfera pública burguesa que: "excluiu a esfera pública plebeia como uma variante que, em certo sentido, foi suprimida no curso do processo histórico" e “esta esfera pública plebeia, cuja existência continuada mas submergida se manifestou no movimento cartista e em especial nas tradições anarquistas do movimento operário do continente, continua orientada segundo as intenções da esfera pública burguesa (idem: 20). Contudo, a opinião e a crítica de Marx à esfera pública burguesa tinha apontado noutra direcção. Marx criticava a esfera pública burguesa com base na sua crítica à economia política “em que assentava o sistema económico capitalista e o processo de valorização do capital que lhe subjaz” (Silva, 2001: 118). Deste modo, Marx considerava que não existia igualdade de oportunidade no acesso à esfera pública, o que legitimava o interesse de classe. Ou seja, Marx via a esfera pública como um espaço de “defesa pública do carácter privado da sociedade”, prevendo que em meados do Séc. XIX, com a inclusão de classes não burguesas no espaço público, este deveria ser, dada a sua dialética interna, transformado radicalmente: as classes sociais que controlavam a esfera pública tinham um interesse de classe próprio e, portanto, diferente do interesse de classe burguês. Consequentemente, e dado que estas classes não eram, por definição, proprietárias, não tinham qualquer interesse em manter uma sociedade civil enquanto esfera privada, o que culminaria necessariamente numa

⁴ Hannah Arendt (2001: 35) refere em nota de rodapé (nº8) que “a retórica, a arte de falar em público, em oposição à dialética, que era a arte do discurso filosófico, era definida por Aristóteles como a arte da persuasão”. “Na ação do discurso, os homens mostram quem são, revelam as suas identidades pessoais e singulares, e assim apresentam-se ao mundo humano enquanto as suas identidades físicas são reveladas, sem qualquer atividade própria, na conformação singular do corpo e no som singular da voz” (idem).

transformação estrutural da esfera pública burguesa. Esta passaria a tematizar a própria forma de reprodução social, e não apenas a sua forma de apropriação privada, como até aí acontecia. Uma esfera pública radicalmente democrática como esta, tornar-se-ia, em princípio, uma esfera de deliberação pública sobre a forma de administração de todos os aspetos da vida social necessários à sua reprodução: a condição para que tal acontecesse era a socialização dos meios de produção. Uma vez atingido tal objetivo, a esfera pública seria, então, capaz de cumprir aquilo que sempre prometera: a racionalização da dominação política, a dissolução do poder político em poder público” (idem: 119).

Atualmente, e perante muitas discussões, quando se fala de espaço público “es decir, el concepto de espacio público no se limita a expresar hoy una mera voluntad descriptiva, sino que vehicula una fuerte connotación política. Como concepto político, espacio público se supone que quiere decir esfera de coexistência pacífica y armoniosa de lo heterogéneo de la sociedad, evidencia de que lo que nos permite hacer sociedades que nos ponemos de acuerdo en un conjunto de postulados programáticos en el seno de los cuales las diferencias se ven superadas, sin quedar olvidadas ni negadas del todo, sino definidas aparte, en esse outro escenario al que llamamos privado. Esse espacio público se identifica, por tanto y teóricamente, como ambito de y para el libre acuerdo entre seres autónomos y emancipados que viven, en tanto se encuadran en él, una experiencia massiva de desafiliación” (Delgado, 2011: 20). É esta construção política do conceito de espaço público, que atualmente se desenvolve, que privilegiamos nesta discussão pois, o espaço público “não existe como uma cena: ele depende dos gestos que o fazem, da implicação dos membros de uma sociedade pela política” (Vilela, 2000: 38).

Henri Lefebvre (1986) no decorrer do seu trabalho e, principalmente, em *La production de l'espace*, numa perspetiva considerada por muitos inovadora e estimulante, dentro de uma visão marxista, sustenta a relação dialética entre prática social, representações do espaço e espaço de representação. Nesta abordagem, que se relaciona com o que foi referido anteriormente sobre a produção do espaço decorrer de diversas interações, o autor (idem: 57) considera existir um processo não estanque ou definitivo que se molda a cada sociedade: “Podemos supor que a prática espacial, as

representações do espaço e os espaços de representação intervêm de forma diferente na produção do espaço: segundo as suas qualidades e propriedades, segundo as sociedades (modo de produção), segundo as épocas. As relações entre estes três momentos – o percebido, o concebido e o vivido – nunca são nem simples nem estáveis”. Ledrut (1980) complexifica mais esta formulação conceptual do espaço, concebendo “o espaço como algo inseparável de um conteúdo, sendo este tido como um sistema de operações que integra diferentes dimensões” (Silvano, 2010: 53). Deste modo, o autor (1980) considera existirem múltiplas sociedades e não apenas uma sociedade, pelo que o ‘social’ deve ser entendido com base na multiplicidade: “É impossível considerar separadamente os espaços, as suas representações e as individualidades sociais. Eles estão em interação constante (1980: 65).

“A vida na cidade tem fama de ser uma experiência que desperta sentimentos descontraídos. Atrai e repele ao mesmo tempo, e, para complicar ainda mais a existência dos seus habitantes, são os mesmos aspetos dessa vida que atraem e repelem, ora intermitentemente, ora simultaneamente” (Bauman, 2005: 43). É neste sentido, que o espaço público ganha particular relevância para Zigmund Bauman. Para o autor (idem: 65) “é nos espaços públicos que a vida urbana, e tudo o que a diferencia de outros tipos de existência colectiva, alcança a sua expressão máxima, juntamente com as suas alegrias e tristezas proverbiais e as suas esperanças. Tudo isto faz com que os espaços públicos sejam lugares onde a atração e a repulsa competem entre si, em proporções diferentes e rapidamente variáveis (...) são, em poucas palavras, lugares onde se descobrem e se põem em prática os métodos de uma vida urbana satisfatória (...) para sermos mais exatos, não estamos a referir-nos aos espaços públicos em geral, mas somente aos que renunciem tanto à ambição moderna de apagar as diferenças do mapa, como à tendência pós-moderna que conduz à fossilização dessas mesmas diferenças através da separação e do afastamento recíprocos. Falamos dos lugares públicos que reconheçam o valor original e enriquecedor da diversidade e que animem pessoas que são diferentes a entabularem um diálogo que valha a pena”. O espaço público enquanto lugar de democracia e cidadania abre a possibilidade do coletivo, contrariando tendências de submissão e de domínio. Sendo aberto e acessível, o espaço público permite interações, reuniões sociais, encontros e uma grande

variedade de atividades entre grupos com diferentes culturas e interesses. O espaço público é um espaço de cruzamento, de atravessamento, de construção e de interação. Jane Jacobs (1961) em *The death and life of great american cities* refere que uma comunidade baseada na familiaridade da rua consegue manter a segurança do bairro. Quando o espaço público funciona como lugar de encontro e de partilha, sugere um ambiente flexível e acessível a todos. Falando do 'público' Albet et al (2006) recorrem a Jürgen Habermas e referem que segundo ele a esfera pública “es un ámbito de mediación entre la sociedad civil y el Estado que tiene en el espacio público urbano su mejor materialización y metáfora. Por su carácter abierto esta esfera pública garantiza a todos los ciudadanos el libre acceso a los conocimientos y a las informaciones que les permitan adoptar una postura sobre un tema de interés general. Al definirse como un punto de encuentro y negociación, la esfera pública también debe permitir que los individuos se reúnan libremente a fin de que las distintas posturas sean discutidas y consensuadas. La esfera pública, a su vez, da ‘publicidad’ a la opinión de los ciudadanos. Es decir, hace con que esta llegue hasta la administración pública y sea tenida en cuenta en la toma de decisiones”(Albet et al, 2006: 407).

Para Delgado (2011) o espaço público tem sido alvo do que Lukács definiu como ‘coisificação’, conferindo-lhe a responsabilidade de ser e de se converter no que deveria ser. “El espacio público es una de aquellas nociones que exige ver cumplida la realidad que evoca y que encierto modo también invoca, una ficción nominal concebida para inducir a pensar y a actuar de cierta manera y que urge verse instituída como realidad objetiva. Un cierto aspecto de la ideología dominante – en este caso el desvanecimiento de las desigualdades y su disolución en valores universales de orden superior – adquiere, de pronto y por emplear la imagen que el propio Lukács proponía, una ‘objetividad fantasmal’. Se consigue, por esa vía y en ese marco, que el orden económico en torno al cual gira la sociedad quede soslayado o elidido. Ese lugar al que llamamos espacio público es así extensión material de lo que en realidades ideología, en el sentido marxista clásico, es decir, en mascaramiento o fetichización de las relaciones sociales reales, y presenta esa misma voluntad que toda ideología comparte de existir como objeto” (Delgado, 2011: 29).

Contudo, esta abertura e acessibilidade, tão desejáveis, têm sido comprometidas. A indiferença, o individualismo, o medo do estigma ou a violência mantêm as pessoas afastadas do espaço público, acentuando o efeito negativo da segregação espacial – o indivíduo só mas livre (Bourdieu, 1998; Bauman, 2007). A segregação no espaço público também se torna uma evidência. Esta situação faz com que, tendencialmente, a população tenda a refugiar-se no seu espaço doméstico. “De la diversidad de intereses fragmentados surge la irrupción violenta de los conflictos, el no-entendimiento, el auge del clientelismo, el triunfo de la demagogia y la manipulación de la publicidad (en tanto que expresión de la opinión pública) para convertirla en simple propaganda. Todo ello culmina en una actuación de la administración pública que busca justificarse en una mayor necesidad de regulación” (Albet et al, 2006: 408). A privatização do espaço público tem vindo a ganhar protagonismo. A mercantilização e o controlo securitário destes espaços por parte dos grupos dominantes “és una dinàmica que cal observar amb deteniment i denunciar, car està actuant tant nels mecanismes d'exclusió i marginació com, a partir d'aquests, en la construcció i recreació d'un nou tipus d'espai públic o de vida pública, basada en la capacitat de consum, en el tancament de classe i la proliferació d'espai de trobada i consum custodiats i altament vigilats” (Díaz-Cortés, 2009: 30).

O espaço público é uma arma poderosa enquanto lugar de democracia e cidadania, de liberdade e de heterogeneidade e de pensamento coletivo e crítico, e por isso, também alvo de muito controlo. “In response to the Occupy Wall Street movement, the state, backed by capitalist class power, makes an astonishing claim: that they and only they have the exclusive right to regulate and dispose of public space. The public has no common right to public space! By what right do mayors, police chiefs, military officers, and state officials tell us, the people, that they have the right to determine what is public about "our" public space and who may occupy that space when? When did they presume to evict us, the people, from any space we decide collectively and peacefully to occupy? They claim they are taking action in the public interest (and cite laws to prove it), but it is we who are the public! Where is "our interest" in all of this?” (Harvey, 2012: 163).

As recentes ocupações do espaço público, quer por manifestações e concentrações, quer por movimentos como os ‘Indignados’, em Espanha, ou o ‘Occupy Movement’ nos Estados Unidos da América, trazem visibilidade à força e ao poder que as ruas e as praças têm. Eric Toussaint (2012) refere que um dos ganhos que as mobilizações mais recentes conseguiram atingir foi recuperar a praça pública: “la forma de acción más extendida adoptada por los participantes consistió en la recuperación del espacio público. Una parte importante de los manifestantes no tenían ni tienen la posibilidad de organizarse en los lugares de trabajo, debido, en particular, a la represión y a la atomización de los trabajadores. (...) Además de estas razones, la voluntad de ocupar la plaza pública tiene que ver, por supuesto, con la voluntad de reunirse, de contar sus fuerzas, de hacer una demostración de fuerza frente a un poder percibido” (Toussaint, 2012: 35).

3.2. OS MOVIMENTOS SOCIAIS

*“it is precisely the desperate situation
which fills me with hope”*

in Carta de Marx a Ruge (1843)

David Harvey (2005: 58) refere “que Marx (1973: 224-5) afirmou no decorrer do seu trabalho que a tendência histórica do capitalismo é destruir e absorver modos não-capitalistas de produção, ao mesmo tempo que os utiliza para criar um novo espaço para a acumulação de capital”. Deste modo, mesmo os espaços mais elásticos que ainda não foram absorvidos pela hegemonia correm esse risco. A crescente despolitização dos cidadãos segue paralelamente à crescente privatização da esfera pública, diz-nos Sennett (1974), pelo que não é de estranhar o afastamento relativamente à política e aos interesses coletivos. “Estamos frente a un nuevo fenómeno que va más allá del desencanto y la desconfianza mutua entre los

ciudadanos y el poder y tiene que ver con el planeta entero. Lo que está ocurriendo es una transformación radical de las categorías con las que nos acostumbramos a pensar la política. El nuevo orden del poder mundial se basa en un modelo de gobernabilidad que se define como democrático, pero que no tiene nada que ver con lo que este término significaba en Atenas. Y este modelo es que, desde el punto de vista del poder, más económico y funcional se demuestra por el hecho de que también fue adoptado por los regímenes que hasta hace pocos años eran dictaduras. Es más sencillo de manipular las mentes de la gente a través de los medios de comunicación, de la televisión, y el deber de imponer en cada ocasión sus propias decisiones con violencia. La política como forma conocida por nosotros —el Estado-nación, la soberanía, la participación democrática, los partidos políticos, el derecho internacional—ha llegado al final de su historia. Estos conceptos continúan viviendo como formas vacías, pero la política tiene hoy una "economía", es decir, un gobierno de las cosas y los seres humanos. La tarea que tenemos ante nosotros radica por lo tanto en el pensamiento. Lo que hasta entonces había definido el término, hoy es muy poco claro el significado de 'vida política'", diz-nos Agamben (2012: s/p).

As transformações das relações de produção e, conseqüentemente, das relações sociais, tiveram um visível efeito na forma como os movimentos sociais se organizam na cidade pós-industrial. Se, na cidade industrial, a força dos sindicatos e a mobilização colectiva ligada às condições de trabalho eram uma evidência, na cidade pós-industrial a realidade é outra. Por um lado, o aumento do individualismo e as suas conseqüências ao nível da identidade e da mobilização colectiva dificultam a sua existência ou a possibilidade de ação. Por outro lado, a desconfiança nas formas institucionais de representação por parte dos indivíduos é também um fator importante. Um outro lado ainda: a pertença social passou a definir-se mais pelo consumo e modo de vida do que pela relação laboral.

Estes dois (ou três) fatores fazem com que os indivíduos se distanciem progressivamente dos processos de decisão. Isto tem-se traduzido, por exemplo, na elevada abstenção nas eleições ou na baixa filiação em partidos políticos e no geral desinteresse pela política. Neste contexto, Alfama et al. (2004) identificam até uma "certa crise de legitimidade do sistema democrático geral". Perante esta evidência e a

importância do sistema neoliberal no modo de governar, Touraine (1998: 18) refere que “governar um país consiste hoje sobretudo em tornar a sua organização económica e social compatível com as exigências do sistema económico internacional, enquanto as normas sociais enfraquecem e as instituições se tornam cada vez mais modestas, libertando um espaço crescente para a vida privada e as organizações voluntárias. Como poderemos falar ainda de cidadania e de democracia representativa, quando os eleitos olham para o mercado mundial e os eleitores para a sua vida privada?”.

Os movimentos sociais atuais, ou os “novos movimentos sociais” como alguns autores (Touraine, 1998; Santos, 2002) os denominam assentam em características diferentes dos movimentos sociais da cidade industrial. O efémero, o heterogéneo, o problema concreto e imediato ou o local são algumas das suas principais características. Muitos dos novos movimentos sociais, organizados em plataformas ou organizações de cidadãos, aparecem de uma forma espontânea perante uma situação de tensão concreta e dissolvem-se logo que a questão esteja resolvida, não prolongando a sua existência no tempo. Estes novos movimentos dirigem-se diretamente à esfera pública, mediante diferentes formas de protesto, contestando o que consideram ser prejudicial para eles e para o território que habitam (Gallach, 2006). Touraine (1994: 289) refere que “um movimento social não é uma corrente de opinião, uma vez que põe em causa uma relação de poder que se inscreve muito concretamente nas instituições e nas organizações”. O autor (1998: 128) faz ainda referência ao fato do movimento social ser mais do “que um grupo ou um instrumento de pressão política; ele põe em causa o modo de utilização social de recursos e de modelos culturais”. Para Touraine (1994: 285), os movimentos sociais produzem-se perante a proximidade de interesses dos indivíduos, que no seu entender terão sempre dimensões de conflito social e de projeto cultural.

Apesar das diferentes atitudes, comportamentos, modos de vida ou conteúdos verifica-se uma continuidade entre antigos e novos movimentos sociais: defende-se “o local contra o global, a previsibilidade da vida profissional contra a flexibilidade do emprego, a diversidade das criações culturais contra a produção hipercentralizada da cultura de massa” (Touraine, 2009: 176). Esta ligação entre antigos e novos

movimentos sociais coloca a descoberto espaços de resistência, carregados de conflito e de esperança e de possibilidade de mudança. “The struggle that has broken out- that of the People versus the Party of Wall Street- is crucial to our collective future. The struggle is global as well as local in nature. (...) It includes the indignados in Spain, the striking workers in Greece, the militant opposition emerging all around the world, from London to Durban, Buenos Aires, Shenzhen, and Mumbai. The brutal dominions of big capital and sheer money power are everywhere on the defensive. Whose side will each of us, as individuals, come down on? Which street will we occupy? Only time will tell. But what we do know is that the time is now. The system is not only broken and exposed, but incapable of any response other than repression. So we, the people, have no option but to struggle for the collective right to decide how that system shall be reconstructed, and in whose image. The Party of Wall Street has had its day, and has failed miserably. The construction of an alternative on its ruins is both an opportunity and an inescapable obligation that none of us can or would ever want to avoid” (Harvey, 2012: 164).

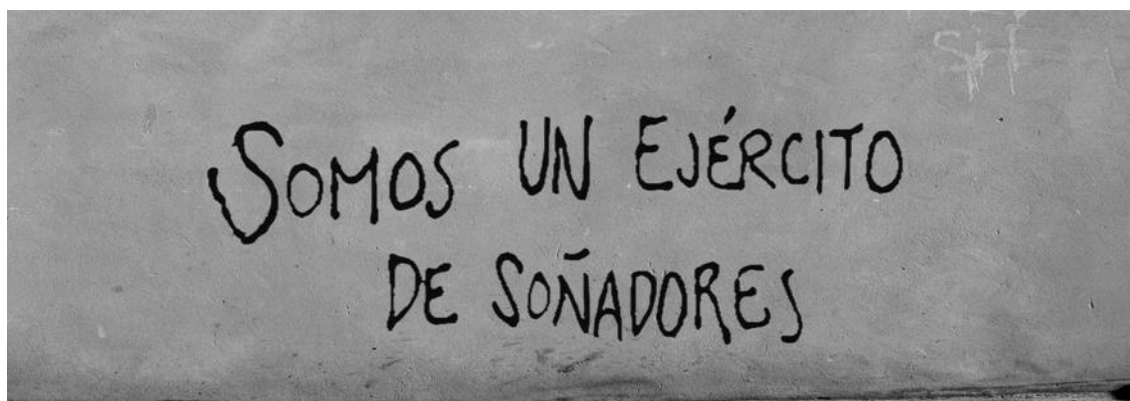
É numa sociedade mais aberta e livre que “os movimentos sociais podem surgir com maior espontaneidade e não encontram tanta oposição por parte do aparelho do Estado” (Fernandes, 1993: 796). É num espaço mais elástico que os coletivos se tornam mais fortes apesar das suas diferenças endógenas: “Lo característico es que la unidad, aunque se constituyó gracias al conflicto y a los fines de éste, persiste más allá del conflicto, aunando otros intereses y otras energías relacionales que ya nada tienen que ver con el conflicto inicial. En este sentido, el conflicto activa una relación latente, propicia la unidad: es la causa antes que el fin de los procesos de unificación interna” (Simmel, 2010: 76).

Esta unidade interna estende-se globalmente. Nos últimos tempos, isso tem sido notório em diversos protestos convocados a nível global: “the rapidity and volatility with which massive protest movements have risen and fallen over the last few decades calls for some commentary. In addition to the global anti-war demonstration of 2003 and the rise and fall of the immigrant workers' rights movement in the United States in 2006, there are innumerable examples of the erratic track and uneven geographical expression of oppositional movements; they include the rapidity with which the

revolts in the French suburbs in 2005 and the revolutionary bursts in much of Latin America, from Argentina in 2001-02 to Bolivia in 2000-05, were controlled and reabsorbed into dominant capitalist practices. Will the populist protests of the *indignados* throughout southern Europe in 2011, and the more recent Occupy Wall Street movement, have staying power? Understanding the politics and revolutionary potential of such movements is a serious challenge. The fluctuating history and fortunes of the anti- or alternative globalization movement since the late 1990s also suggests that we are in a very particular and perhaps radically different phase of anti-capitalist struggle.” (Harvey, 2012:119).

Os atuais movimentos sociais têm sido um importante produto da apropriação e do uso do espaço público, enquanto lugar de democracia, cidadania, liberdade, heterogeneidade e pensamento crítico e coletivo. Os questionamentos impulsionados pelos diferentes movimentos sociais têm, mesmo que muitas vezes de forma tênue, aberto lugar a novos espaços de cidadania e de transformação sócio-espacial.

A CRIAÇÃO ARTÍSTICA NA TRANSFORMAÇÃO DA CIDADE



1. A ARTE NA MUDANÇA E NA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Os espaços artísticos estão desde há muito tempo associados a uma consciência política de transformação e de crítica à ordem estabelecida. Através da música, da pintura ou da literatura têm sido diversas as manifestações de resistência. Diferentes projetos chamam a atenção para o potencial político e para contextos sociais e urbanos diversificados, criticando o modo de produzir a cidade. Pretendendo desviar-se da leitura homogênea dos mecanismos de apropriação do espaço, acentuam as particularidades de cada contexto e estimulam o diálogo entre diferentes perspetivas. Estes espaços têm intrinsecamente linguagens e ideias que tornam visíveis comportamentos e práticas invisíveis, colocando em evidência relações sociais que se manifestam de diferentes formas. Esta materialização do invisível no espaço torna possíveis novas formas de sociabilidade e novas respostas para as questões que se colocam à cidade contemporânea: “no puedo evitar pensar en la creación artística como parte de la respuesta – ya sea ésta presentaciones o montajes públicos puntuales o tipos perenes de escultura correspondiente al arte ubicados en un sitio/comunidade específicos o del tipo itinerante que circula entre localidades. Más aún, las nuevas tecnologías de red amplían mucho la inquietude de la creación en pequeños espacios basándose de las prácticas de la gente” (Sassen, 2009: 2).

A discussão e a reflexão sobre as práticas criativas e artísticas é complexa e levanta muitas questões. Neste contexto, pretende-se colocar em destaque a importância da arte tendo em conta a sua função e o seu potencial políticos (Marcuse, 2007: 9), enquanto instrumento de resistência, mudança e transformação ao nível das relações sociais. Esta abordagem será feita considerando que dentro do contexto criativo e artístico também existem espaços elásticos e espaços rígidos (Coser, 1967).

As mesmas dinâmicas associadas à produção de espaços homogêneos, a-críticos e a-conflituosos da cidade encontram-se, também, presentes nas reflexões sobre a arte e o processo criativo: “produz-se assim uma subjetividade aeróbica portadora de uma flexibilidade a-crítica, adequada ao tipo de mobilidade requisitada pelo capitalismo

cognitivo” (Rolnik, 2010: 19). A questão que surge é sobre a pertinência e o papel da arte neste contexto Rolnik (idem) responde, de certa forma, a esta questão dizendo que “o que importa são as forças em jogo em cada proposta artística: o quanto a criação parte das turbulências da experiência sensível contemporânea. Estas resultam dos inevitáveis atritos, tensões, impossibilidades que a complexa construção de uma sociedade globalizada implica singularmente em cada contexto e a cada momento. No campo das artes plásticas, estas forças tomam corpo não só nas próprias obras, mas em suas exposições e nos conceitos curatoriais que expressam, nos textos críticos que as acompanham e nas diretrizes dos museus que as acolhem – e por fim (ou início?), em todas as práticas artísticas que se fazem numa deriva para além do terreno institucional da arte, na qual tem embarcado parte da produção contemporânea”. Diz-nos, ainda, que “paralelamente e a contrapelo deste *mainstream*, agitam-se outras forças que, de diferentes maneiras, trabalham na construção de cartografias a partir das tensões da experiência contemporânea e não da sua denegação. Através delas, afirma-se o poder poético da arte: dar corpo às mutações sensíveis do presente. Torná-las apreensíveis participa da abertura de possíveis na experiência individual e coletiva – linhas de fuga de modos de vida estéreis que não sustentam coisa alguma a não ser a produção de capital. Não será esta precisamente a potência política própria da arte?” (Rolnik, 2010: 21).

Enquanto instrumento de resistência e de mudança “a arte não pode mudar o mundo, mas pode contribuir para a mudança da consciência e impulsos dos homens e mulheres, que poderiam mudar o mundo” (Marcuse, 2007: 36). Na descoberta dos espaços artísticos reconhece-se a necessidade de os considerar enquanto espaços de conflito, enquanto espaços que tentam libertar diferentes códigos e linguagens para atribuir valor e sentido ao espaço social de cada comunidade. A arte aparece aqui como uma ferramenta transformadora (Klein, 2011), permitindo questionar os “aspetos qualitativos e heterogêneos do espaço em contraponto à tendência quantitativa e intencionalmente homogênea da sua produção” (Traquino, 2011: 51). Álvaro Cunhal refere a este respeito que “haja ou não a intenção de criar uma obra de arte para a levar aos outros homens e transmitir-lhes uma mensagem, a realidade social, em toda a sua complexa riqueza, suscita sentimentos, reações e ideias que

estão necessariamente presentes, mesmo que silenciosas e ocultas, no acto da criação artística. Não há obra de arte que não esteja impregnada de significações sociais” (Cunhal, 1997: 25). E o autor (idem) reforça a importância destas significações sociais dizendo que “a significação social é voluntária, explícita, como uma atitude, uma afirmação e uma mensagem nas revolucionárias realizações artísticas integrantes de grandes movimentos sociais renovadores e progressistas”.

Contudo, Herbert Marcuse (idem) refere que “presentemente¹, o sujeito a que a verdadeira arte apela é socialmente anónimo”, correspondendo esta ideia aos pressupostos neoliberais que têm sido aqui colocados em questão, e que “não coincide com o sujeito potencial da prática revolucionária. E quanto mais as classes exploradas, ‘o povo’, sucumbem aos poderes existentes, tanto mais a arte se distanciará do ‘povo’. A arte pode preservar a sua verdade, pode tornar consciente a necessidade de mudança, mas apenas quando obedece à sua própria lei em contraponto à realidade. Brecht, que não era exactamente um partidário da autonomia da arte, escreve: ‘uma obra que não mostre soberania e que não outorgue ao público soberania perante a realidade de modo nenhum é uma obra de arte’”. E nesta preocupação, o autor (ibidem: 38) relembra que “a tese básica de que a arte deve ser um fator de transformação do mundo pode facilmente tornar-se no contrário, se a tensão entre a arte e a *praxis* radical diminuir de modo a que a arte perca a sua própria dimensão de transformação”.

Esta discussão leva-nos, mais uma vez, às reflexões feitas em redor da luta de classes, do dominado e do dominador, do explorado e do explorador. Se considerarmos a necessidade de uma luta política para uma verdadeira mudança de consciências, então a arte enquanto instrumento de mudança e de resistência deve ser aqui considerada. No entanto, e apesar da necessidade desta inclusão, a arte apresenta-se muitas vezes como complexa e subjetiva, dificultando esta discussão. Para Marcuse, há uma necessidade clara da luta política que “deve ser acompanhada por uma mudança de consciência”. Contudo, refere (idem) “que esta mudança é mais do que o desenvolvimento da consciência política – que aponta para um novo ‘sistema de

¹ Deve ter-se em conta que a primeira edição desta obra está datada de 1977.

necessidades'. Tal sistema incluiria uma sensibilidade, imaginação e razão emancipadas do domínio da exploração. Esta emancipação e as vias que a ela conduzem subtraem-se à propaganda. Não são traduzíveis de forma adequada para a linguagem da estratégia política e económica. A arte é uma força produtiva qualitativamente diferente do trabalho; as suas qualidades essencialmente subjetivas afirmam-se contra a dura objetividade da luta de classes" (Marcuse, 2007: 39).

E é no seguimento desta perspetiva que Marcuse se questiona: "se a subversão da experiência própria da arte e a rebelião contra o princípio da realidade estabelecida contida nesta subversão não pode ser traduzida para a praxis política e se o potencial radical da arte reside precisamente nesta transcendência, então levanta-se a questão: como pode este potencial encontrar representação válida numa obra de arte e como pode ela tornar-se um fator de transformação da consciência?" (Marcuse 2007: 40). Mas mais adiante, o autor (idem: 43) refere que "há na arte uma autonomia abstrata, ilusória". Contudo, "a arte faz inevitavelmente parte do que existe e só como parte do que existe fala contra o que existe" (ibidem: 44). Só fazendo parte do real, só experienciando a realidade se pode falar contra essas práticas e provocar uma verdadeira mudança de consciências. "Criar a partir do mergulho no caos para dar corpo de imagens, palavras ou gestos às sensações que pedem passagem, participa da tomada de consciência de uma cartografia de si e do mundo que traz as marcas da alteridade. Um processo complexo e subtil que requer um longo trabalho. (...) Contudo, a criação pode resultar de uma denegação de escuta do caos e dos efeitos da alteridade em novo corpo, ao invés de fazer-se a partir dela. Estripada da sua vitalidade político-poética, a força da criação tende, então, a produzir cartografias a partir do mero consumo de ideias, imagens e gestos prêt-à-porter. A intenção é recompor rapidamente um território de fácil reconhecimento, na ilusão de silenciar as turbulências provocadas pela existência do outro." (Rolnik, 2010:19).

Paralisar a 'força de resistência da arte' pode significar a recusa da arte na cultura de massas, comercializada, ou pode transformar-se numa contracultura subversiva, como refere Habermas (1975). Nesta perspetiva, Marcuse (2007: 51) questiona-se mais uma vez: "uma arte que se revoltasse contra a integração no mercado não apareceria

necessariamente como elitista?”. Para o autor (idem: 52) “a obra de arte só pode obter relevância política como obra autônoma. A forma estética é essencial à sua função social. As qualidades da forma negam as da sociedade repressiva – as qualidades da sua vida, do seu trabalho, o seu amor”. E é esta autonomia da arte que “reflete a ausência de liberdade dos indivíduos na sociedade sem liberdade. Se as pessoas fossem livres, então a arte seria a forma e a expressão da sua liberdade. (...) A arte combate a reificação fazendo falar, cantar e talvez dançar o mundo petrificado” (ibidem: 66).

1.1. AS INTERVENÇÕES URBANAS E A ARTE

Uma pessoa gostaria de dizer tolices, de acariciar as cabeças da gente que vive num inferno de sujidade e que, no entanto, pode criar tal beleza. Mas, hoje em dia, não se pode acariciar a cabeça de ninguém – a nossa mão seria mordida. Devemos bater nas cabeças, bater impiedosamente – embora idealmente sejamos contra toda a violência.

Maxim Gorki (1953) in ‘Erinnerungen an Zeitgenossen’

A questão sobre o que é a arte e como é que esta pode importar na produção e transformação da cidade surge repetidamente. E a resposta continua rodeada de grande complexidade. Podem-se apontar alguns caminhos e definir algumas respostas que relacionam a arte e a cidade contemporânea, criticando e desencadeando outros olhares sobre a realidade.

Atualmente tem-se associado, com bastante frequência, a arte à criatividade e ao processo criativo, massificando, de certa forma, toda a atividade criativa e artística (Pasquinelli, 2008). Apesar de se adotar um discurso institucional, que aparenta ser

alternativo, os debates sobre as 'indústrias criativas' surgem no final dos anos 1990, aparecendo, de certo modo, como a panaceia no decurso da desindustrialização. Rapidamente se assiste à internacionalização deste processo e as indústrias criativas começam a desenvolver-se um pouco por todo o mundo ocidental. Passou a associar-se este modelo às políticas governamentais e desenvolveram-se plataformas para desenvolver indústrias criativas muito similares e sem terem, em devida conta, as diferenças culturais e políticas existentes entre os diferentes países (idem). A criatividade é hoje vendida como um símbolo de *status* (Pasquinelli, 2008) e as cidades criativas (Florida, 2003, 2005; Landry, 1995) entraram na moda das mais recentes transformações urbanas. Neste sentido, Jeudy et al (2006: 9) afirmam que “a cultura é para as cidades um meio de promover as suas imagens de marca. As arquiteturas monumentais, as obras de arte nas ruas, os festivais, as festas esporádicas, os próprios equipamentos culturais, tudo concorre para colocar a cidade numa perspetiva de animação cultural que parece conceder-lhe o certificado de garantia de ser uma ‘verdadeira’ cidade. Essa animação permanente, das mais variadas modalidades possíveis, dá a todos os habitantes a impressão de serem capazes de se apropriarem da sua cidade, e o elo social assim promovido permite reencontrar um sentimento partilhado de comunidade. A idealização de cidade como território de exibição cultural pretenderia ultrapassar os limites da ‘sociedade do espetáculo’ criando a ficção simulada de uma utopia”.

Cria-se a ilusão de não haver diferença entre arte e criatividade numa retórica impregnada de símbolos e de elementos que direcionam gostos, preferências e necessidades. Joga-se, neste contexto, com o discurso para provocar uma ilusão intencional de um certo ambiente artístico, a que se associa um estatuto social privilegiado ou formas boémias de vida, para se desenvolverem estratégias urbanas. “Opera-se portanto, uma inversão e o conteúdo genuinamente cultural só aparece como conotação e função secundária” (Baudrillard, 2008: 136). Jean Baudrillard referia-se nesta citação às questões que a cultura levanta na sociedade de consumo. Contudo, a relação pode ser análoga quando nos debruçamos sobre a questão da arte e da criatividade nos processos de construção da cidade contemporânea, e o conteúdo verdadeiramente artístico pode aparecer, também e apenas, como conotação e função

secundária para atingir outros objetivos. A ambiguidade entre arte e criatividade torna-se, assim, cada vez mais clara, quando se faz crer que tanto a criatividade como a arte propõem transformação e mudança. Para Jean Baudrillard (2008: 146) a lógica do consumo “define-se como manipulação de signos. Encontram-se ausentes os valores simbólicos de criação e a relação simbólica de interioridade (...) o objeto perde a finalidade objetiva e a respetiva função, tornando-se o termo de uma combinatória muito mais vasta de conjuntos de objetos”. Neste contexto, também, há uma manipulação de simbolismos e a arte aparece associada à criatividade para criar a ilusão de ter a mesma função e o mesmo significado. É como se um modelo global se fosse multiplicando.

Também ao nível das políticas públicas associadas à cidade criativa e cultural vão além de proteger o valor cultural dos espaços quando procuram adaptá-los ou “criar artificialmente novos espaços culturais” (Ursic, 2012: 142). O autor (idem) considera que o que se pretende fazer é moldar os espaços aos padrões globais tendo em vista atrair visitantes, consumidores e investidores. Para isso, há uma tendência para reinterpretar a cultura local tornando-a mais atrativa para “os fluxos globais de pessoas e de capital”, implicando, por vezes, “que muitos dos seus usos e das suas características próprias e originais dêem lugar a ambientes ‘mais seguros’ mas estéreis, que acabam por excluir práticas sociais, acontecimentos e rituais espontâneos, anteriormente com raízes locais fortes. No decurso deste processo de proteção e reabilitação é fácil os bairros, os edifícios históricos e as ruas de maior importância perderem parte do seu “valor cultural intangível (o valor imaterial, formado pelos serviços tradicionais, pela população local e respetivos hábitos, saberes e pela memória do lugar” (ibidem).

Associado a estes mecanismos de produzir ‘cidades criativas’, desenvolveu-se em paralelo a realização de mega-eventos, mercadorizando, e a cidade é mais uma vez utilizada enquanto produto de marketing urbano: “As mega-exposições tornaram-se uma das principais fontes das cartografias *prêt-à-porter*, vazias e sem relevo, adaptáveis para o consumo em qualquer ponto do planeta e a rápida aquisição de um reportório globalizado. Esta é provavelmente uma das razões pelas quais este tipo de exposição se espalha por toda a parte em vertiginosa velocidade, a ponto de podermos

supor que, num futuro nada longínquo, teremos bienais, gigantescas feiras de arte e museus de arte contemporânea com suas espetaculosas arquiteturas nas capitais de todos os países do planeta (o *franchising* de museus europeus e norte-americanos faz parte desta lógica) ” (Rolnik, 2010: 21).

Contudo, e apesar dos conceitos de arte e criatividade terem sido apropriados por um discurso hegemónico, é visível a importância da criatividade e da arte nos processos de desenvolvimento urbano. Numa situação ideal, a criatividade, a arte e a cultura deveriam ser vistas “como parte integrante do processo básico de tomada de decisão que permeia toda a estrutura do mecanismo de ordenamento urbano” (Ursic, 2012: 143), assentando no princípio da sustentabilidade económica e cultural, da heterogeneidade e da inclusão. Na mesma linha de raciocínio, Ferrão (2004: 114) refere que “numa sociedade simultaneamente marcada pelo conhecimento e pela concorrência, a criatividade (cultural, tecnológica, social e política) surge como um elemento essencial de criação de valor e de valores (liderança, empreendedorismo, risco, visão, reflexividade, etc.) favoráveis à inovação”. E seguindo o defendido por Landry (2002), Ferrão (idem) refere que “as estruturas e redes formais e informais que condicionam positivamente o potencial de criatividade concentram-se nas cidades, que assim se transformam em locais privilegiados de oportunidade e de aprendizagem. Os indivíduos e as organizações, pela imaginação, talento e competências que possuem, constituem, por isso, o principal recurso das cidades. (...) Aos planeadores deverá, portanto, caber a tarefa de contribuir para o reconhecimento, gestão e uso responsável desses recursos, tornando-os fatores de qualidade de vida, competitividade económica e distinção local. E a sua tarefa será tanto mais eficiente quanto maior for a capacidade de se transformar cada cidade – isto é, diríamos nós, as várias comunidades que compõem cada uma das cidades – num espaço cooperativo de aprendizagem social, criatividade cívica e inteligência coletiva.”

Alex Loftus (s/d: 4) afirma que “a menudo se ve al gobierno local como un facilitador de la privatización del espacio público, mediante la venta de instalaciones públicas y la manipulación de reglamentos que excluyen a los grupos marginales”. São vários os exemplos destas práticas que podiam, aqui, ser apontados. Contudo, há também

exemplos de boas práticas onde a agenda é verdadeiramente partilhada e que são os que, neste contexto, mais importam. Loftus (s/d) refere o exemplo do Brent Borough, em Londres, aquando da realização de um dos projetos da City Mine(d) ² onde foi possível encontrar um entendimento entre o poder local, a população e os artistas: “con el apoyo del consejo municipal de Brent Borough, el proyecto juntó a varios centros sociales muy dispares en un proceso de conversación que pocos habían vivido hasta esse momento” (s/d: 4).

² City Mine(d) é uma rede internacional de indivíduos e coletivos envolvidos com a cidade e com as acções locais. <http://www.citymined.org>

2. A INOVAÇÃO E A CRIATIVIDADE COMO MOTORES DA PRODUÇÃO DE ‘NOVAS URBANIDADES’ [OUTROS ESPAÇOS NA CIDADE]

Segundo o modelo neoliberal de produzir cidade após os anos 1980, a homogeneidade dos espaços, a sua a-conflitualidade e superficialidade tornaram-se objetivos constantes e comuns a atingir por muitas cidades, como já foi discutido anteriormente. Assumindo a complexidade da cidade contemporânea modelada à luz de princípios neoliberais viu-se que esta pode assentar em, pelo menos, dois sistemas: um sistema rígido, onde situações de tensão podem desencadear forma violentas de conflito e preocupações desproporcionadas com a insegurança e o medo; e um sistema mais elástico, onde se encontram espaços com ‘fronteiras livres’, onde o conflito se expressa aberta e diretamente, surgindo como detonador de inovação sócio-espacial, de transformação social e de mudança. Este último espaço referido vai ao encontro da visão assumida por Sorel (1950) que refere que o conflito social evita o endurecimento do sistema social e força a existência de inovação e de criatividade.

O conceito de inovação esteve durante muitos anos associado ao domínio da tecnologia. Contudo, nos últimos anos, o conceito tem-se difundido e é atualmente utilizado em diversos domínios, abarcando também uma perspetiva social. Fontan, Klein e Tremblay (2005: 39), argumentam que existe uma forte relação entre sociabilidade, território e mercado no surgimento e na implantação da inovação. Os autores (idem: 40) partem, assim, do pressuposto de que a inovação é “uma construção social com múltiplas fases e faces inter-relacionadas”, que “ostenta a marca das tensões” e que contextos de conflito são essenciais para a sua existência.

Para Frank Moulaert et al. (2005: 1973) a inovação social é um conceito abrangente, que aponta para um processo multidimensional de mudança social e que só pode ser compreendido à luz do seu contexto histórico e geográfico. Para este autor, a inovação social é uma ação coletiva, que se opõe a uma ação individual, e centra-se no processo e não na dimensão do produto da inovação. No debate realizado no âmbito do projeto

SINGOCOM³ são apontadas três dimensões da inovação social: i) dimensão produto-satisfação das necessidades humanas; ii) dimensão processo- mudanças nas relações sociais, particularmente ao nível da governança e do aumento do nível de participação, especialmente dos grupos desfavorecidos; e iii) dimensão *empowerment*: aumento da capacidade sócio-política e do acesso aos recursos necessários para reforçar os direitos de satisfação das necessidades humanas e de participação. Para André e Abreu (2006: 123) a inovação social é “um processo que se desenvolve fora do mercado e frequentemente também sem a intervenção direta do Estado e que visa prioritariamente a inclusão social”. Na mesma linha, referem que “a ideia mais recorrente na bibliografia é que a inovação social emerge fora das instituições e frequentemente contra elas, sendo o resultado de uma mobilização em torno de um objetivo, protagonizada informalmente por um movimento social ou, com uma matriz mais estruturada, por uma organização. Ou seja, é um produto da sociedade civil ou um resultado da pressão da sociedade civil”. Há, assim, uma componente de resistência, de inconformismo e de ‘confronto’ neste processo.

A este respeito, é aqui importante realçar o conceito de inovação sócio-espacial analisado por Malheiros (2001: 88). Para este autor, a “inovação social local corresponde, em sentido lato, à emergência e difusão de novos valores e práticas culturais e sociais que são progressivamente adoptadas pelos indivíduos e pelas instituições. Após um período de marginalidade e reduzida aceitação social devido à não conformidade com as normas e os valores dominantes, o processo de difusão da inovação é despoletado e as novas práticas e valores generalizam-se e substituem (ou complementam) os já existentes. (...) Esta ideia de inovação social que, por um lado, valoriza o seu efeito no processo de transformação da sociedade e, por outro, remete para as influências recíprocas entre inovação e contexto societal deve ser enriquecida com a incorporação da ideia de contexto espacial de inovação” (2001: 88).

Retomando o conceito de inovação social que ocorre através de movimentos sociais, André e Abreu (2006: 124) entendem “a inovação social como uma resposta nova e socialmente reconhecida que visa e gera mudança social, ligando simultaneamente

³ Projeto financiado pela Comissão Europeia no âmbito do 5º Programa Quadro e coordenado por Frank Moulaert.

três atributos: 1) satisfação das necessidades humanas não satisfeitas por via do mercado; 2) promoção da inclusão social; e 3) capacitação dos agentes ou atores sujeitos, potencial ou efectivamente, a processos de exclusão/ marginalização social, desencadeando, por essa via, uma mudança, mais ou menos intensa, das relações de poder”. Com base nestes três atributos, é necessário introduzir outra dimensão na análise, o espaço. Interessa, nesta abordagem, encontrar espaços que tenham atributos onde o conflito gerador ou consequência de inovação social se pode desencadear. Será que os espaços criativos e artísticos têm estas características? ou já estão dentro de mecanismos de mercado que os tornam rígidos e não permitem a inovação social? Será que são apenas espaços das elites esclarecidas que se enquadram dentro dos novos *gentrifiers* do centro da cidade? Ou são espaços que pelo seu carácter identitário e contextual desenvolvem outras possibilidades de mudança?

3. A RESISTÊNCIA ATIVA E TRANSFORMADORA

O êxito de uma luta só reside na própria luta, nas vibrações, nos abraços, nas aberturas que deu aos homens no momento em que se levou a cabo, e que compõem em si um monumento sempre em devir, como esses túmulos aos que cada novo viajante acrescenta uma pedra. A vitória de uma luta é imanente, e consiste nos novos laços que instaura entre os homens, ainda que estes não durem mais que a sua matéria em fusão e muito rapidamente dêem passo à divisão, à traição.

Deleuze-Guattari, 1991

Em tempos difíceis, manter a esperança não é tolice romântica. (...) O futuro é uma sucessão infinita de tempos presentes, e viver no presente da forma que achamos mais correta, desafiando a maldade que nos rodeia, é por si só uma maravilhosa vitória.

Howard Zinn, 2007

Não basta falar de desobediência, de resistência ou de revolução sem procurar os processos e práticas que dão sentido a essa realidade desejada. *“La ciudad futura solo se puede imaginar a partir de la ciudad presente, de sus tendencias y contradicciones, de las resistencias al cambio y de las ideas y actores emergentes. La ciudad de hoy nos anuncia la ciudad de mañana.”* (Borja, 2011). Jordi Borja (2011) considera que estamos a viver uma ‘nova revolução urbana’, iniciada nos últimos 25 anos do século XX, e que acenta em 5 tipos de revoluções diferentes: 1) *“Una revolución tecnológica vinculada a la emergencia de la sociedad informacional y de los impactos sobre el territorio debidos a los nuevos medios de información y comunicación”*; 2) *“Una revolución económica producida por la globalización y por el carácter dominante del capitalismo financiero”*; 3) *“Una revolución espacial por el tipo de desarrollo urbano extensivo y fragmentado, que genera territorios urbanizados de una escala muy superior a las conocidas*

anteriormente”; 4) “Una revolución socio-cultural por la multiplicación de colectivos humanos muy heterogéneos y por una individualización de los comportamientos”; e 5) “Una frustrada revolución política por la inadecuación entre los territorios como espacios socio-económicos y los territorios institucionales”. Saltam, assim, à vista inúmeras contradições na forma como a cidade se produz e transforma, colocando em causa a cidadania tradicional associada a uma cidade com direitos e ao direito à cidade.

Harvey (2011) congratula-se com o facto de existirem, contudo, “vários vislumbres de esperança e luz pelo mundo. O movimento dos Indignados em Espanha e na Grécia, os impulsos revolucionários na América Latina, os movimento de camponeses na Ásia, estão a começar a ver através do vasto scan que o capitalismo predatório e selvagem está a desencadear no mundo. O que será necessário para o resto de nós ver e agir sobre ele? Como podemos começar tudo de novo? Que direção deveremos tomar? As respostas não são fáceis. Mas uma coisa podemos dar como certa: só podemos dar as respostas certas fazendo as perguntas certas”.

Estes espaços estão dentro da cidade de que se tem vindo a falar até aqui? É uma cidade que se pretende homogénea, privada, securitária. É uma cidade que desmobiliza ou reprime conflitos e onde prevalece o individualismo. No entanto, sabe-se que dentro desta cidade existem espaços de diversidade, de confiança, e de esperança como nos diz David Harvey (2000). São espaços de resistência. São espaços que funcionam de um modo diferente da ordem estabelecida, espaços de uma nova ordem social.

Saskia Sassen (2009) refere a possibilidade da existência de outros espaços numa cidade que é cada vez mais complexa, especialmente se falamos de cidades globais. A autora (idem) fala de uma zona fronteira para onde converge uma enorme mescla de gente: “aquellos que no tienen poder, aquellos en desventaja, los forasteiros, las minorias discriminadas pueden obtener participación en este tipo de espacios, participación en el poder y participación en su próprio grupo. A mi parecer, estos signos representan la posibilidad de un nuevo tipo de política centrada en nuevos tipos de actores políticos. No se trata simplemente de tener poder o no. Existen nuevas

bases híbridas desde las cuales actuar. (...) es un trabajo de creación pública que puede producir narrativas contestatárias, haciéndolo mas comprensible para los entes locales ya la masa silenciosa”.

Pellejero (2010: 154) diz-nos que “Deleuze não acalenta ideais de um futuro na história onde possa realizar-se uma expressão coletiva e duradoura de uma vida livre, igualitária ou justa, mas não deixa de apostar nos efeitos ‘libertadores’ de explosões puras de desejo. Passa, deste modo, da revolução como fim da história, à revolução como linha de transformação, isto é, à afirmação da resistência, em detrimento da revolução concebida como o advento irreversível e radical de uma sociedade finalmente totalizada, não dividida, reconciliada. Uma lógica do acontecimento efêmero, imprevisível, neutro (*événement*), substitui, deste modo, a dialética totalizante, determinista e teleológica do advento (*avènement*) (...): ‘é um devir-revolucionário, sem futuro de revolução’⁴, ‘uma bifurcação, um desvio em relação às leis, um estado instável que abre um novo campo de possíveis’⁵(...) É uma questão de vida, que passa no interior dos indivíduos como na espessura de uma sociedade, criando novas relações como o corpo, o tempo, a sexualidade, o meio, a cultura, o trabalho; mudanças que ‘não esperam pela revolução, nem a prefiguram, ainda que sejam revolucionários por sua conta: têm em si uma força de contestação própria da vida poética’⁶ (isto é, deslocando o desejo ou reorganizando a vida, tornam inúteis os dispositivos do saber e do poder que sirvam para canalizá-los).” E continua (idem: 156) dizendo que “evidentemente, as linhas de fuga não são necessariamente revolucionárias em si (...) e, evidentemente, estas micro-revoluções não conduzem automaticamente a uma revolução social capaz de dar à luz uma sociedade, uma economia e uma cultura liberadas dos dispositivos de saber-poder próprios do capitalismo” mas que é “a multiplicidade do possível, a abundância dos possíveis em cada momento” (Deleuze, 2003: 183-184) que cria espaços de liberdade, “pequenas estratégias de torção do poder, conquista de formas individuais e coletivas de subjetividade, invenção de novas formas de vida” (Pellejero, 2010: 156), redefinindo o espaço das lutas políticas e sociais do marxismo clássico.

⁴ Deleuze-Parnet (1995), *L’Abécédaire de Gilles Deleuze* (Gcomme Gauche), Canal Arte: Paris.

⁵ Deleuze, G. (2003), *Deux régimes de fous*, Minuit: Paris.

⁶ Deleuze, G. (2002), *L’île désert et autres textes*, Minuit: Paris.

As micro-revoluções fazem-se sentir em diferentes intervenções artísticas no espaço da cidade. Alex Loftus (s/d: 1) refere que as intervenções artísticas urbanas procuram “desafiar las maneras por las cuales se moldean, experimentan y se viven las ciudades en cada momento contemporâneo. Mediante el desarrollo de proyectos artísticos en espacios públicos, ellas tratan de enfocar la atención en los poderosos intereses y las relaciones sociales específicas que hacen de las ciudades lo que son. Nos invitan a explorar formas alternativas de organizar las relaciones y de producir el espacio”. O autor considera que estas intervenções artísticas têm, muitas vezes, como ponto de partida convidar à democratização, fazendo emergir uma participação democrática e abrindo espaço para um conjunto de vozes dissonantes: “la necesidad de esta democratización es mostrada como más presionante en las intervenciones mismas, dado el aumento de la vigilancia, la mercantilización del espacio a través del aburguesamiento y, por sobre todo, a través de constelaciones de poderosos intereses que buscan asegurar que las personas se comporten de ciertas maneras en las ciudades” (Loftus, s/d: 10). As intervenções artísticas “invitan a las personas a participar en la creación de las ciudades de una manera que no esté basada en la realización de utilidades sino en principios democráticos directos” (idem) e podem desenvolver-se enquanto ferramentas metodológicas e estratégias políticas num desafio “a nuestros entendimientos de la producción de espacio” (ibidem: 12). O autor dá como exemplo a City Mine(d), considerando que esta tem como objetivo “volver a barajar” as relações de poder na cidade. Ao falar, por exemplo, do projeto ‘Ping Pong’⁷ (integrado na City Mine(d)), Alex Loftus refere que “lo que en la superficie pareciera ser una invitación banal para que las personas escriban mensajes en pelotas de ping pong, es realmente un proceso que conduce a nuevas formas de comunicación, nuevas formas de relacionarse entre una comunidad específica y, potencialmente, una

⁷ “The Ping Pong Project is a public arts project proposed to take place in North Wembley (London) in the Spring of 2006. The Ping Pong Project is taking place in Brent in March.(...) Residents and visitors to the area will share their ideas, opinions and creativity by writing or drawing on ping pong balls, then posting these into the network of clear plastic tubes, which will cover an area of 1 sq. mile. (...)The Ping Pong Project is an opportunity for people to meet and (re-)discover their area, to express themselves, to exchange ideas, and perhaps to build some lasting connections”. <http://www.pingpongproject.org/>

geografia más humanizadora. El resultado del proyecto de ping pong depende de cómo las personas busquen transformar la red ellos mismos” (s/d: 10).



Fonte: <http://www.pingpongproject.org/>

Figura 9 | Ping Pong Project

Os espaços artísticos estão desde há muito tempo associados a uma consciência política de transformação e de crítica à ordem estabelecida. Diferentes projetos chamam a atenção para o potencial político e para contextos sociais e urbanos diversificados, criticando o modo hegemónico de produzir a cidade. Pretendem desviar-se da leitura homogénea dos mecanismos de apropriação do espaço, acentuando as particularidades de cada contexto e estimulando o diálogo entre diferentes perspetivas. Estes espaços têm intrínsecas linguagens e ideias que tornam

visíveis comportamentos e práticas invisíveis, colocando em evidência relações sociais que se manifestam de diferentes formas.

PARTE II

ROTEIRO METODOLÓGICO



1. AS ESCOLHAS METODOLÓGICAS

Método deste trabalho: montagem (...) Não tenho nada a dizer. Só a mostrar. Não vou roubar nada de valor, nem me vou apropriar de nenhuma formulação transcendental. Mas os farrapos, os detritos, esses não os quero inventariar, mas deixá-los vir da única maneira possível: usando-os.

Walter Benjamin, 2006

A definição das técnicas metodológicas é uma tarefa que exige uma reflexão demorada, tendo em conta que os resultados obtidos numa pesquisa têm uma estreita relação com as escolhas que se fazem. As opções metodológicas são, assim, um importante elemento no processo de investigação. Neste contexto, e privilegiando o gosto pelo saber e o prazer da descoberta através de processos criativos (André, 2005), a investigação realizada tem por base uma abordagem que vai de uma escala macro (a cidade e as suas políticas) a uma escala micro (o indivíduo e o seu espaço particular). Através desta abordagem, pensa-se ser possível evidenciar questões que vão além de meras observações rápidas, aprofundando o conhecimento e as bases de diálogo entre os diferentes agentes. Deste modo, para além da revisão bibliográfica que tem em conta os principais autores de referência nos estudos sobre cidade, conflito e criação artística coletiva, a investigação tem, também, por base um trabalho de campo etnográfico que permite uma maior aproximação aos territórios do Raval, em Barcelona e da Mouraria, em Lisboa.

O tempo e a necessidade de estar demoradamente nos territórios em análise é um dos elementos que permite aprofundar algumas das questões que se tornam relevantes em todo o processo de investigação. A progressiva mercadorização do conhecimento

científico não permite que ‘a demora’, ‘o tempo’ ou ‘o vagar’ sejam elementos primordiais num processo de investigação. Tudo se pretende rápido e efémero na necessidade de obter respostas imediatas. A transposição e a reprodução de determinados princípios do projeto neoliberal para a investigação, e neste caso concreto para a investigação em ciências sociais, tem feito transparecer uma falta de comprometimento com a possibilidade de ‘alianças do conhecimento’ (Novy, 2010), integradoras de diferentes elementos, como investigadores ou activistas, com o objetivo de questionar e (re)criar bases para práticas emancipadoras que tenham em conta a diversidade de saberes e de perspectivas e as diferentes escalas de intervenção em espaço urbano. Esta reprodução de um modelo de sociedade neoliberal na investigação tem sido abordada por vários autores (Becher, 1989; Gouldner, 1979; Halsey and Tow, 1971; Said, 1994; Bauder, 2006) que têm demonstrado a sua preocupação e crítica a este processo.

Pelo contrário, nesta investigação, não se pretende ser um mero “soldado inconsciente” (Willis, 2004) e, por isso, privilegia-se uma abordagem demorada nos espaços e, assim, um tempo lento na investigação que possibilita uma maior aproximação a cada lugar e a cada pessoa. Apesar de não ser uma metodologia muito utilizada na investigação em Geografia, quer-se aqui chamar a atenção para a existência de outras possibilidades metodológicas e para as vantagens na sua utilização. Deste modo, considera-se que os métodos etnográficos, triangulados com abordagens metodológicas mais convencionais na investigação em Geografia, podem ser uma inovação que este trabalho vem trazer ao conhecimento científico.

Neste ponto, apresentam-se e discutem-se os métodos de investigação utilizados nesta pesquisa. Considera-se que uma descrição mais aprofundada dos métodos utilizados e a alusão aos seus pontos fortes e fracos, podem ser um contributo importante e de referência para outros investigadores que venham a desenvolver o seu trabalho de pesquisa no contexto de cidades europeias. Este ponto está organizado em três secções: na primeira apresenta-se o modelo de análise definido com base na reflexão teórica desenvolvida na Parte I, tal como as hipóteses de investigação que aqui se consideram; seguidamente expõem-se os motivos para a

escolha dos estudos de caso da Mouraria, em Lisboa, e do Raval, em Barcelona, as razões da sua pertinência e as diferentes fases de trabalho de campo nestes territórios; na última secção deste ponto, e tendo em consideração a reflexão teórica, o modelo de análise, as hipóteses e os estudos de caso definidos, apresentam-se os métodos a seguir no contexto particular destes estudos de caso que privilegiam a triangulação metodológica.

1.1. O MODELO DE ANÁLISE E AS HIPÓTESES

Uma lição fundamental que aprendi e que tentei apresentar foi a de que não existe tal coisa como um ponto de partida dado, ou sequer disponível: os princípios têm de ser feitos para cada projeto de modo a 'possibilitar' o que vem a seguir a eles.

Edward W. Said, 1978

Tendo em conta a revisão bibliográfica elaborada na primeira parte desta investigação, que contribuiu para a análise das transformações que têm ocorrido na cidade contemporânea à luz de um projeto neoliberal que se tem reproduzido no espaço através da aplicação de modelos económicos e financeiros; para a desconstrução do discurso de suposta neutralidade em redor dos conceitos que abordam a produção de cidade; para a clarificação da abordagem ao conceito de conflito urbano no âmbito das cidades contemporâneas; e para compreender o papel da criação artística coletiva na transformação da cidade, desenvolveu-se um modelo de análise que possibilitou, à

posteriori, a construção de duas hipóteses de trabalho a desenvolver no Raval, em Barcelona, e na Mouraria, em Lisboa.

Este modelo de análise (Figura 10) assenta nos três conceitos base desta investigação: a cidade, o conflito urbano e a criação artística coletiva. A cidade contemporânea tem reproduzido o projeto neoliberal que se começou a desenvolver no final dos anos 1970 e que rompeu com os princípios de um Estado social, que privilegiava a produção de uma cidade mais justa e democrática. Assim, o esvaziamento do Estado social no sentido da privatização e da mercadorização da cidade desencadeou mecanismos que levaram à produção de uma cidade desigual e violenta (sistema rígido). Contudo, dentro desta cidade dividida há espaços que tendem a resistir às forças hegemónicas de poder, conseguindo construir novas urbanidades (sistema elástico) através da mudança, da criatividade e da criação e produzindo lugares onde o conflito se pode expressar.

No sistema rígido em que se transformou a cidade neoliberal a mercadorização do espaço, muitas vezes, associada a grandes eventos tornou-se atractivo para o investimento financeiro. Deste modo, e na procura de lucro, os investimentos foram direccionados para eixos, como a habitação, que dividiu e fragmentou a cidade contemporânea em pedaços sem relação. No entanto, estas práticas, apoiadas em políticas públicas, conseguiram desenvolver um projeto político que possibilitou o reconhecimento destas cidades ao nível das cidades globais. Muitas são distinguidas pela qualidade do seu turismo e dos seus espaços criativos e inovadores. Mas o que se esconde num lugar invisível nestas cidades? Se por um lado, se desenvolvem espaços exclusivos onde apenas alguns têm o privilégio de aceder, por outro lado, há espaços que se desenvolvem na invisibilidade violenta de uma cidade desigual. Nesta invisibilidade reside uma crescente desigualdade socioeconómica, uma precaridade social assente em níveis de segregação e estigmatização que tendem a aumentar perante a atual crise financeira e económica. Perante este cenário, tornam-se possíveis situações de controlo, onde o medo e a dialética entre segurança e insegurança se tornam uma arma poderosa. A construção destes espaços de medo, a que se associam, muitas vezes, aos espaços estigmatizados e segregados da cidade onde residem

peessoas com baixas condições socioeconómicas e um 'outro' que é considerado desconhecido, perante uma certa homogeneidade que se quer criar, são factores decisivos que justificam e possibilitam determinadas acções, como as que aconteceram em Paris ou Londres.

O espaço público tem sido um elemento chave na definição desta cidade dividida. Se por um lado, este deveria ser um espaço de liberdade e de democracia, por outro, esta utopia desmancha-se quando a tendência é para a sua privatização e para um controlo cada vez maior. Muitas vezes, este controlo está apenas assente em práticas e comportamentos simbólicos que se foram tornando 'norma', afastando quem não se encaixe nestes modelos. Apesar desta formatação de políticas, de comportamentos e de práticas, têm-se, também, produzidos espaços de novas urbanidades, de diversidade e de participação democrática coletiva. Ainda que exista uma tendência para uma certa individualização dos indivíduos, os actuais movimentos sociais têm tido um papel importante na contestação, na resistência e na reivindicação do direito à cidade, abrindo assim lugar à existência de conflito. Também nos espaços de criação artística coletiva o conflito se pode expressar. Enquanto lugar político, os espaços de criação coletiva são lugares de resistência a práticas hegemónicas que tendem a reproduzir modelos. Assim, são espaços onde o conflito, a reflexão e a crítica, associados à criatividade, desenvolvem práticas que espelham realidades que se escondem por trás da imagem bonita e de perfeição em que se quer transformar a cidade.

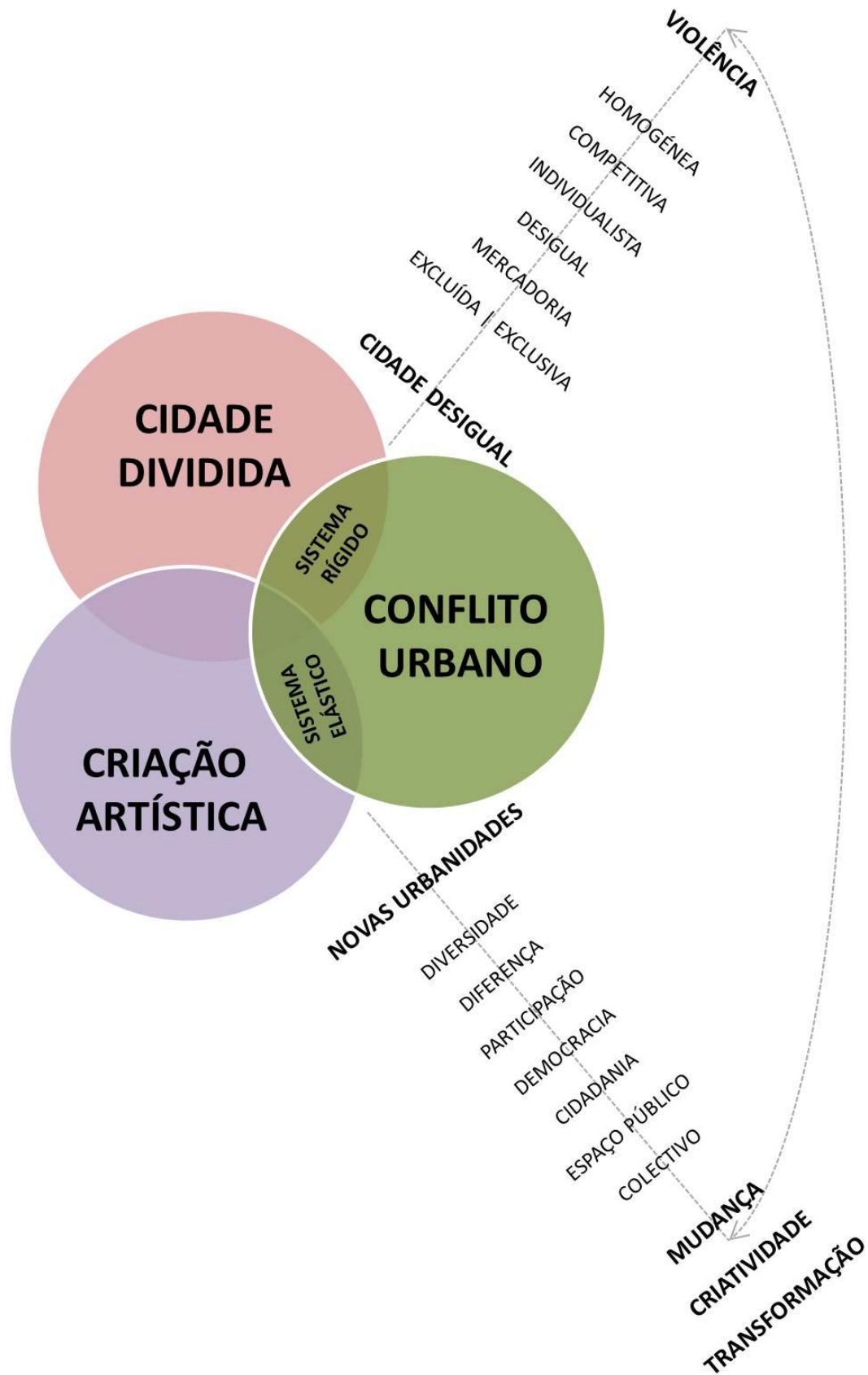


Figura 10 | Modelo de análise

Tendo por base este contexto, o projeto neoliberal presente na produção da cidade contemporânea condiciona a existência de conflito. Contudo, e apesar disso, há alternativas de transformação, de desenvolvimento e de produção de cidade que surgem à margem do paradigma vigente. Deste modo, as práticas artísticas coletivas¹, que refletem uma consciência política de transformação e de crítica, podem ser espaços onde é possível existir conflito e onde as tensões acumuladas não desencadeiam situações de violência. Deste modo, coloca-se a seguinte questão: de que modo as práticas artísticas coletivas abrem a possibilidade da existência de espaços de conflito (dentro de uma produção de cidade que privilegia um sistema rígido, que oprime o conflito e que dá lugar a fraturas e a situações de violência)? Assim, tendo em consideração a questão e o modelo de análise de dela decorre, as duas hipóteses que se colocam são as seguintes: 1) os espaços rígidos, associados à produção de cidade assente em princípios de homogeneidade, controlo, eficácia ou competitividade e afastam a possibilidade da existência de conflito. Logo, bloqueia-se a possibilidade do debate de ideias e do pensamento crítico sobre a cidade contemporânea, mantendo-se uma imagem de uma sociedade pacífica e ordeira. Um sistema rígido reprime a existência de conflito exercendo uma pressão que dá lugar ao surgimento de fraturas e de violência; e 2) a existência de conflito está estreitamente relacionada com o espaço público, a possibilidade do exercício da linguagem, uma unidade coletiva, contrariando tendências de relações de submissão e de domínio, a democracia e a cidadania. Os espaços elásticos, que coexistem dentro da cidade ‘dividida’ e que estão associados à heterogeneidade, aparecem como espaços onde o conflito é possível.

¹ As práticas artísticas coletivas surgem, nesta investigação, em detrimento das práticas individuais, pela importância que atribuem à heterogeneidade e às particularidades de cada espaço, que se tornam mais relevantes e visíveis nestes contextos em análise.

1.2. OS ESTUDOS DE CASO

A rua é um elemento revelador. A partir dela pode-se pensar o lugar da experiência, da rotina, dos conflitos, das dissonâncias, bem como desvendar a dimensão do urbano, das estratégias de subsistência, e ainda marcar a simultaneidade do cheio e do vazio, dos sons e dos ruídos, apontando para usos e tempos diferenciados.

A. Carlos (2001)

Os dois estudos de caso escolhidos para esta investigação são o Raval, em Barcelona, e a Mouraria, em Lisboa. Estes dois bairros sempre estiveram vinculados às margens das duas cidades. De certo modo, podemos identifica-los como uma periferia espacial e social mesmo que se encontrem no centro da cidade. Ambos despertaram, ao longo dos anos, fascínio e receio, proximidade e afastamento, associando-se a um imaginário de segregação, de exclusão, de estigmatização e de precaridade a vários níveis.

O bairro do Raval é escolhido como caso de referência, a partir do qual se poderá refletir sobre a Mouraria. Por se encontrar num estado mais avançado de desenvolvimento, o Raval permite que a investigação que decorrerá posteriormente na Mouraria tenha alguns alicerces e referências mais profundos. No caso desta pesquisa importa olhar paralelamente para os diferentes momentos de transformação dos dois bairros, numa perspectiva não comparativa, considerando a semelhança dos acontecimentos mesmo que estes tenham um desfasamento temporal. Uma análise histórica dos processos de mudança urbana permitem contextualizar os territórios em causa e identificar períodos chave.

O Raval tem sido objecto de intervenções urbanas há um largo período de tempo, enquanto na Mouraria o processo é mais recente. Assim, é possível observar um

processo de incremento de políticas urbanas mais consolidado no Raval e acompanhar os projetos implementados na Mouraria. Barcelona é uma cidade reconhecida no quadro das cidades mundiais e, também por isso, é um caso muito estudado, conhecido e divulgado. Nesta investigação isto é encarado como um desafio, pois a pergunta que pode surgir perante a extensa investigação já feita sobre a cidade pode ser: ‘quando há tanta pesquisa sobre a cidade, tem sentido mais um estudo sobre Barcelona?’. Considera-se que sim. Apesar das abundantes análises e reflexões já elaboradas sobre esta cidade, tanto no contexto de Espanha como fora dela, as discussões contemporâneas em torno da produção de cidade tornam-se cada vez mais pertinentes no contexto atual. Deste modo, refletir sobre o processo de desenvolvimento e transformação urbana e sobre a forma como estes têm condicionado a possibilidade de existência de conflito são questões essenciais na produção de conhecimento sobre a cidade.

A estadia em Barcelona realizou-se em vários momentos, sendo que os dois períodos mais extensos decorreram entre Outubro de 2010 - Fevereiro de 2011 e Abril - Junho de 2011 no Departament de Geografia da Universitat Autònoma de Barcelona (UAB). Após estes dois períodos, é possível conciliar várias pequenas estadias – no máximo de três semanas cada - na cidade de Barcelona (entre 2012 e 2013) com o trabalho em curso em Lisboa. Os diferentes momentos na cidade possibilitam uma extensa recolha bibliográfica que se reflete na discussão teórica e na participação em conferências dos autores mais considerados nesta temática. Foi possível, por exemplo, assistir à conferência proferida por Zigmunt Bauman, em Outubro de 2010 no CCCB, com o título ‘Noves i velles dimensions de la desigualtat’, enquadrada na Kosmopolis - Festa Internacional de la Literatura. Para além disso, as excelentes condições de acolhimento oferecidas pelo Departament de Geografia da UAB e o contato com alguns dos seus investigadores, principalmente do Grupo de Estudios de Geografía y Género (no qual foi possível participar em diversas reuniões) são elementos a destacar. É também importante salientar que a apresentação feita no âmbito das “Tertúlies de recerca”, do Departament de Geografia, intitulada ‘Una mirada sobre la Mouraria’ (em Dezembro de 2010) possibilita um primeiro contato com o método de *photo elicitation*, que passa posteriormente a integrar o esquema metodológico utilizado na investigação.

Pela maior presença temporal na cidade de Lisboa, a observação decorre de modo participado no bairro da Mouraria, sendo a permanência e o acompanhamento mais prolongados. No bairro do Raval a observação não decorre de modo participado por razões de tempo de permanência em Barcelona. Contudo, os diferentes períodos de estadia na cidade permitem aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas e as transformações decorridas e a decorrer no bairro, tal como uma maior percepção da sua realidade.

1.2.1. EL RAVAL

O Raval, caso de referência nesta investigação, localiza-se no *distrito* da Ciudad Vella, que inclui também o Barri Gòtic, Barceloneta e Sant Pere, Santa Caterina i la Ribera, (ver capítulo El Raval) na cidade de Barcelona. Este é um bairro definido estatisticamente, sendo possível ter acesso a diferentes dados sobre este território no *website* do Departament d'Estadística do Ajuntament de Barcelona. Esta informação, acessível a todos, é um elemento importante para fazer um primeiro retrato do bairro. A partir desta informação, define-se um esquema metodológico (Figura 11) com o objectivo de perspectivar o trabalho a desenvolver. Deste modo, e tendo em conta o que já foi anteriormente referido, privilegia-se uma abordagem que tem na sua génese as reflexões teóricas e as políticas urbanas aplicadas à cidade de Barcelona. Assim, tendo em conta uma perspectiva macro, consegue-se descer a uma escala mais micro de observação e análise. Para isso, recorre-se à *photo-elicitation* (Conversas Visuais no Raval) associada a um guião de entrevista semi-estruturada (3), a conversas informais e observação (estes métodos serão apresentados na secção 1.3. deste ponto). É aqui de destacar que durante as observações são feitas gravações sonoras e desenhados percursos (poderão ser encontrados ao longo do capítulo El Raval) que permitem posteriormente refletir sobre determinadas dinâmicas sociais, económicas e culturais quotidianas no bairro. Durante este período, também é possível assistir a diversas sessões do Consejo de barrio do Raval, convocadas pelo Consejo Municipal de Distrito de Ciutat Vella.

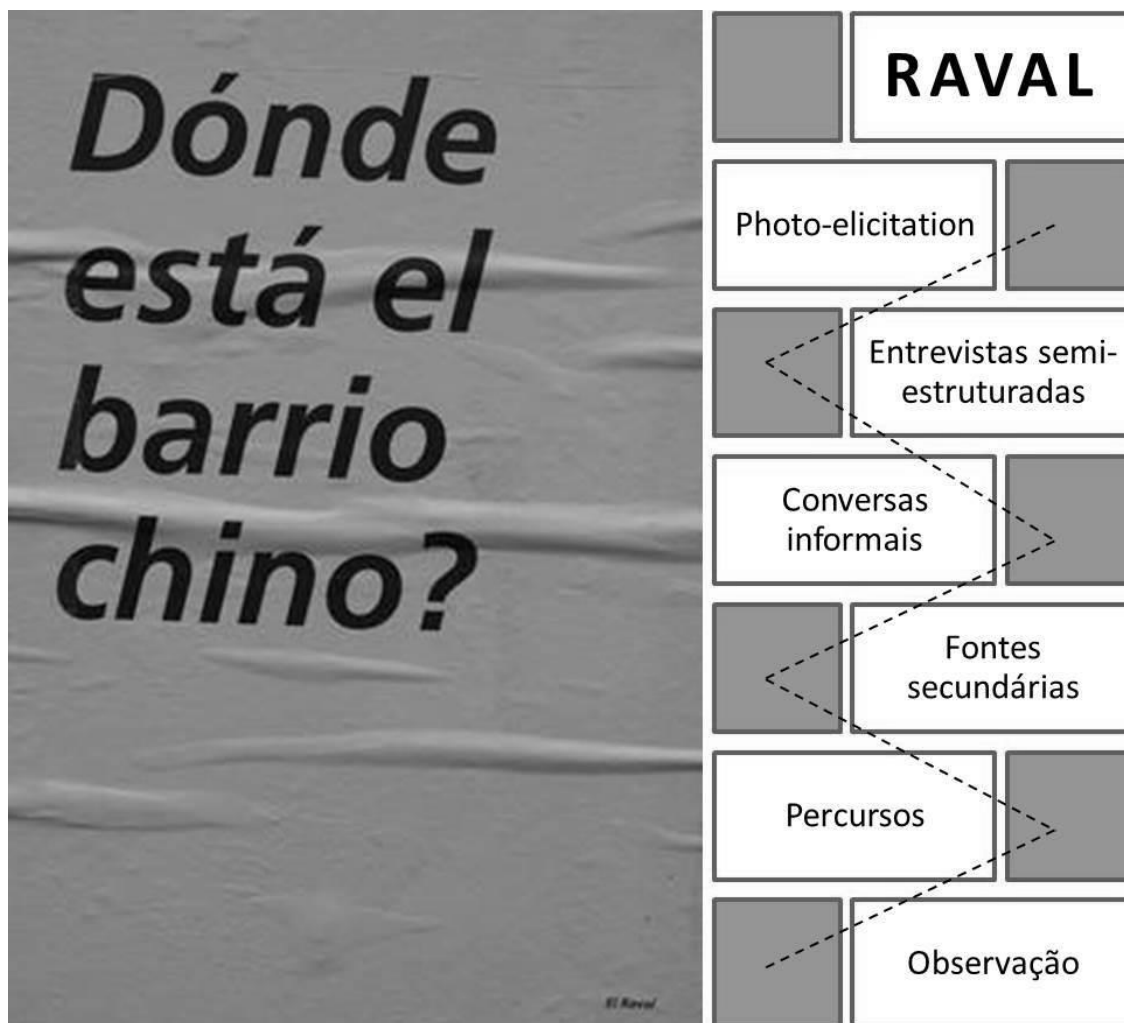


Figura 11 | Esquema metodológico utilizado no bairro do El Raval

Tendo em conta a perspectiva de análise considerada nesta investigação, no Raval, a Sitesize foi o coletivo considerado quando se discute a importância da criação artística coletiva para a produção de espaços mais elásticos, livres e democráticos. A Sitesize é uma plataforma de projetos colaborativos no âmbito da criação artística e da mediação cultural, centrada na metrópole contemporânea. Esta plataforma entende “a prática artística como um trabalho coletivo de redefinição dos condicionantes contemporâneos que estão configurando os modos de trabalhar” (Pujol e Vila-Puig, 2013). Mais recentemente, a Sitesize foca-se, sobretudo, em processos de aprendizagem que levam à interiorização de práticas e metodologias de trabalho partilháveis em contextos concretos. Neste contexto, considerou-se a Sitesize um

elemento chave no processo de investigação. O contato com este coletivo começou em 2007 com a vinda a Portugal de Elvira Pujol, uma das coordenadoras, para participar na conferência "Lugares Inclusivos e Espaços Criativos", que se realizou no Centro de Acolhimento de Refugiados do CPR, na Bobadela nos dias 24 e 25 Maio, no âmbito do projeto "LINKS: Capital Social e Inovação - As Redes na Promoção do Desenvolvimento Local". Com a escolha do Raval para caso de referência desta investigação, o contato com a Sitesize, e mais especificamente com a Elvira Pujol, torna-se essencial pela proximidade das práticas e das temáticas abordadas.

1.2.2. A MOURARIA

A Mouraria, tal como o Raval em Barcelona, é um dos bairros do centro histórico da cidade de Lisboa (ver capítulo A Mouraria). Contudo, contrariamente ao que acontece em Barcelona, o bairro da Mouraria não é uma unidade estatística única em Lisboa, o que levanta alguns problemas na análise de dados estatísticos. Para além disso, não foi possível obter a informação equivalente ao Raval, não sendo assim possível analisar comparativamente estes dois territórios ao nível da estatística. No caso da Mouraria o bairro parece ter um significado simbólico que não se concretiza a nível territorial, fazendo com que a sua delimitação inclua um conjunto de freguesias e não seja uma única entidade.

Como esta unidade territorial não é uma unidade estatística por si só, optou-se por considerar os limites definidos no Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Mouraria (PUNHM), delimitando o bairro pelas suas subsecções estatísticas. Contudo, tal como aconteceu no projeto *Geitonies*² - *Generating Interethnic Tolerance and Neighbourhood Integration in European Urban Spaces* (projeto FP8-CE, coord. Lucinda Fonseca), desenvolvido no Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, considera-se que os limites do

² <http://geitonies.igot.ulisboa.pt/>

bairro, por serem permeáveis, devem incluir, no âmbito desta investigação, as áreas adjacentes ao seu limite institucional. Deste modo, junta-se aos limites do PUNHM, o Largo do Martim Moniz – Poço do Borratém, tal como a Rua da Palma e a Avenida Almirante Reis – no limite com a Rua dos Anjos, na área a estudar. Contudo, e por se considerar que as relações existentes com a Mouraria são mais ténues, não se estendeu esta delimitação à vertente Oeste da Rua da Palma/ Av. Almirante Reis (ver capítulo A Mouraria).

Tal como acontece no bairro do Raval, define-se para a Mouraria um esquema metodológico (Figura 12) que tem em conta toda a informação tratada anteriormente na parte teórica desta investigação e, também, a informação de referência obtida com a investigação no bairro barcelonês. Deste modo, e após uma análise detalhada dos processos em causa, opta-se por uma observação participante na Mouraria. A aplicação deste método científico só é possível pela disponibilidade de acolhimento que o c.e.m. – centro em movimento deu a esta investigação.

No âmbito do trabalho de campo realizado no bairro da Mouraria, realizam-se 6 entrevistas a agentes chave do bairro através do método de *photo elicitation* e entrevistas semi-estruturadas, tal como acontece no Raval. Do mesmo modo, as conversas informais realizadas em diversos momentos, revelam-se fontes importantes de informação sobre o bairro e o seu quotidiano.



Figura 12 | Esquema metodológico utilizado no bairro da Mouraria

Na Mouraria a implicação no trabalho de campo é muito intensa e exige um afastamento *à posteriori*, que se reflete numa maior demora na escrita. Colocado o estudo de caso à distância é possível refletir mais claramente sobre o tema em debate. Como nos diz a artista plástica Helena Almeida (2013) numa entrevista, “as coisas são tão fortes ou, por exemplo, são tão emotivas que temos de as pôr à distância para poder pensar. Porque não se pode fazer as coisas com o coração na boca e, então, tenho de as distanciar de mim. E então passado algum tempo começo a desenhá-las quando sinto que já estou em estado de poder fazer isso”.

1.3. OS MÉTODOS

Mais importante que o destino é a viagem.

Eduardo Lourenço, 2009

Nesta investigação não se tem a pretensão de pensar que uma única abordagem é a mais apropriada. Considera-se que várias abordagens poderão ser válidas, dependendo do contexto que se quer estudar e da perspectiva de análise que se escolha. Contudo, procura-se, aqui, adequar a metodologia ao objecto de estudo tendo em conta que a “reflexão sobre o método muitas vezes não precede mas vem com a prática e que esses pensamentos últimos, ou penúltimos, só são legitimados por uma grande familiaridade com a investigação” (Agamben, 2010: 9, 10). Deste modo, opta-se por uma triangulação metodológica (Figura 13) que permite integrar diferentes técnicas de análise e tirar partido do conhecimento já adquirido ao longo dos vários anos dedicados à investigação em ciências sociais.



Figura 13 | Triangulação metodológica – entre uma visão quantitativa e uma visão qualitativa da realidade

A metodologia utilizada parte da problematização teórica, desenvolvida na primeira parte deste trabalho e das hipóteses que surgiram a partir daí. Pretende-se, assim, possibilitar o desenvolvimento de uma maior compreensão conceptual e empírica da questão em causa. Por ser uma investigação comprometida socialmente, em que o investigador pretende estar envolvido, a distância epistemológica pode aqui ser colocada em causa. Porém, a utilização de métodos etnográficos usados noutras investigações em ciências sociais (Burgess, 1997; Pink, 2009) vêem desmistificar, um pouco, esta questão. Neste ponto, sobre os métodos utilizados, pretende-se abordar cada uma das escolhas feitas com o objectivo de as apresentar e justificar a sua utilização no contexto desta investigação, sendo dado especial destaque à *photo elicitation* por ser um método menos utilizado e, por isso, menos conhecido na investigação em Geografia.

1.3.1. A PHOTO ELICITATION E AS ENTREVISTAS

A *photo elicitation* é uma técnica metodológica qualitativa muito utilizada nas investigações feitas em Antropologia ou em Sociologia mas que tem sido também importante para a Geografia Social (Bigando, 2013). Esta técnica possibilita o conhecimento das várias potencialidades da imagem, demonstrando a sua utilidade e o seu leque diversificado de utilizações, trazendo-a para a agenda de investigação científica: “photo elicitation enlarges the possibilities of conventional empirical research” (Harper, 2002: 13).

O conceito de *photo elicitation* apareceu pela primeira vez num artigo publicado pelo fotógrafo e investigador norte-americano John Collier (1957). Collier desenvolvia o seu trabalho num grupo multidisciplinar que investigava a saúde mental em comunidades em mudança nas províncias marítimas do Canadá. A equipa adoptou a *photo elicitation* para analisar como é que as famílias adaptavam as suas casas às diferenças étnicas dos seus habitantes e às novas formas de trabalho, tendo por base o *stress* psicológico que isso lhes causava.

Esta escolha aconteceu quando a equipa se deparou com a dificuldade em adaptar o seu tema base a entrevistas e a inquéritos. Foi particularmente interessante quando os investigadores realizaram entrevistas a partir do método de *photo elicitation* e entrevistas estruturadas. O objectivo deste exercício foi ver como resultavam os dois métodos e compará-los. A equipa considerou que a fotografia ‘afiava’ a memória dos entrevistados, diminuindo as áreas de incompreensão. Sobre este facto Collier (1957) refere que as características dos dois métodos podem ser simplesmente expostas: o material obtido com as fotografias é preciso e, às vezes, até enciclopédico. Em comparação, o autor (idem) considera que as entrevistas estruturadas são menos precisas, percorridas e livres. As respostas dos ‘foto-entrevistados’ são, para Collier (ibidem) uma resposta direta às imagens, enquanto as entrevistas estruturadas se regem mais pelo humor dos entrevistadores. Collier (1957) refere, também, que as fotografias lhe suscitaram entrevistas mais longas e compreensivas, superando a fadiga e a repetição provocadas pelas entrevistas convencionais. A *photo elicitation* envolve, também, uma maior subtilidade do imaginário gráfico e o seu efeito sobre o entrevistado estimula a sua memória emocional. Fadwa el Guindi (1998: 477) fala da sua história similar no seu trabalho de campo realizado na América Latina: “depois de uma entrevista estruturada, mostrei fotografias que tirei em rituais e gravei os seus comentários e reacções. Eu não tinha uma noção do que podia esperar nem que questões específicas colocar-lhe...um exemplo...os entrevistados apontaram para duas pedras colocadas no santuário e forneceram informações valiosas sobre o (seu) sagrado... (que eu tinha observado frequentemente). Outro exemplo prende-se com uma imagem de um altar de uma igreja elaboradamente decorado para as cerimónias de Natal. Numa explosão de entusiasmo, Martin apontou para o altar dizendo: ‘Ah, está ali a casinha já levantada’. Este comentário levou a uma discussão mais rica e avançada sobre os diferentes aspetos relativos aos rituais e mitos de Natal e Páscoa”. Também Jon Wagner (1978) se centra na fotografia como “um estímulo para as entrevistas”. Para Harper (2002: 13) esta questão parece ser bastante clara: “the parts of the brain that process visual information are evolutionarily older than the parts that process verbal information. Thus images evoke deeper elements of human consciousness than do words; exchanges based on words alone utilize less of the brain’s capacity than do exchanges in which the brain is processing images as well as

words. These may be some of reasons the photo elicitation interview seems like not simply an interview process that elicits more information, but rather one that evokes a different kind of information”.

Mais recentemente, esta técnica tem sido amplamente utilizada em investigações centradas nos aspetos socioeconómicos da sociedade: Barndt (1980, 1990) nos seus livros documenta os movimentos de educação popular; Calderola (1985) na sua investigação sobre a organização social de uma cidade na Indonésia; Suchar (1988, 1992, Suchar and Rotenber 1994) nos seus trabalhos sobre *gentrification*; Steiger (1995) nos seus estudos sobre o impacto da criança nas dinâmicas familiares; Gruschker (2000) utilizou a fotografia nos seus trabalhos sobre a família; Sampson-Cordle (2001) na sua dissertação sobre as relações entre a escola rural e a comunidade; Harper (2001) sobre a organização coletiva do trabalho agrícola. Em 2002, Douglas Harper volta a referir-se à importância desta técnica na investigação científica em ciências sociais num artigo publicado na revista *Visual Studies*³, onde faz também uma abordagem à utilização da *photo elicitation* no século XXI. Há, porém, outros autores (como Emmison e Smith, 2001, por exemplo) que abertamente hostilizam o uso da fotografia como metodologia não o considerando um método cientificamente válido.

A *photo elicitation* parte da ideia simples de inserir a fotografia numa entrevista de investigação. Evoca informações, sentimentos e memórias que chamam elementos mais profundos da consciência para a conversa, ligando mais facilmente o indivíduo à experiência. Tendo em conta estes referenciais, e o privilégio dado nesta investigação a métodos etnográficos, a *photo elicitation* é escolhida por ter em conta as especificidades necessárias de aproximação e proximidade em relação ao outro, permitindo um contato mais direto com cada um. Assim, e sabendo que a “photo-elicitation interview, technique issue des visual studies, constitue une méthode pertinente et efficace pour faire émerger une parole habitante éclairant ce questionnement scientifique sur la sensibilité des habitants à leur paysage quotidien”

³ Harper D., (2002) “Talking about pictures : a case for photo elicitation”, *Visual Studies*, vol. 17, No.1, 13-26.

e que a *photo elicitation* “doivent témoigner de la capacité de l’outil à amener l’individu à adopter une posture réflexive et ce que cela implique en termes de révélation et de compréhension de la sensibilité paysagère” (Bigando, 2013), construiu-se um esquema de suporte (Figura 14) a este trabalho com dimensões e imagens que se consideram essenciais durante os períodos de observação. Associado a este esquema de suporte estão dois álbuns de fotografias⁴, que se denominam por ‘Conversas Visuais’ do Raval (Figura 15) e da Mouraria (Figura 16). É de referir que as pessoas entrevistadas não têm acesso ao esquema de suporte durante a entrevista, sendo, também, omitido, à partida, o objecto de estudo desta investigação para não influenciar ou direccionar as respostas dadas.



Figura 14 | Esquema de suporte aos álbuns fotográficos ‘Conversas Visuais’

As entrevistas realizadas têm por base este método que consegue juntar a *photo elicitation* e um guião para uma entrevista semi-estruturada que se constrói de modo a ser aberto e flexível, permitindo uma maior disponibilidade do entrevistado e do

⁴ Estes álbuns fotográficos foram construídos com base nos percursos (ver secção 1.3.4. deste capítulo) efetuados durante os períodos de observação e observação participante.

entrevistador para abrir o discurso por outros possíveis caminhos. Este guião aberto centra-se nos seguintes pontos: i) história da instituição/ indivíduo no bairro; ii) como é que a instituição/indivíduo encara as transformações no bairro; iii) os imigrantes e a população autóctone no bairro; e iv) como é que a instituição/ indivíduo vê a presença de artistas e os eventos artísticos no bairro. No bairro do Raval realizam-se 3 ‘Conversas Visuais’ e no bairro da Mouraria 6. Durante o período de estadia em Barcelona é possível fazer uma entrevista semi-estruturada, com base no guião anteriormente referido, a Oriol Nel.lo, em Dezembro de 2010, na altura Secretari per a la Planificació Territorial del Govern de la Generalitat de Catalunya. É de notar que se realizam duas entrevistas mais aprofundadas, pela sua demora, a Elvira Pujol, uma das coordenadoras da Sitesize em Barcelona, e a outra a Sofia Neuparth, a coordenadora do c.e.m. em Lisboa.

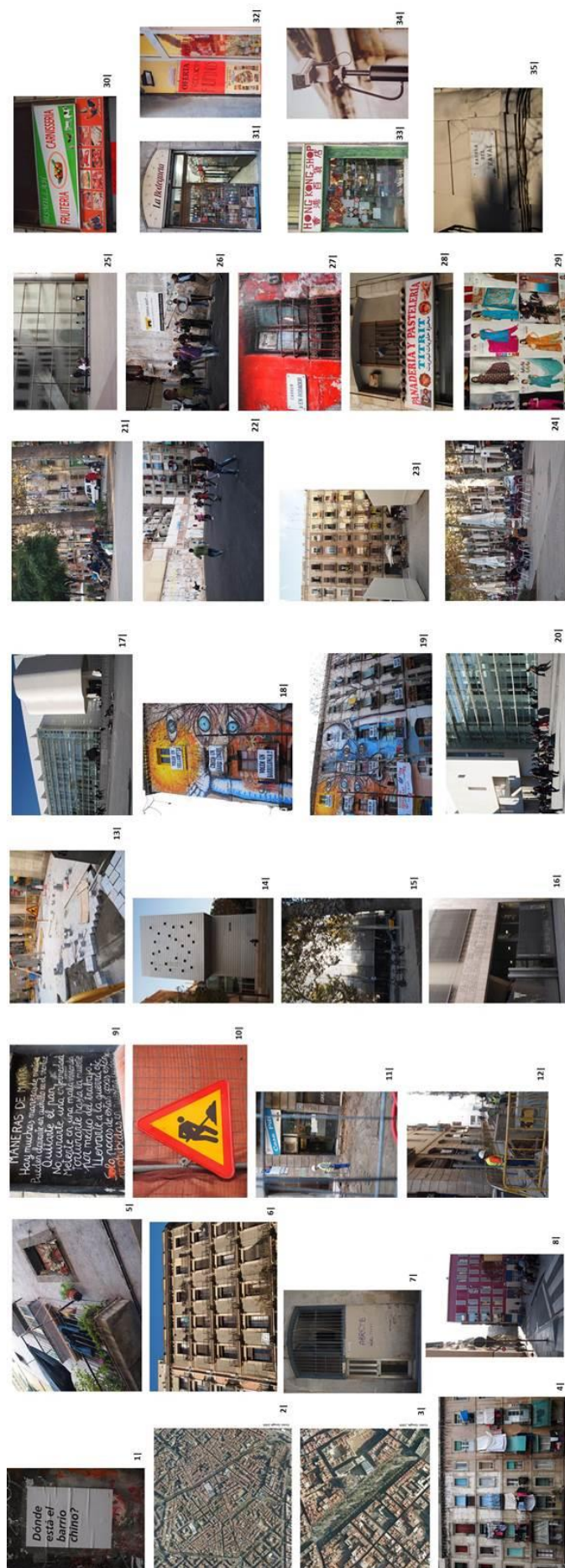


Figura 15 | 'Conversas Visuais' do Raval

Figura 16 | 'Conversas Visuais' da Mouraria

1.3.2. A OBSERVAÇÃO E A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

No se conoce el barrio con venir un día de turista. Ni con estar una semana o un mes viviendo en él. Precisa más tiempo, mucho más tiempo, para haberlo visto crecer, desarrollarse y languidecer como languidece ahora

Blázquez, 1936

Tendo por base o que anteriormente foi explicitado sobre a escolha dos métodos, opta-se pela observação e pela observação participante nos períodos de trabalho de campo realizados. No bairro do Raval, como já foi referido anteriormente, a escolha recai sobre o método da observação por uma questão de tempo de execução do trabalho de campo. Assim, durante a estadia em Barcelona é possível permanecer durante longos períodos no bairro possibilitando a realização de gravações sonoras, que permitem distinguir as diferentes *soundscapes* do bairro, percursos e observações não sistematizadas pois não se tem como hipótese estudar nenhum grupo ou comportamento em particular. Deste modo, é possível abranger de um modo mais amplo as diferentes dinâmicas do bairro. Ao longo deste período, o caderno de campo, com as anotações e estruturação da informação recolhida, revela-se um elemento primordial (algumas das partes deste(s) caderno(s) aparecem citadas nos capítulos sobre o Raval e sobre a Mouraria).

A observação participante, que se realiza no bairro da Mouraria, exige outra dinâmica. Este é um método que evidencia, só por si, uma tensão constante tendo uma dupla face em diversos momentos: fazer – conhecer, participar – observar ou manter a distância e implicar-se. Este processo exige um esforço reforçado e um equilíbrio que deixa algumas marcas na própria investigação e que exige um afastamento físico daquele território. Alguns dos resultados desta observação participante resultam em três criações artísticas: ‘BAFATÁ, PORBANDAR, INHACA, DHAKA, CHAFARIZ DO

BENFORMOSO' (Pedras' 11), 'O NOVELO QUE É NÃO-NOVELO COMO O CHAFARIZ QUE AGORA É NÃO-CHAFARIZ' (Pedras' 12) e 'À ESPERA QUE A ROUPA SEQUE' (Pedras' 13).

1.3.3. O INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

O inquérito por questionário é, também, usado nesta investigação aproveitando-se a oportunidade da sua realização no âmbito do projeto RUcaS (PTDC/CS-GEO/115603/2009), já referido. Deste modo, introduzem-se algumas questões no questionário que colmatam as falhas ao nível do contato com a população residente no bairro. Através deste questionário obtêm-se 400 respostas válidas, por via de uma amostra representativa (Figura 17) da população residente.

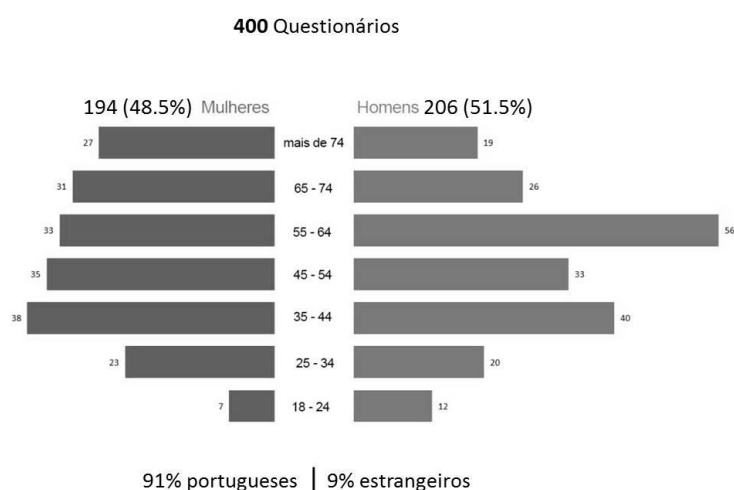


Figura 17 | Definição da amostra para a realização dos questionários na Mouraria

O guião completo do questionário realizado pode ser consultado em anexo. No entanto, são de destacar aqui as questões que se utilizaram nesta investigação:

(4⁵) Como se sente a viver na Mouraria? Gosta? Porquê?

(5) Quais são, para si, os principais problemas do bairro?

⁵ Este número equivale ao número da questão no questionário completo.

(6) Sente-se seguro(a) nas ruas da Mouraria? Porquê?

(7) (Se não) O que fazia para resolver esta questão?

(8) Já assistiu a alguma situação de violência? Qual?

(22) Como é que olha para as mais recentes transformações no bairro?

(23) O que lhe parece estar a acontecer?

(30) Que espaços costuma utilizar?

(31) Frequenta o 'Mercado de Fusão' (Martim Moniz)? Porquê?

A parte seguinte desta investigação terá por base o quadro teórico, tal como o modelo de análise aqui analisado, e consistirá na sua aplicação aos casos do Raval, em Barcelona, e da Mouraria, em Lisboa.

PARTE III

EL RAVAL

‘Vinda da Plaça de la Universitat, comecei por entrar no bairro do El Raval pelo Carrer dels Tallers passando pela Facultat de Geografia i Història (FGH). Depois, entrei no Carrer d'Elisabets e cheguei à Plaça dels Àngels. Aí permaneci um pouco sentada na frente do Museu d'Art Contemporani de Barcelona (MACBA). Repetido várias vezes o percurso, vi que, dependendo da hora e do dia da semana, o ambiente muda.

Pela manhã (10h) tudo está calmo. Meia dúzia de turistas caminha por ali em direção ao museu. Pelas 13-14h o ambiente muda um pouco. É hora de almoçar. Muitos estudantes da FGH aproveitam a boa exposição solar da praça para se sentar num dos degraus das escadas na frente do MACBA e almoçar. Também começam a aparecer alguns skaters e algumas pessoas sem-abrigo começam a juntar-se por ali.’

Excerto do caderno de campo (Fevereiro de 2011)



Fonte: Adaptado de Ajuntament de Barcelona (2013) | Imagem tratada por Leandro Gabriel (2013)

Figura 18 | Percurso I

1. DA CIDADE PARA O BAIRRO - DA MACRO PARA A MICRO ESCALA

Os detalhes da vida quotidiana de El Raval estão marcados nos olhares e nos gestos de cada um, como um reflexo dos processos macro que se desenrolam por toda a cidade e que deixam marcas muito evidentes por todo o bairro a uma escala muito micro. A sua história parece sintetizar-se em precariedade extrema, habitação insalubre e sobrelotada, imigração ou prostituição¹ (Horta, 2010). Contudo, outras histórias, para além desta, marcam cada trajeto efetuado.

A presença de imigrantes e os seus hábitos culturais fazem mudar a imagem do bairro a cada instante. Os supermercados que vendem produtos de todo o mundo, desde a Ásia à América Latina. O cheiro entre o azedo e o podre, que traz lembranças dos mesmos odores na Índia. As cores das roupas e a diversidade linguística que se consegue ouvir nas ruas mais estreitas do bairro trazem à memória outros países. Ao mesmo tempo, outras imagens também sobressaem. Edifícios onde uma arquitetura de linhas retas e de cor clara se destacam. Pequenas lojas, *ateliers* e galerias. Lojas de roupa em segunda mão. *Guiris* (como chamam aos estrangeiros/turistas) espalham-se pelas esplanadas que marcam cada praça.

Este bairro tem sido cenário de várias novelas e fições, umas mais próximas da realidade, outras mais afastadas. Mas a realidade está bem presente ao virar de cada esquina. Diferentes momentos marcaram o percurso urbano deste bairro. O processo de industrialização deixou o seu cunho no carácter operário e contestatário do bairro. Os movimentos migratórios trouxeram outras pessoas e uma mistura de hábitos e de culturas. Os diversos planos de transformação urbana foram alterando a paisagem e abrindo feridas que não se curam com uma ‘limpeza de pele’ ou uma ‘nova maquilhagem’. Aqui, as relações sociais materializam-se num território real possibilitando que a vivência dos espaços (‘o espaço vivido’ de Henri Lefebvre)

¹ “(...) la práctica de la prostitución no resultan exóticas. La propia presencia de trabajadoras del sexo es habitual en este del Raval siglos atrás: en 1458, en el siglo XV, el portal de Trentaclaus acoge un burdel (...) y es el propio Consell de Cent el que financia a los burdeles” (Horta, 2010: 40).

contribua também para a produção dos lugares. É nesta dimensão que a produção/reprodução do espaço por quem o vive é passível de ser vista, percebida, sentida e vivida. Neste ponto pretende-se olhar para a história da cidade de Barcelona e do bairro do Raval, para que posteriormente se compreenda melhor a sua influência na produção de cidade.

1.1. A HISTÓRIA DE UM BAIRRO: DE CHINO A EL RAVAL

Antes de la guerra, el Barrio tenía un vicio y una sociedad autóctona. Después, desde 1914 a 1918, aprendió esas cosas absurdas de Marsella y de Nápoles, de Orán, de Amsterdam, de Hamburgo. La etapa siguiente fue la del dinero entrando a montones, la de las cupletistas francesas, de la cocó. Inmediatamente después vivió la etapa sangrienta de las bandas de pistoleros. Enseguida, la de los imitadores de estrellas. Y ahora, la de la decadencia, la del éxodo, mejor dicho.

G. Trillas Blázquez, 1936

El Raval localiza-se no *distrito* da Ciudad Vella² na cidade de Barcelona e tem como limites a Rambla (a segunda muralha da cidade), o Carrer Pelai, a Plaça Universitat, as rondes de Sant Antoni e Sant Pau, a Paral·lel (terceira muralha) e o Passeig Josep Carner (Figura 19). O bairro esteve rodeado por muralhas até 1859, data que marcou o crescimento urbano e industrial da cidade para fora destas. Era uma área de terras cultiváveis e de granjas, que abasteciam a cidade de Barcelona. Os conventos também eram uma constante neste território. Ao mesmo tempo, era a área limite e de margem da cidade para além da qual não havia casas. Era uma porta de entrada, de saída e de

² Que inclui para além do El Raval, o Barri Gòtic, Barceloneta e Sant Pere, Santa Caterina i la Ribera.

encontros: *“en los tiempos en que producen las revueltas populares de la Busca contra la Biga³ el Raval ya ha cristalizado como un asentamiento para comerciantes que venden sus productos sin entrar en la ciudad a fin de evitar pagar en la aduana, un espacio de proscritos y mendigos, y también de gitanos que en el interior de la ciudad corren el peligro de ser expulsados. En el cruce entre las calles Hospital y Carme van brotando mercados, tabernas y prostíbulos, un tipo de estructura urbanística irregular y un tejido social que perdura más allá de la construcción de las nuevas murallas”* (UTE, 2004: 298-299 citado por Horta, 2010: 34).

Chamava-se bairro Xino. Evocava um ambiente boémio e de *canalla*, mas nada tinha de canalla, *“en él se sintetiza no sólo el obrerismo contemporáneo catalán, sino el espectro de las formas de sociabilidad de las clases subalternas en el transcurso de la historia. Ahí yacen luces y sombras de lucha por la vida y la transformación social, y, a su vez, los ecos patentes de procesos de dominación, represión y miserabilización”* (Horta, 2010: 32). Principalmente durante o período da Grande Guerra, era o bairro dos cafés-concerto com projeção internacional. O bairro dos artistas e dos cabarés. Mas este é apenas o lado nostálgico e romântico da sua história. Do outro lado, encontramos o bairro operário, das classes trabalhadoras catalãs e das lutas anarquistas, que evocava uma vida popular, de pobreza, de prostituição e de delinquência. Esta é uma dualidade ainda bem presente na realidade e no imaginário de El Raval, levando alguns a recriar a sua própria imagem do bairro: *“A mim, El Raval soa-me a ‘lo peor de lo peor’”* (Núria Planes et al, 2012).

³ No século XV, “La Busca y la Biga aglutinaban a sectores sociales contrapuestos. La Busca, formada por maestros de los oficios y, ante todo, pequeños mercaderes y artesanos, era una especie de partido popular. La Biga, por el contrario, la integraban los ciudadanos honrados y los grandes mercaderes, es decir los sectores oligárquicos” (Baruque, 1984: 139).

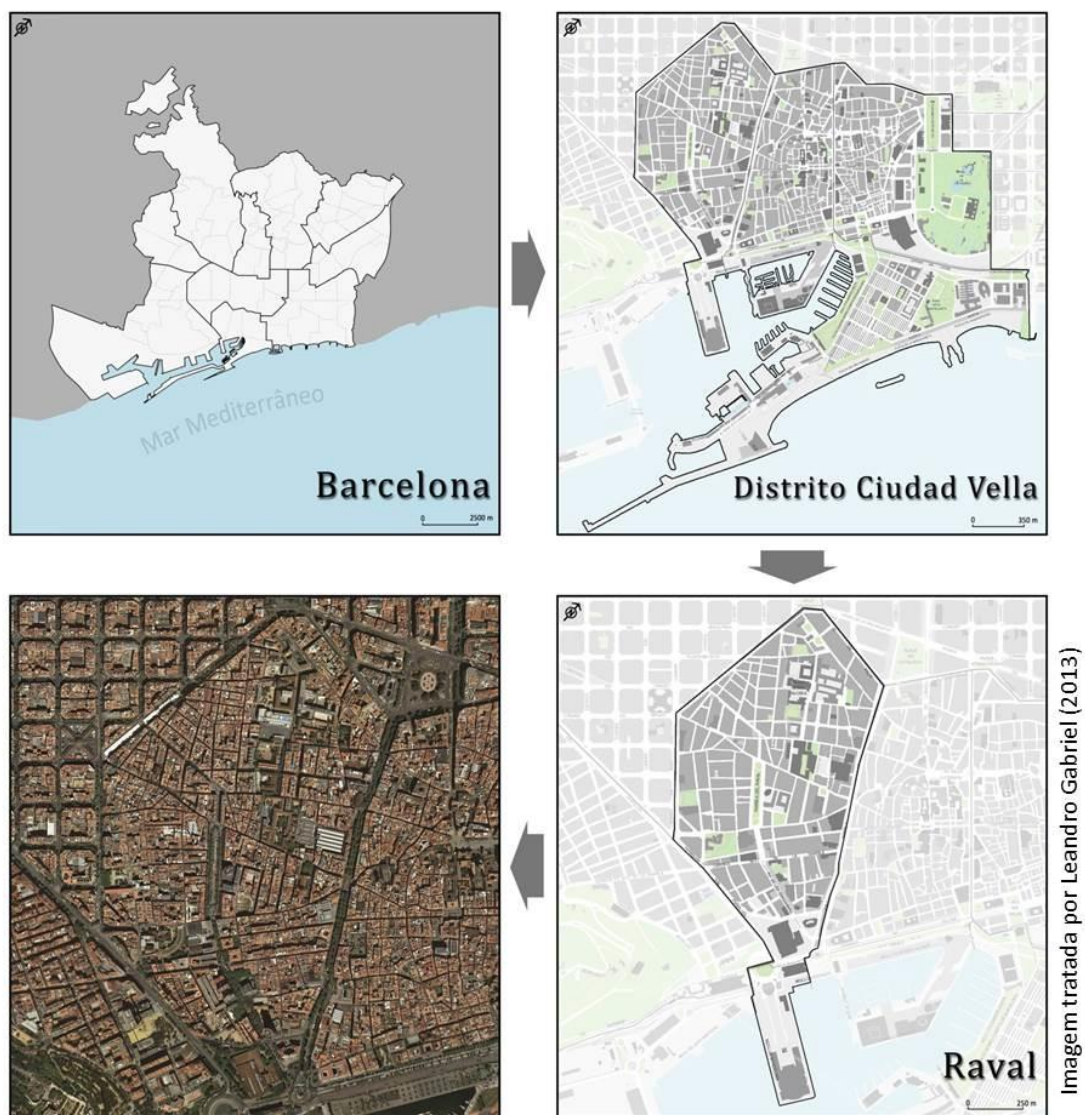


Imagem tratada por Leandro Gabriel (2013)

Figura 19 | Localização do bairro do Raval na cidade de Barcelona e no distrito da Ciudad Vella

1.2. DONDE ESTÁ EL BARRIO CHINO?

A partir do século XVIII as fábricas começam a substituir os campos agrícolas e entre 1770 e 1840 dá-se a grande explosão industrial no bairro. Durante este período o bairro passou a ser destino residencial e laboral dos imigrantes procedentes do interior da Catalunha (que estava a passar por uma grande crise agrícola) que foram encontrando trabalho nas indústrias têxteis⁴ que aí se localizaram na procura de terrenos mais extensos e baratos. Também a exposição universal de 1888 marcou a vinda de muitos imigrantes para a cidade e, conseqüentemente, para o bairro. As transformações provocadas pela Revolução Industrial tomaram corpo no Raval fazendo dele, em 1840, o bairro operário mais denso da Europa (Blasco, 2012).

Em 1780 as indústrias têxteis já empregavam 30.000 pessoas. Em 1829 havia 74 fabricantes registados dispendo de 6.992 teares. Em 1860 o número já tinha crescido para 242 estabelecimentos fabris, na sua maioria a vapor (Figura 20). As jornadas de trabalho eram nesta época de 12 horas diárias, só tendo diminuído para 8 horas em 1919 após muita contestação. A proliferação de fábricas fez emergir os primeiros bairros operários dentro das muralhas da cidade, o que gerou os primeiros debates sobre o seu modelo. Esta Barcelona fabril colocou em evidência muitas das contradições sociais, económicas e urbanas da cidade, que no século XIX alcançou o seu ponto de saturação⁵ (Blasco, 2012).

⁴ “La prohibición del año 1718 de importar tejidos estampados favoreció la aparición de la industria manufacturera” in ‘El barrio del Raval’

(http://w110.bcn.cat/portal/site/CiutatVella/menuitem.6806019324b2f1d826062606a2ef8a0c/?vgnnextoid=04c075292f5a8210VgnVCM10000074fea8c0RCRD&lang=es_ES)

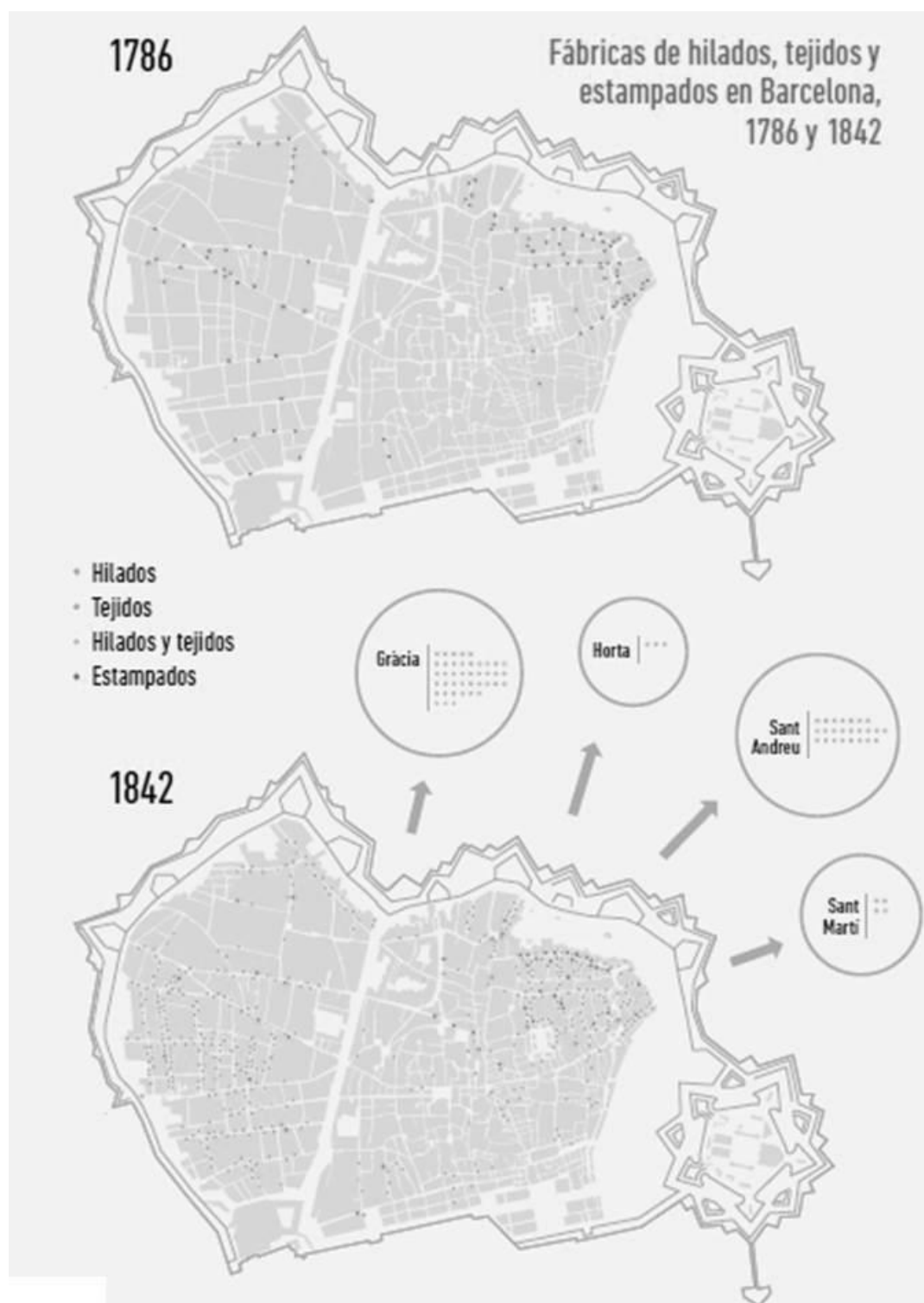
⁵ Em 1859 as muralhas da cidade foram derrubadas: “Las revueltas obreras contra las mecanizaciones modernas y diversas epidemias de cólera llevaron a tomar la decisión de derribar las murallas en el año 1859 y permitir así la expansión urbana e industrial fuera de un núcleo urbano insalubre y fácilmente controlable por un movimiento obrero que empezaba a organizarse” in ‘El barrio del Raval’

(http://w110.bcn.cat/portal/site/CiutatVella/menuitem.6806019324b2f1d826062606a2ef8a0c/?vgnnextoid=04c075292f5a8210VgnVCM10000074fea8c0RCRD&lang=es_ES)

O aumento do número de fábricas no bairro transformou o espaço urbano: as fábricas e os edifícios para alojar os novos habitantes substituíram as casas burguesas das quintas que por ali existiam⁶ (Figura 21). Os pátios interiores que anteriormente eram local de encontro e de passagem, passaram a estar ocupados por oficinas, garagens ou armazéns convertendo-se em espaços impossíveis para as relações sociais de proximidade. As habitações tornam-se cada vez mais insalubres e os actuais *pisos patera* ('camas quentes'⁷) já faziam parte da paisagem quotidiana do bairro: “(...) *era una casa que tenía una superficie bastante reducida, albergada entre sus cinco pisos a ciento quince personas, la mayoría de las cuales eran trabajadores de las fábricas. (...) otra cierta casa del Padró en la cual dormía tanta gente que no podía penetrarse en ella no transcurrirse por la misma por el número de catres que la ocupaban...*” (Font, 1852, citado por Horta, 2010: 36).

⁶ “Las grandes viviendas de la burguesía establecidas en el Raval en el XIX son gradualmente abandonadas por sus propietarios, que a partir de la destrucción de la segunda muralla medieval marchan hacia el entonces llamado Eixample” (Horta, 2010: 37).

⁷ “Na gíria marinheira o regime de “cama quente” significa que uma cama é utilizada por mais que uma pessoa, por não existirem camas suficientes para toda a guarnição” (<http://www.marinha.pt/centenariosubmarinos/>).



Fonte: Blasco, 2012:32

Figura 20 | Fábricas têxteis em Barcelona, 1786 e 1842

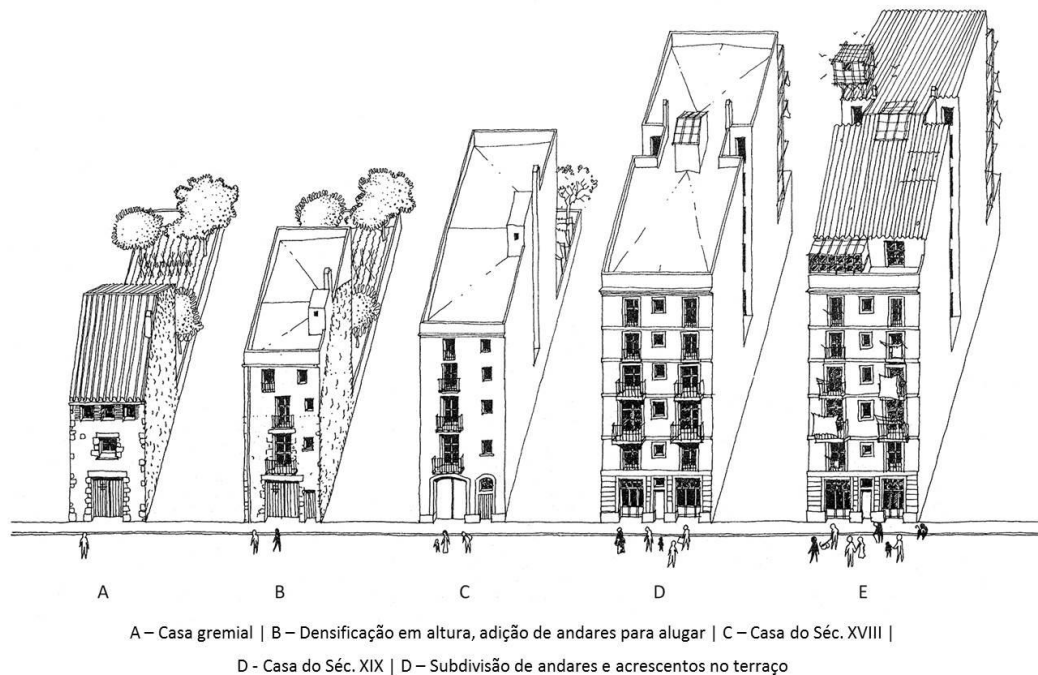


Fonte: Vidal et al (1980) | Imagem tratada por Leandro Gabriel (2013)

Figura 21 | Evolução urbana do Raval entre o Século XIII e 2011

Os edifícios iam ficando mais altos (Figura 22) e a densidade populacional aumentava: *“La discusión de finales del siglo XVIII sobre los peligros del crecimiento fabril para la estabilidad social y la salubridad pública condujo, entrado el siglo XIX, al debate sobre*

los costes y riesgos de ubicar nuevas fábricas intramuros – especialmente los vapores, que eran poco seguros – y a la polémica sobre los problemas de todo tipo que se generaban en una ciudad saturada dentro de los límites impuestos por las murallas” (Blasco, 2012: 30).



Fonte: Vidal et al (1980) | Imagem tratada por Leandro Gabriel (2013)

Figura 22 | Evolução do tipo de edifícios do Raval

Um dos perigos para o governo da cidade era a organização colectiva dos movimentos operários e a rápida insurgência dos operários contra as condições de trabalho, a exploração de que eram alvo e a mecanização nas fábricas que desencadeava a dispensa de muitos trabalhadores (Figura 23): *“La guerra del estado y la burguesía contra el proletariado catalán del XIX se sintetiza en la lucha obrera del Raval, con quema de fábricas ya en 1835 – y de conventos (‘Visca la llibertat, morin els frares!’), a lo largo de un proceso de secularización que sirve a los intereses de la burguesía por lo que concierne a la conquista de espacio urbano –, y con la primera gran vaga general en Cataluña – y en el estado donde no se ha producido la Revolución industrial – en 1855: desde la plaza de Sant Agustí, colindante con la actual Rambla del Raval, el 2 de*

julio ese año los trabajadores parten en manifestación hacia La Rambla enarbolando banderas rojas en exigencia del derecho de reunión y asociación, de una jornada laboral de 10 horas y de la mejora de sus sueldos, al grito de 'Associació o Mort'" (Horta, 2010: 38). Como sinal de poder, Ramon de la Rocha⁸ manda fuzilar seis operários acusados de atear fogo às fábricas. Contudo, esta retaliação deu lugar à primeira greve geral que decorreu em Espanha.

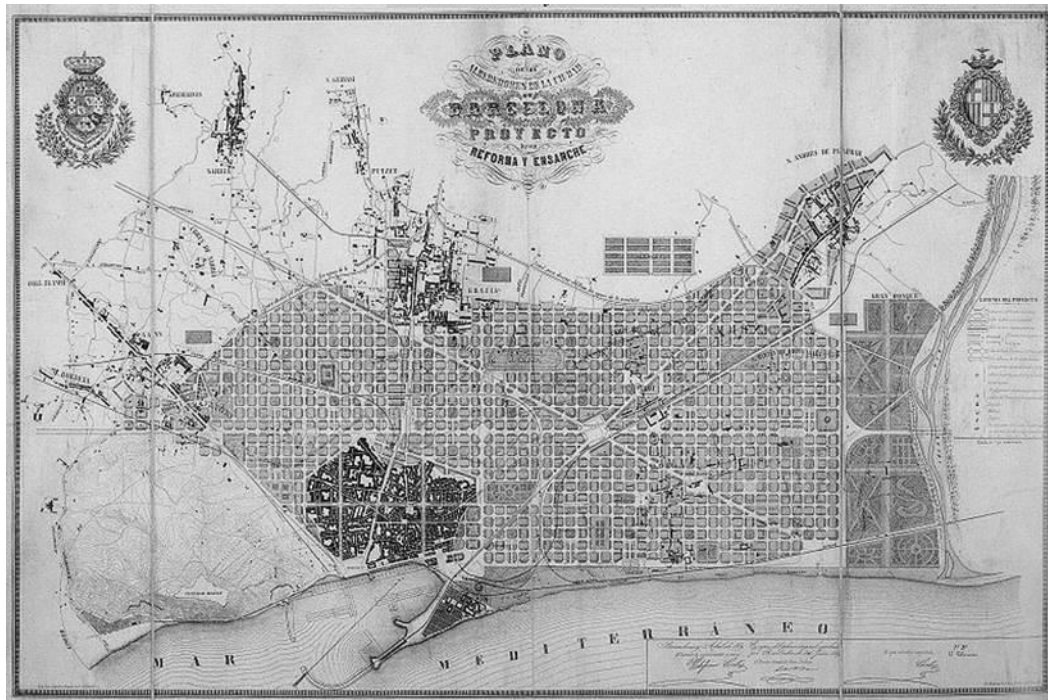


Figura 23 | Cartaz do Sindicato Único de la Industria Fabril, Textil, Vestir y anexos de Barcelona, 1937

No final do século XIX, o derrube das muralhas fez com que a burguesia e as suas fábricas se mudassem para o Eixample e, naquela altura, para a periferia da cidade. Assim, o Plan de Reforma y Ensanche de Barcelona (Figura 24) de Ildefon Cerdà (1859), previa a abertura de três grandes vias que atravessavam a cidade. Esta perspectiva

⁸ Ramon de la Rocha foi capitão geral da Catalunha neste período (Gabriel, 1992: 433).

higienista veio a ser desenvolvida “posteriormente a cargo de Baixeras, el proyecto del cual – de 1889 -, a su vez, sólo se cumple parcialmente a través de la construcción de Via Laietana (1908-1913), acelerándose así la salida de las clases acomodadas de los barrios antiguos de Ciutat Vella y su sustitución por residentes de las clases subalternas” (Hortas, 2010: 38).



Fonte: Museu d'Història de la Ciutat, Barcelona.

Figura 24 | Plan de Reforma y Ensanche de Barcelona (Cerdà, 1859)

No início do século XX, “el Raval se reconoce como el “Barri Xino”, el “Xino”. Sólo en el Paral.lel se encuentran más de 200 bares, cafés y cabarets, un proletariado convulso, en efervescencia, entre marineros de paso, salas de espectáculos con sus trabajadores – de teatros y cabarets: actrices, camareras, magos e ilusionistas, músicos, taquilleras, vendedoras de tabaco y cerillas -, burdeles, tabernas, pensiones, casas de dormir, etc. Configuran el paisaje social de un barrio de trabajadores, receptor histórico de inmigrantes y objeto de represión armada de la patronal bajo el contexto del pistoleroismo, que de 1913 a 1923 provoca unos 500 asesinatos de trabajadores catalanes” (Cucurull, 1975 citado por Horta, 2010: 40).

*Si me quieres escribir
ya sabes mi paradero:
en el frente de batalla,
primera línea de fuego.
(...)
El primer plato que dan
son granadas moledoras,
el segundo de metralla
para recordar memorias.*

‘Si me quieres escribir’ in Cancioneiro Popular Espanhol

Anos mais tarde, em pleno espírito de resistência revolucionária perante a Guerra Civil (1936-1939) vibrava um ambiente operário, das classes trabalhadores e das lutas anarquistas, a que Gerard Horta (idem) acrescenta ainda um contexto de pensamento livre (*“incluso bajo formas socioreligiosas como el espiritismo (Horta, 2004) y la masonería (Sánchez, 1990 y 1993), presentes en el barrio a través de centros, escuelas para los hijos de los obreros, redacciones de revistas, consultorios médicos gratuitos para las clases populares”*) e de lutas sociais (*“y sus espacios se configuran como el núcleo explicativo a que necesariamente atender a la hora de afrontar la comprensión de la Cataluña moderna y contemporánea – sedes asociativas de todo tipo, centros de trabajo, editoriales, redacciones de publicaciones periódicas (Tierra y Libertad, la destacada revista anarquista, tiene su sede desde 1914 en la calle de la Cadena, la actual calzada norte de Rambla del Raval, igual que Acracia y que, literalmente, miles de diarios, revistas y todo tipo de publicaciones en el siglo XIX y el propio XX”*). Neste período, a cidade foi bombardeada diversas vezes pela “aviación fascista” e posteriormente ocupada pelas tropas franquistas no fim da Guerra Civil: *“desde 1939 nada será igual: el sueño de un país libre, de una sociedad fundada en la emancipación, la justicia, la solidaridad y la autogestión, aquella Cataluña es borrada del mapa para siempre”* (Horta, 2010: 41). O período franquista destruiu a dinâmica de resistência popular dos anos republicanos, que se fazia sentir através dos sindicatos, dos ateneus, dos jornais ou das diversas associações. Impôs-se *“un control sanguinario sobre la*

sociedad catalana, diezmada por fusilamientos, encarcelamientos y exilios, y por las otras múltiples manifestaciones de la represión” (idem).

Anos mais tarde, e sobre o controlo de uma ditadura, os processos migratórios intensificaram-se, *“multiplicándose el florecimiento de pensiones y de realquileres de espacios en las viviendas para los recién llegados”* (Horta, 2010: 41), a partir da década de 1950. As condições de vida e de habitação deterioraram-se muito e a situação de degradação do ambiente social tornou-se muito premente na realidade do bairro. Assim, nos anos 1970 e com a justificação de afastar o estigma daquele espaço, a administração da cidade decidiu mudar o nome do bairro de Chino para Raval: *“el hecho de que fuera la única zona denominada por su número administrativo muestra, por un lado, la voluntad de escapar del estigma del Chino y, por otro, el problema de identidad del barrio. Y es que el barrio del Raval es un conjunto de territorios bien diferenciados que solo tienen en común haber estado situados entre la segunda y la tercera muralla y haber sido urbanizados en el siglo xix. Para algunos, el nombre del Raval representa en sí mismo la reforma. Algunas personas hablan incluso del nombre como de un término impuesto de arriba abajo, desde el poder, desde la Administración”* (Subirats & Rius, 2008: 9). Para afastar o estigma que consideravam que o nome carregava, recuperaram o nome medieval que vem do árabe *Rawal* e que significa fora das muralhas (Uldemollins, 2008). De bairro Xino, *“el barri estigmatizat, amb una imatge de marginalitat i degradació”,* passou a chamar-se Raval, *“un barri en ple procés de reforma, mesclat socialmente i cultural, objecte de visites de barcelonins i d’estrangers”* (Subirats e Rius, 2008: 21).

ANO	ACONTECIMENTOS
Anos 1770	Início do processo de industrialização
1829	74 fabricantes têxteis registados
1835	Luta operária contra a mecanização, com utilização do vapor, nas fábricas
1840	Funda-se a primeira associação operária: Sindicat de Teixidors
1855	Manifestação pelo direito à reunião e associação, pela diminuição do horário de trabalho para as 10 horas/diárias e pelo aumento do salário
1859	As muralhas são destruídas
1860	Estão registados 242 estabelecimentos fabris
1870	Primeiro congresso operário: “Emancipación social”
1871	Sindicat de Teixidors adere à Primeira Internacional, Associação Internacional do Trabalho ⁹
1881	Fundação do Ateneu Obrero de Barcelona (Carrer Taller)
1888	Fundou-se a UGT em Barcelona no Raval, no antigo Teatro Jovellanos Exposição Universal de Barcelona
1919	Greve revolucionária em Barcelona, que teve entre outros resultados a passagem do horário laboral para as 8 horas/diárias
1936	Guerra civil que viria a terminar em 1939
1939	Barcelona foi ocupada pelas tropas franquistas
1975	Fim da ditadura franquista

Quadro 2 | Síntese da cronologia social do bairro, século XVIII-XX

⁹ “Um ponto central de comunicação e de cooperação entre as sociedades operárias dos diferentes países” (...) a Associação Internacional (AIT) pregava que a emancipação da classe operária, e a abolição de todo regime de classes, seria obtida através da luta dos próprios trabalhadores. O *Manifesto Inaugural* da AIT, redigido por Marx, afirmava: “A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores; os esforços dos trabalhadores para conquistar sua emancipação não devem tender a constituir novos privilégios, mas a estabelecer para todos os mesmos direitos e os mesmos deveres; a submissão e a dependência do trabalhador ao capital é a fonte de toda servidão: política, moral e material; por essa razão, a emancipação económica dos trabalhadores é o grande propósito ao qual deve se subordinar todo movimento político; todos os esforços realizados até hoje fracassaram pela falta de solidariedade entre os operários das diversas profissões em cada país, e de uma união fraternal entre os trabalhadores das diversas regiões; a emancipação dos trabalhadores não é um problema simplesmente local ou nacional, mas que interessa a todas as nações civilizadas, sendo necessariamente subordinada a solução do problema ao seu concurso teórico e prático; o movimento que se desenvolve entre os operários dos países mais industriais, fazendo nascer novas esperanças, dá uma solene advertência de não o cair em velhos erros, e aconselha combinar todos os esforços ainda isolados...” (Coggiola, 2011: 169).

2. A PRODUÇÃO DE UMA CIDADE E DE UM BAIRRO

‘São 10 horas da manhã de um domingo de sol de Abril. Percorro as ruas do bairro que a esta hora permanecem calmas. As lojas estão fechadas e encontro apenas dois ou três cafés abertos, onde alguns dos clientes habituais tomam o seu pequeno-almoço. As esplanadas têm alguns turistas.’

Excerto do caderno de campo (Abril de 2011)

Não existe um modelo universal de cidade *“o más o menos dominante. Más bien, una combinación distinta, resultante en cada caso de la confrontación entre las dinámicas existentes, que pueden ser comunes en muchas ciudades pero no con la misma intensidad ni con las mismas combinaciones”* (Borja, 2011). A cidade é ao mesmo tempo mercado, fábrica, centro de poder político, lugar de decisões económicas, viveiro de ideias científicas e filosóficas, laboratório de experiências artísticas, onde germinam ideias e movimentos, tensões e tendências, possibilidades e fábulas, ideologias e utopias (Ianni, 1999). Mas há elementos singulares em cada cidade que são distintos uns dos outros, tal como as necessidades e os fatores que incidem na sua evolução podem ter um comportamento diferente, imprevisto e surpreendente, que *“dan lugar a realidades urbanas diferentes”* (Borja, 2011). Neste ponto procura-se discutir o ‘modelo Barcelona’ e a forma como a sua reprodução afetou o bairro do Raval e os seus habitantes.

2.1. BARCELONA, QUE MODELO?

Barcelona é o paradigma de um estilo de construção da vida urbana *“que aparece marcada por la reapropiación capitalista de la ciudad, en una dinámica de la que los elementos fundamentales y recurrentes – en su caso y en el de otras muchas ciudades – son la conversión del espacio urbano en un parque temático, la gentrificación de centros históricos – debidamente expulsada la historia de ellos -, la terciarización – lo que implica la reconversión de una miseria creciente que no se consigue ocultar, el control sobre un espacio público cada vez menos público”* (Delgado, 2007: 219). Jordi Borja (2005: 22) interroga-se sobre a existência deste modelo num dos seus textos: *“¿existe un modelo de transformación urbana denominable Barcelona? ¿Es solamente una marca, una etiqueta de marketing urbano exitoso?”*. A sua resposta encaminha-nos para a reflexão sobre este tipo de proposta urbana: *“el referirse a ello como modelo, es decir, como algo ejemplar y transferible a otras ciudades, ha sido en parte una operación promocional de la ciudad (de su gobierno, de sectores profesionales y de algunas empresas de servicios). (...) El modelo barcelonés parte de unas premisas interesantes, aunque no es evidente que estén todavía vigentes y menos aún que lo hecho sea un modelo aplicable a otras ciudades”* (ídem: 23). Manuel Delgado (2007: 12) vai um pouco mais além e refere que o que faz sobressair o caso de Barcelona *“es la manera en que esas dinámicas globalizadoras han alcanzado el mayor refinamiento en lo que se da en llamar ‘presentación del producto’, consecuencia de un cuidado extraordinario en la puesta en escena de una falsa victoria sobre las patologías urbanas y una engañosa eficacia a la hora de producir bienestar humano y calidad formal (...) En realidad, modelo de proyecto alucinado y visionario de ciudad, juguete en manos de planificadores que han creído que sus designios y la voluntad ordenadora de las instituciones que servían eran suficientes para superar y hacer desaparecer los conflictos, las desigualdades, los malestares...”* (Delgado, 2007: 12).

Jordi Borja centra o modelo adotado pela cidade no seu processo de desenvolvimento pós-ditadura: *“la conyuntura política y cultural es la de los inicios de la democracia. La década que precipió a la democracia fue de gran movilización cívica, tanto en los*

ámbitos ciudadanos de los barrios como en los medios profesionales. La crítica al urbanismo desarrollista, la recuperación de lo mejor de las propuestas de Cerdà y del movimiento moderno, la elaboración de propuestas para cada barrio y la ciudad basadas en una concepción igualitaria del espacio público y los equipamientos, y la legitimación de un urbanismo participativo construyeron un consenso activo que las fuerzas políticas no podían dejar de lado” (Borja, 2005: 24). Contudo, anos mais tarde, na década de 1990, a administração local caiu financeira e culturalmente, precisando de fazer renascer uma imagem de Barcelona que atraísse capitais e turismo: “las políticas urbanas anteriores en parte se mantienen, pero en una dura y casi siempre desigual competencia con nuevas políticas más acordes con las condiciones de la globalización y del mercado” (ídem).

“Barcelona es hoy en el mundo una ciudad deseable” (Borja, 2004). É uma cidade que se converteu num espaço de desejo, mesmo que os seus efeitos sejam, muitas vezes, perversos: “a finales de la década de los ochenta Barcelona recibió el premio Príncipe de Gales por su política de espacios públicos. Y a finales de los noventa la Unión Europea premió su planeamiento estratégico. Se premian dos aspectos de la política urbana barcelonesa que han sido particularmente influyentes en otras ciudades. Pero este ‘urbanismo ciudadano’, que se llamó ‘Modelo Barcelona’ y ha tenido indiscutiblemente una influencia internacional apreciable, hoy se pone en cuestión” (ídem). Para Manuel Delgado (2007) a questão levanta-se quando este modelo simplifica a identidade da cidade na procura de uma personalidade colectiva que considera standard e falsa, ao mesmo tempo que tenta criar um coesão social em redor de valores políticos hegemónicos: “pero lo más importante es que todas las políticas urbanísticas desarrolladas en Barcelona han sido guiadas, en las últimas décadas, por la voluntad de modelar la ciudad y modelarla no tan sólo para hacerla un modelo, sino para hacerla modélica, es decir, ejemplo ejemplarizante, referente a seguir de lo que tiene que ser una ciudad sometida a los lenguajes que le ordenaban ordenarse y mostrarse ordenada” (Delgado, 2007: 12-13).

Também David Harvey (2005) se debruça sobre o caso de Barcelona. Para o autor (ídem: 49), *“el éxito inicial de Barcelona parece profundamente inmerso en la primera contradicción. En la medida en que las oportunidades de recaudar abundantes rentas*

monopolistas se presentan sobre la base del capital simbólico colectivo de Barcelona como ciudad (...) su irresistible atractivo deja una estela de mercantilización multinacional cada vez más homogeneizadora". No mesmo sentido, Delgado (2007: 13) refere que Barcelona se tornou num modelo no "sentido de pauta que los planificadores urbanos y los arquitectos de todo el mundo imitan o citan, presunto paradigma de crecimiento, de organicidad, de armonía...Modelo en el sentido, asimismo, de maqueta o reproducción ideal de una ciudad que ha visto realizado el sueño dorado de una identificación absoluta entra la perfección del plan diseñado y unas relaciones sociales no menos proyectadas, que han conseguido un máximo nivel de integración, sin sobresaltos, sin desasosiegos, sin turbulencias".



Figura 25 | "Barcelona, posa't guapa" uma das campanhas promocionais da cidade¹⁰

¹⁰ "Barcelona es también una modelo, o mejor una *top-model*, una mujer que ha sido entrenada para permanecer permanentemente atractiva y seductora, que se pasa el tiempo maquillándose y poniéndose guapa ante el espejo, para después exhibirse o ser exhibida en la pasarela de las ciudades-*fashion*, lo más in en materia urbana. Ésa es la Barcelona-éxito, la Barcelona-*fashion*, la Barcelona que está de moda – o más bien que es una moda –, como lo demuestra la fascinación que despierta en los turistas de todo el planeta que la visitan" (Delgado, 2007: 13).

Apesar de ser muito crítico de todo o processo, Delgado (2007) refere que todo o percurso teve aspetos que beneficiaram os seus cidadãos: *“sería necio negar la evidencia de mejoras substantivas en el campo de los equipamientos, de una transformación estética de calidad en el paisaje urbano y, especialmente, en la producción masiva de exteriores concebidos de manera creativa, a menudo atrevida, no pocas veces eficaz para propiciar espacios de sociabilidad (...) Tampoco se encontrará nada en esta obra que ponga en duda la pertinencia, incluso la urgencia, de proyectos y políticas que contemplen la ciudad como un todo integrado y que tomen como objetivo hacer la vida urbana lo más justa y amable que sea posible”* (Delgado, 2007: 16). Também Harvey se detém sobre este aspeto, quando refere que, a pesar de tudo, em Barcelona, por exemplo o Museu d’Art Modern, *“se ha mantenido assombrosa y constructivamente abierto a las sensibilidades populares”* (2005: 50). Contudo, para Harvey (idem) *“los debates de este género no pueden ser acallados con facilidad, precisamente porque resulta obvio para todos que el capital simbólico colectivo que Barcelona ha acumulado depende de valores basados en la autenticidad, la excepcionalidad y unas especiales cualidades no duplicables”*. E Delgado (2007: 16), não tem a menor dúvida *“acerca de la necesidad de un proyecto administrativo que planee el crecimiento urbano y lo proteja de los estragos de un sistema socioeconómico que se nutre de la explotación y el abuso. (...) Lo que se denuncia es un afán al mismo tiempo especulador y espectacularizador de la Administración, que se desentiende de lo que tendría que ser su misión de crear, gestionar y mantener en buen estado los escenarios dramáticos para la vida democrática – pero no por fuerza desconflictivizada – de la sociedad urbana, y que acaba poniéndose al servicio de los intereses mercantiles y financieros de una minoría”*.

2.2. DE BARCELONA PARA O RAVAL

Barcelona de los barrios populares es sustituida por la marca turística, cada vez más cara y exclusiva, construida según el imaginario de la clase media. Por la lógica de este proceso, el Raval va a camino de convertirse en un barrio más pacífico y tranquilo, pero también en un barrio sin leyenda. Desconozco si estamos para muchas leyendas; debemos creer que estos cambios harán mejores las vidas de sus vecinos. En un futuro razonable sus aceras quizá serán más habitables, pero se les borrará la sonrisa lasciva y burlona que las hizo conocidas en todo el mundo.

Theros, 2012

Na década de 1980 a situação sócio-económica do Raval era de degradação (toxicodependência, tráfico de droga, miséria, prostituição, etc.): “*unas condiciones de vida y supervivencia sometidas estructuralmente a la precarización*” (Horta, 2010: 42) e, conseqüentemente, acentuou-se a diminuição do número de habitantes (ver Quadro 3). Este período coincidiu “*con los períodos de agudización de la crisis económica – con un 30% de desempleo formal en los años que siguen a la muerte del dictador -, la cual a su vez es paralela a la introducción y el aumento progresivo del consumo de heroína en el barrio*” (idem: 44).

ANO	NÚMERO DE HABITANTES
1888	77.327
1900	86.439
1910	83.501
1920	95.462
1930	102.093
1950	107.473
1960	105.122
1970	73.176
1980	48.725
1986	42.009
1991	37.109
2001	37.498
2005	49.359
2011	48.485

Fonte: Horta, 2010: 44 e
<http://www.bcn.cat/estadistica/castella/dades/inf/barris/a2011/barri1.pdf>

Quadro 3 | Número de habitantes a residir no Raval

O contexto económico e social do bairro acentuava, cada vez mais, a necessidade de uma intervenção urgente e, assim, a passagem de uma ‘cidade orgânica’ para uma ‘cidade planeada’, assunto já tratado anteriormente. Assim, em 1985 foi aprovado o *Pla Especial de Reforma Interior*¹¹ do Raval (*PERI Raval*). Os PERI aplicam-se à Ciudad Vella como planos específicos para cada área, seguindo as indicações do *Pla General Metropolità* (PGM), aprovado em 1976. Também em 1985 é aprovado o *Pla Central del Raval*, apresentado em 1981. Numa perspetiva geral, estas mudanças adoptavam uma

¹¹ Os PERI são “documentos administrativos destinados a realizar una previsión de espacios y fijar normas que permitan ordenar un proceso de transformación. Indican qué zonas deben ser expropiadas y demolidas. Generalmente, en los PERI’s no se contempla rehabilitaciones o reformas particulares” (González, 2012: 198).

visão claramente higienista (Subirats & Rius, 2008), apontando, contudo, uma intenção de *“mantenir la població al barri, dignificar-ne i millorar-ne les condicions de vida”*, aprofundando e reforçando os seus elementos de carácter histórico (idem). Para Delgado (2007: 54) estes planos assentavam na premissa de que *“un buen plan urbanístico lo arregla todo, porque nada puede resistirse a una planificación adecuada y creativa. De nuevo, ordenar la ciudad aspiraba a ser equivalente a disciplinar la sociedad que la habitaba, someterla a un orden de jerarquías que se querría ver trasladado al espacio físico real. Como antes a lo largo de la historia del urbanismo se esperaba que la aplicación de criterios ordenadores claros fuera capaz, por sí sola, de resolver problemas sociales e infraestructurales profundos, no por la vía de un cambio en estructuras sociales brutalmente asimétricas, sino por el de una redefinición de los lugares y de su organización”*. Na perspectiva de González (2012: 200), *“con estos planes sobre la mesa se iba a desencadenar la mayor destrucción de patrimonio arquitectónico, habitacional, cultural, económico y político que jamás hubiese sufrido el Raval. Las destrucciones más importantes vendrían, como ya anunciase Porcioles, con motivo de la organización de un gran macro acontecimiento: los Juegos Olímpicos de verano de 1992”*. Os grandes eventos justificaram, e são por excelência uma forte justificação, grandes transformações na cidade e na valorização do capital imobiliário.

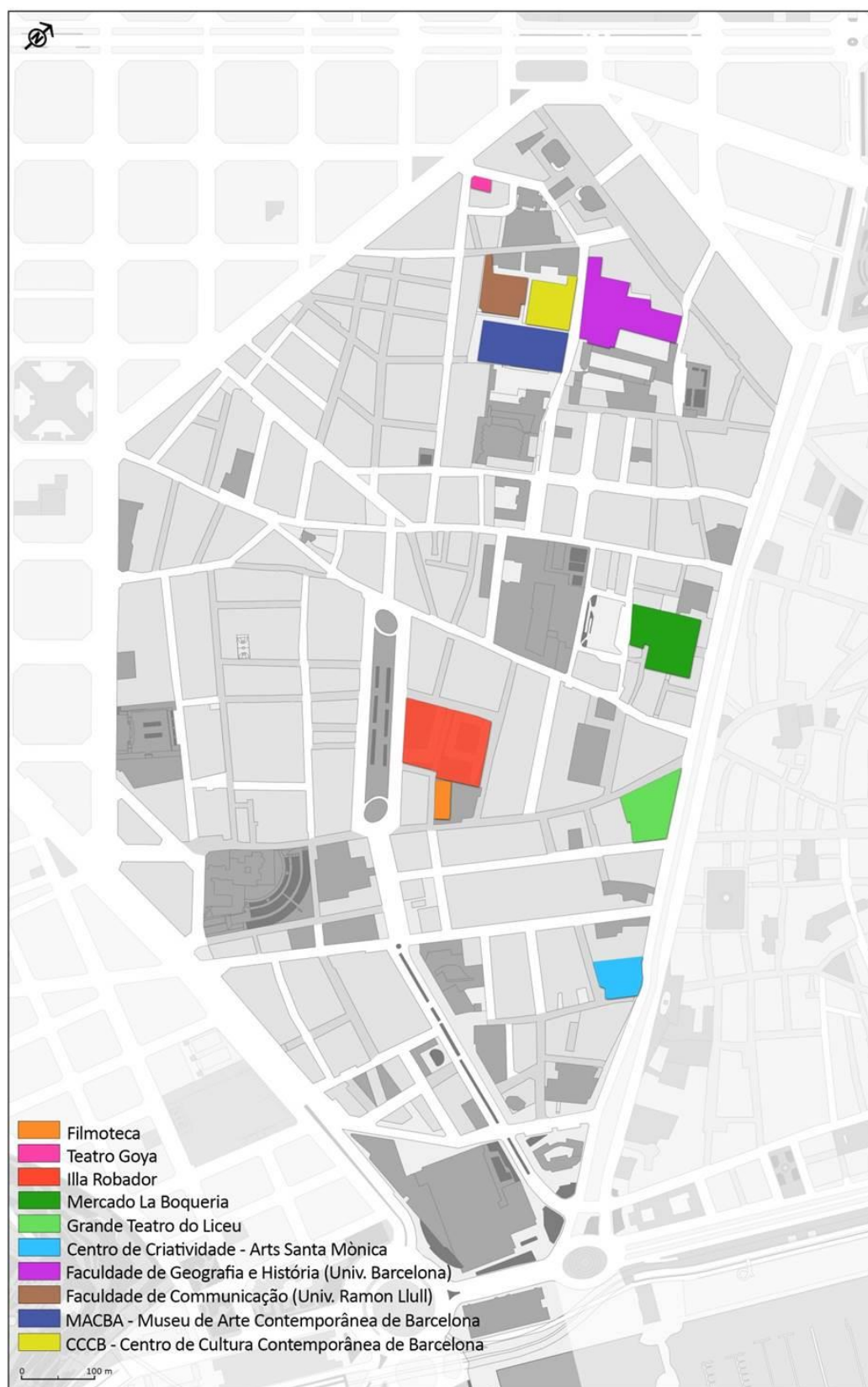
O PERI do Raval, que sucedeu o PGM, foi aprovado a partir do acordo estabelecido entre a Associació de Veïns del Raval e o Ajuntament de Barcelona. Neste plano, os principais problemas considerados (persistindo ainda muitos deles) foram: a falta de espaço público (praças e espaços verdes) e de equipamentos de bairro e de cidade (centros cívicos, bibliotecas, museus, ...), défice de infra-estruturas, degradação dos edifícios e muito especialmente do parque habitacional, habitações de dimensões muito pequenas e escassamente dotadas de equipamentos básicos (iluminação, água, sanitários, duchas,...), uma densidade populacional muito elevada e a falta de salubridade das ruas. Neste contexto, este plano centrou-se em três grandes eixos de políticas: a transformação física do território (políticas urbanas), a transformação simbólica do território (políticas culturais) e a transformação orientada para as necessidades sociais dos seus residentes (políticas sociais). Segundo Gomà & Rosetti (1998), o plano deu especial relevo a quatro tipos de ações essenciais: reajustar a superfície dos usos do bairro, dotando-o de novos equipamentos e espaço público

(praças e espaços verdes), em detrimento de esventrar o bairro abrindo grandes avenidas (este tipo de ação é contraditório perante a abertura da Rambla do Raval, que desenvolveremos mais adiante); derrubar uma parte do parque habitacional mais degradado do bairro com o objetivo de libertar solo para usos coletivos, dotando o bairro de nova habitação pública e equipamentos; reabilitar o tecido urbano menos degradado através do financiamento direto público à iniciativa privada, instalando equipamentos culturais e produzindo espaços livres; e centrar as primeiras intervenções na parte Norte do bairro, fazendo-as confluir seguidamente para o centro.

Destacam-se duas grandes intervenções: a construção e a reabilitação da ‘Casa de la Caritat’ que deu origem ao Centre de Cultura Contemporània de Barcelona (CCCB) em 1994, ao Museu d’Art Contemporari de Barcelona (MACBA) em 1995, ao Foment de las Arts i el Desseny (FAD) em 1999, à Facultat de Geografia i Història no ano lectivo 2005-2006 e à demolição dos quarteirões da atual Rambla del Raval e a sua construção - *“en las áreas centrales o zonas privilegiadas por el poder político o el económico aparecen objetos arquitectónicos ostentosos, aislados, que transmiten la imagen del poder. Se trata de una arquitectura excluyente, que los ciudadano no puede hacer suya, como el castillo del señor o la catedral del arzobispo”* (Borja, 2011). É um modelo de intervenção utilizado em muitos outros bairros de cidades contemporâneas, reflectindo *“las dinámicas de desguace de sectores enteros en la ciudad capitalista, para su conversión en oferta inmobiliaria o de ocio para un público consumidor ávido de nuevos y viejos sabores locales, y debidamente convertidos en pura parodia”* (Delgado, 2010: 13).

Com a implementação do PERI do Raval, localizaram-se no bairro diversas instituições culturais e de educação públicas- Pati Manning de la Diputació de Barcelona, Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, Foment de las Arts i el Desseny, Museu d’Art Contemporari de Barcelona (MACBA), Centre d’ Art Santa Mònica, Facultat de Comunicació de la Universitat Ramon Llull, Facultats de Geografia i Història e de Filosofia de la Universitat de Barcelona, Universitat Oberta de Catalunya, o novo Conservatório do Liceo -, e privadas- livrarias, galerias de arte, *ateliers* ou novas lojas (Figura 26). Assiste-se a um apelo constante à transformação do bairro num espaço da

cultura e das artes, *fashion* e turístico: “*si las reivindicaciones de excepcionalidade, autenticidade, particularidade y especialidade son subyacentes a la capacidade de obtener rentas monopolistas, ¿qué mejor terreno para plantear tales reivindicaciones que el campo de las prácticas culturales y los artefactos históricamente constituidos y de las condiciones medioambientales especiales (incluidos, por supuesto, el entorno urbanizado y los entornos social y cultural)?*” (Harvey, 2005: 47). No entanto, este enfoque nas estratégias culturais e turísticas encobre muitas situações de precariedade social e económica com “ (...) *el objetivo de pacificar territorios crónicamente turbulentos*” (Delgado, 2007: 54). Núria Planes et al (2012) referem a este respeito que “há muitas instituições (MACBA, CCCB, faculdades...) mas ao mesmo tempo há também muitos ‘pisos patera’ (camas quentes), muitas pessoas desempregadas, sem papéis que passam muito tempo na rua sem grandes expectativas (...) Maquilhar o bairro ... Que é o que se faz em Barcelona...é maquilhar a cidade para que venha o turista, que goste muito...que fique uma cidade super famosa no mundo...mas é tudo mentira. (...) É verdade, é um lixo (‘basura’). (...) Mas é assim que funcionamos. Se escondermos parece que já não existe.”



Fonte: Levantamento próprio (2012) | Imagem tratada por Leandro Gabriel (2013)

Figura 26 | Principais equipamentos culturais e educativos do Raval

2.2.1. A RAMBLA DEL RAVAL



Figura 27 | Malha urbana antes e depois da abertura da Rambla del Raval

A construção da Rambla del Raval (18.300 m²) (Figura 27 (abertura da Rambla) e ver também Figura 21) só foi possível após a demolição de 62 edifícios, a expulsão de 5.000 habitantes, o encerramento de 90 espaços comerciais e um custo calculado em 102 milhões de euros pagos pelo Ayuntamiento de Barcelona, a Generalitat de Catalunya e a União Europeia (Delgado, 2007; Horta, 2010). Manuel Delgado (2010: 14) refere que a abertura da Rambla del Raval *“en el corazón de lo que fuera un día el Barrio Chino de Barcelona incorporó a su trama un boulevard frío, blanqueado por edificios sin personalidad, más propios de la periferia que del centro histórico que se pretendía ensalzar, trufándolo de los mismos elementos de diseño urbano que estaban caracterizando todas las otras actuaciones a la ciudad y haciendo presidir el conjunto por un hotel de lujo arquitectónicamente de vanguardia que más que ajeno al contexto que le rodea, parece burlarse de él”* (Delgado, 2010: 14). O autor (idem) considera que esta não foi apenas uma operação para abrir uma área urbana considerada demasiado cheia e insalubre mas que o objetivo desta iniciativa foi de *“orden moral y moralizador*

y consistió en el intento de implantación de una nueva vía, pero no menos de una nueva vida. Para ello era preciso que lo que se acababa de instaurar no fuera únicamente un mero paseo, sino sobre todo lo que hoy se da en llamar, en el lenguaje iniciático de arquitectos y urbanistas, un espacio público de calidad” (ibidem). Núria Planes et al (2012) consideram que para além da identidade do bairro ser posta em causa, também as pessoas são ‘recolocadas’ como se se tratassem de objetos: “Perde-se a identidade do bairro, muito... E o que se faz com as pessoas despejadas também é um problema. Aliás, isso é um problema em Barcelona... isso da limpeza dos bairros. Translada-se o problema...se dissermos às pessoas: ‘fazemos um edifício novo e vais viver para aí...’ mas não...esta limpeza faz com que as pessoas vão para outro bairro e o problema repete-se aí. (...) Nem dão alternativas reais. Desalojam-te deste bairro e mudam-te para outro”. A relação dos habitantes com o lugar é um dos aspetos aqui considerado, quando se fracciona o espaço e a vida dos indivíduos, eliminando as antigas referências, destruindo a memória social ou fragmentando a consciência urbana. Esta crítica é, também, apontada por outros autores que se debruçam sobre a questão da identidade colectiva do bairro (Horta, 2010 ou González, 2012, por exemplo). Este é talvez um aspeto que faz detonar uma grande parte dos conflitos urbanos, na aceção apresentada anteriormente.

O investimento na reabilitação foi feito por diversas entidades, destacando-se, em primeiro lugar, a participação da Procivesa (Promoció de Ciutat Vella SA). Esta sociedade mista municipal era constituída por capital público (57% - Diputació de Barcelona) e por capital privado (43% - entidades promotoras, financeiras e comerciais – La Caixa, Caixa Catalunya, BBVA, SABA e Telefónica), tendo desaparecido em 2002 e passado para iniciativa da Foment de Ciutat Vella SA (Focivesa). Para Delgado (2007: 57) é bem claro que *“las rehabilitaciones no se han destinado a realojar a vecinos expulsados, sino a generar ofertas de lofts y viviendas caras que asegurasen la ‘renovación’ del vecindario, es decir, la gentrificación. Antiguas instalaciones se han reconvertido en aparcamientos o instalaciones culturales ‘de prestigio’ (...) o bien simplemente en espacios públicos ‘de calidad’ cuyo destino era aclarar la trama urbana de Ciutat Vella y facilitar su reconversión urbanística”*. Também na conversa visual com Elvira Pujol é evidenciada a destruição de antigos espaços “Antes havia aqui

(Figura 28) uma antiga carpintaria, uma carpintaria muito antiga que ocupava este espaço. Era muito bonito este edifício. Era incrível o espaço interior. E tudo isto...derrubaram...” (Elvira Pujol, 2011). Delgado considera que são atuações “sin la más mínima consideración por el contexto histórico, social y morfológico que las rodeaba y a las que, definitiva, se venía a declarar implícitamente la guerra” (Delgado, 2007: 57).



Figura 28 | Fotografia 26 do álbum ‘Conversas Visuais’ do Raval

Subirats & Rius (2008) identificaram que as principais tensões verificadas entre o Ajuntament e os habitantes do bairro se relacionaram com: os critérios de realojamento ou de indemnização das famílias afetadas, a determinação da qualidade arquitetónica dos novos edifícios de promoção pública, o preço a pagar pelos novos habitantes, o desenho e a funcionalidade dos novos espaços públicos e dos novos equipamentos e o aumento do preço da habitação, em consequência da revalorização

do solo. Também Elvira Pujol (2011) salienta a sua preocupação ao referir que “é preocupante porque o modelo...pois eles pensam que o que se fez aqui e no Bairro Gótico foi uma reforma muito boa...é isso que se vende...que aqui se conseguiu equilibrar...mas não foi assim...não foi modélico...tiveram muitos problemas e estão a existir muitos problemas. Tu vês como está agora e como continua o controlo e como vão...temos de ser muito críticos com estes modelos...estão a expulsar as pessoas que vivem aqui...para trazer turismo, outro tipo de comércio, outro... é tematizar tudo...a regedora que estava antes demitiu-se porque já não podia mais. Teve problemas, ameaças de morte. Ela fez uma coisa muito boa que foi parar as autorizações para abrir mais hotéis. Pois iam-se abrindo hotéis e hotéis e aparthotéis...ela disse não! Já não há mais licenças para abrir hotéis. Aí começaram as ameaças...É como um bairro temático. E vamos ver o que se vai passar porque o turismo que está a vir não é um turismo...é um turismo *low-cost*...para se embebedarem ao fim-de-semana...do Norte da Europa porque aqui faz sol. E isso o que trás à cidade? Isso é apenas um negócio mas não trás nada à cidade. Deviam fazer de Barcelona uma capital cultural onde venham fazer passeio...um destino cultural não de bebedeira...isso tira prestígio à cidade. Converteram... os problemas que o Raval tem atualmente é fruto disso...dessa visão que só pensa...em vender a cidade aos turistas...é igual...aqui uma reserva para...não está equilibrado...as pessoas que vivem nos...e claro, há que fazer a *ley del civismo*¹² para controlar o espaço público...isso tudo. Consequências dessas decisões, não? Que se tomaram mal e que não fizeram de Barcelona uma capital cultural mas sim uma capital de ir à praia, de bebedeira...porque queremos isto? Que ganha a cidade com isto? Não trás muito, não! Converter as cidades do Sul nos bares das cidades do Norte? Queremos converter-nos nisso? Nos hotéis baratos para as bebedeiras...Queremos converter-nos nisso? Nãooooo....Já se viu que não funciona noutras zonas espanholas. Então, porque queremos fazer o mesmo aqui? Há que procurar outras coisas...Isto é destroçar a cidade. Isto é deitar fora as pessoas. Há que fazer uma cidade para viver e cuidar do património...as pessoas são o património do

¹² Ordenança de mesures per fomentar i garantir la convivència ciutadana a l'espai públic de Barcelona ou “Ordenanza de Civismo” como é mais conhecida:

<http://dpz.es/diputacion/areas/presidencia/ayael/encuentros/2006/civismo/doc/ordenanza01.pdf> |

Este assunto será mais desenvolvido no ponto 3.1 deste capítulo.

lugar. Se tirarmos as pessoas...e colocamos hotéis baratos para que venham turistas, estamos a maltratar a cidade.”

A abertura da Rambla del Raval já estava planeada desde o Pla Macià (1932), que no *“contexto de inquietud y de histeria que provocaba las imágenes periodísticas sobre le barrio chino y el dispositivo represivo que representaba la ‘Ley de Vagos y Maleantes’, se fraguo la idea de una reforma urbanística radical en el Raval. Seria el conocido plan ‘Nova Barcelona’ o ‘Pla Macià’”* (González, 2012: 178). Este plano, que não foi avante devido à Guerra Civil, tinha como principais objetivos a remodelação do ‘Casc Antic’, ações de saneamento concentradas nos focos de infecção, demolição de prédios e a sua substituição por novos espaços (livres, sociais ou assistenciais): *“per primera vegada es tracta el ‘Casc Antic’ sense la repetida idea de dividir-lo amb grans viés, que crearien plusvàlues i fomentarien l’especulació sota l’argument del sanejament. El projecta amb conceptes higienistes adaptats a la pròpia estructura del barri”* (Vidal et al, 1980: 56).



Fonte: González, 2012: 179

Figura 29 | Imagem que satiriza o Pla Macià

Mas a efetiva abertura da Rambla del Raval (2001) trouxe consigo novos espaços que nos guiam, novamente, a memória até à dinâmica do ‘modelo Barcelona’. Com a demolição dos 62 edifícios e a construção da Rambla, foram aprovadas alterações ao PERI com o objetivo de urbanizar a nova Illa del Raval (delimitada pela Rambla del Raval e as calles Sant Rafael, Robador e Sant Josep Oriol). Na base destas alterações estava a intenção de construir um *“hotel de cuatro estrellas, de base elíptica, con vidrio translucido que de noche se iluminaría ligeramente, y diez plantas de altura, 111 pisos públicos, oficinas – en buena parte para el sindicato Unió General de Treballadors (UGT) –, un aparcamiento subterráneo para 250 plazas y la nueva urbanización de la zona, futura plaza de Manuel Vázquez Montalbán”* (Horta, 2010: 55). Mas também a Filmoteca da Catalunya (2009) ganharia nova localização com a construção da sua nova sede no Raval, na Plaza de Salvador Seguí: *“este nuevo “centro cultural”, se espera que sea el angel redentor de las clases biempensantes de la ciudad, aquellas que avalan retóricamente los intereses especulativos y el menosprecio a la población mas descapitalizada con el discurso de la fatalidad, de la necesidad del esponjamiento, con la razón del aumento de los precios de la vivienda, que solo permitirán vivir en el centro de la ciudad a una parte cada vez más reducida de la población”* (González, 2012: 214).

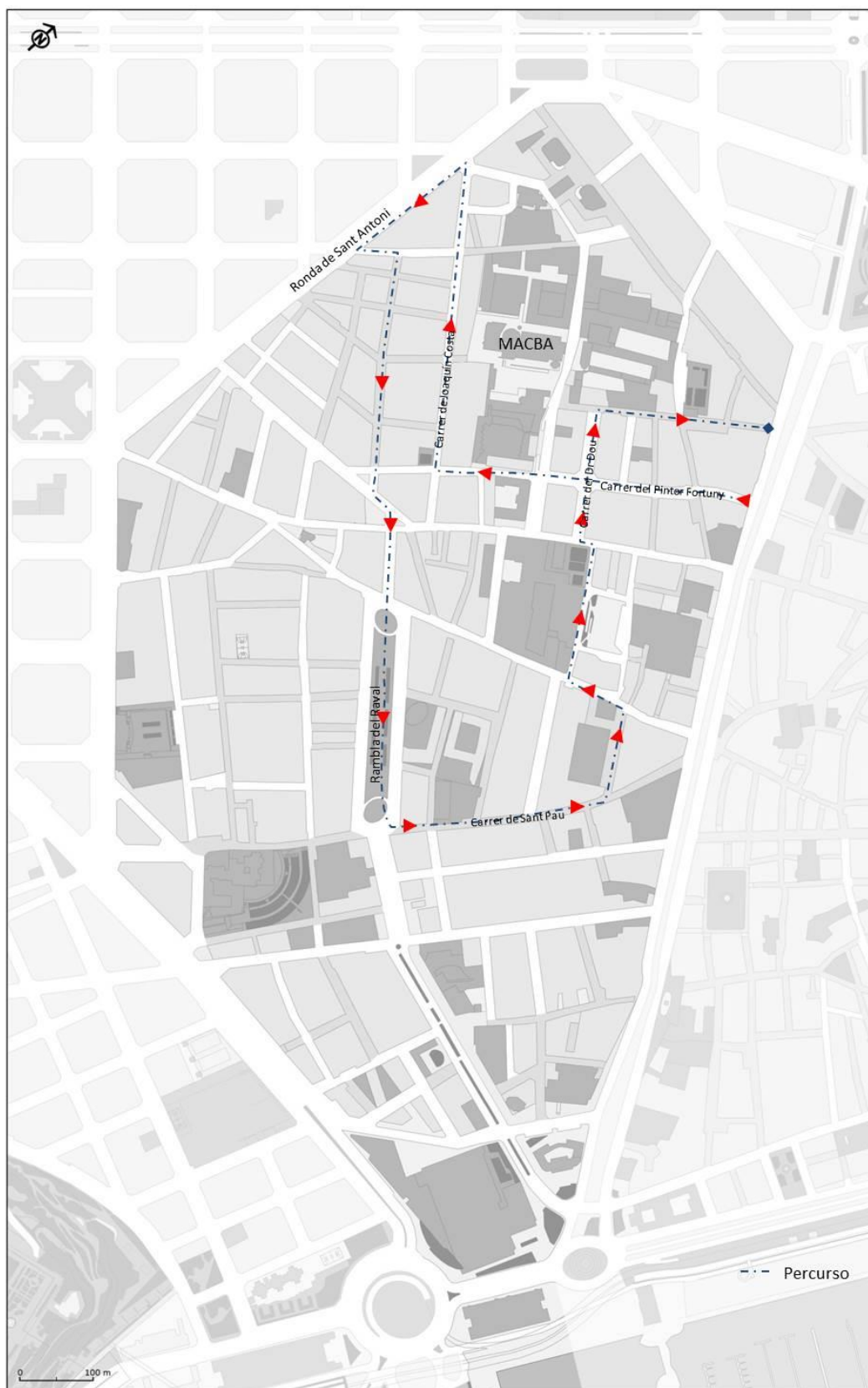
A construção da Rambla del Raval abriu *“de una manera traumática un bulevar frío, flanqueado por edificios sin personalidad, más propios de la periferia que del centro histórico que se pretendía enaltecer, llenándolo de los elementos que estaban caracterizando todas las otras actuaciones en la ciudad, en la línea de las inevitables plazas duras, esa ‘marca de la casa’ del diseño urbano”* (Delgado, 2007: 58). A abertura desta *rambla* e os projetos a ela associados, com o objetivo de atrair um tipo de público aberto à multiculturalidade e ao património histórico do Raval (Horta, 2010), atraiu muitas celebrações a este espaço mas também muita contestação e denúncia¹³.

¹³ Este aspeto será tratado mais à frente na secção 3.3.1. O EXEMPLO DA SITESIZE (ESPAI D’ART).

2.2.2. OS HABITANTES DO BAIRRO

‘É visível uma diferença no comércio nas diferentes ruas do bairro. Nalgumas ruas (C. del Pintor Fortuny, C. del Doctor Dou, por exemplo) há *ateliers* de costura, lojas de alimentação saudável, pequenas galerias, bares ou restaurantes vegetarianos. Em contraponto, há outras ruas (C. Joaquín Costa, por exemplo) onde a presença de imigrantes ainda está muito marcada no território com as suas lojas (mercearias, barbeiros, costureiros). Há antigas mercearias (‘bodegas’) que atualmente pertencem a imigrantes (paquistaneses, chineses) e que estão abertas quase 24 horas por dia’.

Excerto do caderno de campo (Maio de 2011)



Fonte: Adaptado de Ajuntament de Barcelona (2013) | Imagem tratada por Leandro Gabriel (2013)

Figura 30 | Percurso II

O mercado imobiliário converteu-se num dos principais protagonistas do bairro. O preço do solo aumentou muito, tanto no mercado de arrendamento como no de aluguer. Em 1996, o preço do m² da habitação para venda em segunda mão era de 866€, passando para 1.585€ em 2000 (Horta, 2010). Ao nível do mercado de habitação nova os preços para a Ciutat Vella encontravam-se entre 2.301€/m² e 2.499 €/m², em 2001, passando para 6.694€/m² em 2005 (idem). Estes valores encontravam-se ao nível do dos bairros do Eixample ou de Sarrià (os bairros onde reside uma elite mais abastada), “*afirmándose así el proceso de gentrificación – o ‘elitización residencial’*” (ibidem: 51). Este aumento de preços consolidou-se e em 2011 e o preço do m² na Ciutat Vella encontrava-se acima dos 7.000€, segundo a Habitacalia ou a Nuroa¹⁴. Atualmente, e perante a crise económica, financeira e social que se faz sentir, a queda nos preços do mercado imobiliário foram bem acentuados, estimando-se que o preço por m² ronde os 3.200€ no Ciutat Vella. Contudo, a oferta de hostels e hotéis no bairro continua a ser uma evidência, tal como a sua procura por turistas estrangeiros¹⁵.



Fonte: El País, 25 Nov 2005

Figura 31 | Intervenção contra a especulação imobiliária

¹⁴ Dois portais imobiliários espanhóis: <http://www.habitacalia.com> e <http://www.nuroa.es>

¹⁵ Os números disponibilizados pelo Instituto de Estadística do Ajuntament de Barcelona só se referem à cidade de Barcelona no seu total o que permite apenas ter uma visão mais global. Verificou-se um crescimento de 56% entre 2005 e 2012 no número de pernoitas, sendo que as nacionalidades que mais procuram a cidade para turismo são a alemã, a francesa, a americana e a inglesa.

Também se tornam claras as estratégias de atrair turismo e outros ‘tipos’ de habitantes que vão sendo aplicadas um pouco por todo o bairro: “Para que os turistas vejam uma cidade limpa, nova. (...) As ruas que estão em obras são as ruas principais...nas pequeninas não se vêem muitos arranjos pois também não passam turistas” (Núria Planes et al, 2012). Referindo-se à Calle Joaquín Costa, Elvira Pujol (2011) diz que: “a estratégia é pedonalizar para que não passe trânsito, para serem como zonas comerciais. Então, claro, isso faz com que o bairro seja, realmente, mais habitável, fique fantástico. Mas isto faz com que as habitações aumentem de preço e comece a mudar...mas assim já vemos como estão os locais...”. Em algumas ruas, algumas delas já pedonalizadas (Figura 32), é óbvia a presença de novas formas de comércio (ateliers, galerias, livrarias alternativas ou pequenas lojas de design e artigos em segunda mão) destinadas a outro ‘tipo’ de público. Associa-se, também, este ‘novo’ comércio à presença de outro ‘tipo’ de habitantes e a processos de *gentrification*¹⁶, “más evidente en el oeste del Raval” (Horta, 2010: 46). Suribats & Rius (2008: 52) também concordam que “*existeix un procés ‘d’aburguesament’ dels usos del Raval (com demonstra la creació de com a mínim 150 comerços trendy en el moment de fer aquest estudi), per no parlar de totes les institucions que impulsen l’accés de persones de fora del Raval aprofitant les noves infraestructures i inversions*”. E o mesmo é referido por Manuel Delgado (2007: 54) quando diz que as “*intervenciones de reordenación del territorio destinadas a la conversión de centros antiguos en parques temáticos donde se escenifica una pseudo verdad histórica o cultural o en escenarios para la gentrificación, es decir, de asentamiento de clases medias en busca de un reencuentro con la ‘vida de barrio’, al que se le han añadido unas dosis controladas y controlables de ‘multiculturalismo’, como el nuevo sabor local que ha de atraer a clientes de vivienda nueva o reformada en barrios antiguos*”.

¹⁶ Optou-se por utilizar o conceito na sua expressão original (*gentrification*) em vez de se utilizar qualquer uma das traduções mais utilizadas (gentrificação ou nobilitação).

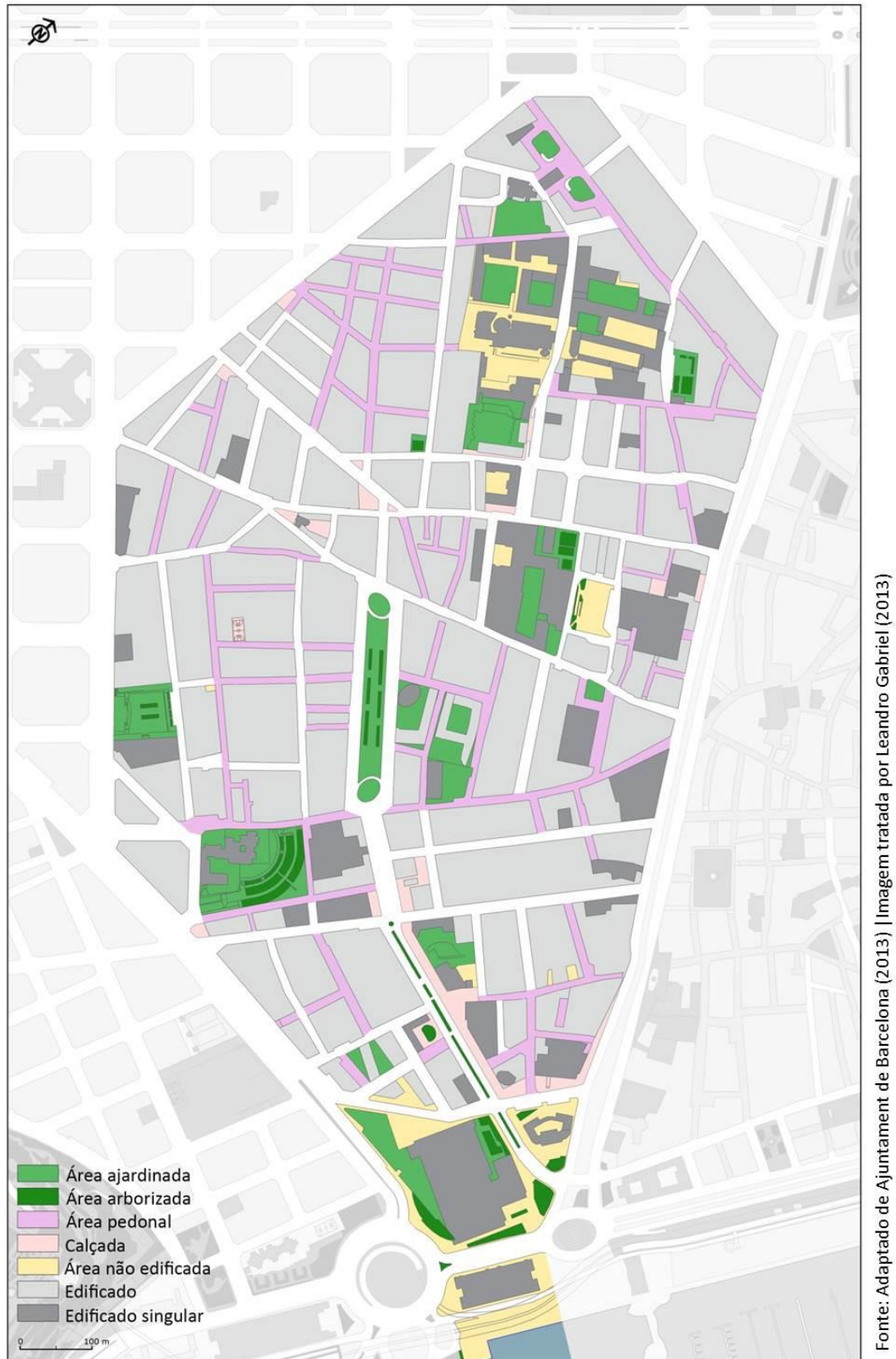


Figura 32 | As diferentes áreas do bairro

Mas quem são as pessoas que residem no Raval atualmente? Os dados estatísticos dos Censos de 2011 dizem que residem no bairro 48.485 habitantes, tendo havido um aumento significativo nos anos 2000 (ver Quadro 2), que o grupo etário maioritário é entre os 25 e os 64 anos mas que o que se encontra entre os 15 e os 24 anos é de 10,3%, valor superior ao do districto da Ciudad Vella (9,3%) e ao de Barcelona (8,9%). Relativamente ao grupo etário maior de 65 anos, o Raval tem o valor mais baixo (13,1%) quando se olha, também, para o districto da Ciudad Vella (15,3%) e para Barcelona (20,8%). O bairro tem uma taxa de natalidade de 10 por mil, valor superior ao districto da Ciudad Vella (8,9) e a Barcelona (8,6). Cerca de 54,9% da população residente nasceu no estrangeiro e as principais nacionalidades são o Paquistão (12%)¹⁷, as Filipinas (9%) e o Bangladesh (5%). Relativamente ao nível de ensino, apenas 18,8% tem o ensino superior no bairro, enquanto no districto da Ciudad Vella e em Barcelona o valor sobe para 23,7% e 24,9%, respetivamente.

¹⁷ O Paquistão é, também, o país com maior número de habitantes residentes no districto da Ciudad Vella e em Barcelona.

	Bairro	Districto Ciudad Vella	Barcelona
População residente	48.485	104.056	1.615.985
Superfície (Km²)	1,1	4,4	102,2
Densidade (hab/ Km²)	44.141	23.819	15.818
População por grupo etário (%)			
0-14	12,2	10,7	12,3
15-24	10,3	9,3	8,9
25-64	64,3	64,7	58,0
+ 65	13,1	15,3	20,8
População por local de nascimento (%)			
Barcelona	27,6	32,7	51,5
Resto da Catalunha	4,5	5,2	7,4
Resto de Espanha	13,0	15,0	19,5
Estrangeiro	54,9	47,1	21,5
População por nacionalidade (%)			
Espanhola	50,8	58,2	82,6
Estrangeira	49,2	41,8	17,4
Taxa de natalidade (%)	10,0	8,9	8,6
População com mais de 65 anos que vive sozinha (%)	33,3	32,8	25,7
População com nível de ensino superior	18,8	23,7	24,9
Fonte: Departament d'Estadística. Ajuntament de Barcelona www.bcn.cat/estadistica/castella/dados/inf/barris/92001/barri1.pdf			

Quadro 4 | Retrato estatístico do bairro do Raval

2.3. AS FRATURAS QUE SE ACENTUAM

En los últimos años del siglo XX, la globalización de la economía y la aceleración del proceso de urbanización han incrementado la pluralidad étnica y cultural de las ciudades, a través de procesos de migraciones, nacionales a internacionales, que conducen a la interpenetración de poblaciones y formas de vida dispares en el espacio de las principales áreas metropolitanas del mundo. Lo global se localiza, de forma socialmente segmentada y espacialmente segregada, mediante los desplazamientos humanos provocados por la destrucción de viejas formas productivas y la creación de nuevos centros de actividad.

Borja e Castells, 2012

Los nuevos asentamientos humanos provocan configuraciones sociales que son al mismo tiempo viejas y nuevas, que es verdad que cambian los barrios, pero que cambian barrios que no habían hecho otra cosa que cambiar como consecuencia de la inmigración desde hacía más de un siglo. Irrumpe en escena una dinámica intrincada de superposiciones, mixturas, encuentros y topetazos, que constituye la interculturalidad real, no la que imagina el discurso oficial sobre la 'diversidad cultural' y sus bondades éticas abstractas, es decir, no el sentido trivial que han popularizado los políticos y los medios de comunicación, sino como una madeja de definiciones y redefiniciones, de conjunciones y disyunciones, de dobles lenguajes y de malentendidos.

Manuel Delgado, 2007

Perante este retrato, o Raval apresenta-se como um bairro com uma população maioritariamente adulta mas onde os jovens também têm um importante peso. Outro aspeto a ter em atenção é a diversidade étnica que tem por base os múltiplos e históricos movimentos migratórios para aquele bairro. Como já foi referido anteriormente, o Raval sempre foi um bairro de ‘acolhimento’ de população imigrante. No período da industrialização, esta população era maioritariamente originária de outras províncias espanholas (ainda se verifica a presença de muitos galegos no bairro através dos seus restaurantes de comida tradicional). Atualmente, a sua origem é principalmente estrangeira, *“hay contabilizadas más de setenta nacionalidades”* (Carrera, 2012: 146). *“A mediados de los años noventa cuando, coincidiendo con un momento de crecimiento económico y creación de puestos de trabajo, la ciudad de Barcelona empieza a recibir una cantidad importante de población inmigrante en el marco del proceso de mayor circulación de personas, ideas y bienes llamado globalización. Este movimiento, análogo al que se produce en otras ciudades medianas europeas, tiene en Barcelona y muy particularmente en El Raval una serie de especificidades. Además de imprevisto, es un fenómeno de una magnitud y una rapidez sin precedentes. Según cifras oficiales, Barcelona pasa de un 1,9% de población extranjera en el año de 1996 a un 17,14% en el 2012”* (ídem). No Raval este valor é de 49,2% segundo os resultados do último recenseamento da população. Estes valores vêm corroborar a ideia de Jordi Borja (2011): *“as corrientes inmigratorias siempre que pueden tienden a concentrarse en zonas centrales de la ciudad, pues por degradadas que estén ofrecen un acceso mucho mayor a bienes y servicios. Lo cual es positivo: favorece la mezcla socio-cultural y la integración ciudadana y consolida la diversidad de las áreas centrales amenazadas por la homogeneización”* (Borja, 2011).

Para Judit Carrera (2012: 146) é claro que *“ya no se trata, por tanto, de la vieja inmigración rural española, sino de un auténtico movimiento transnacional que, con su diversidad cultural, lingüística y religiosa, altera profundamente las claves del debate cultural de la ciudad (...) En un barrio donde conviven tantas nacionalidades en un espacio tan limitado, las supuestas civilizaciones estancas y homogéneas se traducen y se deshacen en encuentros cotidianos de personas concretas con las que interactuar”*. Esta reflexão sobre o Raval, acompanha o que referem Borja e Castells (2012: 337)

“nuestro mundo es étnica y culturalmente diverso y las ciudades concentran y expresan dicha diversidad. Frente a la homogeneidad afirmada e impuesta por el Estado a lo largo de la historia, la mayoría de las sociedades civiles se han constituido históricamente a partir de una multiplicidad de etnias y culturas que han resistido generalmente las presiones burocráticas hacia la normalización cultural y la limpieza étnica”. Esta diversidade pode ser uma fonte de tensão, na medida em que se confrontam, num mesmo espaço e pela proximidade geográfica, diferentes modos de vida, línguas, religiões ou padrões educativos.



Figura 33 | Imagens do álbum ‘Conversas Visuais’ do Raval

O comércio étnico e a apropriação de antigos espaços comerciais, como as antigas bodegas, é outro dos aspetos que ressalta à vista quando se percorrem as ruas do bairro e que coloca em evidência a clara permanência de imigrantes neste espaço da cidade: “Há uma mistura de culturas...os nomes das lojas...podes encontrar de tudo aqui! As lojas que há aqui têm muito a ver com as pessoas que vivem no bairro” (Núria

Planes et al (2012). Contudo, “los comercios de los habitantes autóctonos – mayormente familiares, autónomos – no pueden competir con sus [dos imigrantes magrebinos e hindus] horarios ni con sus condiciones de trabajo (...) se trata de un proceso extendido a todo el Raval” (Horta, 2010: 109). Outro aspeto, não menos importante, é a presença de diferentes espaços religiosos: templos Sikh (por exemplo, na C. Hospital), mesquitas (por exemplo, na Carrer Erasme de Janer) ou igrejas católicas (na igreja de Sant Agustí estão representadas muitas das nacionalidades presentes no bairro através dos seus santos padroeiros e para além disso, esta era a igreja das prostitutas. Também Santa Rita de Cascia (padroeira do impossível) é uma festa especial da paróquia, que tem uma longa história de luta da classe trabalhadora catalã) entre outros. Alguns destes espaços passam despercebidos pois localizam-se dentro de estabelecimentos comerciais ou espaços de habitação e só é possível reparar na sua presença quando se juntam muitas pessoas em seu redor para entrar em horário de oração ou festividades.

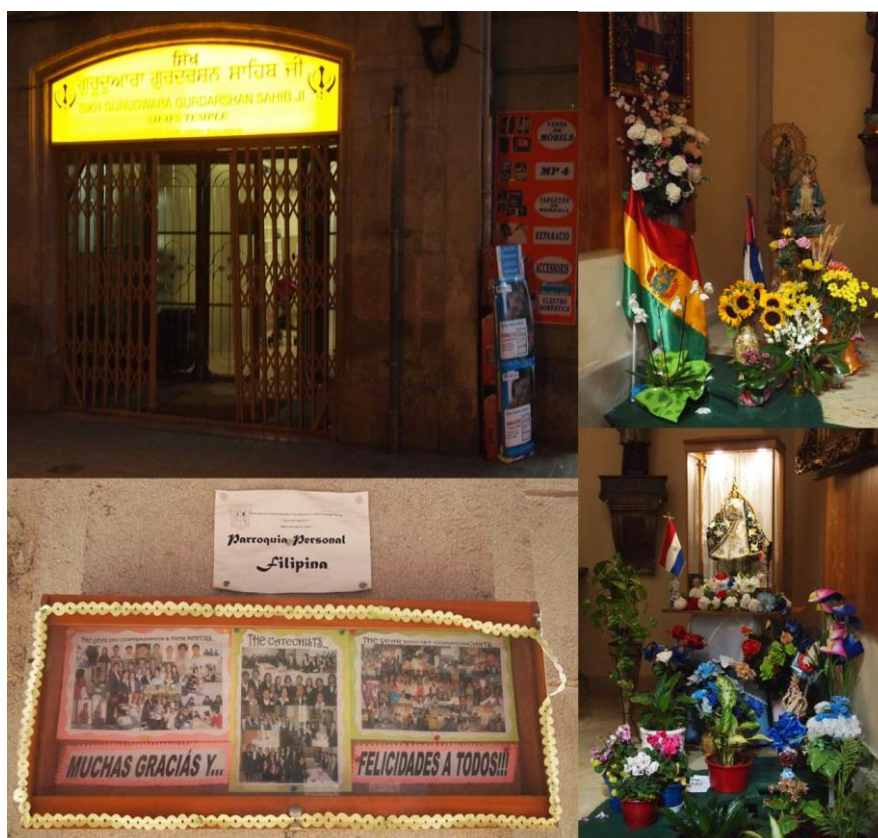


Figura 34 | Templos religiosos no bairro do Raval

A densidade populacional do Raval é muito elevada (44.141 hab/km²), o que também se relaciona com a elevada sobreocupação dos alojamentos. Estima-se que cerca de 60% dos alojamentos acolhem, em média, seis ou mais pessoas. A dificuldade de acesso à habitação e a sua baixa qualidade é uma realidade bem visível nas ruas do bairro: *“los inmigrantes se ven abocados a hacinarse en viviendas de mala calidad, cuando no a practicar formas difusas de un nuevo barroquismo invisible, que está generando en Barcelona un comercio de realquiler de camas, balcones, cobertizos, patios interiores...”* (Delgado, 2007: 53). Muitas são as alusões encontradas sobre a existência e prática de ‘camas calientes’ no bairro, como se os alojamentos fossem submarinos¹⁸: *“¿Intento de robo u olvido de la llave de la portería por parte de uno de los inmigrantes que se hacinan de forma irregular en los pisos que ya funcionan como pensiones a 300 euros mensuales por habitación, en la que cabe solamente una cama de 80 centímetros, o pagando 120.000 euros por la compra de un piso de 45 metros cuadrados, que si se alquila le renta a su propietario 500 euros al mes si sólo mete a una familia y mucho más si mete a vivir una decena de inmigrantes que combinarían su horario para poder compartir camas en la técnica definida como descanso de la cama caliente?”* (El País¹⁹, 2005) ou *“hay camas calientes en la calle del Tigre, pisos patera en la calle de En Roig, niños no escolarizados cuyos tíos los obligan a trabajar porque para eso los trajeron de Bangladés”* (El Periódico²⁰, 2011).

¹⁹ http://elpais.com/diario/2005/08/14/espana/1123970412_850215.html

²⁰ <http://www.elperiodico.com/es/noticias/barcelona/miseria-siempre-1251643>



Figura 35 | Imagem 7 do álbum ‘Conversas Visuais’ do Raval

Em 2001, com a abertura da Rambla del Raval a situação agravou-se, *“nos encontramos con la situación de que en el centro urbano han desaparecido 2.000 viviendas, y han cerrado más de 200 pensiones. Las actuaciones urbanísticas han planteado en el fondo un tratamiento médico e higienista clásico”* (Magrinyà/Maza (2001) citado por Horta (2010: 47)).

Associada à questão da habitação degradada e sobrelotada está a prostituição. Mas, também, esta questão é abordada de forma higienista e as medidas colocadas em prática apenas a tentam afastar do visível e dos olhos de quem passa: *“las actuaciones puntuales no han hecho más que desplazar el problema y hasta cierto punto agravarlo”* (idem: 48). *“En el caso de Barcelona, la constatación de que la reconversión de la ciudad en puro producto de marketing requería mantener en estado de revista permanente calles y plazas llevó a plantearse la necesidad de borrar u ocultar cualquier*

elemento que pudiera desmentir la imagen que se pretendía ofrecer de un espacio público expurgado de cualquier ingrediente de conflictividad” (Delgado, 2007: 220).

O Carrer d'en Robador é uma das ruas mais conhecidas quando se fala de prostituição no bairro. “No Carrer d'en Robador...bem...agora o governo, o atual ayuntamiento, decidiu, a regedora daqui, decidiu que vão comprar edifícios da Calle Robador e da Calle Sant Rafael, que fica aqui também...para...vão comprar edifícios (espaços) porque eles consideram que aí há edifícios muito problemáticos e que aí se concentram os problemas. Assim, vão comprar terrenos que vão expropriar e vão comprá-las...há muita prostituição...há habitações para imigrantes que não têm...chamam-se camas calientes...Então comprem as casas, reabilitam-nas e eliminam o problema. São os lugares mais conflituos. Ali concentram-se muitos prostíbulos e muitos bares assim...e também existem as *camas calientes* e as prostitutas têm lugares onde vão trabalhar. Então, eles identificaram ali os problemas e querem acabar com eles, eliminando os edifícios. E para onde vão as prostitutas com os clientes? Ou onde se vão alojar os imigrantes que chegam? É um pouco...” (Elvira Pujol, 2011).

A importante localização destas ruas e a visibilidade da prostituição, perante os projetos urbanísticos e os novos espaços culturais e turísticos recentemente construídos desperta muitas atenções. Deste modo, a solução é tentar aplicar medidas higienistas e afastar o problema do olhar dos transeuntes: “Claro, tirando o espaço não eliminamos o problema, translada-o para outro lado. Para outro edifício. O que se passa é que como aqui vai estar a Filmoteca, aqui está o hotel, tudo se concentra aqui...é preciso ir expandindo as ruas.” (Elvira Pujol, 2011). Núria Planes et al (2012) referem que “O hotel que não tem nada a ver com o resto, não ‘pega’ com o bairro. (...) Bem, é moderno mas pegar realmente... não sei, é um contraste... (...) Pelo tipo de hotel é um contraste muito grande, tanto para as pessoas que vivem no bairro como para as pessoas que frequentam o hotel. Mas estão a tentar fazer do Raval um bairro cosmopolita (...) que melhore o bairro...mas por muito que o decoram não vão resolver os problemas”. Para González (2012: 370) a situação também parece ser clara: “*se puede datar la colonización de la zona de Robador con la gran destrucción que allí se inició a principios del presente siglo. Prosiguió con la expulsión de un número aun por determinar de vecinos y claro, de las prácticas urbanas que allí llevasen a cabo. Se*

implementa, endurece y acelera la colonización, con la construcción de hoteles de lujo que suponen una fuerte inversión de capital. Este será uno de los pasos más firmes para la centrifugación de los ‘indígenas’, al parecer, igualmente indignos de vivir en un lugar listo para su puesta en venta”.



Figura 36 | Carrer de Sant Rafael e Carrer d'En Robador

Mas, em contraste com os edifícios degradados e com más condições de habitabilidade e salubridade, encontram-se os novos edifícios pelas ruas do Raval. A recente Illa Robador, referida anteriormente é um dos exemplos mais recentes. No entanto, há outros espaços que saltam à vista: “os residentes dos condomínios isolam-se por meio da vedação, do caos e da dureza que tornam a vida urbana desconcertante, desagradável e vagamente ameaçadora, e ficam reclusos num oásis de calma e de segurança. Ao mesmo tempo, contudo, separam os outros dos lugares decentes e seguros, cujos valores estão dispostos a defender encarniçadamente e abandonam-nos às mesmas ruas sórdidas e miseráveis de que fugiram sem olhar a despesas. A vedação separa o ghetto voluntário dos ricos e dos poderosos dos inumeráveis ghettos forçados em que os deserdados vivem. Para os que fazem parte

do ghetto voluntário, os restantes ghettos são lugares onde nunca porão os pés. Para os habitantes dos ghettos involuntários, em contrapartida, o território a que estão confinados (ao verem-se excluídos de todos os outros lugares) é um espaço do qual se encontram proibidos de sair” (Bauman, 2005: 36). No Raval não há condomínios cercados por portões e muros altos mas há fronteiras que se tornam bem visíveis e que separam/ excluem os diferentes grupos. Em algumas ruas do Raval é possível observar edifícios que pelas suas características exteriores (recentemente construídos ou reabilitados) evidenciam sinais de diferentes condições de habitabilidade, quando comparados com a maioria dos edifícios do bairro: *“La desigualdad en el ingreso y las prácticas discriminatorias en el mercado de vivienda conducen a la concentración desproporcionada de minorías étnicas en determinadas zonas urbanas al interior de las áreas metropolitanas”* (Borja e Castells, 2012: 345).



Figura 37 | Contraste entre as condições dos edifícios

Alguns autores (Subirats e Rius, 2008; González, 2012) referem a existência de uma divisão entre o Norte e o Sul do bairro em que a fronteira é a Carrer de l'Hospital (que continua pela Carrer Sant Antoni Abat até à Ronda Sant Pau (Figura 38). A parte Norte do Raval é onde residem os habitantes com rendimentos mais altos e onde se localizam os principais equipamentos culturais (Figura 26). Associado a este processo e, talvez, como sua consequência é aqui que se concentram também os 'novos comércios' (restaurantes, estúdios de design e arquitetura, lojas da moda, de roupa em segunda mão ou *vintage* ou galerias) o que trás ao visível consumidores com um poder de compra médio-alto (Subirats e Rius, 2008). Mas este fato não é recente. No início do século XX os activistas políticos, onde se destacavam os anarquistas, localizavam-se nesta parte do bairro: *"la politizacion obrera se concentraba especialmente en la zona norte del Distrito (...) Los barrios del "norte" (el este cardinal), aquellos que estaban mas proximos a la "ciudad nueva" del Eixample, aglutinaban a la gran mayoria de congregaciones obreras fuertemente activas y que protagonizaron gran parte de las revueltas resenadas (...) La gran mayoria de asociaciones obreras - mientras fueron permitidas- se mantuvieron alli hasta la ocupación franquista de la ciudad el 26 de enero de 1939"* (González, 2012: 158/159).

Pelo contrário a área Sul do bairro está ligada a um imaginário portuário, de irreverência moral, de crime e de pobreza: *"la zona del barrio mas proxima al mar, seguia siendo un lugar de entrada y expulsion de los habitantes, fiel a su tradición portuaria y fronteriza, se erigia como refugio de cada mas vez mas personas, perseguidas o huidas (...) la zona de Drassanes fue conocida en Europa como una especie de distrito rojo que servia tanto al puerto como a la sociedad burguesa. Los clubs, burdeles se situaban en el Paral.lel, el centro en aquel momento del mundo del teatro y cabares barcelones, cosa que coadyuvo a incrementar su reputación"* (ídem: 159). Mais recentemente, *"si nos referimos al sur del Raval, el núcleo del Chino, parece bastante homogéneo, con una gran presencia de población extranjera. A la hora de la verdad, el sur es bastante más heterogéneo, y en él encontramos, por ejemplo, la zona de Drassanes, que se aleja de este tópico que relaciona el sur del Raval con población inmigrante (...) La zona que sí recordaría lo que podríamos denominar mito del Chino sería la zona del Liceu, que a pesar de contar con la presencia de este centro cultural*

fuertemente vinculado a las elites de la ciudad, es la que tiene el índice de paro más elevado del Raval” (Subirats e Rius, 2006: 32).

Mas o Raval é um bairro complexo e em constante mudança. Apesar dos imaginários e dos mitos criados em redor de um bairro carregado de simbolismos, há dinâmicas que não se conseguem separar apenas com uma linha que limita o Norte e o Sul. Os processos migratórios são um exemplo desta complexidade. Não obstante a presença mais homogénea de imigrantes na parte Sul do bairro, fato que está relacionado a todo o passado do Raval, como já foi referido anteriormente, na parte Norte é bastante evidente e visível a presença de habitantes com outras nacionalidades. Na área que fica entre o Carrer de la Riera Alta, o Carrer de la Riera Baixa e o Carrer de la Cera, por exemplo, é *“una de las partes más pobladas del barrio y cuenta con una de las proporciones más altas de población de origen extranjero, sobre todo filipinos, (en el año 2001, más del 60% de la población filipina de Barcelona vivía en esta área), pero también pakistaníes, marroquíes y ecuatorianos”* (Subirats e Rius, 2006: 32)

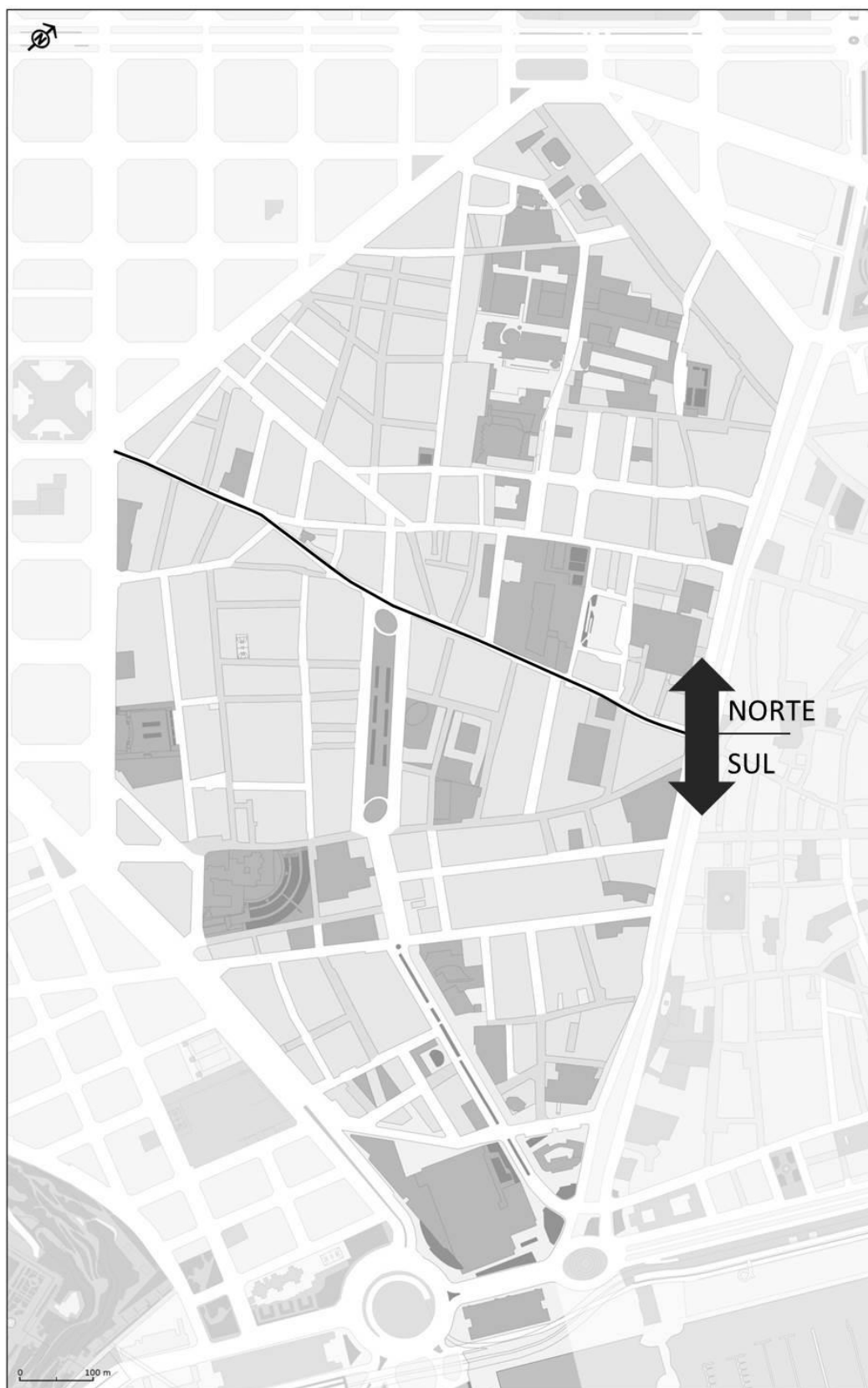


Imagem tratada por Leandro Gabriel (2013)

Figura 38 | O Norte e o Sul do Raval

2.4. A VIGILÂNCIA E A PUNIÇÃO

‘A polícia à paisana. A farda é substituída por t-shirts pretas e calções. O cabelo está rapado. Circulam ao redor da Rambla. Só muda a roupa, a forma de caminhar é a mesma’.

Excerto do caderno de campo (Abril de 2011)

Frente a esa ciudad soñada por los políticos y sus arquitectos – tranquila, sumisa, desconflictivizada, llena de ciudadanos siempre dispuestos a colaborar, ávida por satisfacer a turistas y a inversores -, toda ciudad es otra cosa: un cuerpo que sólo sabe de frecuencias, desasosiegos e intensidades.

Manuel Delgado (2007)

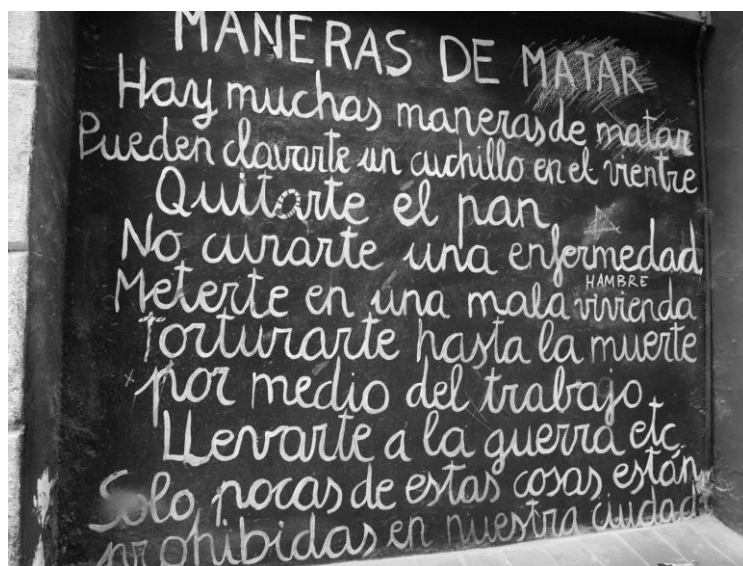


Figura 39 | Imagem 9 do álbum ‘Conversas Visuais’ do Raval²¹

²¹ Poema de Bertolt Brecht in “Muchas maneras de matar”.

A cidade é uma combinação de medos, de expectativas e de desejos: *“los deseos han envejecido en nuestras sociedades pusilánimes. Los miedos se han multiplicado, a pesar de que nunca hubo lugares más seguros en la historia de la humanidad que las ciudades del mundo desarrollado. Y los miedos son peligrosos, estimulan los peores instintos de una humanidad sin ilusiones de futuro pero aferrada a sus pequeños privilegios. La ideología securitaria, alianza impía entre poderes políticos y mediáticos, encuentra un amplio apoyo en una ciudadanía en la que se han distendido los lazos solidarios, individualista y conservadora. Se crean las condiciones para la represión de los que se rebelan contra el ‘desorden establecido’”* (Borja, 2011).

Bauman (2005: 16) considera que “os actuais medos nasceram com a irrupção simultânea da liberalização e do individualismo, numa altura em que se haviam tornado já frouxos ou quebrado laços de parentesco e de vizinhança que uniam com firmeza as comunidades e as corporações, laços que tinham sido considerados eternos ou que, pelo menos, existiam desde tempos imemoriais”. O autor continua referindo que “quando a competição substitui a solidariedade, as pessoas vêem-se abandonadas aos seus próprios recursos, dolorosamente escassos e manifestamente insuficientes. A deterioração e decomposição dos laços coletivos convertem-nas, sem o seu consentimento, em indivíduos de *iure*, mas um destino opressivo e ingovernável conspira no sentido de lhes negar o ingresso na categoria de indivíduos de fato” (idem: 17-18). Isto não acontece nas elites onde os laços familiares são normalmente fortes (frequentemente refere-se a família X e não os indivíduos que a constituem) e a rede de conhecimentos é vasta.

A desconfiança perante o *outro* e a diferença tornaram-se uma constante, apesar de “quanto maior e mais heterogénea for uma cidade, mais motivos de atração pode conter e oferecer (...) A variedade é uma promessa de oportunidades, de oportunidades diferentes e múltiplas, de oportunidades para todos os gostos e aptidões. (...) A mixofobia e a mixofilia coexistem em todas as cidades, mas também no íntimo de todas as pessoas que nelas habitam. Temos de reconhecer que se trata de uma coexistência precária e tempestuosa, mas que é um aspeto da maior importância para as pessoas que são vítimas dos sentimentos desencontrados característicos da modernidade líquida” (Bauman, 2005: 44). Estes desencontros desencadeiam

sentimentos ‘construídos’ de insegurança e uma ‘necessidade’ de vigiar e de controlar todos os espaços.

Neste contexto, e numa lógica de construção social do medo, ressalta a imprescindibilidade de se aplicarem medidas urbanas e arquitetónicas que pensam o espaço urbano de modo a torná-lo mais controlado e a-conflituoso: abrem-se ruas mais largas, praças amplas e vazias, colocam-se câmaras de vigilância ou mobiliário urbano que não perturbe o ‘bom funcionamento’ da cidade. “A insegurança produz medo, pelo que não é de estranhar que os urbanistas atribuam a máxima urgência à necessidade de a combater, ou é pelo menos o que crêem, qualquer coisa de que se mostram rigorosamente persuadidos. O problema é que, para além da insegurança, é possível que desapareçam também das cidades as principais atrações da vida urbana, como a espontaneidade, a maleabilidade, a capacidade que caracterizam de surpreender e de ser ocasião de aventura. O que se substitui à insegurança não é o êxtase da calma, mas a maldição do tédio” (Bauman, 2005: 65).

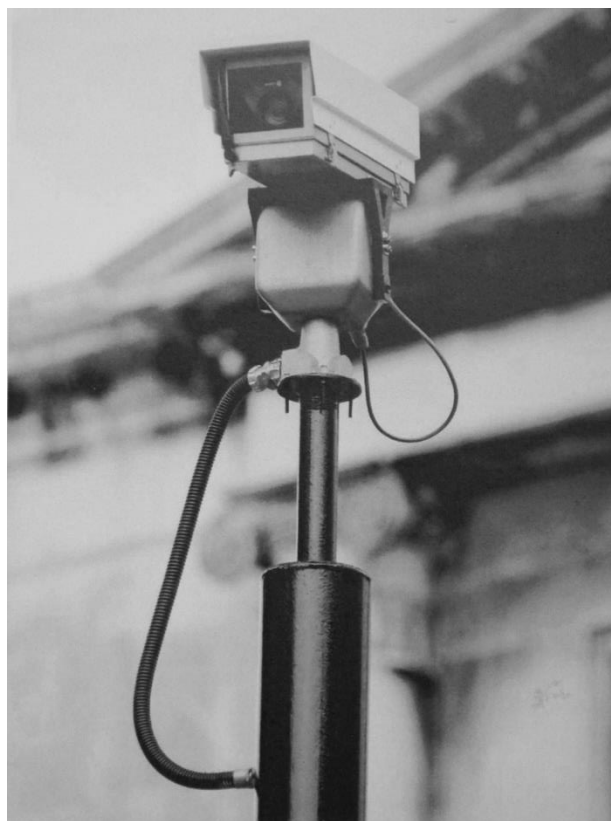


Figura 40 | Imagem de uma câmara de vigilância numa das ruas do bairro

Elvira Pujol falando da imagem da câmara de vigilância (fotografia 35 – álbum Raval) refere que: “claro, localizar as câmaras seria interessante pois seguramente que está tudo cheio e com tantos edifícios públicos ou oficiais...MACBA...tudo isto deve estar cheio...nunca as vemos...onde estão postas...as câmaras de vigilância...este é o controlo do espaço público...como todo este dispositivo policial... “. Núria Planes et al (2012) consideram que a existência de câmara até pode dissuadir a prática de crimes. Contudo, referem que “Claro, colocam as câmaras perto do hotel para os turistas mas não colocam no Carrer d’en Robador onde estão as prostitutas que são realmente afetadas e mal tratadas. (...) Sim, é claro, colocam aqui para que os turistas não sejam afetados.”

A juntar ao processo de securitarização através das câmaras de vigilância, *“vale a pena recordar que las comisariías centrales del distrito de Ciutat Vella de mossos d’esquadra, guardia urbana y guardia civil están emplazadas en el corazón del Raval, alrededor de la Rambla del Raval”* (Horta, 2010: 78). Segundo Delgado (2010: 16) *“las cámaras de vigilancia y la policía actúan, en estos casos, como garantes extremos de que ese espacio público era lo que debí ser a toda costa. (...) interesante el papel creciente que han acabado asumiendo las brigadas municipales de limpieza, encargadas de liberar esos nuevos espacios públicos de todo lo considerado antihigiénico o insalubre, incluyendo ciertos seres humanos, cuya presencia física pasaba a ser considerada una cuestión ya no de orden público, sino directamente de salud pública”* (Delgado, 2010: 16). Quando questionada sobre o fato da limpeza diária ser feita com jactos de água através de mangueira, Elvira Pujol (2011) refere que “é para controlar o espaço...tirar todas as pessoas, molhar todo o chão...as pessoas não se podem sentar...os patinadores, imagino que...bem, podem patinar mas...está tudo molhado. São medidas para dissuadir. São medidas dissuasoras para tirar as pessoas dos espaços (...) são medidas...”. González (2012: 276) ao perguntar a um trabalhador da limpeza qual era a frequência das visitas a C. Robador surpreendeu-se com a resposta: *“me responde que es la Guardia Urbana quien les indica que horas, cuando y donde limpiar. Esta manera de organizar la limpieza de la calle según un criterio de control”*

Também no mobiliário urbano do bairro se pode notar este tipo de controlo: “olha para estes bancos (fotografia 21 – álbum Raval) que são com apoio de braços mas não

te podes deitar nem nada para evitar que as pessoas se ponham a dormir. E o controlo do espaço público é...há muita *guardia urbana* que se põe dando voltas. Se há grupos de pessoas que fica muito tempo na praça...na Rambla del Raval, os mossos dizem-lhes para sair (...) Claro, a Rambla del Raval quando acaba o Inverno...a Rambla está cheia de bares, as esplanadas estão sempre cheias, converteu-se num bar ao ar livre...de turistas e de gente de fora do bairro que vem aqui para tomar alguma coisa. Então, estás a pagar o consumo porque nos bancos já não há sítio. E há muita gente sentada no chão. No Verão...porque não há espaço...” (Elvira Pujol, 2011). Também Núria Planes et al (2012) falam dos bares e das esplanadas “Um bairro muito cosmopolita, uma imagem que se quer vender. Com muitos turistas, com muitas esplanadas para ir tomar alguma coisa. (...) Mas é muito caro”.

Elvira Pujol (2011) continuando a falar sobre o mobiliário urbano refere que “Estes são os bancos que comentava, vês (fotografia 21 – álbum Raval)? Só se pode sentar uma pessoa...e de uma maneira...não te podes sentar de muitas maneiras. Claro é como que...Esses bancos na zona alta de Barcelona ou noutros lugares não estão...Este é o mobiliário urbano pensado especificamente para sítios de conflito ou lugares onde têm de regular muito. Quanto tempo estão as pessoas aí...e claro, que tipo de cidade é esta, não? Porque há muitas pessoas idosas que vivem por aqui e baixam para apanhar sol, porque as suas casas são húmidas e não têm aquecimento...e não se podem sentar cómodas.”



Figura 41 | Imagem 21 do álbum 'Conversas Visuais' do Raval

3. CONFLITO E TRANSFORMAÇÃO

Tendo por base o que foi discutido no capítulo teórico ‘O conflito urbano’ e toda a abordagem anterior ao bairro, pretende-se discutir o conflito e o seu papel na transformação do Raval. Assim, será feita referência ao espaço público, aos movimentos sociais e às alternativas existentes no bairro perante a massificação das práticas artísticas e criativas.

3.1. ESPAÇO PÚBLICO. UM ESPAÇO LIVRE, DEMOCRÁTICO E COLETIVO?

‘¡Eh, amigo!’. Él se gira, reanda tras sus propios pasos, la recoge [la china], les dice ‘Gracias’ y ‘Adiós’ en castellano, se vuelve a ir, los vendedores le dicen nuevamente ‘¡Eh, amigo!’, le ofrecen cerveza de la bolsa de plástico que transportan, él les dice ‘No, no gracias’, se va por tercera vez, entonces el hombre sentado abre una lata de cerveza de alta graduación – Voll-Damm – y le mira a uno mismo mientras deposita la cerveza en el suelo, paralelamente a la propia inspección de uno mismo sobre él y a la inmediata caída de la cerveza, una tercera parte de la cual se extiende bajo este bloque de bancos de la Rambla del Raval.

Horta, 2010: 139²²

Para Habermas (1975) o espaço público constitui a promessa da democracia e da liberdade. Bauman (2005: 67) considera que o espaço público “será público sempre que os homens e as mulheres a ele tenham acesso, sendo provável que o usem sem

²² Numa das suas descrições do seu diário de campo Horta descreve com bastante precisão uma das experiências mais comuns e muito vivida durante todo o trabalho de campo desta investigação no El Raval, principalmente na Rambla del Raval.

selecção preliminar. Quando não sejam exigidas autorizações, nem haja registo de quem entra e quem sai. Por conseguinte, a presença no espaço público deverá ser anónima, o que torna inevitável que as pessoas que nele se encontram não se conheçam entre si, nem sejam conhecidas pelos encarregados do espaço em questão. Os espaços públicos são lugares onde os desconhecidos convergem e, desse modo, condensam e resumem os traços característicos da vida urbana”.

“A arquitetura do medo e a intimidação torna-se extensiva aos lugares públicos das cidades transformando-os, incansável ainda que furtivamente, em zonas vigiadas e controladas a todas as horas” (Bauman, 2005: 61). Não é apenas em Barcelona que no centro da cidade não existem bancos onde se possa sentar mais que uma pessoa – os bancos individuais, “em Copenhaga, as coisas foram ainda mais longe, tendo sido retirados todos os bancos da gare central da cidade, ao mesmo tempo que passavam a ser multados os passageiros que se sentassem no chão enquanto esperavam pelo comboio (...) A inventividade neste campo, não tem limites.” (idem).

Mas também, e ao contrário do que acontece em outros bairros de Barcelona como o Eixample, por exemplo, no El Raval não existem áreas ‘formais’ para jogos coletivos, “*ni áreas de juegos para chiquillos, ni zonas de juegos para viejos como la petanca, ni céspede en que sentarse a hablar*” (Horta, 2010: 143). Muitas vezes, encontram-se em várias praças do bairro (por exemplo, na Praça de les Caramelles, onde se localiza a Fundació Tot Raval, ou na Praça d’Aureli Capmany, onde se localiza a Associació de Veïns del Raval) placas que indicam a proibição de jogos (Figura 42), especialmente aqueles jogado com bolas de futebol, porque incomodam as pessoas que estão sentados nas esplanadas dos bares.



Figura 42 | 'Prohibit jugar a pilota', Plaça d'Aureli Capmany

No seguimento desta 'estratégia' de pensar, desenhar e viver um espaço público de 'qualidade', surge em 2006 no Ajuntament de Barcelona a 'Ordenanza del Civismo'. O principal objetivo desta lei é o *"de preservar el espacio público como un lugar de convivencia y civismo, en el que todas las personas puedan desarrollar en libertad sus actividades de libre circulación, de ocio, de encuentro y de recreo, con pleno respeto a la dignidad y a los derechos de los demás y a la pluralidad de expresiones y de formas de vida diversas existentes en Barcelona"* (Ajuntament de Barcelona, 2006: 5). "Já viste a Ley del civismo? A lei que fizeram sobre o civismo? Em paralelo a todas estas reformas urbanísticas, o ayuntamiento de Barcelona declarou...é que...fez como que...a ley del civismo apelando à ordem no espaço público. É colocar lei no espaço público. Tudo isso tem a ver com...lá está, tirar as pessoas, não colocar bancos. E a ley del civismo pretende isso, regular o espaço público para que tudo seja controlado. Que a cidade esteja ordenada. (...) No El Raval que os turistas possam circular" (Elvira Pujol, 2011).

Deste modo, esta 'ordenanza' proíbe comportamentos incivis e contrários à convivência no espaço público: *"vender o comprar objetos, vender o comprar sexo, hacer musica u otros espectaculos, patinar, dormir, lavarse, ir visiblemente (!sic!) indocumentado, beber alcohol, repartir octavillas o pegar carteles, pintar o dibujar las paredes. Estos comportamientos pueden estar sancionados administrativamente con multas que pueden ir de los 50 euros hasta los 3000"* (González, 2012: 223). Sobre este assunto Horta (2010: 115) refere um caso muito particular: *"El legal entonces pagar 5€*

por una cerveza en un local de copas nuevo para clientes fashion en la Rambla del Raval, sin embargo se tipifica como una falta beber una lata de cerveza en el paseo central, delante de cualquiera de esos nuevos locales, y motivo de imposición de una multa de 50€”.

Elvira Pujol (2011) esclarece que “isto deu muita polémica...e podem também controlar as prostitutas no espaço público...as pessoas que urinam...o tipo de...bem, vê pois é...em paralelo com a parte urbana mais formal está a parte...e o preocupante disto é que outras cidades espanholas estão a adoptar esta *ley del civismo*. Primeiro foi Barcelona. Mas como se está a exportar o ‘modelo Barcelona’, também se está a exportar a *ley del civismo*. Como podemos regular o construído, agora vamos controlar o comportamento nesses espaços...para ordená-los para que seja...pois...para que os turistas possam consumir, para que as esplanadas dos bares não sejam perturbadas pelas pessoas que estão a dormir nos bancos...esse tipo de controlo (...) o mobiliário urbano, as câmaras, a *ley del civismo*...é um urbanismo que necessita de um regulamento, que no final aparece na *ley del civismo*. É uma consequência de... como actuar! É o que faltava para controlar o espaço público. O uso do conceito ‘cívico’, toda a interpretação que fizeram do cívico, como o...o cívico, o que é o cívico? O cívico é o cidadão. Não é necessário definirem o cívico com uma normativa, com polícia ou com controlo...começa com os que limpam o MACBA cada tarde...são estratégias que se utilizam para tudo isto...Sobre a *ley del civismo*, houve protestos, várias manifestações que coincidiram com esta lei...existiram brigadas policiais...e é uma lei que faz parte deste urbanismo tão...que não respeita a convivência, fomenta um uso exclusivo do espaço público para as pessoas que não vivem aqui, para os turistas, para o comércio...para gente que lhe dá um determinado uso”. Para Delgado (2010: 16) esta questão é muito clara: “*promulgar una serie de principios ideales de conducta – con frecuencia concretados en todo tipo de normativas presentadas como ‘cívicas’ – que perseguían, impedían el acceso o expulsaban cualquier elemento que no estuviera en condiciones de desplegar modales propios de esa clase media universal para la que ese espacio había sido concebido*”.

A criminalização da utilização do espaço público associada ao seu desenho inserem-se em práticas que afastam as (algumas) pessoas mas que fazem parte de uma

determinada 'imagem' de cidade que pretende promover o consumo e o turismo: "Nesta praça antes não havia nada. Então reclamavam-na como um espaço...e claro no Verão faz um calor aí...sem nenhuma sombra...é que só colocaram as duas tabelas de basquete e não se podem fazer muitas coisas mais. E no Verão, nos meses em que não...nos meses em que há muito sol a praça só está ocupada a partir da hora em que o sol baixa, porque é impossível estar ali. (...) Aqui não há árvores. E nesta muito menos (fotografia 8 – álbum El Raval). Tem um par de bancos, um estacionamento para motos, está muito desaproveitada. Estas praças não criam um espaço ...que convide as pessoas a disfrutar do espaço público, a sentar-se." "São estratégias para que não existam espaços onde as pessoas possam estar e ser livres. Claro, estas praças quando...por exemplo aqui...nesta esplanada de turistas (fotografia 23 – álbum El Raval)...aqui não havia esplanada, agora é a esplanada dos bares. Antes havia bancos mas tiraram-nos pois havia mendigos que se sentavam aí quando havia sol, apanhavam sol, instalavam-se. Então, essa imagem é tão... não querem que se apresente. É uma maneira de...se não crias espaço onde as pessoas possam descansar ou espaços públicos, elimina-se o problema onde as pessoas possam descansar ou espaços públicos, elimina-se o problema de que sejam ocupados. E nesta praça, claro, colocaram dois caixotes do lixo. Claro, tudo isto...os desenhadores...é como isto (fotografia 16 – álbum El Raval)...tão duro, esta dureza, estás a ver, estas portas...Como acabam estes elementos. Praticamente são espaços para atravessar, não para estar. Pensados para transitar, para caminhar" (Elvira Pujol, 2011). É, também, de referir, neste ponto, que existem portões que impedem a passagem em algumas ruas do bairro²³ e que foram colocados por razões de segurança.

²³ Durante o período de trabalho de campo no bairro do El Raval estes portões nunca se encontraram fechados. No entanto, não quer isto dizer que não fossem fechados a determinadas horas, informação que não foi possível obter.



Figura 43 | Imagens 16 e 23 (respetivamente) do álbum 'Conversas Visuais' do Raval

Apesar das evidências securitárias e de controlo encontrados um pouco por todo o espaço público do bairro, é importante mencionar que a presença de crianças é também manifesta. Ainda que não seja permitido jogar à bola na maior parte das praças ou dos espaços mais amplos do El Raval, estas são muito utilizadas por crianças descendentes de imigrantes principalmente no período da tarde, após terminarem as aulas: Ter crianças na rua é sinal de que as mães confiam na segurança do bairro. Isto no Eixample não encontras. As crianças nunca estão sozinhas como aqui (...) Há muita vida no bairro. É esta a diferença que vejo num bairro rico ('pirro'), de um bairro 'baixo'. No bairro onde vivi, não havia vida na rua. Ficava-se em casa a ver televisão...aqui pelo menos há gente na rua" (Núria Planes et al, 2012).

3.2. VAMOS POCO A POCO PORQUE VAMOS LEJOS²⁴

Todos possuem a capacidade, a potência da transformação social.

Gramsci, 1971

La crisis ha servido para revelar ante la opinión pública la perversidad de unos modelos económicos injustos, insostenibles y a la larga empobrecedores y ha demostrado que el efímero y aparente enriquecimiento ha contribuido muy poco a la felicidad de la gran mayoría de ciudadanos. En especial los jóvenes, los protagonistas de la ciudad del mañana, han reaccionado frente a los procesos urbanizadores vinculados al despilfarro de recursos, a la corrupción, a la segregación social, al individualismo insolidario y la mala calidad de vida. Parece poco probable que se pueda volver al boom inmobiliario, al crédito fácil, a los proyectos faraónicos. Emerge en nuestras sociedades una demanda de vida más sosegada, de más convivencia y comunicación, de garantizar los bienes y servicios básicos, de más austeridad pública y de poder ejercer realmente la condición de ciudadanos.

Jordi Borja, 2011

²⁴ 'Vamos pouco a pouco porque vamos longe' foi a frase utilizada pelo movimento 15M (Movimento dos Indignados) nas praças espanholas em 2011 e que se foi mantendo como expressão contestatária ao longo dos últimos anos.

Referindo-se à tese formulada por Hans Gadamer, na sua obra ‘Verdade e Método’, Zigmunt Bauman (2005: 47) salienta a importância do “entendimento mútuo que nasce da ‘fusão dos horizontes’, dos horizontes cognitivos, quer dizer daqueles que se delineiam e expandem à medida que a experiência vital se vai acumulando. A fusão exigida pelo entendimento mútuo só pode resultar da experiência compartilhada, e compartilhar a experiência é inconcebível se, primeiro, se não compartilhar o espaço”. Neste sentido, e tendo em consideração a ampla diversidade étnica e cultural, o seu passado, as suas memórias e a sua identidade, o Raval poderia ser uma cidade de vanguarda²⁵. Contudo, e perante o que foi discutido anteriormente, esta pluralidade de relações é, muitas vezes, colocada em causa quando se verificam restrições num acesso desigual ao espaço público, lembrando as considerações feitas por Marx (1997). Mas a necessidade de privilegiar um espaço coletivo e heterogéneo onde as diferenças não são apagadas mas sim consideradas na base do entendimento, do encontro, do diálogo, da partilha, da implicação ou do conhecimento: *“Vivimos atrapados en un mundo que no se nos ofrece como un cosmos acogedor, sino como una cárcel amenazante. Por eso la tendencia hoy es construir nichos de seguridad, ya sea en forma de privilegios, ya sea en forma de ideologías e identidades bien establecidas y cerradas. Pero es obvio que la búsqueda de seguridad alimenta la guerra y siembra minas en el campo de batalla en que se ha convertido la realidad mundial. Frente a ello, recuperar la idea de mundo común no es una forma de escapismo utópico. Todo lo contrario. Es asumir el compromiso con una realidad que no puede ser el proyecto particular de nadie y en la que, queramos o no, estamos ya siempre implicados”* (Garcés, 2013: 14).

Jordi Borja (2011) sugere que *“el espacio público como espacio colectivo, accesible y polivalente, integrador y conflictivo, generador de sentido y que marca simbólicamente al territorio es el antídoto del laconismo de los territorios y de la atomización de los habitantes”* e é a isso que se assiste quando as praças e as ruas são ocupadas como forma de resistência ou protesto. Nos tempos mais recentes estas ‘ocupações’ têm adquirido um papel particular na discussão do espaço público, em particular, e do

²⁵ É considerado por muitos um bairro de vanguarda: “el barrio del Raval, una de las zonas más vanguardistas de la capital catalana” (www.cmv-archicts.com/es/project/hotel-barcel%C3%B3-raval).

direito à cidade, em geral, neste contexto de crise económica, financeira e social²⁶. Para Nicholas Mirzoeff (2013) tem sido claro que a ocupação do espaço público nos recentes protestos fez com que este deixasse de ser apenas um lugar de passagem e se convertesse num lugar de contestação (expressão dos conflitos), de partilha e de mudança, possibilitando que as pessoas estivessem juntas para conversar, para partilhar, para mudar e para criar. Para o autor (idem) a importância do espaço público reside na possibilidade de se 'olhar' para uma democracia: "a possibilidade de imaginar como uma democracia pode funcionar".

Zigmunt Bauman (2005: 68) considera que "a tendência que impele ao abandono dos lugares públicos e à reclusão em ilhas habitadas apenas por um mesmo tipo de pessoas idênticas acaba por ser o principal obstáculo que nos impede o convívio com a diferença, uma vez que faz definhir até à supressão, a capacidade de dialogarmos e de negociarmos. Pelo contrário, o contacto com a diferença acaba por se tornar com o tempo o fator principal de uma coexistência gratificante, uma vez que estiola e suprime as raízes urbanas do medo". Parece ser nesta base de coexistência colectiva que muito do trabalho de resistência a uma produção de cidade, baseada nos pressupostos neoliberais, se tem feito.

²⁶ No decorrer do período desta investigação foram apresentados e publicados três artigos que tiveram por base uma reflexão sobre o espaço público e as contestações mais recentes: Esteves, A., André, I. e Gabriel, L. (2013) "Occupying Lisbon: the paths and places of political demonstrations in Europe, what's next? Changing geographies and geographies of change - Rome, University of Rome La Sapienza, 5-7 de Setembro de 2013; Esteves, Ana (2013) A cidade tem praças de palavras abertas in *Le Monde Diplomatique* – edição portuguesa, nº 83, Setembro de 2013; e Esteves, A. e André, I. (2012), "A cidade inquieta. Crise, conflito e inovação sócio-territorial" in *XIII Colóquio Ibérico de Geografia. Respuesta de la Geografia Ibérica a la crise actual*, Universidad de Santiago de Compostela, 24-27 de Outubro de 2012.

3.3. AS ALTERNATIVAS COLETIVAS PARA ALÉM DA MASSIFICAÇÃO²⁷

Para além da estratégia cultural massificadora, no Raval conseguem-se encontrar outros caminhos menos óbvios e numa escala micro. Aspetos invisíveis são trazidos para o visível em práticas colectivas e o ambiente socialmente diverso e singular é valorizado fora das salas de espetáculo e das galerias a que estamos habituados. A história e a memória colectiva do bairro são trazidas à cena, num contexto de profundas mudanças. Na descoberta destes espaços ‘alternativos’ reconhece-se a necessidade de libertar e tirar do esquecimento diferentes códigos e linguagens para lhes atribuir valor, sentido e um espaço socialmente digno.

Há um imaginário artístico associado ao ambiente de transgressão do Raval. O *distrito rojo* da área de Drassanes, os clubes, bordéis, teatros e cabarés da Paral.lel são apenas alguns dos aspetos que atraíram escritores ao bairro²⁸, levando alguns deles a escrever as suas obras com base nas suas vivências do bairro, por exemplo: “*La exploracion del barrio de Drassanes durante los anos 20 por parte de cronistas, literatos o poetas, hara proliferar aun mas su aurea de misterio, romanticismo, pobreza y perversion*” (González, 2012: 160).

Atualmente, é neste bairro que encontramos a localização mais expressiva de teatros *off* (localizam-se 8 das 11 salas de teatro *off* da cidade) e que a *street art* se torna visível quando cruzamos as suas ruas, enquanto os outros bairros da cidade estão associados a outro tipo de expressões artísticas: o bairro Gótico está associado à arte figurativa tradicional e o Eixample aparece como centro do mercado artístico moderno e contemporâneo barcelonês (Rius et al, 2003). O *teatro off* e/ou experimental é também chamado teatro independente. É uma forma de teatro que ocorre fora dos

²⁷ Este ponto apoia-se no artigo Estevens, Ana (2011), “Xino e underground ou o Raval dos artistas?” in VIII Congresso da Geografia Portuguesa - Repensar a geografia para novos desafios (CD-ROM). Lisboa : Associação Portuguesa de Geógrafos - IGOT Universidade de Lisboa, 2011, tendo sido rescritas algumas das suas partes.

²⁸ González (2012: 160) refere que o El Raval fascinou Paul Morand, Pierre Marc Orlan, Jean Paul Sartre e Simone de Beauvoir, George Bataille, Jean Genet ou Andre Oyere deMandiargues.

palcos convencionais. Dentro dos grupos que constituem o teatro *off* estão aqueles que mantiveram a tensão entre elementos próprios da vanguarda moderna (o conceito de novo e a arte como modo de resistência) e alguns elementos pós-modernos (cruzamento de linguagem, noção de montagem e de simulacro) (Uldemollins, 2008). Está também dentro deste teatro quem procura e propõe a renovação experimental das encenações e da linguagem, procurando outros percursos por caminhos diferentes. Este teatro faz-se em salas de pequenas dimensões fora do circuito institucional. As encenações partem de textos, teatrais ou não, desconstruídos e cruzados com outras formas artísticas, como por exemplo a *performance*. O seu olhar é particularmente político e fazendo uma crítica à sociedade atual. Encontramos pequenas salas de teatro e dança experimental, como o *Espai Mer*; laboratórios experimentais de teatro, audiovisual e música, como o *Areatangent*; teatro do oprimido no *Forn de Teatre Pa'Tothom*, Pluridisciplinarietà no clube *Miscelanea*; activismo sócio-cultural no *Almazén*; e espaços de reuniões de movimentos antiglobalização no *Conservas*: “*Casi tiene un componente clandestino. Hace falta llamar al timbre para entrar. Se trata de un centro de experimentación teatral que lleva el nombre de Conservas (que) (...) es una apuesta por la producción y exhibición de nuevas tendencias teatrales. (...) La vocación alternativa de este local quiere encaminarse a ofrecer una programación que responda a los gritos de rebeldía de la juventud en contra de aspectos como la globalización, pero de forma creativa y constructiva*” (Jaume Vidal (2001) citado por Uldemollins, 2008).

A herança do Barrio Chino, transgressor, dos cafés-concerto e dos espetáculos de travestis permanece vincada no bairro. As histórias do clube *El Cangrejo* (Figura 44) ou o ambiente do *Teatro Riereta* mudaram-se e aparecem reconfigurados e renovados por novos protagonistas. Atualmente, estes espaços já fazem parte do circuito comercial e turístico do bairro e da cidade aparecendo referidos em diversos guias e agendas culturais. É, neste sentido, um modo positivo de ligar o bairro ao exterior sem ‘esmagar’ as expressões artísticas locais. Não as entende como subversivas mas sim como alternativas e contestatárias. Isto pode estimular os ‘de fora’ a repensar o seu modo de vida, valores, comportamentos, etc..



Figura 44 | Espetáculo no El Cangrejo (Setembro de 2013)

Mas outros espaços parecem continuar numa certa margem. Um deles é o *Barquiño*²⁹ (Figura 45), um bar galego que passa despercebido nas ruas do bairro. O seu ambiente ‘decadente’ de canções e de cantores ‘românticos’ e posters de algumas das suas apresentações ou discos de vinil desloca a memória para outros tempos. É um passado que ainda permanece no presente *fashion* e de design que pretendem fazer sobressair no bairro. Os frequentadores são quase sempre os mesmos, tal como os artistas e o seu reportório, fazendo sobressair características bem vincadas na identidade do Raval.



Figura 45 | Espetáculo no bar o ‘*Barquiño*’ (Setembro de 2013)

²⁹ <http://www.yorokobu.es/las-viejas-glorias-de-obarquino/>

A herança anarquista e libertária do bairro vê-se atualmente representada no bairro pela *street art*³⁰. O El Raval tornou-se numa das ‘mecas’ deste género artístico tanto para artistas espanhóis como internacionais. Estas manifestações criativas representam uma reafirmação da identidade artística e reivindicativa do bairro, funcionando as criações como instrumentos de denúncia contra a política da especulação imobiliária, das multinacionais ou da violência invisível, a memória histórica do lugar, a reforma urbanística ou a imigração extra-comunitária e a sua realidade cultural.



Figura 46 | *Street art* no Raval³¹

³⁰ A *street art* foi inicialmente considerada como um movimento *underground*. Contudo, ao longo dos anos foi-se gradualmente constituindo enquanto forma de arte. Engloba criações como o *graffiti*, o *stencil*, os *stickers*, os cartazes (*posters bombs*), as intervenções, as instalações ou o *flash mob*. Aqui expande-se uma vez mais o conceito de arte. Assume-se um carácter crítico do ponto de vista político, ideológico e/ou social. Muitos chamam a estas representações uma ‘ocupação poética do espaço!’.

³¹ Expressão que se traduz do seguinte modo: “Aqui expulsam os habitantes!”

3.3.1. O EXEMPLO DA SITESIZE (ESPAI D'ART)



Figura 47 | Sitesize

A Sitesize pode ser um exemplo de como as práticas artísticas associadas a um trabalho coletivo podem dar lugar a espaços mais elásticos, indo para além das normas impostas e dos espaços rígidos sistematicamente produzidos pelas políticas neoliberais.

A Sitesize foi fundada em 2002, por Elvira Pujol e Joan Vila-Puig, e é *“una plataforma de projectos colaborativos centrada en la metrópolis contemporánea (...) cuyo objetivo es generar instrumentos de conocimiento crítico basado en formas colectivas de pensamiento y acción, con la finalidad de generar espacios de diálogo y poner en marcha procesos de acción/creación colaborativa”* num contexto de âmbito local e metropolitano, como espaço privilegiado de experimentação e proposta, que tem trabalho frequentemente no Raval.

Apesar do território onde desenvolvem as suas práticas ser a escala metropolitana, a Sitesize considera que há outros lugares, outros ‘olhares cúmplices’ de actuação que os faz passar algumas fronteiras (já realizaram trabalhos com coletivos argentinos ou

chilenos³², por exemplo). Consideram integrar-se num trabalho artístico definindo-o num rol de outras práticas de situar o ‘artístico’ em âmbitos mais abertos de propostas. Trabalhando à margem de uma perspectiva competitiva e controlada que dizem que as políticas culturais detêm, os coordenadores da Sitesize consideram que o imaginário cultural atual circula num sistema fechado, pobre e limitado que “não beneficia muito a sociedade. Dizeres que trabalhas no quadro cultural ou que és produtor, é mais uma fábrica. Desse ponto de vista não contribui muito mais. É como encurralar a potência da cultura. Vejo que é tudo muito domesticado. Há um discurso que se impõe sobre todas as coisas, que é um discurso muito paternalista, que põe tudo em cima e passa um aplanador, para que tudo fique no seu sítio: se é isto fica aqui, se é outro ali. Tudo seria igual. É um aplanador. É como homogeneizar tudo. É difícil avançar se esse aplanador está sempre aí presente. Nós vamos colando pelas margens como vamos podendo” (Pujol e Vila-Puig, 2013).

Nesta visão crítica, a Sitesize entende a prática artística como um trabalho coletivo e, assim, atua sobre processos de aprendizagem que levam à formalização de práticas, de metodologias e de âmbitos de trabalho diversificados e de diálogo. Os seus trabalhos colaborativos abordam temáticas diversas, sendo o ‘imaginário’ uma das suas referências: “a noção de imaginário está ligada a muitas práticas culturais e é interessante como espaço de indefinição pois pode-se usá-lo como espaço de negociação. O que destacaria do conceito de imaginário é que é um espaço de negociação simbólico, do ponto de vista da utilização de significados em relação a práticas ou a lugares. Nós temos tratado o imaginário como uma forma de representar este lugar na transformação da cidade. Aparecia uma perda do imaginário ou uma projeção de um imaginário incerto onde havia uma perda da condição do lugar. Interessou-nos isto. Por um lado, para poder identificar o que é o imaginário do lugar, como se constrói e se, realmente, o imaginário é uma esfera deslocalizada ou se se constrói uma experiência efetiva e colectiva. A partir daí surgiu a ideia de que a definição de um imaginário obrigava a uma ampliação. Esse imaginário não é apenas uma reconstrução do passado, que pode ser, mas é também uma vinculação com um

³² Por exemplo, os projetos “Aula a la deriva. Itinerario Argentino” e “Pasaje Chile - Calle Barcelona. Imaginarios cruzados”, respetivamente.

presente que é complexo (...) Em trabalhos como os que fizemos em Poblenou, em Barcelona em 2003, e depois posteriormente, fixou-se a representação do imaginário na cidade em transformação e em como esse imaginário era construído colectivamente... no qual se poderia, na construção deste imaginário, ligar as estruturas políticas, urbanísticas, mais ou menos oficiais ou elementos de construção com um imaginário popular. Este cruzamento foi o que pretendemos” (Pujol & Vila-Puig, 2013). O trabalho que referem na entrevista, denominado ‘Open Air’³³, realizou-se em conjunto a Asociación de Afectados 22@ e pessoas que foram expropriadas na área. Este trabalho com as pessoas, é entendido pela Sitesize como um intercâmbio: “os projetos colaborativos têm de ter esta noção de intercâmbio se não...começamos a trabalhar com geógrafos, urbanistas...a construir uma esfera pública onde o trabalho de intercâmbio é de aprendizagem, de saberes, de negociação....como ferramenta de transformação de outras coisas...como questionamento sobre nós próprios” (idem).

Anos mais tarde, a partir de 2004, foi no Raval que a Sitesize desenvolveu o seu trabalho, unindo esforços com a ‘Coordinadora contra l'especulació del Raval’³⁴. Os momentos de reflexão e de atuação crítica tornaram-se mais intensos quando as iniciativas públicas e privadas começaram a ganhar maior dimensão. A Coordinadora esteve à frente dos protestos contra o projeto Illa del Raval ou Robador (Figura 49) e o despejo de vários moradores³⁵. Os protestos decorreram de diversas formas contra a

³³ O 22@ Barcelona é um projeto urbano da cidade, para Poblenou (antiga área industrial), que teve na sua génese a economia criativa e a inovação. A estratégia económica e territorial em que o projeto assentou levantou muitas questões e debate, tendo sido alvo de muitas críticas pela forma como se desenvolveu (veja-se, por exemplo, Kriznik, B. (2005) ‘Forms of local resistance’ - http://www2.arnes.si/~uljfarh5/kriznik_noal22@.pdf).

³⁴ “Como asamblea vecinal formamos, junto con otros colectivos, una red de información y asesoramiento mutuo, articulando iniciativas existentes en el barrio y en Barcelona. Con nuestras movilizaciones y acciones pretendemos dar voz y visibilidad a los afectados, difundir información crítica y defendernos contra el acoso económico-urbanístico del sistema” Coordinadora contra l’especulació del Raval.

³⁵ “Saltaria a la luz publica el caso de “mobbing” inmobiliario mas sonado. Las irregularidades eran incontables, comenzando por el hecho que la finca se inscribe en el registro de la propiedad como “libre de arrendatarios”, a pesar de que estaban habitadas al menos 17 viviendas. La finca se vencio 4 veces entre 2001 y 2003 multiplicando su precio por mas de tres, pasando de 70 a 227 millones de pesetas, sin

especulação e a violência imobiliária, desde ‘tours de denúncia’, a conversas, concentrações, manifestações, afixação de cartazes ou jornadas de reflexão (Figura 48).



Figura 48 | Mobilizações da Coordinadora Contra l'Especulació del Raval

que por ello se hubiera realizado rehabilitación alguna, mas bien lo contrario. La dejadez de la finca pretendía aumentar la presión contra los habitantes de la finca del número 29 del carrer d'en Robador para que la abandonasen. La mayoría de inquilinos con contratos de alquiler indefinidos, estaban sufriendo un acoso que contemplaba cortes de luz, de agua, amenazas, y en general, acoso sistemático a los vecinos” (Coordinadora Contra l'Especulació del Raval, 2006 citada por González, 2012).

No al projecte Illa Robador

1. Les reformes urbanístiques que s'han realitzat al Raval en els últims anys:

- No donen una solució a les necessitats del barri
- No milloren les condicions socials dels habitants del barri
- No resolten els problemes generats per la concentració de la prostitució, drogaaddicció, delinqüència, marginació...; només els desplacen altres zones del barri.
- Atrauen una nova població amb més poder adquisitiu, fan augmentar desorbitadament els preus dels pisos i s'obliga molts veïns a marxar del barri, especialment els llogaters (55% al barri). En aquest context, les lleis de l'habitatge, a partir de la llei Boyer, han creat les condicions necessàries per a crear aquesta situació.
- Generen un canvi en el tipus de comerç i fan augmentar els preus dels bars i les botigues de la zona, dificultant la compra de productes bàsics.
- Perjudiquen la vida associativa al barri, perquè costarà trobar locals de reunió a preus assequibles (ja ha passat en casos com la Penya barcelonista que hi havia a Hort de la Bomba i amb l'Àmbit Dona)
- Destruïxen habitatges per construir-ne de nous en comptes de potenciar l'obertura dels pisos buits (que n'hi ha, i molts) i la rehabilitació de les finques antigues.
- No aprofiten el sòl que s'ha alliberat amb els enderrocs per crear zones verdes i equipaments per al barri.
- Prioritzen els grans equipaments de ciutat (museus, oficines d'Hisenda...), mentre falten equipaments de barri (casal de joves, espais de trobada... Pocs equipaments de barri que hi ha, i encara se'n perden (piscines, cinema, mercat del Carme...))!!

2. El Projecte de l'Illa Robador és un exponent clar d'aquesta política que s'ha descrit abans:

- Ha suposat l'expulsió de molts veïns, en part amb la criminalització de les resistències.
- Els veïns no han pogut decidir sobre el projecte, i a més se'ls ha dificultat l'accés a la informació.
- És un projecte que no està pensat per a millorar la vida de la gent que viu al barri, no resol els problemes específics de l'entorn.
- Els diners haurien d'invertir-se en la rehabilitació selectiva (hi ha pisos sense dutxes...)
- Els habitatges que es construiran s'han adjudicat en base a favoritismes i nepotismes, en comptes d'adjudicar-los a la gent que vivia abans a la illa. Els habitatges nous haurien de ser públics, no de cooperatives, de lloguer i accessibles per a la gent del barri.
- El pàrquing per hores farà augmentar el trànsit a la Rambla del Raval i els carrers del voltant.
- *A més, ara, al solar hi poden anar altres coses, com ara zona verda, escoles bressol, casal de joves...

3. L'hotel de luxe és un element clau de la reestructuració del barri, i es converteix en un símbol del "nou Raval" que ens pretenen imposar, una zona d'oci i de disseny.

- L'increment de turistes al barri pot fer augmentar la conflictivitat per l'increment de furt, sorolls, brutícia.
- La construcció de l'hotel generarà llocs de treball, però altres intervencions també ho farien. A més, la majoria d'aquests llocs seran de caràcter precari i temporal.
- La construcció de l'hotel pot comportar un increment de la neteja i la seguretat en els carrers del seu entorn immediat, però no hauria de caldre aquest establiment per a que millorin aquests aspectes. La situació degradada dels volts del solar és intencionada.
- L'hotel pot comportar l'execució d'altres intervencions agressives al barri, com ara un nou eix urbà entre ronda Sant Pau i Rambla del Raval.
- L'hotel farà augmentar els preus dels lloguers i expulsarà els veïns que estan en una situació més precària.

Coordinadora Contra l'Especulació al Raval
Barcelona, novembre del 2004

Fonte: <http://www.sitesize.net/coordinadoraraval/texterobador.html>

Figura 49 | Comunicado da Coordinadora Contra l'Especulació del Raval sobre o projeto Illa Robadors, Novembro de 2004

A crítica teve como base um manifesto onde a Coordinadora espelha o que exigem para o bairro: *“Los habitantes del Raval tienen el derecho a una vida digna. Esto incluye una vivienda de calidad, con un mínimo de confort, económicamente accesible (...) Los espacios públicos del Raval han de adaptarse a un uso ciudadano y no ser dominados por el diseño y la función comercial. Ya está bien de equipamientos elitistas (como un hotel de lujo en Illa Robadors); se deben primar las necesidades de la gente del barrio frente a las del turismo. (...) Faltan zonas verdes, es decir, espacios naturales de verdad y no superficies pavimentadas con algún que otro árbol. (...) Hay que preservar el tejido social y las características del Raval, que debe seguir siendo un barrio a escala humana. Las intervenciones tienen que servir en primer lugar para las personas; y también, en segundo lugar, para la mejora del entorno urbano. Debe primarse la rehabilitación frente a la destrucción. (...) La participación de los vecinos ha de ser real, las decisiones importantes que afectan al barrio se deben tomar en el barrio”* (Coordinadora contra l'especulació del Raval).

No âmbito desta discussão a Sitesize, que já estava implicada em todo o processo de contestação e denúncia no bairro do Raval, organizou o projeto 'REpensar Barcelona. REcuperar la Ciutat'³⁶. Estas jornadas, que decorreram entre 2005 e 2008, giraram *“entorno a la problemática de la ciudad contemporánea desde sus múltiples aspectos. Organizado con diferentes colectivos y entidades vecinales”* alargando a discussão que se centrava no Raval a outros bairros da cidade como Barceloneta ou Bonpastor. Esta universidade popular, como este projeto chegou a ser apelidado nos media, centrou o seu debate, em 2005, em quatro eixos temáticos: participação, autogestão e autoconstrução; a metrópole como espaço cultural; economia, ecologia/ densidade e usos; e propriedade, posse, uso/ o direito à cidade. Estas jornadas tiveram a participação de instituições públicas, ativistas, habitantes, artistas, difusores do pensamento libertário, associações, imigrantes, arquitetos, advogados, economistas, geógrafos, urbanistas ou estudantes. Esta ampla participação intensifica a ideia da construção de um coletivo integrador que reforce a aprendizagem e que consolide projetos, como Elvira Pujol e Joan Vila-Puig (2013) referem na entrevista concedida à

³⁶ <http://www.sitesize.net/repensarbarcelona/index.htm>

Subtramas³⁷. Para os coordenadores da Sitesize é necessário considerar estes espaços coletivos como verdadeiros espaços de participação: “estão a fazer processos de participativos para passar trâmites legais ou ocupar espaços, ou em coisas como decidir se a papelreira é verde ou azul. Aí não há uma participação. Todos estes simulacros, no final, diluem outros processos” (Pujol e Vila-Puig, 2013). Assim, deve-se ter em conta uma participação onde cada um coloque o que sabe e onde as relações vão aparecendo ao longo do processo. Esta ideia corrobora o que refere: “os habitantes não podem ser só os destinatários mas têm de ser também intervenientes no processo de mudança: atitude mais dialogante e democrática; uma participação cidadã não pode existir sem movimento cidadão; passar de reactivo a pró-activo” (Oriol Nel.lo, 2010).



Figura 50| Projetos Sitesize³⁸

³⁷ “Plataforma de investigación y de coaprendizaje sobre las prácticas de producción audiovisual colaborativas. Subtramas es una investigación artística que se enmarca en el campo de estudio de la cultura visual digital y en cómo, a través de las imágenes, las maneras de ver, imaginar y producir representaciones, se articulan las prácticas sociales y las relaciones de poder. Un proyecto de Diego del Pozo, Montse Romaní y Virginia Villaplana”. <http://subtramas.museoreinasofia.es/es/subtramas>

³⁸ Pela ordem dos ponteiros do relógio os projetos artísticos aqui considerados são: SIT Umeå Territorial Interpretation Service, Mínima Común Institución, Aula a la deriva e Presències i desaparicions laboratori d'imaginaris (para mais informação consultar o site www.sitesize.net).

Mas de que modo é que a arte aparece no trabalho da Sitesize quando os projetos que desenvolve se centram em questões que abordam uma perspectiva mais territorial e/ou social? A resposta é complexa visto que responder à pergunta ‘o que é a arte?’ também não é simples e claro como já foi explicitado na primeira parte desta reflexão. A abordagem feita pela Sitesize é transversal ao saber havendo, no entanto, uma abordagem muito centrada nas questões artísticas e da criação colectiva. Veja-se, como exemplo desta perspectiva, que consideram três linhas de actuação no seu trabalho: *“METRÓPOLIS Formas de habitar en el mundo contemporáneo, redes y relaciones complejas. ART/WORK Economías del trabajo cultural. CREACIÓN Procesos de construcción de conocimiento y prácticas creativas”* (Sitesize). Esta abordagem crítica e de consciência política, feita com base em metodologias colectivas na intervenção urbana, tem uma visão mais ampla que visa a transformação. Contudo, e como Pujol e Vila-Puig (2013) referem, é por vezes exagerado dizerem que estão a transformar “seria muito ousado dizer isto”. Todavia, deve-se considerar que é nos pequenos passos que se vão fazendo as transformações (Loftus, s/d; Marcuse, 2007) e que através da mudança de consciência se vai criando turbulência e inquietação (Rolnik, 2010). Neste desafio à forma como se moldam, experienciam e vivem as cidades contemporâneas (Loftus, s/d) as intervenções artísticas da Sitesize colocam em evidência um sentido claro de democracia, de aprendizagem, de participação e de colaboração, convidando as pessoas a criar uma cidade mais forte e coesa.

Figura 51 | Imagem do projeto “Escreire un llibre, comunicar espais de llibertat”¹

Fonte: <http://www.sitesize.net/escriureunllibre/imgates/plano/ploces.jpg>

4. CONTINUANDO A CAMINHAR PELO BAIRRO E DEIXANDO RASTO

La ciudad compacta, heterogénea de población y en la que se entremezclan actividades y funciones diversas, genera múltiples intercambios, socializa pautas de comportamiento comunes o conocidas por la gran mayoría y multiplica no solo los contactos previsibles, también los imprevistos. La innovación nace muchas veces de estos intercambios. Y la convivencia es más posible cuando las gentes diferentes se encuentran, se frotan e intercambian algo que no cuando viven atomizadas o segregadas, lo cual consolida los estereotipos diferenciales y los prejuicios negativos.

Jordi Borja, 2011



Imagem tratada por Leandro Gabriel (2013)

Figura 52 | Percurso III

O bairro agrícola foi-se tornando progressivamente num bairro industrial e as quintas transformaram-se em fábricas e em alojamentos operários. Os edifícios tornaram-se mais altos e a sua população foi aumentando. O Raval tornou-se numa porta de entrada para muitos imigrantes chegados de outras províncias espanholas ou de fora do país. Este bairro operário foi crescendo ao longo dos anos, ao mesmo tempo que os problemas laborais e urbanos ganhavam corpo. As reivindicações e conflitos tornaram-se presença constante, à medida que os problemas se agravavam. A Guerra Civil marcou fisicamente o Raval, tal como o seu imaginário e a sua identidade. Associado a movimentos libertários e anarquistas, à boémia, aos artistas e à resistência este bairro do centro da cidade de Barcelona foi-se desenvolvendo ao longo dos anos. Terá a memória das reivindicações laborais e da resistência anti-fascista deixado marcas neste território, que atualmente se reflectem nas práticas artísticas colectivas desencadeadas pela crítica e pela consciência política, em relação à cidade contemporânea, produzindo espaços mais elásticos dentro de uma cidade cada vez mais rígida? Também importa aqui incluir a forma orgânica como a cidade se foi desenvolvendo, implicada em processos participativos e democráticos.

Atualmente, o Raval é um dos percursos das rotas turísticas, onde quem passa quer ver o MACBA do arquiteto Richard Meier, o ‘Gato’ de Fernando Botero, a Rambla del Raval já pensada no Pla Macià (1932) ou a nova Filmoteca do arquiteto Josep Lluís Mateo recentemente inaugurada. A concentração de equipamentos culturais para uma população jovem e culta é uma das evidências mais marcantes neste bairro em constante transformação: *“El proceso de desindustrialización en contextos urbanos como Barcelona, aun más en un barrio trabajador como el Raval, está ligado a la reconversión urbanística en un marco museificador de extensas áreas bajo el paraguas de grandes instalaciones ‘culturales’. La especulación inmobiliaria y el desarrollo del turismo ‘cultural’ para autóctonos y foráneos se muestran, entonces, como un factor hiperrelevante en las economías urbanas occidentales contemporáneas – así, incluso una ‘Ruta anarquista’ por el Raval queda integrada en el seno de ese proceso-. La generación de espacios para el consumo está inextricablemente vinculada a la invisibilización de la miseria y a la expulsión de los miserables, los residentes. El sentido político de esos nuevos equipamientos que lentamente y sin pausa han ido*

estableciéndose en el Raval, y de las políticas culturales asociadas a ellos, consisten en una centralización de las prácticas ‘culturales’ en calidad de representación simbólica de la participación ciudadana, en aras de la creación de una identidad social de la diversidad puramente mercantilizada y desconflictivizadora ante el orden establecido” (Horta, 2010: 143/144).

A transformação do bairro é bem visível. Demolições, planos higienistas e medidas que tendem a esconder os principais problemas do bairro, como as más condições habitacionais (*pisos patera*³⁹ e as *camas calientes*, são dois exemplos) ou a prostituição: “Não são problemas excepcionais, são problemas estruturais do desenvolvimento capitalista urbano, de que Engels já nos falava. Não necessitamos de instrumentos paliativos mas sim interventivos – sobre as causas e não sobre os efeitos” (Nel.lo, 2010). Mas, ao mesmo tempo que se perpetuam muitos dos problemas urbanos, sociais e económicos que proliferam um pouco por todas as cidades ocidentais, Barcelona quer-se apresentar como um ‘modelo’ sem rugas e perfeitamente maquilhada. A cidade de Barcelona é um produto mercantil que atrai a finança e a cultura, ao mesmo tempo que convida o turismo. No Raval este mecanismo integrador, exclusivo e excludente é bastante claro: a abundância de equipamentos culturais localizados no bairro, associada a projetos que têm como objetivo ‘abrir espaço’ no bairro, como aconteceu na Rambla del Raval, para atrair novos habitantes e visitantes. Para Manuel Delgado esta é *“una expresión de la peor violencia urbanística, ejercida en nombre de la ‘renovación’ de un barrio severamente castigado por la miseria y su banalización turística y mediática, en una ciudad toda ella puesta en venta como caricatura de sí misma, de lo que fue y de lo que pretende parecer que es”* (2010: 13).

Hoje, no Raval convive *“el proletariado autóctono, una población inmigrada miserabilizada que se hacina en pisos patera por turnos – las llamadas ‘camas calientes’ -, una minoría de población inmigrada con suficiente capital para pagar*

³⁹ Veja, por exemplo, a notícia publicada no El País ‘Las fincas más enfermas del Raval’ http://elpais.com/diario/2011/03/05/catalunya/1299290839_850215.html Apesar da notícia datar de 2011 muitas destas situações ainda permanecem.

traspasos e incluso adquirir en propiedad locales, con trabajadores en muchas ocasiones precarizados igualmente inmigrados, otra población inmigrada europea de clase media-alta, establecida en Barcelona como turistas perpetuos, un número substancial de estudiantes universitarios europeos – por el programa Erasmus de movilidad – suficientemente acomodados, y la población autóctona de clase media o media-alta que se establece en los nuevos edificios, de precios inalcanzables para los residentes del barrio de toda la vida” (Horta, 2010: 109). Por um lado, os constrangimentos de vida dos habitantes são cada vez maiores, acentuando-se situações de precariedade económica e social. Por outro, assiste-se a uma mudança, que parece estar associada à dinâmica cultural do bairro, especialmente à instalação dos equipamentos culturais: um novo comércio *trendy* para os novos residentes no seguimento do processo de *gentrification*?⁴⁰ e para os turistas). A isso junta-se o desenho do espaço público e a pedonalização de muitas das ruas do bairro.

Da mescla identitária e cultural existente no bairro poderia ser expectável uma mixofilia forte e de grande interesse, que abrisse caminho a novas possibilidades e à construção de uma identidade colectiva de diálogo. Contudo, verifica-se uma contradição entre o medo do ‘outro’, associado a políticas de controlo e de segurança, e o discurso da diversidade cultural. Há um discurso político e mediático sobre o bairro do Raval que se insere numa lógica de conceptualização da diversidade cultural com *“una expresión fundamentalista de la heterogeneidad social, conducida a obviar los procesos contemporáneos que bajo el orden capitalista internacional afirman la estructuración estatal de las cosas – control social, explotación y opresión –, produciéndose configuraciones explicativas que anulan el perpetuo dinamismo de las sociedades en la calle”* (Horta, 2010: 141).

No entanto, e apesar do claro controlo sobre o espaço público e sobre a sua utilização, notório ao nível das restrições e da vigilância (Sassen, 2009), é visível a sua fruição pela população imigrante, essencialmente por crianças. Assim, encontra-se aqui uma certa ‘familiaridade de rua’, de que Jane Jacobs (1961) nos fala, o que denota uma indubitável segurança daquele lugar. A presença de população imigrante na rua

⁴⁰ Reside aqui a dúvida se se trata de um efectivo processo de *gentrification* em curso no bairro ou se se trata de um processo de *gentrification* marginal (veja-se Malheiros, Carvalho e Mendes (2012: 97-128).

evidencia o seu carácter de lugar de encontro, de pluralidade e de confluência de diferentes línguas e culturas. Para Nan Ellin (2003: 55) quando se permite que a *“diversity (of people, activities, beliefs, etc.) to thrive, this approach succeeds in re-integrating (or integrating anew) without obliterating differences; in fact, it celebrates them. Fear and insecurity are alleviated by the preservation of difference along with the ability to move freely through the city”*.

A forma como os espaços têm sido desenhados provoca um sentimento de intimidação à sua utilização: áreas espaçosas, amplas, claras com um mobiliário urbano pouco propício à permanência continuada (os bancos individuais, por exemplo). Associado a este desenho ‘cru e duro’, como foi apelidado nas entrevistas realizadas, vêm os constrangimentos à sua fruição que passam pela utilização de câmaras de vigilância, o aumento do policiamento ou a ‘Ordenanza de Civismo’. A promessa de liberdade e de democracia (Habermas, 1975) no espaço público fica-se pela promessa e pela utopia de que algum dia poderá existir.

Se se ganhar recuo, como Zizek (2008) considera, será possível encontrar uma “violência simbólica encarnada na linguagem e nas suas formas” (idem: 8-10)⁴¹. É nesta violência invisível, que Zizek (ibidem) considera objetiva e a que corresponde a uma, aparente, não-violência que nos devemos deter agora. Os níveis de desigualdade, os contrastes nas condições de habitabilidade, a segregação e a exclusão no acesso ao espaço público, não serão só por si formas de violência que inibem a existência de conflito? E quando estas formas se conjugam com as ‘condições sociais do capitalismo’ que têm como consequência ‘automática’ a criação de ‘indivíduos excluídos e dispensáveis’? E quando esta amálgama de formas ainda se conjuga com a atual situação de crise económica, financeira e social? Não será uma situação potenciadora de violência? A falta de visibilidade e o encobrimento intencional de situações de desigualdade sócio-económica, de exclusão ou de marginalidade pode desencadear situações de grande violência (ver situações enunciadas na Parte I desta reflexão).

O espaço do bairro foi-se tornando, com o passar dos anos, cada vez mais rígido, havendo uma tendência para a sua homogeneização apesar da contradição verificada

⁴¹ Esta citação já foi considerada anteriormente.

no discurso sobre a diversidade étnica. Assiste-se à consolidação da competitividade entre cidades quando o objetivo é tornar Barcelona (a uma escala macro) e o Raval (a uma escala micro) espaços perfeitos e modélicos, que podem ser replicados noutras cidades. Vende-se a cidade e o bairro como se se tratasse de uma mercadoria, construindo-se equipamentos culturais de vanguarda, atraindo turistas e transformando o espaço num museu e numa memória cómoda e aprazível. As desigualdades perpetuam-se, apesar da sua invisibilidade. Atrás das paredes dos edifícios ou à vista de quem passa estão situações de marginalidade, de habitação precária e insalubre ou de prostituição. Mas ao mesmo tempo, o bairro é também um espaço de resistência, ligado aparentemente a um imaginário libertário e artístico que está presente nos processos artísticos e criativos coletivos, com uma consciência política e crítica muito vincada. Este espaço elástico permite outra ligação à realidade. Ultrapassando a barreira rígida do controlo do espaço público, da competitividade e da eficácia, coletivos artísticos encontram um espaço de conflito. É neste espaço de encontro, de entendimento, de partilha, de democracia, de implicação, de partilha, de co-produção de conhecimento, de aprendizagem que se cria e produz transformação, mesmo que seja a uma escala muito micro.

O conflito pode-se desenvolver e surgir nas margens das práticas, das narrativas e das instituições definidas pelas políticas urbanas e culturais, através da constituição de formas colectivas de posicionamento político. Neste contexto e no âmbito do “trabalho imaterial, a produção ultrapassa as fronteiras tradicionais da economia e estende-se diretamente ao domínio cultural, social e político. Cria não somente bens imateriais mas relações sociais concretas e formas de vida” (Hardt e Negri, 2004: 120-121).

4.1. CONTINUAR...

Desta reflexão sobre o bairro do Raval em Barcelona, que foi usado enquanto caso de referência nesta pesquisa, foram surgindo alguns paralelismos com o bairro da Mouraria em Lisboa e algumas questões foram sendo delineadas. Assim, e como base para os escritos seguintes em redor do bairro lisboeta, colocam-se as seguintes questões:

As cidades contemporâneas produzidas segundo modelos hegemónicos de planeamento que privilegiam a privatização e a securitização dos espaços, condicionando comportamentos e relações e aprisionando o seu carácter político (o espaço público). O contexto global molda a cidade de Lisboa (da macro escala para a micro escala):

- Que formas de planeamento/ políticas públicas urbanas para o bairro da Mouraria?
- Como se vai transformando um espaço orgânico em espaço planeado e porquê?
- Qual a imagem cosmopolita da cidade e do bairro? Como se constrói essa imagem e porquê?
- A transformação da Mouraria corresponde à adoção de modelos (certamente descontextualizados), p.e. Barcelona?
- No que se quer transformar esta cidade/ bairro?
- Como decorre este processo?

O conflito como elemento político para recuperar o espaço público em contextos urbanos e como um potencial recurso para a transformação e a inovação das relações.

- De que forma se olha para as práticas de produzir cidade ns bairros da Mouraria?

- Quais os discursos dos habitantes do bairro, dos políticos e dos 'outros' (*practitioner*/ engajados - que se encontram comprometidos com a produção de cidade e de lugar)?
- Qual o papel/ a necessidade de conflito? Como se manifesta e como se gere para ter efeitos desejáveis de transformação social e urbana?
- Como acontece a violência nestes espaços?

Os espaços de criação como espaços elásticos e onde o conflito se expressa e pode potenciar a transformação e a inovação das relações.

- Quem e de que forma se resiste nestes espaços?
- De que forma as práticas diárias produzem transformação?
- De que modo o que está para lá do visível e das práticas políticas hegemónicas se espelha no território e marca alguma diferença?

MOURARIA

‘São 11h. Sento-me no Largo do Intendente enquanto a Carolina dança, mesmo ali na frente do lago. Os homens passam. Olham. Ficam ali parados e entre dentes perguntam: ‘quanto é?’. Sinto olhares carregados. O ambiente é de desequilíbrio. ‘Não sejas parvo! Vai-te mas é embora! Não vês que isto é uma dança?’

Excerto do caderno de campo (Junho de 2011),
durante os ensaios de ‘Chão’ no Largo do Intendente



Imagem tratada por Leandro Gabriel (2014)

Figura 53 | Percorso I

1. A MOURARIA DA CIDADE DE LISBOA

A Mouraria é um território complexo, impregnado de imagens e simbologias construídas. Contudo, outros imaginários vão-se tornando reais a cada virar de esquina. Este bairro sempre esteve assente em preconceitos de estigmatização e segregação. Criaram-se representações sociais projetadas sobre um ambiente estereotipado que, ao longo dos anos, adquiriu um carácter cada vez mais marginal, feio, perigoso e insalubre no bairro, onde alguns segmentos da população com maiores dificuldades económicas se foi concentrando. A partir do século XV este facto tornou-se ainda mais evidente com a intensificação dos movimentos migratórios campo-cidade e com a cada vez maior degradação das condições de salubridade do bairro.

A prostituição, a miséria, a injustiça social, a toxicodependência, o alcoolismo ou a marginalidade são apenas alguns dos processos/ fenómenos mais recorrentemente referidos sobre este bairro. Os outros vão aparecendo em cada rua e prendem-se com as novas dinâmicas sociais, culturais, urbanísticas e, num sentido abrangente, com as políticas aplicadas em toda a cidade pretendendo encaixa-la no mundo das cidades globais.

Como uma impressão digital, cada espaço tem as suas próprias características. As experiências e as vivências de cada um reflectem-se nas janelas, na roupa estendida nos pátios, nos vasos à janela ou nas conversas que se podem escutar pelas ruas estreitas. Os ambientes são diversos. Em alguns ouve-se um murmúrio surdo de queixas, os problemas difíceis de resolver, as necessidades, os desejos e as frustrações que afogam os gritos. Noutros, há uma paz que se estende e faz sentir a calma do espaço que dá as boas-vindas. Misturam-se lugares e ambientes, estigmas e imagens de crianças a jogar à bola ou de idosos a caminhar pelas ruas. Depois há ruas mais largas que fazem lembrar outros lugares – planeados e modernos - mas o bairro continua a ser o mesmo. É nesta intersecção de espaços, ambientes, pessoas, sorrisos e tristezas que a Mouraria se define dia-a-dia.

1.1. O BAIRRO DA MOURARIA

Ao longo dos anos a Mouraria tem passado por vários momentos que importa referir, para que se consiga compreender e interpretar as actuais dinâmicas do bairro. Assim, um recuo no tempo encaminha esta reflexão até à ‘origem’ do bairro e faz o seu percurso até à atualidade.

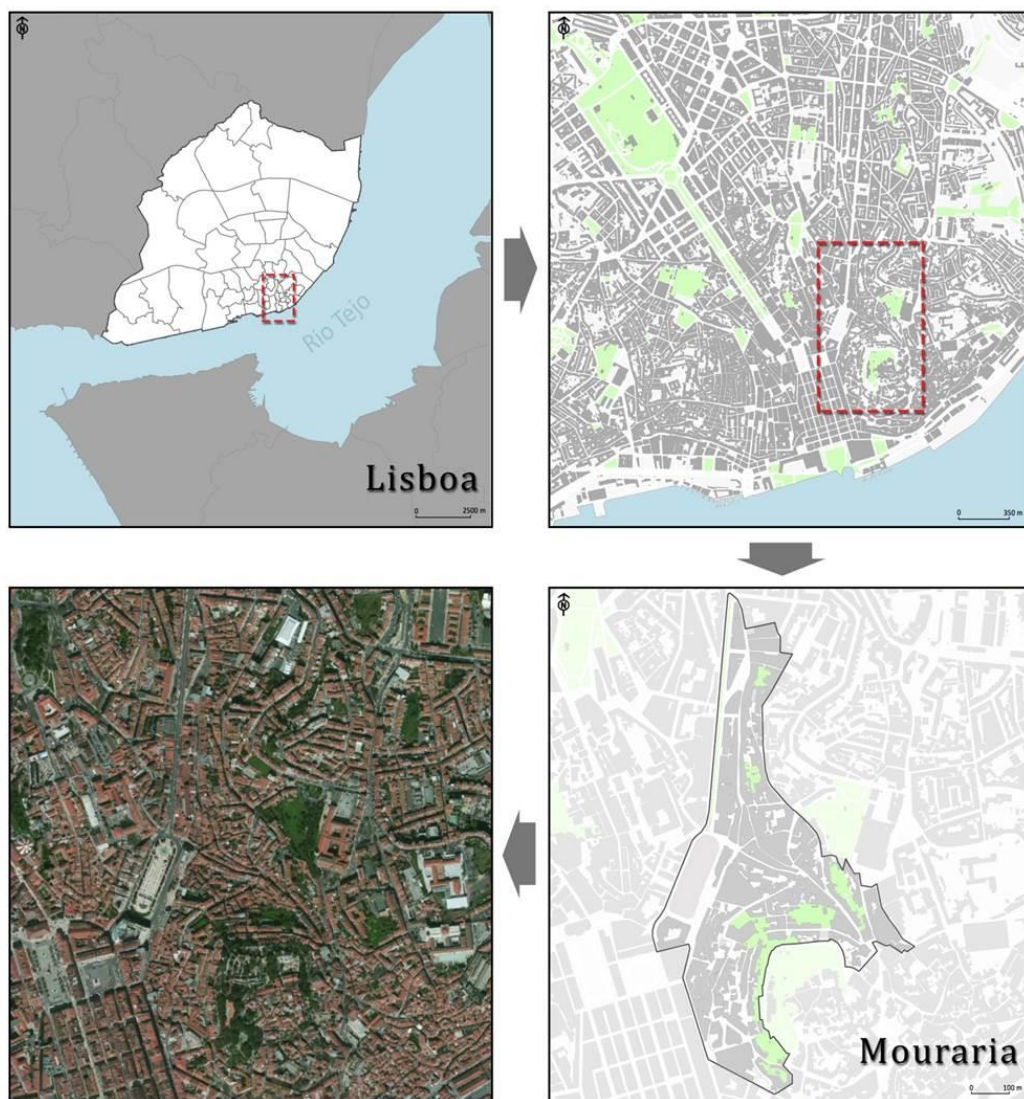
O bairro da Mouraria localiza-se na cidade de Lisboa. É um dos bairros históricos da cidade que, segundo o Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Mouraria¹ se repartia² por sete freguesias: Anjos, Graça, Sé, Santa Justa, São Tiago, Socorro e São Cristóvão e São Lourenço. A sua área é delimitada³ a norte pela Avenida Almirante Reis, Rua dos Anjos e Travessa da Bica aos Anjos; a sul pela Rua de São Mamede e Rua de Augusto Rosa; a poente pela Rua da Mouraria, Rua do Arco Marguês do Alegrete, Poço do Borratém e Rua da Madalena; a nascente pela Rua da Bombarda, Rua das Olarias, Calçada do Monte, Calçada da Graça e Travessa das Mónicas⁴.

¹ Publicado no Diário da República 2ª série nº 239 de 15 de Outubro de 1997. A 25 de Fevereiro de 2014 foram introduzidas alterações ao Plano de Urbanização inicial. Contudo, não se verificaram alterações na delimitação do bairro.

² Após a fusão de freguesias no novo mapa administrativo de Lisboa (lei 56/2012 de 8 de Novembro) o território do bairro da Mouraria passou a distribuir-se por três freguesias: Arroios, São Vicente e Santa Maria Maior. Esta alteração não veio provocar nenhuma alteração nesta investigação visto que os dados considerados se referem aos Censos de 2011 que ainda se baseavam na anterior delimitação do bairro.

³ Segundo o Regulamento do Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Mouraria (1997).

⁴ No contexto desta investigação, e como já foi referido anteriormente no capítulo sobre a metodologia, os limites/ fronteiras do bairro são considerados permeáveis e, por isso, foram consideradas as áreas adjacentes à definição formal do bairro. Assim, considerou-se também o Largo do Martim Moniz – Poço do Borratém, tal como a Rua da Palma e a Avenida Almirante Reis – no limite com a Rua dos Anjos, na área a estudar. Contudo, e por se considerar que as relações existentes com a Mouraria são mais ténues, não se estendeu esta delimitação à vertente Oeste da Rua da Palma/ Av. Almirante Reis.



Fonte: Imagem tratada por Leandro Gabriel, 2014

Figura 54 | Localização do bairro da Mouraria na cidade de Lisboa

Mouraria significa ‘bairro dos mouros’. Foi este o território que ficou designado aos mouros após a ocupação cristã em 1147. Aquando desta ocupação os mouros e os judeus que não saíram da cidade⁵ ficaram enclausurados numa ‘comuna’ ou ‘arrabalde’ (Gaspar, 1985; Barros, 1998; Menezes, 2012). As mourarias instalavam-se em “locais menos atrativos tanto do ponto de vista ambiental (clima, topografia), como funcional (afastados dos principais acessos à cidade). Em Lisboa, por exemplo, a

⁵ “A zona central do poder e administração cristã, o interior da Cerca Moura, foi forçadamente desocupada pelos muçulmanos após a reconquista. Os textos referem a saída durante vários dias seguidos das populações islâmicas” (Matos, 1999: 19).

Mouraria instala-se no fundo de um vale, pouco isolado, a norte da Alcáçova” (Gaspar, 1985: 136). A Mouraria de Lisboa teve a sua origem formal com o foral de 1170: “essa origem formal repercutiu-se na própria materialidade e visibilidade do arrabalde que, inventado como um espaço segregado para os mouros vencidos, teve limites e fronteiras que, à época, eram precisos e reconhecíveis em decorrência das circunstâncias sociais, económicas e urbanas e, assim, a Mouraria transbordou as suas próprias muralhas, estendendo-se pelas áreas circundantes. Contudo, o bairro continuaria fora das muralhas da cidade constituindo-se como uma espécie de espaço intersticial que, mesmo após a expansão da cidade, com a urbanização dos campos e o derrube da Cerca Fernandina, condicionou, do ponto de vista simbólico e urbano, a elaboração de um complexo processo de estigmatização territorial que, atualmente, ainda se faz notar” (idem).

A Mouraria, tal como Alfama, adoptou uma lógica de ocupação do espaço própria do Norte de África, com características islâmicas⁶, fazendo coexistir “variados tipos de edificações ao longo de ruas e ruelas estreitas e tortuosas e em torno de pátios, muitas vezes privados” (Matos, 1999: 9). A(s) Mouraria(s)⁷ tinha(m) “a sua administração própria e a sua população gozava de uma certa autonomia, mormente de costumes e religião” e “nas atividades tinham certo peso o artesanato, mas a agricultura era uma função muito importante, por vezes largamente dominante” (Gaspar, 1985: 137). O espaço público era, por esta altura, “estruturado pela envolvente dos edifícios mais importantes para a identidade religiosa dos muçulmanos e para a organização da comuna. Os principais equipamentos eram as mesquitas, a escola, os banhos públicos, o curral, a cadeia, o cemitério, sendo o abastecimento de água efectuado por um poço designado poço dos mouros” (Gésero, 2011: 12). A Mesquita Grande (300 m²) localizava-se na atual Rua Marquês de Ponte de Lima, tal como a madraça e a escola

⁶ “O espaço mais evidente de ocupação islâmica de Lyxbona é a Mouraria. Conhecemo-lo como bairro pobre de agricultores, de oleiros, de comerciantes mas é provável que existisse como bairro autónomo antes do século XII e não foi objecto de muita cobiça por parte dos cristãos” (Matos, 1999: 20).

⁷ Com a mesma lógica de implantação, surgem outras ‘mourarias’ pelo país, como por exemplo, em Évora ou Moura (ver Gaspar, 1985).

corânica. A Mesquita Pequena localizava-se junto a uma das entradas do bairro, na Rua de Dentro da Mouraria.

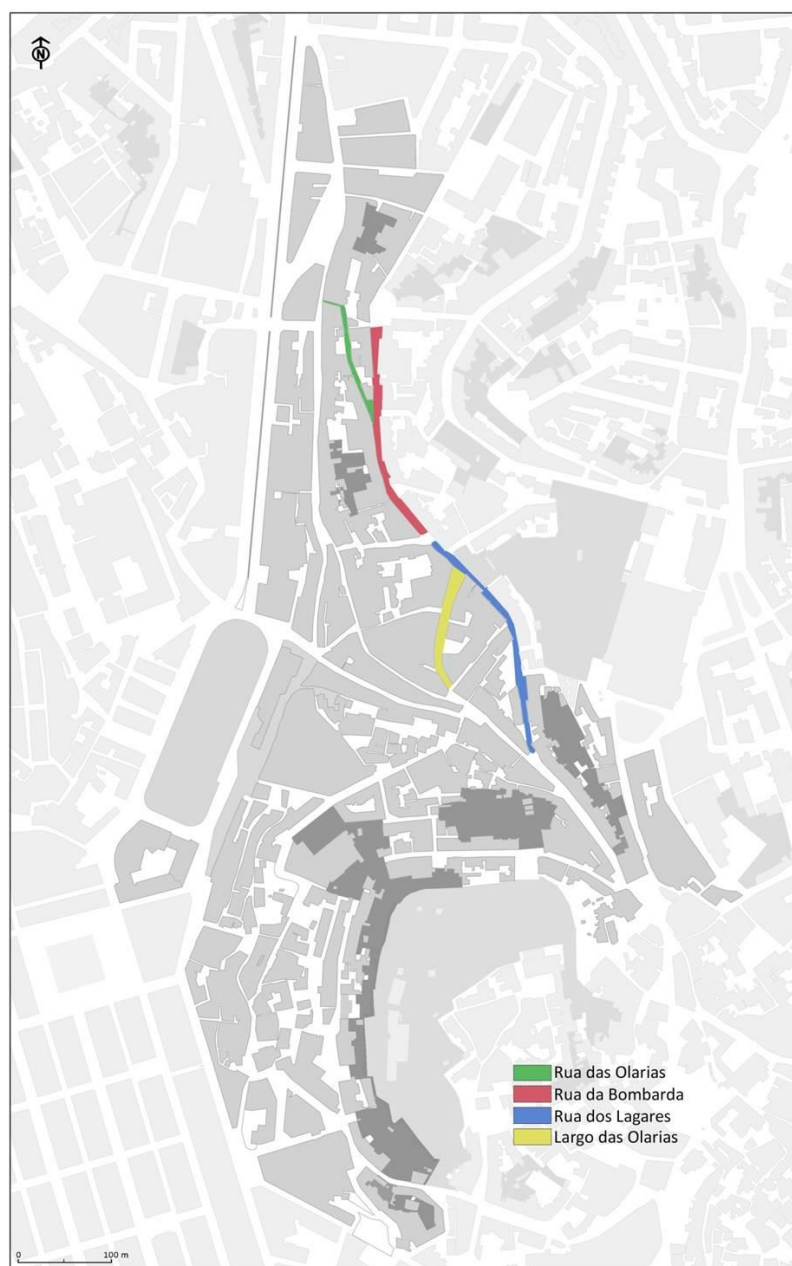
Em 1496, D. Manuel I assinou o decreto de expulsão dos judeus e muçulmanos de Portugal, desfazendo, assim, a estrutura comunal da Mouraria: “os símbolos muçulmanos foram desmantelados e os edifícios públicos ocupados por cristãos. Os bens dos mouros passaram a pertencer ao Hospital de Todos os Santos⁸” (Gésero, 2011: 12). A “expulsão dos judeus e mouros que não aderissem ao Cristianismo, põe fim ao desenvolvimento de uma sociedade rica e diversificada no convívio multicultural e marca o início de um período de intolerância (...), com consequências muito penalizadoras para o progresso da cidade e do País” (Fonseca, 2011: 69).

Apesar destes factos, neste mesmo século (XV), “na Lisboa mourisca os oleiros (dos quais muitos, até o fim do século XV, eram mouros) se instalavam nas encostas do Mouro do Castelo ao norte onde se localizava também a Mouraria” (Rodrigues, 1970: 105). A indústria da olaria animava as ruas do bairro, rico em terrenos argilosos, e atraía oleiros trazendo o nome à Rua e ao Largo das Olarias (Figura 55). Na Rua da Bombarda localizava-se a oficina do oleiro Romão “onde se fabricavam os púcaros perfumados de cambraia e as pastilhas de barro aromático muito em uso nos fins do século XVIII. A oficina do oleiro Romão começou depois a fazer uns púcaros em massa muito delgada, com figuras em meio relevo, e que mantinham a água fresca” (Louçã, 2009). Atraído por estas tradições, António da Costa Lamego funda, em 1849, a Fábrica de Cerâmica, mantida até à atualidade, ‘Viúva Lamego’. A fábrica destacou-se na louça vermelha, na faiança e mais tarde na cerâmica artística, tendo sido seus pintores Pereira Cão e Vitória Pereira.

Os lagares de azeite eram outra atividade presente no bairro, referência que ainda permanece no topónimo da Rua dos Lagares. Neste período, existiam diferenciações funcionais e sociais que se desenvolviam a partir do núcleo primitivo e habitado pela

⁸ O Hospital de Todos os Santos localizava-se na atual Praça da Figueira. No hospital existia, especificamente, “uma “casa das boubas”, onde eram tratados os doentes com mal gálico (sífilis). Esta doença era na época considerada como castigo dos pecadores, sendo vergonhosa e portanto escondida da sociedade” (Martins, s/d). O hospital foi destruído com o terramoto de 1755.

população cristã (Gaspar, 1985). Deste modo, “aos setores de maior densidade comercial correspondiam também os estratos sociais mais elevados, ocupando posições centrais; pelo contrário, na periferia ou junto de áreas já degradadas (por exemplo junto das mourarias) instalam-se os estratos mais débeis, por vezes em coincidência com atividades mais poluentes e degradadoras do ambiente, como a indústria dos curtumes ou as cerâmicas (olarias). Logicamente é nestas mesmas áreas que aparecem os bairros ou ruas de prostituição (as ‘mancebias’ ou ‘putarias’)” (Gaspar, 1985: 138).



Fonte: Levantamento próprio | Imagem tratada por Leandro Gabriel (2014)

Figura 55 | Localização da rua e largo das Olarias, rua da Bombarda e rua dos Lagares

No século XVI, o bairro da Mouraria passa a pertencer à freguesia de Santa Justa (Figura 56), protetora dos oleiros. Esta freguesia “abrigava os elementos das classes populares⁹, não somente oficiais mecânicos¹⁰ (19%) mas também lavradores –

⁹ No século XVI, Lisboa tinha 5 freguesias: Morro do Castelo, Ribeira (junto ao rio, onde vivia a população mais rica – centro económico e de poder), Santa Justa (onde viviam as classes mais

O aumento da população residente começa a ser uma evidência que teve consequências na expansão da cidade para oeste e para norte (este período coincide com a época dos Descobrimentos): “a cidade de Lisboa tornou-se no século XVI não apenas uma das mais importantes da Europa, como também uma verdadeira metrópole no sentido moderno do termo. Assim, apresentava quase 60 mil habitantes em 1527, para se aproximar da cifra de 100 mil em 1551 e ultrapassar a de 110 mil em 1620 “ (Rodrigues, 1970: 96). Santa Justa tinha, em 1565, 3.541 habitantes o que representava cerca de 24% do total de residentes da cidade, e, em 1620, 27. 790 (25% do total): “a alta densidade populacional composta em grande parte pela classe social do povo, a urbanização cerrada da zona e o facto de ter ficado fora da área intervencionada pelo plano pós-terramoto, parecem ter perpetuado não só as ideias de marginalidade mas também as de segregação social. Ficou associada à Mouraria a partir dessa altura, a imagem de ‘sujidade’ ainda hoje mencionada pelos habitantes (...) amiúde se relembra a apelidação da Rua do Capelão de ‘Rua Suja’” (Gésero, 2011: 14). No seguimento desta expansão, o clero, a nobreza e os burgueses ricos (com os negócios de além mar), que frequentemente adquiram um título nobiliárquico com os favores que prestavam à coroa, mandam construir uma série de edifícios de grande porte como ermidas, palácios e conventos por todo o bairro (Figura 57).

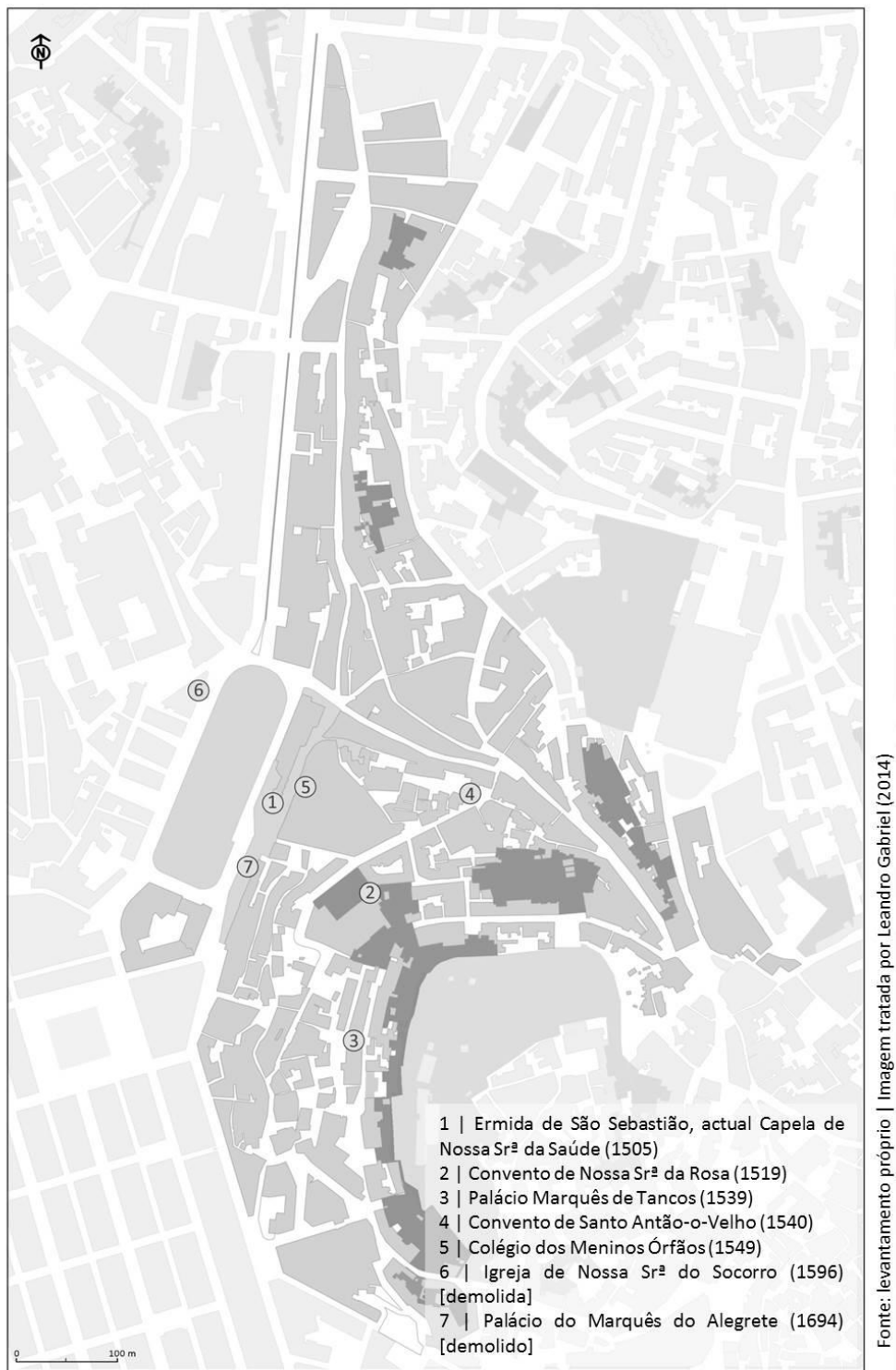


Figura 57 | Algumas das construções dos séculos XVI e XVII na Mouraria

1.2. UM BAIRRO POPULAR DE MITOS E TRADIÇÕES

Falar da Mouraria, implica falar das características de um bairro popular da cidade de Lisboa, um dos “emblemas fortes de Lisboa” (Cordeiro, 2001: 8), e dos seus habitantes. Mas antes importa, também, compreender o que é um bairro popular. Matos (1999: 9), considera que “Alfama e Mouraria entram na categoria lisboeta de ‘bairros populares’”. Para o autor (idem) “essa é uma designação aplicável a conjuntos urbanos que se configuram exteriormente como entidades individualizadas e quase autónomas, que utilizam interiormente grande diversidade de soluções na ocupação do espaço e sistemas construtivos dotados de autonomia interna que escapa à lógica do ordenamento racional do espaço urbano como um todo” (a cidade orgânica). Nestes bairros populares, as relações sociais ou as dinâmicas socioculturais mantêm características e dinâmicas muito próprias que ainda hoje se perpetuam. As marchas populares, associadas às Festas da Cidade, e o fado são símbolos que marcam e afirmam a sua identidade. Para Cordeiro (2001: 22) estes espaços caracterizam-se “por um certo grau de fechamento ao nível da sua vida local”. Estes bairros detêm fortes relações de vizinhança e controlo social, ao mesmo tempo que são reconhecíveis pela sua *soundscape*¹²: “presença dos gritos da criançada, dos barulhos domésticos do interior das casas, pelas conversas entre vizinhas, pelas vozes e passos conhecidos” (idem). Para Sieber (2008), trata-se de uma sociabilidade típica das cidades do ‘Sul da Europa’. Firmino da Costa (2008: 112) fala-nos de uma ‘sociedade de bairro’ como “uma configuração social de características singulares” quando se refere a Alfama. Num contexto semelhante, também a Mouraria poderia ser assim apelidada.

Ao longo dos anos, o bairro da Mouraria tem vindo a modificar-se, tanto pela chegada de novos habitantes (imigrantes, na sua maioria) como pelas transformações físicas do seu território. Contudo, há um imaginário que parece não se transformar: “falar, ouvir, pensar no bairro da Mouraria, sugere uma heterogeneidade de imagens que transitam entre a ideia de tradição, tipicidade e cultura popular, liminaridade e perigo, multiculturalidade e multietnicidade e património (entre outras). Mouraria é uma

¹² Sobre o conceito de *soundscape* ver Schafer (2001) e Lefèbvre (2008).

denominação que se repercute no nosso subconsciente urbano, através de imagens imbuídas de muitos significados e significantes, mas que também nos conduz a um ponto crucial para o entendimento do bairro: a multiplicidade de representações sobre a sua invenção social, simbólica e urbana” (Menezes¹³, 2012: 70). Se por um lado, existem interconexões entre os processos de emblematização, segregação e estigmatização, onde “um conjunto de dualidades e oposições que atravessam várias dimensões sociais, simbólicas e espaciais, analogamente permitindo separar indivíduos, grupos, espaços e tempos, como a articulação e a coexistência – paralela e/ou conflitual”, por outro, há uma série de “tentativas de (re)invenção” de um certo imaginário bairristico” (idem: 71). Neste imaginário há dois elementos que devem ser aqui tidos em conta. Um deles é o fado centrado na imagem de uma mulher – a Severa. O outro são as marchas populares associadas às festas que se realizam anualmente no mês de Junho. Estes dois elementos não são novos em trabalhos de investigação (veja-se por exemplo, Cordeiro, 1995). No entanto, são trazidos, também, para esta investigação pois são importantes símbolos identitários do bairro que tiveram e têm, ainda, um destaque de relevo nas transformações que o bairro foi sofrendo ao longo dos anos.

Olhar para a Mouraria típica e tradicional é ir ao encontro de “um mito – a Severa¹⁴ (tida como cantora de fado) – cuja função sociológica é bastante próxima de um mito de origem” (Menezes, 2012: 74). O texto de Júlio Dantas (1901), ‘A Severa’, ou o quadro de José Malhoa (1910), ‘O Fado’¹⁵, são dois exemplos de como os discursos foram sendo construídos. Anos mais tarde, em 1931, estreia a primeira longa-metragem sonora portuguesa da autoria de Leitão de Barros e intitulada ‘A Severa’. Este filme é uma adaptação da obra homónima da autoria de Júlio Dantas, que deu protagonismo à Severa como cigana. Toda esta construção performativa de discursos ajudou “a monumentalizar esta mulher transformando-a numa espécie de representação humana do próprio fado”, fazendo com que celebração da vida desta

¹³ A autora tem debruçado muito do seu trabalho sobre o bairro da Mouraria (2012, 2011, 2009, 2005, 2004, 2003, 2001, 1994), principalmente sobre “as questões relacionadas com os processos de definição de imagens identitárias do lugar” (2012: 70).

¹⁴ Maria Severa Onofriana (1820-46).

¹⁵ Esta imagem, amplamente difundida, retrata um imaginário criado em redor da Mouraria: Amâncio, rufião, fadista e guitarrista, e Adelaide da Facada, vendedora de lotaria e do corpo.

mulher se transformasse numa “visão ontológica sobre a origem do fado – até aqui marcada por um posicionamento evolucionista e difusionista que o definia como um género “mestiço” de fortes influências africanas que teria chegado a Portugal através do Brasil e sempre associado à dança – e passou a centralizar o fado em Lisboa, em especial na Mouraria, onde Severa o teria de algum modo ‘fundado’” (Marinho e Sardo, 2012: 88). Para João Bénard da Costa (1991) "a Severa é sobretudo uma crónica visual de gente triste e desajeitada (...). E que, entre campinos nas lezírias (a soberba abertura do filme), touradas à antiga portuguesa e quase todo o arsenal folclórico, vai desencantar uma tipologia humana, que aceita sem revolta a fatalidade e a miséria e dessa inércia e abandono retira a sua força dramática. É nesse sentido que "A Severa" foi e é um dos mais admiráveis retratos de Portugal, combinando a pequena maldade com a grande complacência. Poucos imaginários visuais nos restituíram tão bem "séculos de existência entre uivos de heroísmo e renúncias inconfessadas" (Bénard da Costa (1991).



Figura 58 | Cartaz do filme “A Severa”

Uma história bem singela
Bairro antigo, uma viela
Um marinheiro gingão
E a Emília cigarreira
Que ainda tinha mais virtude
Que a própria Rosa Maria¹⁶
Em dia de procissão
Da Senhora da Saúde

in 'Fado Falado'

O Estado Novo apropriou-se do fado como canção nacional, tentando transformá-lo num dos seus principais instrumentos de propaganda. “A componente transgressora do fado de Lisboa, associada à sua condição de canção urbana ligada a grupos marginalizados e à crítica social que transparece em muitas letras de fado, constituiu um problema de difícil gestão, quer no domínio político, quer no contexto artístico e académico. A década de 1930 é, a este nível, particularmente significativa, e foi marcada por tentativas paralelas de rejeição e acomodação do fado no contexto da produção cultural da época” (Nery, 2004 citado por Marinho e Sardo, 2012: 98). Assim, os discursos foram sendo marcados por hesitações que se prendiam entre a aceitação e a rejeição do fado. Constatando a impossibilidade de controlar as letras e as músicas que se faziam ouvir, o Estado Novo tentou legitimar e enquadrar este género musical através das suas políticas culturais (idem).

Tal como a canção, também diversos espaços foram utilizados em prol da propaganda ideológica do regime, como aconteceu com o Grupo Desportivo da Mouraria (GDM). Esta coletividade foi apoiada pelo Estado Novo e as suas atividades, relacionadas com o fado ou com as marchas, ‘impediam’ o surgimento de ações da oposição. Para Laranjeiro e Vasconcelos¹⁷ (2012: 42) “o GDM é um exemplo clássico de associativismo popular” e, citando Melo de Carvalho (2001: 26), as autoras referem ainda que aquele

¹⁶ Nome dado ao jornal produzido pela Associação Renovar a Mouraria.

¹⁷ Associado a este artigo, as autoras editaram também um filme documental intitulado “Eu sou da Mouraria ou sete maneiras de contar e guardar histórias” (<http://vimeo.com/66387564>).

espaço foi “criado e mantido a funcionar pelas camadas mais desfavorecidas da população” que “não tinham qualquer interesse em servir o regime fascista, nem de o afrontar. Nem têm presente esse peso histórico. Tudo o que queriam era ter uma coletividade que servisse as suas necessidades. Mas o Estado Novo serviu-se deles, usando-os como um símbolo do regime”. A situação de pobreza em que viviam os habitantes da Mouraria e o interesse do governo da altura pelo bairro é bem retratada numa das conversas que Laranjeiro e Vasconcelos (2012: 47) relatam no seu trabalho: “éramos multados por não usar sapatos mas não tínhamos dinheiro para os comprar, assim quando passava pela esquadra fugia (...) Porque os governantes gostavam de vir aqui ao Mouraria e isto é no dia em que o Mouraria [GDM], na Travessa da Nazaré [Palácio dos Távoras] foi inaugurado pelo presidente Américo Tomaz. Eles gostavam muito de vir ao Mouraria¹⁸”. Para as autoras (idem: 52) “estes rituais foram distrações criadas pelo regime para esconder a ignorância e a iliteracia em que vivia a sociedade portuguesa”.

¹⁸ “um Estado Novo na metáfora do seu Presidente da República, num Grupo Desportivo que estava no seu auge com uma nova sede” (Laranjeiro e Vasconcelos, 2012: 47). É de notar que um ano antes, aquando do 36º aniversário da coletividade, “o grupo vestiu calçou e ofereceu um lanche a 36 crianças pobres do bairro, numa festa que contou com a presença do vereador Leopoldo Nunes”, o que fez com que lhe fosse atribuída a “medalha de prata de bem fazer pela Federação das Coletividades de Cultura e Recreio” (in <http://gdmouraria.blogs.sapo.pt/>). Estes factos vêm reforçar a ideia do GDM enquanto instrumento de propaganda do regime que protege e entretém aqueles que têm maiores carências socioeconómicas.



Fonte: <http://www.portal.seer.ufba.br/index.php/cadernosaa/article/view/5562/4045>

Figura 59 | Inauguração da sede do Grupo Desportivo da Mouraria no Palácio dos Távora (1973)

Atualmente, para Sofia Neuparth (2014), dizer que a Mouraria simboliza o fado e as marchas “é uma tristeza tão grande, que ainda aumenta o orgulho bairrista¹⁹, que é precisamente o que Salazar queria...é uma coisa assim salazarista, que é o que as marchas eram. É pôr as pessoas a competir umas com as outras”. O Padre Edgar Clara, pároco da igreja de São Cristóvão, considera que “há um desajustamento entre o discurso e a realidade do que é a Mouraria” (Simplício, 2013: 3), referindo que “O fado é outra tradição inventada. A história é a história, não há casas de fado na Mouraria. Não digam que é aqui o sítio dos fados, porque não é.” Considera que tanto se mentiu que a mentira se tornou verdade: “perdeu-se o sentido crítico”. No mesmo sentido, Neuparth (2014) refere que “parece que levam um andor às costas. Parece que levam,

¹⁹ Alimentado “ao nível local, pelo esforço organizativo das coletividades, pelo número de pessoas diretamente envolvidas em cada bairro, pela quantidade e entusiasmo bairrista dos apoiantes (...) E resulta, a nível global, do facto de os bairros, ao confrontarem-se simbolicamente através das Marchas, delimitarem, do mesmo passo, um quadro de referência comum: a própria cidade de Lisboa. Lisboa é, para além do mais, objecto de identificação redundantemente codificado nos temas, nos símbolos e nos objetos de disputa. Objetivo que são, precisamente, os de melhor protagonizar a identidade lisboeta” (Firmino da Costa, 1991: 61).

uma tradição que não é deles (...) aquilo não me parece um encontro muito feliz. Mascararem-se, porem aquelas saias com os aros, que as saias balançam...a marcha mesmo marcha é uma espécie de um treino para teres uma tradição. A tradição não vem da trama do corpo e da conjugação de corpos, vem de um treino qualquer tipo 'a Mouraria é firme', 'a Mouraria é...(...) a maior parte das vezes escolhem o fado, a Severa...vão vestidos de preto (...) Mas quando tu andas pela Mouraria, pensas assim: mas quem é que são essas pessoas da Mouraria que alimentam uma marcha? Que alimentam o fado da Severa?'. Menezes (2012: 80) encontra dois movimentos, que considera relevantes, nesta tipicidade imaginada e criada: "enquanto os de dentro acentuam uma imagem do bairro que transita entre tipicidade e descaracterização, os de fora imaginam o bairro como típico e tradicional", acentuando imaginários que se foram criando e perpetuando ao longo dos anos.



Desde manhã, os fadistas
Jaquetão, calça esticada
Se aprumam com galhardia
Seguem as praxes bairristas
É data santificada
Há festa na Mouraria

Toda aquela que se preza
De fumar, falar calão
Pôr em praça a juventude
Nessa manhã chora e reza
É dia da procissão
Da senhora da saúde

Nas vielas do pecado
Reina a paz tranquila e santa
Vive uma doce alegria
À noite, é noite de fado
Tudo toca, tudo canta
Até a Rosa Maria

A chorar de arrependida
A cantar com devoção
Numa voz fadista e rude
Aquele rosa perdida
Da Rua do Capelão
Parece que tem virtude

Figura 60 | Fotografia 1 do álbum 'Conversas Visuais' da Mouraria e 'Há festa na Mouraria', Alfredo Marceneiro (1965)

As marchas populares tiveram origem nos anos 1930²⁰ e as suas características têm-se mantido até aos dias de hoje, apenas com pequenas alterações. A tradição das marchas, organizada pelo Estado Novo, afirmava uma identidade popular e bairrista (Frúgoli Jr., 2014; Cordeiro, 2003; Carvalho, 1991). Contudo, verifica-se uma situação que Ruben de Carvalho (1991: 42) considera peculiar: “tendo-se efectivamente assistido a um trabalho criador, inventor, da ‘tradição das marchas’ por parte dos agentes ideológicos e culturais do fascismo dominante, acabou por ser o próprio povo, mediante o interesse demonstrado, que impôs o prosseguimento e radicação da iniciativa e, de certa forma, dela se apropriou”. De facto, as marchas, os arraiais ou os ‘tronos’ de Santo António são tradições exploradas e apropriadas por “uma ação propagandística do salazarismo” (idem) de representação e prática identitária. O autor (ibidem: 29), após ter realizado uma análise do “discurso jornalístico da época e especialmente o do ‘Notícias Ilustrado’ ou do ‘Diário de Lisboa’”, não “encontra qualquer referência consistente ao retomar de uma tradição”, e mais, não “encontra a mínima referência consistente a uma anterior prática”. Assim, considera que as marchas parecem ter sido pensadas como uma criação lúdica de Leitão de Barros, que organizou um espetáculo realizando-o no então principal espaço de espetáculos da cidade, o Parque Mayer. Para além disso, Carvalho (1991: 30) detém-se, também, no facto de que Leitão de Barros para além de criar grande impacto popular com o seu trabalho, recriou ao mesmo tempo algumas sensibilidades do público já confirmadas anteriormente com grande sucesso: “1º a utilização do período dos dias de Santo António²¹, S. João e S. Pedro; 2º a fórmula desfile-cortejo assumido pelas marchas; 3º a fórmula máscara não exclusivamente carnavalesca, mas com uma componente teatral; e 4º a exploração da diferenciação bairrista da capital”. Pelas suas características socioculturais, as marchas populares ganharam um destaque de festividade popular e urbana. Assim, pela importância que foram adquirindo na rede de relações sociais

²⁰ A primeira edição das Marchas Populares ocorreu em 1932 no Parque Mayer. Foi organizada por Leitão de Barros, à data diretor do ‘Notícias Ilustrado’ e contou com o apoio de Norberto de Araújo e do ‘Diário de Lisboa’ na promoção das primeiras marchas (Carvalho, 1991).

²¹ “Tradicionalmente, existe uma íntima relação entre o culto do Santo [António] e o município lisboeta, proprietário oficial da casa de nascença e da capela posteriormente sobre ela erguida. (...) O empenhamento municipal no culto antoniano pode corresponder exactamente ao cunho popular da devoção e à ligação dos edis às camadas populares, podendo inclusivamente constituir uma demarcação relativamente ao culto de S. Vicente, padroeiro da cidade, mas cujo culto se ligava mais às classes dominantes” (Carvalho, 1991: 31).

internas de cada bairro, nas coletividades e na relação como o próprio município, as marchas populares e as festas a elas associadas, tornaram-se “numa realidade efetivamente patrimonial da cultura popular de Lisboa que ultrapassou os estigmas de intencionalidade propagandística do fascismo que terão estado na sua origem sendo, como tal, coerente a sua presença num figurino popular e democrático das Festas da Cidade de Lisboa” (idem: 45-46).

Para além do fado e das marchas populares, a Mouraria tem outra especificidade muito particular: a procissão da Nossa Senhora da Saúde²². Esta procissão realiza-se anualmente no início de Maio, e teve início em 1570²³ quando a população se encontrava dizimada pelo efeito da peste²⁴. Deste modo, recorreu ao apelo do divino para sua proteção e agradecimento. A devoção à Nossa Senhora da Saúde iniciou-se em 1496, quando D. Manuel I substituiu os símbolos islâmicos presentes no bairro por símbolos católicos, aspeto já referido anteriormente. Esta procissão, com forte tradição católica, passou a estar associada à imagem e à identidade do bairro, passando a realizar-se todos os anos apenas com duas interrupções em períodos de maior agitação política (foi interrompida em 1910 e voltou a realizar-se em 1940, tendo sido novamente interrompida em 1974 e retomada, pela segunda vez, em 1981). A imagem da forte identidade religiosa católica do bairro foi reforçada durante o Estado Novo, quando a procissão foi retomada pela primeira vez. Esta procissão

²² Igreja que ‘escapou’ às demolições que ocorreram no bairro durante o período do Estado Novo, diz-se por devoção de Salazar (ver mais adiante).

²³ “Em Maio de 1569 uma violenta peste irrompeu em Lisboa, obrigando à fuga da família real, e a população invocou a intercessão de Nossa Senhora. Pouco dias depois a peste desapareceu e foi mandada fazer, em agradecimento, uma imagem da Virgem, que recebeu o nome de Nossa Senhora da Saúde. No ano seguinte começou a Procissão de Nossa Senhora da Saúde, que é também conhecida por Procissão dos Artilheiros, pela sua ligação aos militares, que ainda hoje se mantém, através do Regimento de Artilharia Antiaérea nº1” (Expresso, 2008).

²⁴ “(...) Nos fins de Maio de 1569, começaram a sentir-se em Lisboa os primeiros rebates de peste. Como, há cerca de quarenta anos, a capital não voltara a ser açoutada desse flagelo, os próprios médicos atribuíram, a princípio, o andão à prolongada invernia. Mas, durante o mês de Junho, a doença acentuou-se tam rapidamente, que já não podia haver dúvidas; e a 22, saíu o rei para Sintra, levando em sua companhia o cardinal. D. Catarina e a infanta D. Maria foram para Vila Franca; e, passados dias, para Alenquer, que pertencia à rainha. A violência da epidemia aumentou. Nos meses de Julho, Agosto e Setembro, a mortalidade foi tamanha, que os cadáveres ficavam insepultos, a-pesar-de serem enterrados às dezenas na mesma cova, e de haverem sido comutadas as penas aos forçados das galés, sob condição de trabalharem nesse piedoso serviço. Os cronistas não são concordes no cômputo das pessoas vitimadas pela peste, oscilando entre quarenta e oitenta mil. Este número é evidentemente exagerado, em vista da população da cidade; mas que fôssem só quarenta mil, justificava de sobra o nome de peste grande, por que é conhecida.” (Peres, 1933: s/p)

atravessa o bairro da Mouraria, percorrendo a Rua da Mouraria, Rua do Benfornoso, Largo do Intendente, Rua dos Anjos, Avenida Almirante Reis, Rua da Palma, Rua D. Duarte, Praça da Figueira, Rua dos Condes de Monsanto, Poço do Borratem e Rua do Arco do Marquês de Alegrete, e é marcada por um grande aparato popular e militar.

Há festa na Mouraria,
é dia da procissão
da senhora da saúde.
Até a Rosa Maria
da rua do Capelão
parece que tem virtude.

Naquele bairro fadista
calaram-se as guitarradas:
não se canta nesse dia,
velha tradição bairrista,
vibram no ar badaladas,
há festa na Mouraria.

Colchas ricas nas janelas,
pétalas soltas no chão.
Almas crentes, povo rude
anda a fé pelas vielas:
é dia da procissão
da senhora da saúde.

Após um curto rumor
profundo silêncio pesa:
por sobre o largo da guia
passa a Virgem no andor.
Tudo se ajoelha e reza,
até a Rosa Maria.

in 'Há festa na Mouraria'



Fonte: <http://revelarlx.cm-lisboa.pt/gca/?id=896> | Fotografia de Armando Seródio, 1969

Figura 61 | Procissão da Nossa Sr^a da Saúde

Os rituais religiosos, olhados num processo de ação coletiva onde se pode, também, incluir as marchas populares e as práticas associadas ao fado, evidenciam uma dinâmica de exibição da identidade do bairro. Tal como acontece em Alfama (Firmino da Costa, 2008: 104), também na Mouraria estas dinâmicas assumem “formas particularmente afirmativas e exuberantes”. No decorrer das cerimónias festivas, do fado à procissão, destacam-se mecanismos de dramatização que referenciam determinados elementos das rotinas quotidianas. Para Matta (1978: 65) “os ritos não parecem ser momentos substantivamente diferentes daqueles do mundo quotidiano, mas combinações desses momentos. O clima do ritual é dado não por meio de transformações essenciais do mundo e das relações sociais, como por meio de

manipulações dos elementos e relações desse mundo. Os rituais seriam, pois, modos de salientar aspetos do mundo diário”. Ora, o cariz melancólico incrementado nas letras dos fados onde se ouvem, muitas vezes, as ‘desgraçadas’ histórias dos habitantes do bairro, a festividade anunciada pelas marchas ou a procissão carregada de simbolismos, como é evidente na sua associação aos artilheiros, evidenciam um ambiente dramático dos atributos identitários da Mouraria, reforçados e reconstruídos na dialética sociocultural.

Nestas práticas coletivas festivas ou cerimoniais, “a delimitação de um espaço e de um tempo especiais constitui elemento formal de grande importância na prática ritual, inerente à forma simbólica da sua realização e, ao mesmo tempo, revelador do significado e importância social que ele assume” (Firmino da Costa, 1991: 59). Nas marchas populares, o momento principal, apesar dos ensaios começarem bastantes meses antes, “coincide com o ponto cronológico crucial das Festas: a noite véspera de Santo António, referência dominante de todo o ciclo festivo. E, no plano, espacial, o desfile desce a Avenida da Liberdade, entre o Marquês de Pombal e o Rossio, percorrendo assim o espaço público cerimonial por excelência da cidade de Lisboa” (idem: 60). Para o autor (ibidem) a utilização de um espaço central da cidade, pela população dos ‘bairros populares’ identifica um mecanismo de inversão simbólica deste ritual, colocando todos como iguais nesta competição e não fazendo depender os resultados da “posição social atribuída a cada bairro no universo institucionalizado do quotidiano, mas sim da performance dos seus representantes no momento de excepção que é o do ritual festivo”.

2. AS MUDANÇAS NO BAIRRO

O NOVELO QUE É NÃO-NOVELO COMO O CHAFARIZ QUE AGORA É NÃO-CHAFARIZ²⁵

Às vezes torna-se complicado olhar para os objetos, para os sentimentos, para as pessoas. É tudo tão diferente. Às vezes é complexo. Outras vezes é difícil. Outras, é tão divertido e simples ...é abrir a cabeça e olhar adiante. O que é que não é só. O que está a mais e para além do que se vê. Gosto deste exercício. Olhar e ver. Está tudo ali mas...de que forma coordenar isto com aquilo, aquilo com isto... isto que é vermelho...depois roxo e no final castanho. Cores! Mas há depois o tecido... e a sua elasticidade. E ainda há a textura... uma mais rugosa, outra mais lisa. Mas talvez esteja tudo aí neste exercício. Tudo se agrupa de modo simples e sem grande complicação. Afinal tudo é bastante simples, mesmo quando parece tão grande, tão maior que qualquer um de nós. É no olhar as coisas, com o distanciamento possível e a simplicidade que merecem, que consigo ver.

No final do dia estava cansada. Mas cansada de quê? Porquê? Afinal não estive a fazer nada de especial? A tarefa não foi cansativa. Foi tão bom, afinal! Foi bom estar ali. Olhar. Sentir. Olhar. Sentir. E poder estar. Essa foi outra experiência. Mas talvez essa outra experiência me tenha trazido à memória a dificuldade do estar que sentia há um ano quando a cabeça circulava por outros caminhos mais duros. Agora na possibilidade do estar, e do bom que isso é, senti-me cansada no final. Senti o peso do não estar, estando, há um ano e do agora poder estar. Estar mesmo! E que bom que foi estar! Estar ali, mesmo que para nada ou para tudo. Estar ali. Estar. Olhar. Sentir. Pensar. Mudar. Transformar. O cordel era comprido. Media 1,5km. Agora mede menos mas pesa tanto. Dou-lhe um abraço e sinto a sua intensidade, como se molda a mim. Não tinha pensado num novelo. Tinha pensado na sua distância. Na distância percorrida e nas distâncias que percorremos para nos aproximarmos e para nos afastarmos de alguém ou de alguma coisa. Aproximar. Afastar. Depois o novelo deixou de ser novelo. E voltará a ser novelo? Talvez! Amanhã...ou talvez não. Como o chafariz que agora é não-chafariz. O ser que deixou de ser. Hoje, a distância ficou medida no chão. Tão próxima dele. Amanhã, talvez não...

Excerto do texto 'O NOVELO QUE É NÃO-NOVELO COMO O CHAFARIZ QUE AGORA É NÃO-CHAFARIZ', 2012

²⁵ Texto que serviu de base ao 'Novelo' exibido na exposição "Documentação: pessoas e lugares com rádio ao vivo" na Galeria da Boavista no âmbito do Festival Pedras d'água 12 (5, 6 e 7 de Julho de 2012).

2.1. QUE INTERVENÇÕES? DISCURSOS EM REDOR DE UM BAIRRO

Quando vivemos na cidade, aprendemos a não contar com coisa nenhuma. Fechamos os olhos por um momento, viramo-nos para olhar para outra coisa qualquer, e, de súbito, aquilo que tínhamos à nossa frente desapareceu.

Paul Auster, 1987

Neste ponto pretende-se abordar de forma clara e sintética as diferentes intervenções urbanísticas e sociais que foram ocorrendo no bairro da Mouraria ao longo dos anos. Considera-se, aqui, tal como já aconteceu anteriormente, pertinente um recuo ao passado para melhor se compreender o percurso urbanístico e social deste território até à atualidade. Assim, far-se-á uma breve passagem por cada um dos períodos que se considerou de maior relevo para tratar esta questão: 1) depois do terramoto de 1755; 2) os movimentos de resistência e a implantação da República; 3) durante o Estado Novo; 4) entre o 25 de Abril e o início do século XXI; e 5) atualmente. No último subponto, pretende-se colocar em paralelo diferentes discursos: o do(s) projeto(s) em curso, o dos seus coordenadores, o de associações envolvidas no processo, o de *practitioners* e o da população residente no bairro. Estes cinco ‘discursos’ em paralelo permitem confrontar as diferentes visões e perspetivas para o bairro da Mouraria.

Contudo, e antes de se iniciar a próxima secção, importa apresentar, de uma forma sintética, as principais características socioeconómicas e urbanísticas da Mouraria para que se possa contextualizar toda reflexão que se vai fazer.

Freguesia	População residente (nº) 2011	Variação da população residente (%) 1981-2011	Variação da população residente (%) 2001-2011	Índice de envelhecimento	Habitantes com a instrução primária (%)	Alojamentos sem casa-de-banho ou chuveiro
Anjos	501	- 46 %	0,3%	239	9%	27
Graça	497	- 53%	- 22,3%	271	26%	5
Stª Justa	340	- 58 %	34,1%	196	21%	5
São Cristóvão e São Lourenço	1.333	- 59%	- 17,3%	336	28%	45
Socorro	3.153	- 50%	17,9%	196	27%	60
Total	5.824	- 53%	3%	237	25%	140
LISBOA	564.657	-33%	-3,4%	172	19%	2.314

Quadro 5 | Contextualização socioeconómica e urbanística do bairro da Mouraria²⁶

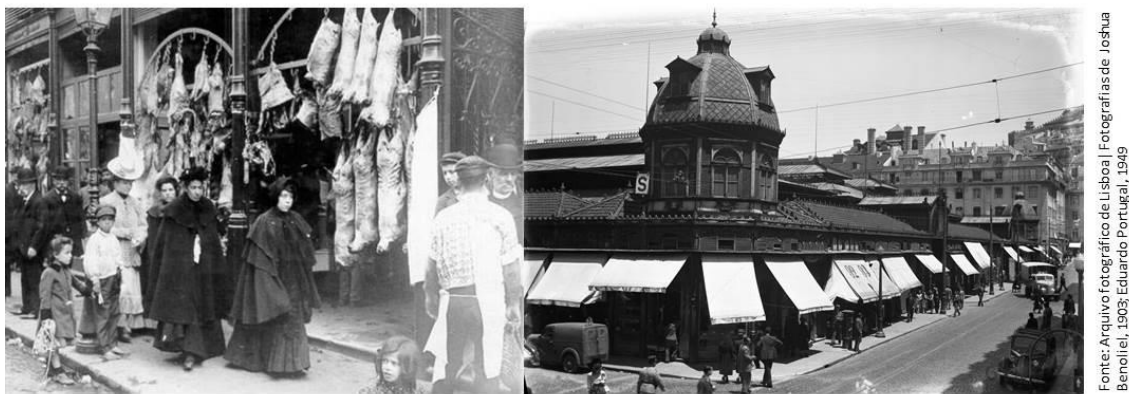
A partir deste quadro é possível verificar que a população residente no bairro da Mouraria diminuiu entre 1981 e 2011. Contudo, na última década censitária registou-se um ligeiro aumento (3%). Apesar disso, há áreas do bairro, como aquelas que se encontram na freguesia da Graça ou de São Cristóvão e São Lourenço que apresentam uma diminuição de população. É de referir que estas são áreas onde residem, maioritariamente, uma população idosa, o que pode ser uma justificação para a diminuição da população residente. Para além do envelhecimento da população deste bairro, é ainda de referir, as precárias condições das habitações, destacando-se o facto de muitas delas ainda não terem casa-de-banho ou chuveiro.

²⁶ Estes cálculos foram efectuados tendo por base a população residente nas subsecções que formam a área do bairro da Mouraria.

2.1.1. DEPOIS DO TERRAMOTO DE 1755

O bairro da Mouraria e o seu traçado irregular foram, ao longo dos anos, alvo de muitos planos de intervenção, apesar de poucos se terem concretizado, mantendo, assim, inalterada a sua malha urbana até ao século XIX. Nem o terramoto de 1755 provocou destruições significativas. Contudo, o terramoto destruiu uma grande parte da cidade e o Marquês de Pombal em vez de reedificar a cidade de acordo com a traça anterior, “decidiu que ela se fizesse segundo conceitos totalmente novos em urbanismo e em arquitectura. (...) Para a efectivação deste plano ambicioso e único no conspecto europeu, o futuro Marquês ordenou que todas as ruínas fossem arrasadas, incluindo as muitas casas que o sismo deixara de pé. Tudo foi assim construído de novo. Lisboa transformou-se numa cidade esclarecida, racionalmente planeada e edificada, com suas ruas, praças e casas traçadas à régua” (Marques, 2003: 24). Apesar disso, a Mouraria conseguiu escapar a este modelo de reedificação da cidade.

Nas proximidades do bairro, na atual Praça da Figueira, nasceu, em 1755, no lugar do Hospital de Todos os Santos destruído com o terramoto, um mercado. Este espaço comercial impôs-se como mercado central, destinado à venda de produtos hortícolas e frutos e, mais tarde, toda a diversidade de produtos alimentares. Após ter passado por vários nomes – Horta do Hospital, Praça das Ervas, Praça Nova e Praça da Figueira – e de ter bancadas amovíveis passou a ser um mercado fixo. Em 1835, o espaço foi arborizado e iluminado e, anos mais tarde (1849), cercado e coberto. Este espaço tornou-se emblemático na cidade e no bairro como espaço comercial (Carneiro e Simões, 2001).



Fonte: Arquivo fotográfico de Lisboa | Fotografias de Joshua Benoliel, 1903; Eduardo Portugal, 1949

Figura 62 | Praça da Figueira no século XX (1903 e 1949, respetivamente)

Na segunda metade do século XIX, e no seguimento da crise sanitária (surto epidémicos de cólera, febre amarela e difteria) de 1856-1858, que desencadeou um elevado número de mortes, o Ministério das Obras Públicas considerou existir urgência de intervenção na cidade. Assim, definiu três eixos prioritários: o abastecimento domiciliário de água, a ampliação e a melhoria da rede de esgotos (herdada da reconstrução pombalina) e a intervenção urbanística – melhoria das condições de circulação e de higiene. Após esta decisão, em 1858, o Ministério das Obras Públicas contactou o engenheiro chefe da Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa Pierre-Joseph Pézerat para que este apresentasse um plano contra a crise higiénico-sanitária que se fazia sentir na cidade.

O plano foi apresentado pouco tempo depois e com o intuito de observar as transformações que estavam a ocorrer em Paris²⁷, Pierre-Joseph Pézerat foi convidado a visitar a cidade, que por essa altura já tinha sido alvo das intervenções de Haussmann, já referidas anteriormente. Inspirado pelas medidas higienistas, Pézerat apresentou um projeto que nunca se realizou por questões financeiras (o que levou toda a vereação a demitir-se contra a falta de meios financeiros para resolver os problemas sanitários da cidade). Os problemas financeiros ‘salvaram’ a Mouraria de ser demolida: “les difficultés financières du Gouvernement et de la Maire ont évité la

²⁷ Em 1832, Paris também foi vítima de uma epidemia de cólera (uma das supostas justificações para a intervenção na cidade), que matou cerca de 20.000 habitantes num total de 650.000.

destruição dos bairros populares de Alfama e Mouraria, para os quais se tinham proposto modernas cités” (Camarinhas, 2011: 94). No entanto, Pézerat, anos mais tarde, publica *Mémoire sur les études d'améliorations et embellissements de Lisbonne* (1865) onde esclarece alguns dos aspetos que considerava importantes ter em consideração na cidade de Lisboa: “donne une importance particulière aux questions hygiénistes (...) Il cite como exemplo la transformation de Paris qui ‘a su organiser, en l’espace de 13 ans, c’est-à-dire depuis le règne de Napoléon III, les travaux les plus gigantesques qui aient jamais été entrepris, avec un ensemble, une prévoyance et un ordre si admirables” (idem: 185).



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal | <http://purl.pt/3525/3/>

Figura 63 | ‘Carta topographica da cidade de Lisboa’ reduzida da que foi levantada na escala 1:1000 em 1856 a 1858

Em 1864, foi decidido por decreto²⁸ (31 de Dezembro de 1864) que os problemas sanitários da cidade de Lisboa tinham de ser resolvidos: “o Governo mandará imediatamente proceder a um Plano Geral dos Melhoramentos da Capital (Figura 64), atendendo nele ao das ruas, praças, jardins e edificações existentes e à construção e abertura de novas ruas, praças, jardins e edificações, com as condições de higiene, decoração, como do alojamento e livre trânsito do público” (Decreto citado por Gonçalves, 2012: 15). Este decreto definiu as condições de realização do Plano Geral de Melhoramentos da Capital “et, avec une autre Loi du 2 juillet 1867, établi le cadre législatif de la production urbanistique portugaise jusqu’au début du XX siècle. Le plan pourra être exécuté soit par le Gouvernement, soit par la municipalité, soit même par des particuliers” (Camarinhas, 2011: 184). A elaboração deste plano ficou a cargo “de uma Comissão, na qual tomavam parte o Ministério das Obras Públicas, a Câmara Municipal e o Conselho de Saúde Pública” (CML, s/d: 1) e para o qual foi destacado, também, Frederico Ressano Garcia: “era preciso intervir no tecido construído – se necessário demolir e construir de novo – e rasgar novos horizontes à cidade, considerando de raiz todas as questões com incidência na salubridade, além de outras igualmente relevantes, como a distribuição de energia, os transportes, as comunicações, entre outras” (idem: 2). Ressano Garcia protagonizou intervenções urbanísticas de grande relevo na cidade como a abertura da Avenida da Liberdade ou a ampliação da cidade para norte (Avenidas Novas), sendo de destacar a abertura da Avenida Dona Amélia (atual Avenida Almirante Reis), em 1903, na Mouraria e a abertura da “Rua Marquês de Ponte de Lima que permitiu ligar a Calçada dos Cavaleiros com a cidade intramuros, implicando assim a destruição de um troço da Cerca Fernandina” (Menezes, 2005: 72). Para Rosas (2007: 24), esta expansão e estruturação urbanística da cidade, evidenciou e acentuou “uma dupla contradição muito marcante no crescimento da capital. De um lado, a Lisboa antiga, mais presa à Baixa pombalina ou às implantações pombalinas”, e do outro “a cidade das ‘avenidas novas’”. Era “a contradição entre o que hoje se diria a ‘qualidade de vida’, a arquitectura, o urbanismo cuidado, a quase ostentação, a limpeza, a prosperidade segura que se respirava na cidade do poder ou do desafogo económico, e a situação de

²⁸ Decreto nº10, de 31 de Dezembro de 1864.

degradação urbana e social, de promiscuidade e pobreza, os bairros operários e populares” (idem).



Fonte: <http://cartotecadigital.icc.cat/cdm/singleitem/collection/europa/id/2765/rec/5>

Figura 64 | ‘Planta de Lisboa com todos os melhoramentos feitos e projetados na cidade’²⁹,
desenhada por José Vicente de Freitas (1908)

²⁹ “Sobre um mapa idêntico a este foram plantadas as movimentações revolucionárias de 5 de Outubro de 1910” (Dias, 1999: 8).

2.1.2 OS MOVIMENTOS OPERÁRIOS E DE RESISTÊNCIA E A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA

O nível mental dos povos é sempre garantia ou negação do seu progredimento moral e material. [...] Ora se os poderes que mais deviam proporcionar os melhoramentos públicos, tanto na esfera moral como material, o contrariam, cumpre aos verdadeiros apóstolos do progresso dar-lhe o mais potente impulso.

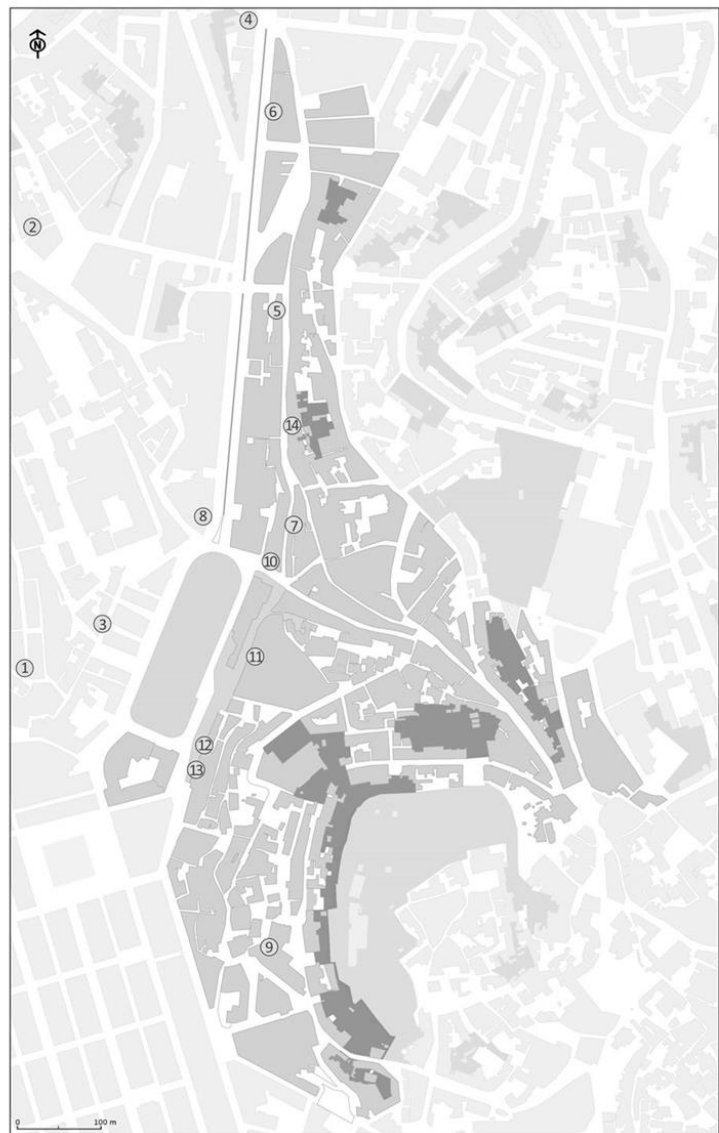
Angelina Vidal, 1881

No final do século XIX e início do século XX com o desenvolvimento das atividades industriais, comerciais e portuárias, acentuou-se a “polarização social e o processo de segregação espacial e socio-urbanístico dos bairros populares da capital (Rosas, 2007: 29). Com “os operários fabris e oficiais, cresceu rapidamente a população dos serviços, boa parte da qual vinda de fora do concelho: bancários, amanuenses, caixeiros, funcionários públicos, guarda-livros, dactilógrafos. E os pequenos lojistas e artesãos que vinham atrás de tudo o resto, mas não tinham cabedais para se estabelecer nas zonas nobres da Baixa: abriam tabernas/carvoarias, mercearias, drogarias, chapelarias, ou eram alfaiates, modistas, etc.” (idem). Esta população trabalhadora, “uma forte e tradicional base de apoio do republicanismo radical” (ibidem), residia nos bairros mais antigos e populares, onde se localizaram, anos mais tarde, vilas e pátios operários.

“Dezenas de escolas oficiais, centros de educação popular, centros e grêmios republicanos, sociedades recreativas e culturais, universidades populares, cooperativas, são criadas desde os inícios do século [XX] nos bairros operários de Lisboa” (Rosas, 2007: 38). Na Mouraria, no início do século XX, a presença destes trabalhadores e da ‘base de apoio republicana’, fazia-se notar pela grande presença de sedes de sindicatos, associações de classe e jornais a eles associados (Figura 65). A

centralidade territorial da implantação destas instituições é um dos factos relevantes do movimento operário português. Para Freire e Lousada (2013: 17) esta centralidade deve-se a seis razões principais: i) “a forte intrusão dos lugares de produção industrial (frequentemente de pequena dimensão e natureza oficial-artesanal) com as zonas de habitação e lazer das classes sociais elevadas e as instituições de elites nos cascos históricos centrais”; ii) “a capacidade financeira do associativismo operário – assente exclusivamente na quotização dos seus associados – para tomar de aluguer alguns edifícios de bom porte (até palácios) aí situados”; iii) “o papel intermediador e legitimador desse movimento social que terá sido desempenhado por um conjunto significativo de intelectuais, artistas e literatos que com ele fortemente se envolveram”; iv) “o facto dos segmentos não-operários deste movimento social crítico e alternativo (como o naturismo, o esperantismo, o feminismo, o pacifismo, etc.) terem, pela sua natureza interclassista, contribuído para a legitimação da presença destas elites trabalhadoras no âmago da vida urbana”; v) “o fator social adicional da importante pequena-burguesia urbana (lojistas, arrendatários, etc.), próximos de se aliarem com ‘os mais numerosos’ para derrubarem ou enfraquecerem as classes mais elevadas (que lhes votavam visível desprezo); e vi) “o traço português da proximidade física e segmentada convivência entre as elites aristocráticas oitocentistas e certas frações de ‘povo’ (da sua criadagem, na taberna afadistada, no quartel ou nas ‘corridas’), que nestes alvares do século XX se terão traduzido numa atitude de condescendência do poder político e económico da burguesia para com os bons e patrióticos trabalhadores, ao mesmo tempo que procurava apartá-los dos *meneurs*, dos radicais e dos estrangeirados”. Na Mouraria estas características eram bastante evidentes e visíveis à época. Se por um lado, se distinguiam as sedes de sindicatos, associações de classe, jornais e outras associações populares, por outro, também se reconheciam os estabelecimentos de pequena dimensão, os palácios ou edifícios de maior porte onde se situavam muitas destas instituições, os artistas e intelectuais - no Teatro do Príncipe Real (posteriormente Teatro Apolo) ou na Sociedade Cooperativa Teatro Livre-, e uma pequena-burguesia urbana de lojistas – chapeleiros, barbeiros ou alfaiates, por exemplo. Era neste centro urbano, onde se concentraram operários e revolucionários, que se discutiam as bases de uma sociedade e se apostou em “erguer de novo um edifício social e uma convivência interindividual assentes naquilo que

julgavam ser a liberdade, a justiça e uma equitativa repartição das riquezas e dos frutos do trabalho coletivo” (idem).



Fonte: Freire e Lousada (2013) | Imagem tratada por Leandro Gabriel (2014)

1 | Sociedade Cooperativa Teatro Livre (1902); 2 | Sede dos Sindicatos dos Maleiros e Caixoteiros, Sapateiros, Lavadeiras, Manipuladores de pão, Botequineiros na via pública, Latoeiros de Folha Branca e Operários do Município (início do Séc. XX); 3 | Núcleo de Lisboa da União das Juventudes Sindicalistas e do seu jornal 'O Despertar' (1914) | Sede do Sindicato dos Correios, dos Litógrafos e dos Operários da Indústria do Veículo (década 1920); 4 | Sede dos Descarregadores do Porto de Lisboa (década 1920) | Sede do Ateneu Cooperativo (Fraternidade Operária de Lisboa) (década 1960); 5 | Sindicato dos Ajudantes de Despachantes e dos Caixeiros (1925) | Federação Operária de Lisboa e do Partido Socialista (primeira década do Séc. XX); 6 | Sede da Associação de Inquilinos Lisbonenses (fundada em 1924); 7 | Centro Escolar Republicano Almirante Reis (fundado em 1911) | Movimento de Unidade Democrática (1945); 8 | Cooperativa de Produção de Alfaiataria e Gravataria "A Rouparia Social" (1905); 9 | Associação de Classe dos Correios (início do Séc. XX); 10 | Cooperativa de Produção Chapeleira "A Social" (início do Séc. XX); 11 | Sede dos Sindicatos dos Trabalhadores de Carnes Verdes e do Pessoal das Agências Funerárias | Clube Desportivo dos Electricistas (anos 1920); 12 | Sede dos seguintes organismos sindicais: Associações de Classe dos Barbeiros, Chapelleiros, Refinadores de Açúcar, Confeiteiros, Pasteleiros, Chocolateiros, Ferroviários da CP e da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Caminhos de Ferro de Portugal e Colónias (anos 1920); 13 | Secção Portuguesa da Internacional Comunista (1921); e 14 | Centro Escolar Socialista

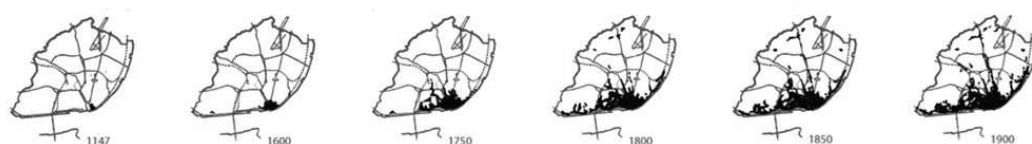
Figura 65 | Associações de classe, sindicatos e outras instituições de 'resistência' no século XX

Há nestas formas de organização de associação de classes uma clara necessidade de luta por melhores condições de trabalho mas, também, segundo Rosas (2007: 38), “a determinação de substituir a quase total carência de serviços públicos de saúde, de segurança social ou de educação para os mais pobres pela auto-organização de classe”. É numa base de entreajuda e solidariedade que combate o analfabetismo e a ignorância: “tratava-se de tornar os trabalhadores cidadãos”, tornando a educação uma “arma de auto-aperfeiçoamento e de emancipação” (idem). É, também, com este objetivo que a Carbonária³⁰ vai ganhando importância no domínio da educação popular e das conspirações antimonárquicas.

Um crescente e organizado operariado tornava-se cada vez mais evidente, associando-se a ele preocupações como a promoção educacional e cultural. É neste ambiente que penetra um republicanismo radical, “quer através dos ‘centros’ e ‘grêmios’ de promoção educativa e cultural, quer pelas redes carbonárias secretas (fala-se de 20 mil ‘bons primos’ organizados revolucionariamente em Lisboa aquando do 5 de Outubro de 1910) para a ação insurreccional” (Rosas, 2007: 39). O republicanismo radical “que, com as suas pistolas e bombas de fabrico caseiro, introduziam o confronto armado nas desordens públicas” (Cerezales, 2011: 205), ou carbonário, o anarco-sindicalismo ou o comunismo tiveram uma influência de tal ordem nas estruturas organizativas de classe que conseguiram “trazer o povo miúdo para se bater nas ruas de Lisboa” (Rosas, 2007: 40). Para Rosas (idem: 41) “a plebe urbana da capital não se limitava a ser uma poderosa e ameaçadora força de pressão social e reivindicativa. Em momentos cruciais (...) a aliança formal ou informal das organizações sindicais e políticas do operariado industrial e dos trabalhadores oficiais e artesanais com as redes revolucionárias do republicanismo popular e radical constitui um bloco social e político de importância decisiva”. Foi neste ambiente e neste espaço que “emergiram alguns dos principais agentes da transformação social das décadas seguintes” (Freire e Lousada, 2013: 16).

³⁰ No final do século XIX³⁰ surgiu em Portugal a “Carbonária, um exército clandestino para-maçónico no qual coincidiam republicanos radicais e os chamadas ‘anarquistas intervencionistas’” (Cerezales, 2011: 205). Atualmente, ainda é possível observar nas fachadas de alguns prédios no Largo do Intendente Pina Manique diversos símbolos associados à maçonaria, como por exemplo,

O aumento populacional (Figura 66) “que se desenvolveu no fontismo, não encontrou correspondência nas condições de habitação” (Pereira, 1994: 509) e as preocupações com a propagação de doenças infecciosas encontrava-se presente nos discursos de várias figuras de relevo da época como Ricardo Jorge, Fialho de Almeida ou Angelina Vidal. A população com menos recursos económicos e, por isso, sem capacidade financeira para habitar nos novos bairros que se foram construindo pela cidade, via-se obrigada a viver no bairro pobre (Cordeiro, 1997), em “alojamentos deprimentes, albergadas em palácios arruinados ou conventos desafectados e a maioria das vezes em pátios insalubres” (idem: 510). Fernando Rosas (2007: 31) refere algumas das situações relatadas na época dizendo que nas “manchas de miséria e insalubridade, não há água canalizada, não há instalações sanitárias nem luz eléctrica, nem chegam, ou chegam pouco, os serviços de limpeza municipais. Morre-se cedo: o tifo é endémico e, com a subnutrição, a má alimentação e a fome como pano de fundo, associadas a longas e duras jornadas de trabalho e às condições de vida descritas, é natural que as causas de óbito principais fossem as doenças de foro gastrointestinal e a tuberculose”. Foi neste contexto que se edificaram as vilas e os pátios operários, frequentemente por iniciativa de empresários com uma visão humanista e que viam nas melhores condições de vida dos trabalhadores (incluindo a escolaridade) uma mais valia para as suas empresas. Estas iniciativas constituíram “uma parte considerável do seu tecido edificado, ainda que pouco visível da via pública” (Pereira, 1994: 510), o que faz lembrar as situações, também, relatadas por Friedrich Engels (1845) referidas no capítulo ‘A Cidade Dividida’.



Fonte: <http://pelomundodascidades.tumblr.com>

Figura 66 | Evolução da população residente na cidade de Lisboa entre 1147 e 1900

O desenvolvimento da indústria e das obras públicas e a, consequente, necessidade de mão-de-obra intensificaram o afluxo de população à cidade e fez com que fossem construídas “nas traseiras dos prédios casas abarracadas para alugar a operários; são aproveitadas caves insalubres para o mesmo efeito, sempre com acesso pelas traseiras; conventos das extintas ordens religiosas, adquiridos em hasta pública, ou palácios arruinados³¹ são meticulosamente alugados quarto a quarto. E começa a haver quem, com espírito empreendedor, adquira terrenos para aí fazer construir pátios. Com o desenvolvimento do processo, provocado pelo aumento de uma procura cada vez mais intensa, é esta última modalidade que virá a institucionalizar-se nas últimas décadas de oitocentos, com a construção de vilas operárias” (Pereira, 1994: 511).

³¹ Como foi o caso, por exemplo, do palácio do Arco do Marquês do Alegrete que, após ter ficado em ruínas com o terramoto de 1755, os seus proprietários alugaram a modestos inquilinos que ali fizeram estabelecimentos comerciais e industriais.

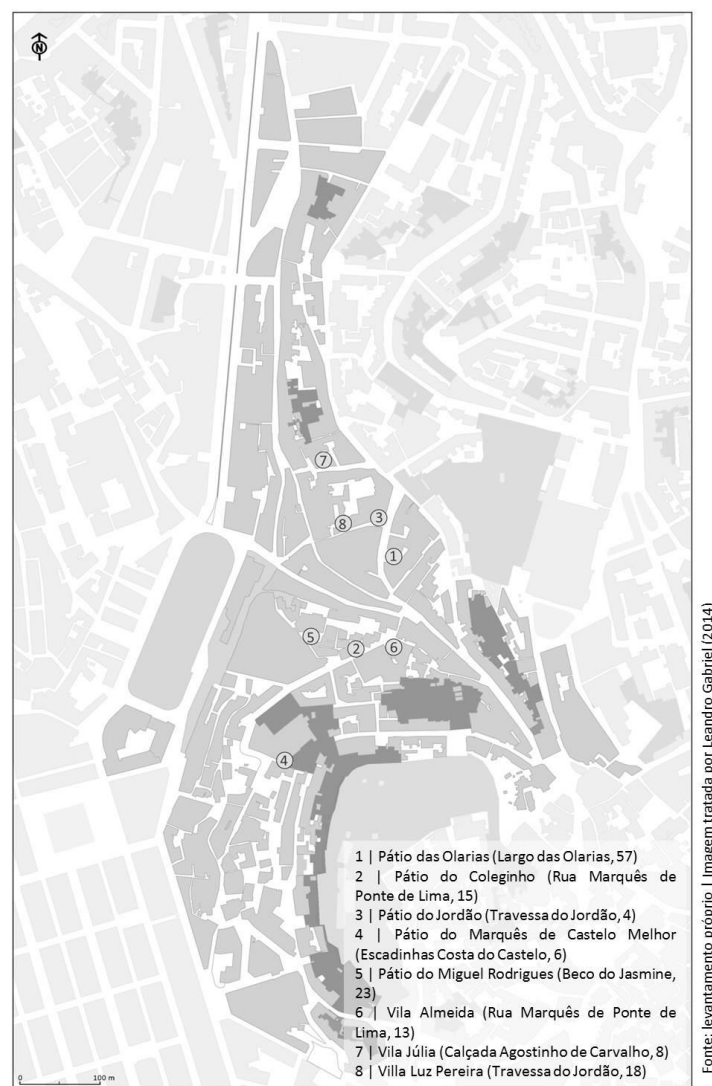


Figura 67 | Localização de vilas e pátios operários na Mouraria

Apesar da maior parte destas vilas terem sido construídas de modo a aproveitar ao máximo o terreno disponível, houve outras que tiveram alguns cuidados mais estéticos na sua construção e destinaram-se à pequena burguesia. Um destes casos é a Vila Luz Pereira, ainda habitada atualmente. Nesta vila é visível “um cuidado excepcional de desenho” (Pereira, 1994: 514).

É ainda de destacar neste período, de grandes movimentações de resistência e de transformação política, que também a toponímia ficou marcada pela intensidade da luta republicana. A Avenida Dona Amélia vê o seu nome mudado, após a implantação

da República em 5 de Outubro de 1910, para Avenida Almirante Reis. Este almirante foi um militar ativo na luta antimonárquica e da ideologia anticlerical. Destacou-se como um dos conspiradores e organizadores da revolta de 5 de Outubro. Contudo, suicidou-se no dia 4 de Outubro pensando, erradamente, que tinha falhado o levantamento revolucionário que levaria à proclamação da República. Em sua homenagem foi colocado o seu nome na avenida.

2.1.3 DURANTE O ESTADO NOVO

Quando, em 'S. Silvestre' do Brunheiro, recebi aviso de que a casa, em que tinha a minha Sala-Armazém aqui em Lisboa, ia ser demolida, a bem da estética do Bairro da Mouraria, - apressei a minha volta de férias, mas não fui capaz, repito, de poder evitar a desordem, na deslocação dos meus LIVROS...

Ruela Pombo, 1952

É a partir do Estado Novo que “começa o martírio dos prédios velhos da Mouraria” (Dias, 1987: 10) e entre 1930 e 1960 o bairro “torna-se foco de uma política urbana promulgadora de um ‘urbanismo civilizador’ e difusor de uma perspectiva de ‘higienização e embelezamento’ que pretendeu renovar aquela zona da cidade numa óptica de modernização, alterando radicalmente as suas dinâmicas sociais, culturais e urbanas” (Menezes, 2009: 306). Esta perspectiva de intervenção no espaço construído da cidade encaixava-se numa lógica mais global, colocada em prática no pós II Guerra Mundial e até aos anos 1960, de renovação urbana (capítulo ‘A cidade dividida’).

“A 3ª Repartição intervém também nos trabalhos relativos a demolições, destacando-se de entre eles a conclusão da demolição do Mercado da Praça da Figueira, da Igreja do Socorro, do grupo de prédios que marginavam a Rua da Palma no seu troço mais estreito e do grupo de edifícios compreendidos entre esta rua e a do Arco do Marquês de Alegrete. Estes trabalhos foram conduzidos com grande cuidado, não se tendo registado acidentes, apesar dos difíceis condicionamentos de execução e do intenso trânsito que se manteve assegurado”.

CML, 1950: 158



Fonte: Arquivo Fotográfico de Lisboa | Fotografia de Eduardo Portugal, 1947

Figura 68 | Demolições na Mouraria

Duarte Pacheco, em 1938, é nomeado presidente da Câmara Municipal de Lisboa, acumulando o cargo de Ministro das Obras Públicas, e inicia um plano ordenador que marcará a cidade: “um estilo definidor da mentalidade ideológica epocal, dentro dum totalitarismo que era da política nacional e também muito do temperamento do ministro e do seu gosto – que tantos arquitetos haviam de satisfazer, com pressurosa sinceridade” (França, 1991: 242). O Plano Gröer, como foi apelidado o Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa (1948), da autoria do urbanista Étienne de Gröer, teve como objetivo colocar regras no crescimento da cidade, consideradas até aí aleatórias. Os principais eixos de ação definiram-se em redor da criação de uma rede viária rádio-cêntrica e vias estruturantes (prolongamento das Avenidas Novas), da organização das densidades populacionais decrescentes do centro para a periferia, da criação de uma zona industrial na zona oriental da cidade, na construção de uma ponte sobre o rio Tejo entre o Poço do Bispo e o Montijo, a construção de um aeroporto internacional na parte norte da cidade e a criação de um parque em Monsanto.

Étienne de Gröer via a Baixa da cidade de Lisboa como desadequada à vida moderna: ruas muito estreitas e habitações insalubres. Segundo ele, esta área da cidade “deveria ser refeita segundo normas do nosso século” (Tostões, 2008: 209) devendo-se tornar num bairro de negócios sem habitação. Para o urbanista os principais problemas a resolver eram o saneamento (questão que já vinha sendo levantada há muitas décadas) e a circulação. Deste modo, incluiu nos seus planos o alargamento de duas para quatro faixas de rodagem, tal como a demolição de edifícios pombalinos “para

melhorar as condições higiénicas e colmatar a carência de parques de estacionamento. Para além destas operações nos edifícios pombalinos os planos propunham uma série de canais viários subterrâneos e de galerias que ligariam pontos-chave da Lisboa antiga, inclusivamente havia intenções de criar uma “circular-túnel do casco histórico” que facilitasse a mobilidade. No subsolo da Praça dos Restauradores situar-se-ia uma enorme gare de autocarros com ligações ao novo metropolitano e à estação do Rossio.” (Lopes, 2010: 59).

Assim, e seguindo uma imagem urbana com a qual o regime se identificasse (Lobo, 1995), demoliram-se habitações populares defendendo-se princípios higienistas, de salubridade e de circulação. Privilegiaram-se edifícios modernos, “mais altos e rentáveis”, insinuando-se “que era preciso ‘matar a rua’ como forma de ordenar social e urbanisticamente o ‘caos’” (Menezes, 2009: 306). A necessidade de dar uma nova imagem aos bairros populares e introduzir um urbanismo civilizador (Menezes, 2012) faz com que sejam as questões higienistas, já discutidas anteriormente noutros planos, se tornem cada vez mais evidentes e “l’ouverture de la nouvelle Lisbonne avait laissé des points de contact assez fragiles, comme dans le cas du quartier de la Mouraria. Dès 1940, on a envisagé de demolir tout l’espace compris entre la Rua da Palma³² et la Baixa dans une opération ambitieuse dépassant l’ouverture d’une simple voie: c’était le renouvellement de la ville ancienne qui était en question. D’une part, l’argument hygiéniste, d’autre part, un argumente économique étaient mis en avant: la valeur potentielle de l’emplacement qu’il convenait de libérer d’une occupation dévalorisante et l’effet positif que cette occupation pouvait exercer sur les opérations déjà achevées comme celle d’Avenue Almirante Reis” (...) “Tout le secteur sud du quartier de la Mouraria (bairro Silva e Albuquerque) sera demoli, incluant le théâtre Apolo, l’église du Socorro, l’arc du Marquês do Alegrete³³, le marché de la Praça da Figueira; reste seulement la Capelinha da Saúde” (Camarinhas, 2011: 130). Há vários autores (Dias

³² “Para a rua da Palma, sendo a única artéria que estabelecia a ligação com a Baixa, o seu congestionamento era enorme, devido ao grande afluxo de carroças que abasteciam o mercado da Praça da Figueira” (Camarinhas e Brito, 2007: 177).

³³ “A rua do Arco do Marquês do Alegrete tinha apenas um sentido. O seu congestionamento tornava-se impossível, devido à estreiteza da Rua, a qual albergava o palácio com o mesmo nome, sob o qual estava o arco que estreitava a rua. Propôs-se o alargamento da rua com a demolição de alguns prédios e parte do palácio” (Camarinhas e Brito, 2007: 177).

1987; Louçã, 2009) que referem que a capela foi salva da demolição, à última hora, por devoção do próprio Salazar.

A estas demolições juntou-se também a demolição do mercado da Praça da Figueira (Figura 69) o que, para Menezes (2012: 76), “desencadeou um processo de desarticulação de toda aquela área da cidade, prejudicando o núcleo de atividades e de funções que lhes davam vida e os caracterizavam, reforçando um processo de marginalização funcional, física e social”. Este mercado destacava-se como um local emblemático da cidade, junto ao qual se multiplicaram vários estabelecimentos comerciais beneficiando do grande movimento e da centralidade daquele espaço. Para além disto, realizavam-se, também, ali os festejos dos santos populares. Era um dos locais que a população, que residia na área, utilizava para diversos eventos festivos e comemorações coletivas. Deste modo, não era um espaço que agradasse ao regime da altura. Com a demolição do mercado, e a destruição de um dos espaços públicos com maior identidade coletiva naquele território, a praça passou a estacionamento automóvel. A necessidade de construção da primeira linha de metro, nos anos 1960, fez com que aquela praça sofresse novamente alterações. Durante este processo foram encontrados diversos vestígios arqueológicos que remontavam aos edifícios do Hospital de Todos os Santos destruídos com o terramoto de 1755.

“A demolição do mercado da Praça da Figueira condicionou a construção de um outro na zona da Baixa, tendo-se escolhido o local situado junto à Rua da Madalena e foi construído no triângulo limitado pela Rua das Atafonas, Calçada do Marquês de Tancos e Largo do Chão do Loureiro. A parte central deste triângulo estava primitivamente ocupada por um amontoado de casas velhas e insalubres, em precário estado de conservação. No novo arranjo urbanístico do local os arruamentos limítrofes atrás mencionados mantêm-se depois de convenientemente regularizados e alargados”.

CML, 1950: 156



Fonte: Arquivo Fotográfico de Lisboa, 1949

Figura 69 | Demolição do mercado da Praça da Figueira em 1949

Ainda no final dos anos 1960 surge um novo Plano Diretor da Cidade de Lisboa (1967) da autoria de George Meyer-Heine³⁴, onde o Martim Moniz aparecia como alvo de intervenção “privilegiando a acessibilidade automóvel em detrimento da ideia de uma praça” (Menezes, 2009: 307). Nesta época, discutiam-se na cidade as questões relacionadas com a mobilidade (o aumento do tráfego automóvel, o arranque da rede de metropolitano ou a construção da ponte sobre o rio Tejo), tal como a

³⁴ Este plano só foi publicado em 1977 (Portaria nº 274/77 de 19 de Maio), dez anos mais tarde com algumas alterações.

transformação do centro da cidade em núcleo do setor terciário ou a expansão da periferia.

2.1.4 ENTRE O 25 DE ABRIL E O INÍCIO DO SÉCULO XXI

A revolução de 25 de Abril de 1974 introduziu na sociedade portuguesa liberdades, direitos e garantias até aí proibidas e, com elas, as reivindicações, por um espaço público reabilitado ou por condições de habitação dignas, tornaram-se presentes no quotidiano da cidade de Lisboa. A Mouraria, após o período das demolições do Estado Novo onde um urbanismo civilizador foi privilegiado em detrimento das dinâmicas socioculturais, populares e urbanas locais (Menezes, 2012), só no final dos anos 1970, início dos anos 1980, é que volta a ser alvo de intervenções e de grandes transformações socioculturais. No pós-25 de Abril a mobilização dos moradores dos bairros centrais da cidade³⁵, constituídos em movimentos populares, reivindicou melhores condições de vida e de habitabilidade, exercendo uma forte pressão na orientação das ações no âmbito das políticas urbanas nacionais e locais.

Em pleno ambiente de democratização do poder local, de descentralização de políticas e de controlo financeiro face ao poder central, começaram a verificar-se algumas alterações (as autarquias passaram a estar dotadas de instrumentos e mecanismos que lhes permitiu passar a atuar em termos legais, jurídicos e administrativos) que tiveram repercussões diretas em cada um dos bairros da cidade de Lisboa. Em 1985 foi o instituído o Programa de Reabilitação Urbana (Despacho n.º 4/SEHU/85), da Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo, que teve como objetivo conferir apoio técnico e financeiro às autarquias, passando também a integrar preocupações com o espaço público das cidades. Neste contexto, e sob um cenário de reivindicação da população, foram criados os Gabinetes Técnicos Locais (GTL). Na Mouraria também foi criado um GTL, com um carácter piloto e uma equipa transdisciplinar. A sua constituição foi

³⁵ Em Alfama, bairro anexo à Mouraria, esta nova consciência e mobilização da população reflecte-se na constituição de um coletivo, que integrava associações culturais, desportivas, recreativas, artistas e intelectuais, que desencadeou uma série de ações públicas que resultaram no 'Manifesto Alfama' designado "Alfama: morte ou recuperação" (Pinho, 2009).

claramente uma opção política que teve como base o suporte e a viabilização de determinadas ações consideradas de grande importância, mesmo que de pequenas intervenções se tratassem, pois o que se considerava estar em causa era a melhoria da qualidade de vida da população. A base destes gabinetes foi a “consolidação das práticas locais de reabilitação urbana e de um mecanismo de continuidade enquanto componente da futura política urbana municipal” (DGOT, 1989: 7).

O interesse pela cidade antiga ganhava outra dinâmica e a reabilitação urbana adquiria maior presença na cidade, a par do que já se passava desde os anos 1970 por toda a Europa (ver capítulo ‘A cidade dividida’). Assim, a década de 1980 é marcada por uma mudança de paradigma e a renovação urbana, que implicava a mudança de usos do solo, de morfologia e do tecido social e cultural, é substituída por processos de reabilitação urbana onde, de forma integrada, eram tidas em conta questões relacionadas com a estrutura económica, social, cultural do tecido urbano em causa. Havia um novo interesse pela cidade que permitindo a passagem para um processo de revalorização, quer através do investimento financeiro, quer através da revitalização social e económica, tinha como consequência uma recomposição do seu tecido económico, social e urbanístico. Estes processos de reabilitação eram inerentes a políticas de habitação que pretendiam reverter o estado de degradação dos edifícios, fortalecer o uso do espaço público e proteger o património histórico e cultural existente.

É neste período que a área do Martim Moniz começou a atrair o comércio grossista. A sua popularidade atraiu imigrantes provenientes, numa primeira fase, de Moçambique ou da Índia que aí se começaram a estabelecer³⁶. Numa perspetiva muito abordada em diversos trabalhos sobre imigração (April, 2010 ou Malheiros, 2008, por exemplo), o ‘empreendedorismo’ migrante ou étnico, é no caso da Mouraria um aspeto relevante. Como refere April (2010: 245) “importa perceber que estas iniciativas têm um lado menos visível, mais nocturno. Segundo Bonacich (1993), este lado está relacionado com processos de marginalização social, que são frequentemente silenciados nos discursos normativos. Desde logo, não é de todo raro muitas destas iniciativas

³⁶ Este aspeto será desenvolvido com mais detalhe no ponto ‘2.2 Estilhaços de gente?’

empresariais resultarem de processos de discriminação racial, étnico-nacional, de género, entre outras. Não conseguindo aceder ao mercado de trabalho nas condições desejadas, a única possibilidade foi desenvolver negócios por conta própria (*vd.*, entre outros, Bonacich 1987, 1993; Oliveira e Rath 2008). Para muitos, estes negócios são vistos como a única oportunidade de mobilidade social ascendente num contexto marcado por vários bloqueamentos estruturais”. A Mouraria pode ser um exemplo deste processo, tendo em conta que grande parte da população imigrante tem o seu próprio negócio e, na maioria das vezes, de carácter individual. Contudo, pode aqui referir-se a importância que adquiriu, numa visão de conjunto, a abertura de vários estabelecimentos comerciais neste espaço da cidade. À medida que foram aparecendo os primeiros estabelecimentos, o efeito de *snowball*, a par das redes sociais e do capital social existente, intensificou-se e novos estabelecimentos foram surgindo.

Por esta altura (1982) que foi elaborado o Plano de Renovação Urbana do Martim Moniz, já previsto antes da revolução, num concurso promovido pela Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL): “incluíam equipamentos, comércio em geral, comércio alimentar, escritórios, instalações culturais, salas de espetáculos, habitação e estacionamento. Com esse plano alteraram-se alguns troços de ruas locais e foram construídos dois centros comerciais: o da Mouraria e o do Martim Moniz. Dois edifícios desenquadrados, com uma estética cromática e formal híbrida e de exagerada volumetria, comprometedores da imagem urbana local” (Menezes, 2009: 307). O Centro Comercial da Mouraria foi inaugurado em 1989 e o Centro Comercial do Martim Moniz dois anos mais tarde. Estes centros comerciais tornaram-se espaços de grande relevo na dinâmica comercial do bairro, apesar da discussão gerada em redor da sua arquitetura considerada, por muitos, desenquadrada.

Como refere Costa e Alves (1996: 73), até à década de 1990 verificou-se uma “orientação política da Câmara Municipal de Lisboa com prioridade à reabilitação urbana dos bairros populares do núcleo histórico da cidade”. Nesta opção política, a câmara municipal apoiou-se, também, em instrumentos jurídicos e financeiros³⁷ para

³⁷ Em 1976 foi lançado, pelo Fundo de Fomento Habitacional, o Programa para a Recuperação de Imóveis Degradados (PRID). Em 1985 foi disponibilizado o Regime Especial de Participação na Recuperação de Arrendados (RECRIA). Em 1988 foi aprovada a iniciativa camarária REALOJAR – Regras

possibilitar intervenções no edificado e nas habitações de modo a melhorar as precárias condições de vida de muitos dos habitantes do bairro. Na década de 1990, foi, inclusive, criada a Direcção Municipal de Reabilitação Urbana, uma estrutura institucional municipal que ficou responsável pela coordenação de todos os GTL. Durante este período a substituição da população foi-se fazendo gradualmente não se evidenciando rupturas muito abruptas com o tecido social existente ou processos de *gentrification* acentuados.

Em 1997, o Plano de Renovação Urbana do Martim Moniz é recuperado, retomando-se a ideia de transformar o largo numa praça. A estação de metro do ‘Socorro’ muda de nome e passa a chamar-se ‘Martim Moniz’, as plataformas foram redecoradas com figuras da ocupação cristã, “os soldados e o rei que conquistaram a cidade aos mouros. Nos painéis de azulejo que decoram a entrada do Metro, aparecem símbolos gráficos que aludem aos árabes, indianos e africanos que por aquelas paragens passaram e passam” (Menezes, 2009: 308). No entender da autora (idem), este ‘multiculturalmente correto’ marca “a (re)emblematisação da Mouraria e da área chamada Martim Moniz”, permitindo, de certo modo “globalizar o local – aliviando a especificidade local da zona, tantas vezes, negativamente conotada” (Menezes, 2009: 308).

No final dos anos 1990, as demolições no bairro do Casal Ventoso (local identificado na cidade de Lisboa como sendo de venda e tráfico de droga) teve como consequência a mudança para a Mouraria de muitos dos ‘negócios’ que lá se faziam. Este facto tornou-se um problema aos olhos de todos e uma marca negativa na imagem do bairro. Estas demolições coincidiram com a instalação de 44 quiosques de aço inoxidável no Martim Moniz. Poucos destes quiosques foram ocupados, apesar da sua colocação ter tido como objetivo a revitalização do comércio local e de retalho especializado em antiguidades, artesanato e produtos regionais (Menezes, 2009; Cerejo, 2012). Apenas alguns destes quiosques foram ocupados e, também por isso, aquele espaço começou

Especiais para Alojamento dos Agregados Familiares nas Áreas Críticas de Recuperação. Em 1994 a autarquia elabora o Plano de Emergência para Reabilitação Urbana (PERU). Em 1996, é criado o Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas (REHABITA) e o Regime Especial de Comparticipação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal.

a levantar algumas questões: insegurança, controlo, agressividade ou hostilidade são alguns dos problemas levantados por Marluce Menezes (idem) no seu trabalho de campo nesta praça. Ao mesmo tempo que os quiosques não eram ocupados, a presença de toxicodependentes naquela praça agrava-se. A situação foi-se acentuando ao longo dos anos e em Dezembro de 2000, a CML decide retirar a maior parte dos quiosques da praça, deixando apenas 10 que se destinaram à comercialização de jornais, revistas, numismática, artesanato (ibidem) e 3 *snack-bars* ('A crioula do Martim Moniz', localizado na frente do Centro Comercial Martim Moniz, frequentado, maioritariamente, por cidadãos de origem africana; o *snack-bar* dos 'chineses', localizado na frente do Centro Comercial da Mouraria, frequentado, principalmente, por cidadãos de origem chinesa e indiana; e 'A fava rica', mais junto ao Hotel Mundial, frequentado, essencialmente, por turistas nos dias de sol). Esta mudança provocou alguma alteração nos usos da praça, passando esta a estar mais ocupada por habitantes do bairro, muitos deles imigrantes, e turistas. Menezes (2009) considera que a praça se transformou numa espécie de 'quintal' do bairro, devido à reduzida dimensão das habitações e à necessidade da existência de espaço para determinadas práticas. Era frequente ver-se, por exemplo, crianças de origem indiana a praticar *cricket* ao domingo ou a jogar futebol durante a semana, ao mesmo tempo que os seus pais de turbantes coloridos conversavam nos muros da praça.

Em 2002 uma reestruturação da organização interna da Câmara Municipal, decorrente do resultado das eleições autárquicas (Santana Lopes foi eleito como Presidente da Câmara). Os GTL mudaram de nome, passando a denominar-se Unidades de Projeto (UP), trazendo à tona a mudança de orientação política, tanto na concepção como na filosofia dos gabinetes 'originais'. Com esta reestruturação também a Direcção Municipal de Reabilitação Urbana sofreu modificações e passou a chamar-se Direcção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana, passando a ter também como responsabilidade a conservação de outras áreas urbanas fora das áreas definidas pelos GTL.

Paralelamente a todos estes processos, o bairro da Mouraria continuou a ser palco da procissão da Nossa Senhora da Saúde que, tal como já tinha acontecido após a implantação da República em 1910, foi interrompida no pós 25 de Abril e só retomada

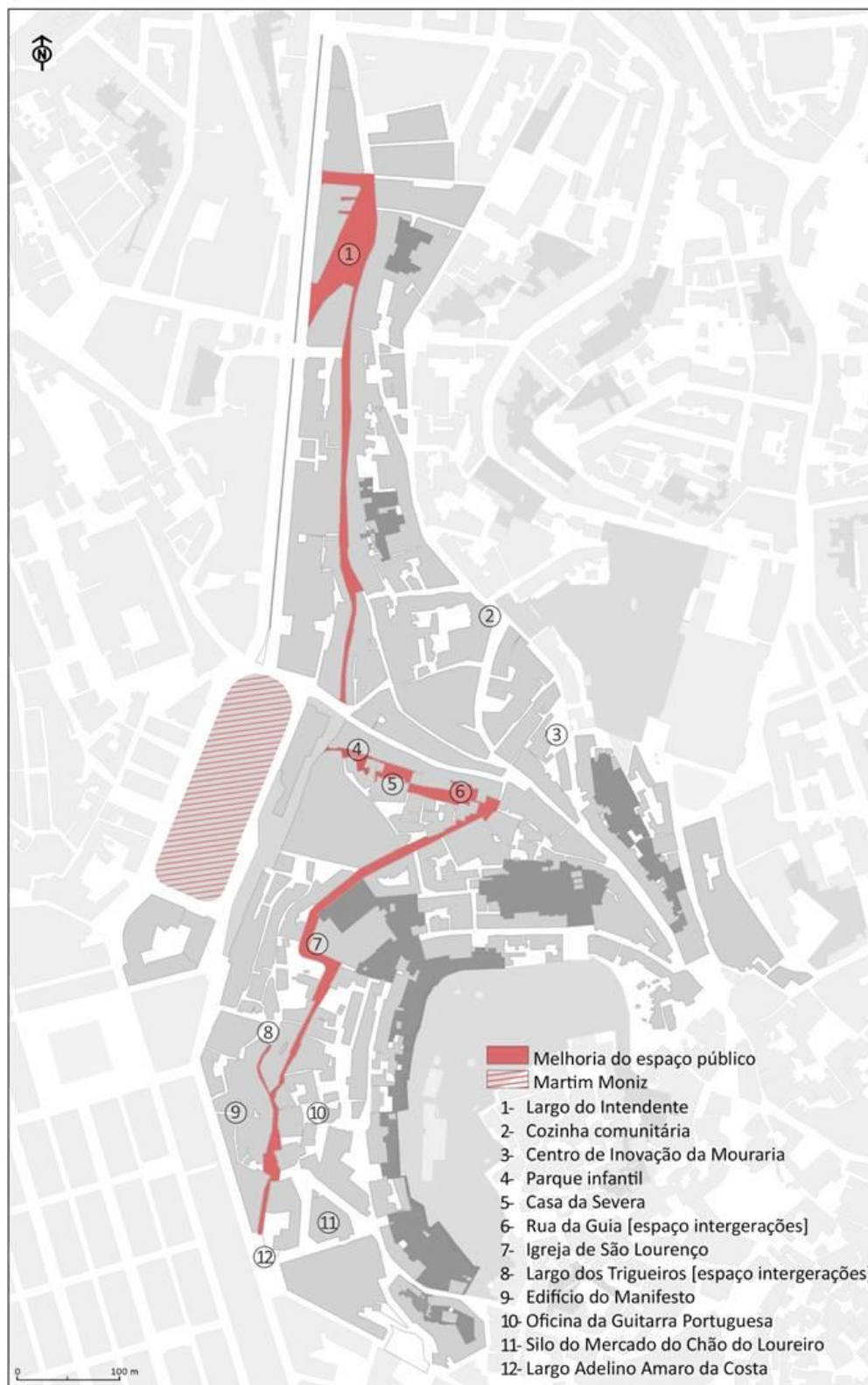
em 1981. Mas também as manifestações políticas (no 1º de Maio, por exemplo) se perpetuaram neste território, o que trás à memória o período em que este era marcado pela intensa presença de sedes de sindicatos e associações de classe. As festas e as marchas populares, no decorrer das Festas da Cidade, continuaram a marcar o seu protagonismo no bairro, evidenciando-se ao nível do espaço público com os seus arraiais.

2.1.5 O SÉCULO XXI E O PROGRAMA DE AÇÃO PARA A MOURARIA

Mais recentemente, a Mouraria voltou a ser palco de mudanças urbanísticas. Através do Programa de Ação (PA) do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) da Mouraria – ‘As cidades dentro da cidade’, previu-se a execução de várias intervenções no bairro. Este PA teve por base uma candidatura submetida ao QREN no início de 2009, ao Eixo 3. Coesão Social Política de Cidades / Parcerias para a Regeneração Urbana - Programas Integrados de Valorização de Áreas Urbanas de Excelência Inseridas em Centros Históricos. Em Agosto do mesmo ano o protocolo de financiamento foi assinado, dando início à execução do PA com um período de três anos para a sua realização. As obras só tiveram início em Setembro de 2012 e têm demorado mais tempo do que o previsto, não estando algumas delas terminadas. O início das obras foi celebrado com dois espetáculos de ópera (um no Largo do Intendente e outro no Largo da Achada) e um espetáculo de fado (no Largo da Severa).

Numa mensagem do presidente da Câmara Municipal de Lisboa (CML), António Costa, datada de Setembro de 2011 pode ler-se que as obras previstas no PA aprovado pelo QREN incluem (Figura 70): a melhoria do espaço público entre o Largo Adelino Amaro da Costa e o Largo do Intendente, a criação do centro de inovação da Mouraria (quarteirão dos Lagares), a criação de dois espaços destinados a atividades com jovens e com idosos (no Largo dos Trigueiros e na Rua da Guia) e a criação do sítio do fado na Casa da Severa (no Largo da Severa). Para além destas intervenções, o presidente destaca também o apoio dado ao jornal ‘Rosa Maria’ (Associação Renovar a Mouraria), às sessões de cinema ao ar livre, ao futuro percurso turístico-cultural da Mouraria,

entre outras iniciativas sociais e culturais. Nesta mensagem, salienta-se, igualmente, as ações complementares que a CML se encontra a desenvolver neste território: a reabilitação de oito edifícios de habitação, a adaptação do mercado do Chão do Loureiro para silo automóvel e de lazer, a reabilitação da igreja de S. Lourenço (Largo da Rosa), a criação da Oficina da Guitarra Portuguesa (Largo da Achada), a criação de um parque infantil e sénior (Rua do Capelão), a renovação da Praça do Martim Moniz, e o apoio ao Edifício Manifesto (Beco do Rosendo) e à Cozinha Comunitária (Rua da Guia). António Costa refere ainda a importância da sua mudança temporária para o Largo do Intendente e do Plano de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria, que a par dos restantes projetos “poderão gerar a confiança necessária para outras iniciativas e dar um contributo decisivo para a revitalização social da Mouraria” e “contribuir para a melhoria da qualidade de vida e a diminuição dos fenómenos de pobreza e exclusão social”. No final da sua mensagem o Presidente da Câmara alude a que se pretende “tornar a Mouraria um território mais inclusivo, mais atrativo e mais seguro para todos. A Mouraria vai mesmo mudar para melhor!”.



Fonte: Mensagem António Costa, Setembro de 2011 | Imagem tratada por Leandro Gabriel (2014)

Figura 70 | A geografia da mensagem de António Costa (Setembro de 2011)

EIXOS ESTRUTURANTES	AÇÕES
1 A requalificação do espaço público e do ambiente urbano	1.1 Requalificação do Espaço Público 1.2 Melhoria de Acessibilidade e Mobilidade 1.3 Sinalética Estrutura de Gestão e Manutenção do Espaço Público
2 A refuncionalização e a reabilitação do Quarteirão dos Lagares com a criação do Centro de Inovação da Mouraria	Eixos Instrumentais Integradores dos valores de identidade, memória e tradição.
3 A valorização das artes e dos ofícios	3.1 Extensão das Instalações da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço em edifício no Largo dos Trigueiros (CML) 3.2 Extensão das Instalações da Junta de Freguesia do Socorro em edifício na Rua da Guia 3.4 ³⁸ Sítio do Fado na Casa da Severa (CML) 3.5 Ações de Redução de Riscos e de Minimização de Danos de Toxicodependência 3.6 Conhecimento e Criatividade (IDT) 3.7 Publicação Gastronomia da Mouraria (ARM)
4 A valorização sociocultural e turística	4.1 Restauro de Troço da Cerca Fernandina (CML) 4.2 Reabilitação da Igreja de São Lourenço (CML) 4.3 Corredor Intercultural (CML) 4.4 Festival Multicultural “Há Mundos na Mouraria” (ARM) 4.5 Percurso Turístico - Cultural (ATL) 4.6 Visitas Guiadas ao Património Histórico e Cultural da Mouraria (ARM) 4.7 Publicação História da Mouraria em banda desenhada (ARM) 4.8 Edição em CD de música com referência à Mouraria (ARM) 4.9 Jornal Bimestral sobre a Mouraria “Rosa Maria” (ARM) 5. Plano de Divulgação e Comunicação do Programa de Ação (CML)

Quadro 6 | QREN Mouraria: eixos estruturantes e ações

Na informação que se encontra disponível sobre o plano de intervenção³⁹, este tem por base quatro eixos estruturantes principais (Quadro 6) a requalificação do espaço

³⁸ Na estrutura do programa de ação saltam da Ação 3.2 para a Ação 3.4. Deste modo, seguiu-se o apresentado (<http://www.aimouraria.cm-lisboa.pt/linhas-gerais-do-programa-de-accao/estrutura-do-programa-de-accao.html>) no respetivo documento.

público e do ambiente urbano; 2) a refuncionalização e a reabilitação do Quarteirão dos Lagares com a criação do Centro de Inovação da Mouraria; 3) a valorização das artes e dos ofícios; e 4) a valorização sociocultural e turística. Nestes eixos estruturantes destaca-se a importância dada ao papel da identidade – bairro popular associado ao fado (Sítio do Fado na Casa da Severa, por exemplo) -, da multiculturalidade (Corredor Intercultural e Festival Multicultural, por exemplo), da tradição e da memória (percurso Turístico - Cultural e visitas Guiadas ao Património Histórico, por exemplo). Salienta-se também o papel de estratégias que se aproximam da valorização da cultura como forma de auxiliar o processo de regeneração em curso. Veja-se por exemplo, o destaque dado à valorização sociocultural e das artes.

A valorização e o debate em torno da ‘identidade’ não aparecem isolados na Mouraria. Esta discussão insere-se no contexto mais amplo da cidade de Lisboa e da sua marca. A ‘marca Lisboa’, tal como o ‘modelo Barcelona’, têm objetivos que vão além dos planos para cada um dos bairros. A ‘marca Lisboa’ encaixa-se na perspetiva global de uma cidade competitiva, eficaz, que atrai investimento e onde o *marketing* urbano atua de forma a criar uma imagem de cidade ideal e segura. Para Graça Fonseca (2013), vereadora da Câmara Municipal de Lisboa, a necessidade da existência de uma marca é clara: “hoje em dia existe uma enormíssima competição, já não tanto entre estados, mas fundamentalmente entre cidades, entre regiões, por recursos globais, como investimentos, talentos, dinheiro, infraestruturas. Hoje em dia é fundamental nessa competição global que as cidades se apresentem com uma história, com identidade clara, inequívoca. O que é Lisboa? Para o fazer, para contar essa história, que una os diversos agentes e os diversos parceiros da cidade, é importante adotar a estratégia do ‘city branding’”.

A ligação da ‘marca Lisboa’ ao turismo é bastante evidente e também se projeta na Mouraria. O turismo é uma das razões principais para a construção de uma marca e de uma determinada imagem de bairro. Deste modo, não foi descurada a atenção dada a este eixo de ação. O percurso turístico-cultural ou as visitas guiadas ao património histórico são disso exemplo.

³⁹ Sobre este plano apenas foi encontrada *online* a informação disponível no site www.aiMouraria.cm-lisboa.pt.

Quanto à valorização da cultura na Mouraria, na óptica de construção de uma imagem atrativa, os espetáculos celebrativos do início das obras no bairro podem ser a base para esta reflexão. Dois dos espetáculos celebrados foram de ópera e as interrogações começaram logo a ser colocadas: ‘Um espetáculo de ópera na Mouraria? Para quem?’. Nuno Franco (2013) mediador social e dirigente da Associação Renovar a Mouraria tem o seu ponto de vista: “não vão. Fizeram-se coisas giríssimas. Fizeram ópera ali no Largo da Achada. É pá, se calhar no Largo da Achada estavam 5, nem 10 pessoas do bairro e o resto era gente que veio de todo o lado para a ópera. E as pessoas tinham ópera ali ao lado e as pessoas nem quiseram saber”. Será que era um espetáculo de ópera que interessava aos habitantes da Mouraria? Ou será que foi uma forma, estratégica, de começar a atrair outro tipo de visitantes para o bairro chamando a atenção para o que nos próximos meses se ia por ali passar? Em jeito de crítica e tendo por base o contexto sociocultural do bairro e a sua vivência quotidiana, Miguel Castro Caldas em conjunto com José Smith Vargas (2012) elaboraram uma pequena banda desenhada (Figura 71) que reflete muitas das questões que começaram a ser colocadas com o início das obras na Mouraria.



Fonte: <http://www.behance.net/gallery/Operacoes-na-Mouraria/4143953>

Figura 71 | “Ópera(ções) na Mouraria”

O outro espetáculo de comemoração do início das obras foi de fado, no Largo da Severa, onde se pretendia construir o Sítio do Fado na Casa da Severa. Estas referências simbólicas, que associam o fado e a Severa, vêm reforçar o interesse pela tradição ou pela ‘tradição inventada’, como já foi abordado anteriormente. Neste sentido, João Meneses (2013) refere que o PA apoiou “a criação da primeira escola de fado da Mouraria, no Clube Desportivo da Mouraria e imensa gente ganhou coragem para cantar e se apresentar em público” e como resultado disso, aponta que “há, nomeadamente, duas vozes que este ano já vão participar nas visitas cantadas”. O coordenador do projeto reforça, ainda, a sua ideia referindo que tanto a escola de fado (inaugurada em Abril de 2013), como as aulas lá dadas, têm até permitido “uma via profissionalizante, veja, até é inserção no mercado de trabalho. Mas isso permitiu dar a essas pessoas autoestima e autoconfiança (...) são trabalhos que dão às pessoas um sentido de esperança e de construção pessoal e de autoestima e de atuação na comunidade e de percepção que podem ser agentes de mudança e de se apropriar do espaço em volta”. Tenta-se incutir, assim, um sentido de pertença ao lugar. Este é um movimento *top-down* de incremento de políticas que tentam aproximar a população de um determinado eixo estratégico, neste caso de bastante relevância simbólica no bairro. Mas não deveria ser num movimento *bottom-up* que este sentimento deveria crescer?

Na base do primeiro eixo⁴⁰ do PA consideraram, que “a intervenção de maior visibilidade e indutora de novos comportamentos” seria a “requalificação do espaço público”, estando envolvidas preocupações ambientais com o reforço “da intensificação das equipas municipais de higiene urbana”⁴¹. Ainda neste eixo de intervenção, a aposta dirigia-se para a melhoria das “condições de acessibilidade e de mobilidade”⁴² motivada, por um lado, pela população envelhecida do bairro, e por

⁴⁰ Os eixos estruturantes não devem ser olhados separadamente por se cruzarem entre si as diferentes ações.

⁴¹ A recolha de lixo no centro histórico de Lisboa é feita de forma selectiva e porta a porta variando de bairro para bairro os dias de recolha. Na Mouraria, o vidro é recolhido às 2ª, 4ª e 6ª feiras de manhã (entre as 8h e as 11h30), o cartão é recolhido às 5ª feiras (a partir das 23h), as embalagens são recolhidas às 3ª feiras e sábados (a partir das 23h) e os resíduos indiferenciados e orgânicos são removidos de 2ª a domingo (a partir das 23h).

⁴² Foram apontados como princípios estruturantes: a melhoria do conforto e segurança; a melhoria da acessibilidade e mobilidade; a requalificação da imagem urbana; a valorização patrimonial; a redefinição

outro, pela “divulgação da Mouraria nas rotas turísticas através da Associação de Turismo de Lisboa, com a criação de um percurso turístico-cultural”. Assim, e já com uma visão focada no turismo, o percurso turístico-cultural pretendia ter “sinalética direcional e de identificação dos diversos edifícios de valor patrimonial”. Ainda dentro deste eixo de ação, conceberam o projeto “Educação para as boas práticas de convivialidade pública” que se desenvolveu na Escola Básica nº 75 na Rua da Madalena: “teve como objetivo contribuir para o respeito a ter com o espaço de partilha comum, um passo importante para a preservação do bom estado do espaço público da Mouraria” (PA, 2011).



Figura 72 | Fotografias 17, 19, 21 e 22 do álbum ‘Conversas Visuais’ da Mouraria

O desenvolvimento de um ‘corredor intercultural’ foi outro dos objetivos incluídos neste eixo, na “procura de inclusão social dos diferentes grupos sociais e do reforço

das zonas de circulação pedonal e automóvel com a criação de zonas de estadia mais funcionais e apelativas; o condicionamento da circulação e estacionamento automóvel; a renovação de infra-estruturas; a introdução de mobiliário urbano e equipamentos adequados; a sustentabilidade ambiental e eficiência energética.

positivo do carácter multicultural da Mouraria” (PA, 2011). Neste objetivo consideram que “o eixo da Rua dos Cavaleiros e Rua do Benfornoso, identificado como “Corredor Intercultural” no PA, concentra pequenos comércios ligados à gastronomia e hábitos culturais das comunidades de matriz cultural e religiosa não ocidental. Estes acabaram por introduzir e difundir novos consumos e gostos, correspondendo a um espaço de troca e de aprendizagem entre os diferentes grupos sociais. A sua requalificação física será um impulsor da inclusão social esperada”(idem) Este comércio é referido como um sinal do “carácter de Interculturalidade cuja expressão de maior vitalidade é conferida pelo comércio grossista”(ibidem). Para além do comércio, também a restauração é referida como “espaços de consumo das populações residentes, vizinhas e dos cidadãos em geral e também em espaços de encontro e de interação de comunidades culturais e religiosas de matriz não ocidental” (PA, 2011). Ao considerarem aqui a interculturalidade, é para Oliveira & Padilla (2012: 152) a criação de um “novo imaginário intercultural que serve para a construção do bairro cultural planeado pelos diversos atores que nele se encontram a investir material, simbólica e economicamente (desde a CML, passando pelas indústrias da cultura e acabando nas associações locais). Com efeito, a produção do espaço da interculturalidade (como em qualquer produção do espaço, assinala-se) alicerça-se, em larga medida, na retórica que elabora uma determinada imagem da cidade”. E é numa imagem de diversidade que se centram: “de facto, há aqui uma grande diversidade, autêntica, de comunidades que aqui se fixaram de forma natural e espontânea” (Meneses, 2013).

Quanto ao segundo eixo de intervenção, referente ao Quarteirão dos Lagares e à criação do Centro de Inovação da Mouraria “pretende-se que venha a constituir um novo polo de atração do bairro e da cidade”. Sobre este centro de inovação, o PA refere que está projetado “um edifício multifuncional com gestão e agenda condicionadas ao princípio da promoção e instalação de atividades inovadoras, preferencialmente de carácter económico, cultural e social”, que tem “como principal objetivo a sua valorização enquanto património histórico, tornando-o, tanto quanto possível, um espaço de fruição para a população e para os visitantes. Esta valorização passa pela manutenção das características tipológicas (a organização das dependências em torno do pátio, dimensões e proporções dessas dependências e sua interligação e

as comunicações horizontais e verticais), morfológicas (alçados que constituem frentes urbanas, contribuindo para a unidade do tecido urbano onde se insere o quarteirão) e construtivas (técnica de taipa)” (PA, 2011)..

No eixo três, que se refere à valorização das artes e dos ofícios, “insere-se a reabilitação de um conjunto de edifícios emblemáticos da Mouraria e o desenvolvimento de ações e iniciativas culturais” (PA, 2011)., pretendendo-se responder às necessidades relativas a equipamentos para “crianças (Creches e Jardins de Infância) e idosos (Lares de 3ª idade), bem como a tentativa de resolução de algumas problemáticas sociais preocupantes” (idem). Deste modo, e com o objetivo de incentivar a coesão social “reforçando os fatores positivos da interculturalidade, tendo em conta que vão integrar a memória do valor patrimonial do bairro com os valores e práticas culturais dos novos grupos imigrantes” (ibidem), o PA integrou a construção da “extensão da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço⁴³ que responde ao eixo de intervenção instrumental do PA, introduzindo um novo equipamento fornecedor de serviços de proximidade na Mouraria” (PA, 2011). Ainda no âmbito da reabilitação e dos novos equipamentos, “a EPUL promove a reabilitação e refuncionalização do edifício sito na Rua da Guia, 17 a 21 que funcionará como Extensão das Instalações da Junta de Freguesia do Socorro⁴⁴ para desenvolvimento das atividades do ‘Programa Ambijovem’, de prevenção primária da toxicodependência” (idem). Neste eixo, o fado é uma marca a assinalar. Assim, “promove-se a adaptação a Sítio do Fado do edifício sito no Largo da Severa, que integra a Carta Municipal de Património, e onde a tradição diz ter vivido a famosa fadista Severa. Com esta readaptação funcional, pretende-se contribuir para a valorização e divulgação do fado na Mouraria e, simultaneamente, prestar um tributo a uma figura associada à história desta expressão artística, tão emblemática da cidade e deste bairro em particular” (ibidem). A Casa da Severa “vai funcionar em articulação com o Museu do Fado, e pretende-se que seja um espaço de encontro e tertúlia para os amantes do fado e para todos em geral” (PA, 2011)., tendo “igualmente um papel de divulgação turística e de outras atividades e publicações que se relacionem com o bairro da Mouraria, das suas

⁴³ Recentemente extinta.

⁴⁴ Esta junta de freguesia também foi extinta.

vivências e tradições” (idem). Para Sofia Neuparth (2014) a valorização do fado e da tradição que se quer valorizar poderia ser feita com base no presente e não recorrendo ao passado: a “Casa da Severa (fotografia 3) é isto...é esta ideia de teres na Mouraria, mesmo no Largo da Severa uma honra à Severa. Os próprios locais acham a ideia gira por causa do quadro do Malhoa, é uma ideia completamente plastificada de que as pessoas vão ao seu livro de memórias ou não. Mas as pessoas atuais até diziam porque é que não é antes...aquele que é o tio da Vanessa e é o tio de muita gente aqui na Mouraria? (...) Fernando Maurício...ele é familiar de toda a gente de origem portuguesa aqui na Mouraria, porque é que não é a ‘Casa do Fernando Maurício’ se ele é que vivia aqui?”.

Ainda neste eixo, o PA prevê uma ação relacionada com a “Redução de Riscos e Minimização de Dano” de toxicodependência. Esta ação tem como objetivos “reduzir comportamentos de riscos associados ao consumo de drogas; aumentar o nível de proximidade dos indivíduos às estruturas de suporte às suas problemáticas; e aumentar o nível de rastreio de doenças sexualmente transmissíveis e/ou tuberculose”.



Figura 73 | Fotografia 3 do álbum ‘Conversas Visuais’ da Mouraria

O eixo quatro, relativo à valorização sociocultural e turística, “vai permitir a inclusão da Mouraria nas rotas turísticas da cidade”. Previu-se uma ação de restauro da Cerca Fernandina que “responde ao principal requisito das Parcerias para a Regeneração Urbana – Centros Históricos, que obrigava à intervenção em monumentos nacionais, permitindo configurar esse centro como um pólo de atração turística” (PA, 2011). Para além disso, a “valorização do atravessamento longitudinal de toda a Mouraria, desde o Largo do Caldas ao Largo do Intendente. É de realçar o núcleo formado pela Rua da Mouraria, Rua dos Cavaleiros, Rua do Benfornoso até ao Largo do Intendente” (idem) é outra das operações associadas a este eixo de ação. Relativamente ao ‘Corredor Intercultural’, no PA é salientada a intensa atividade de comércio grossista que dá vitalidade ao bairro. No último parágrafo relativo a esta ação, é possível ler que “esta operação é também viabilizada pela concretização de diversas ações que com ela convergem. Todos os parceiros, tanto os que já desenvolvem atividades no terreno (as associações culturais), como os que venham a instalar-se (entidades que explorem o

Centro de Inovação da Mouraria, a instalar no Quarteirão dos Lagares, ou o Sítio do Fado na Casa da Severa) como ainda privados que, com iniciativas específicas, concorram igualmente para esta Operação, desempenham um papel na promoção e na divulgação da Mouraria no contexto turístico” (ibidem).

A par de todas estas propostas de transformação para o bairro, em Março de 2011⁴⁵, António Costa mudou o seu gabinete para o Largo do Intendente. Para o autarca, “as pessoas precisam de sentir que há um comprometimento efectivo do município e das autoridades para mudar esta zona e o seu estigma” (Boaventura, 2011). A decisão da mudança foi apresentada no mesmo dia em que se discutiu a instalação de 50 câmaras de videovigilância entre a Baixa e a Praça do Chile através da Av. Almirante Reis.

2.1.5.1. Projetos paralelos ao PA – QREN Mouraria

É de salientar, neste ponto, que o PA – QREN Mouraria não foi implementado no bairro isoladamente. Na figura do Plano de Intervenção (Figura 22) é possível ter-se uma ideia dos projetos que foram decorrendo na sua órbita. Contudo, muitas vezes, foi confuso e difícil compreender quem era/é a entidade ou programa que tinha/tem a responsabilidade de uma determinada ação pois a densidade da rede que se formou é grande e complexa (Figura 74). A par desta situação, cada uma destas entidades ou programa apresenta-se como um corpo que podia ser, só por si, alvo de um estudo aprofundado. Assim, optou-se por referir todas as entidades ou programas que marcaram/marcam presença no bairro da Mouraria, dos quais se obteve informação relevante, no sentido de se encontrar um eixo estruturante no discurso das ações colocadas em prática neste território, mesmo que para isso se tivesse de sintetizar muitos dos processos.

⁴⁵ Em Março de 2014 o presidente da CML anunciou que ia voltar para o seu gabinete nos Paços do Concelho, congratulando-se com alguns dos progressos alcançados mas referindo que “vários problemas estruturais persistem” (Boaventura, 2014).



Fonte: <http://www.aimouraria.cm-lisboa.pt/plano-de-intervencao.html>

Figura 74 | Plano de Intervenção da Mouraria

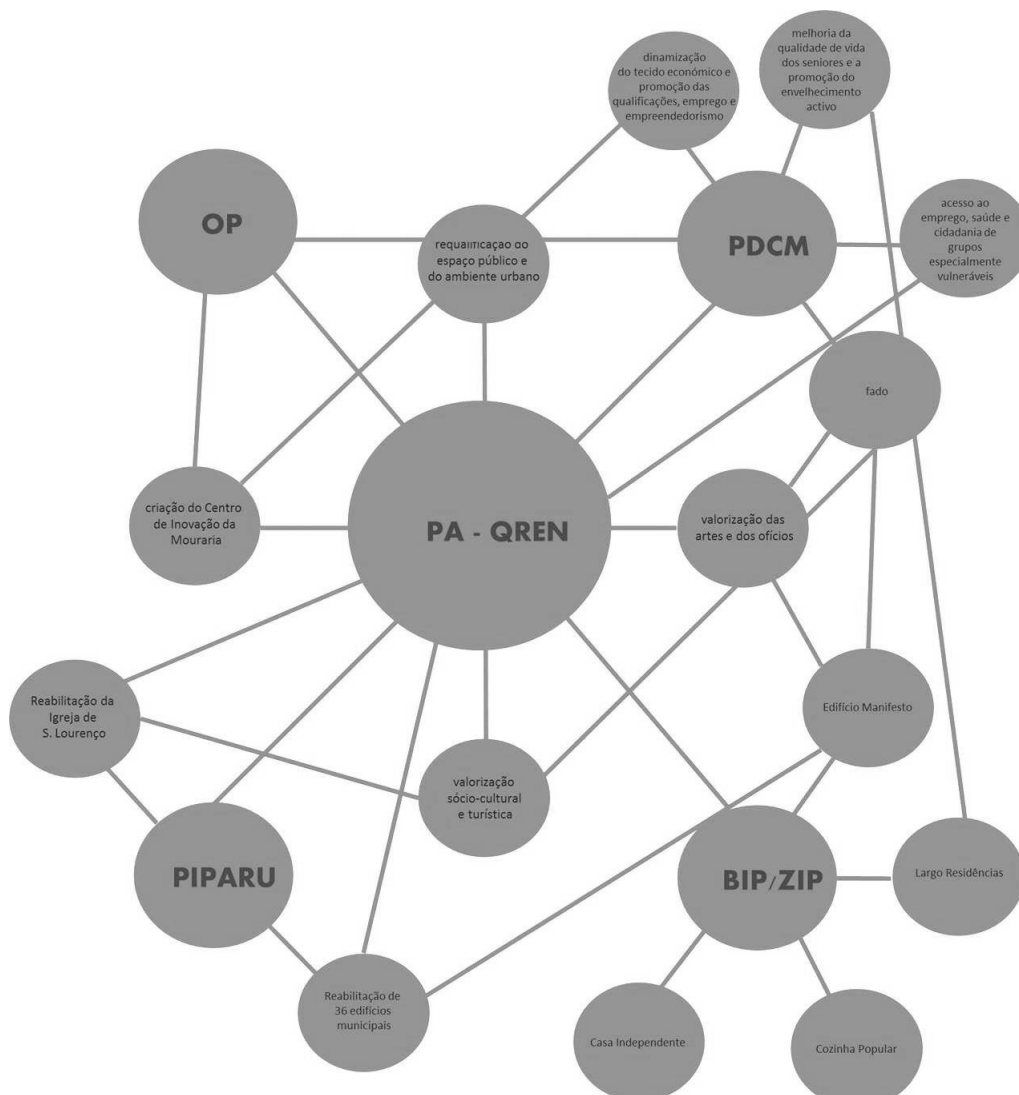


Figura 75 | Rede de ligações entre os vários projetos na Mouraria⁴⁶

Ao mesmo tempo que se executava o PA, também decorreram no bairro ações implementadas pelo programa BIP-ZIP – Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa⁴⁷. Em 2011, os projetos aprovados pela CML no âmbito deste programa, para a

⁴⁶ As siglas representam o seguinte: PA – QREN – Plano de Ação; BIP-ZIP – Bairros e Zonas de Intervenção prioritária de Lisboa; PIPARU - Programa de Investimento Prioritário em Ações de Reabilitação Urbana; OP – Orçamento Participativo; e PDCM – Plano de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria.

⁴⁷ “O Programa BIP-ZIP – Bairros e Zonas de Intervenção prioritária de Lisboa é criado pela Câmara Municipal de Lisboa, no quadro do Programa Local de Habitação (PLH), como um instrumento de política pública municipal que visa dinamizar parcerias e pequenas intervenções locais de melhoria dos “habitats” abrangidos, através do apoio a projetos levados a cabo por juntas de freguesia, associações

Mouraria, disseram respeito ao ‘Edifício Manifesto’⁴⁸ – Casa Comunitária da Mouraria (Associação Renovar a Mouraria), a ‘Cozinha Popular’ e a ‘Largo Residências’. Em 2012, apenas foi aprovado o projeto ‘Casa Independente’, no Largo do Intendente.

As ações do Programa de Investimento Prioritário em Ações de Reabilitação Urbana (PIPARU), que intervém ao nível da reabilitação do edificado, centraram-se na Igreja de São Lourenço (obra que ainda não foi iniciada até à data) e em 36 fogos em edifícios de habitação municipais.

O Programa de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria (PDCM) teve como principal financiamento a verba obtida no Orçamento Participativo (OP) através da proposta “Há vida na Mouraria”, apresentada por Sónia Barradas (uma cidadã lisboeta que apresentou o seu projeto ao OP). O projeto apresentado inicialmente ao concurso do OP foi rapidamente acolhido pelo coordenador do GABIP. No site ‘aimouraria’ (Setembro de 2012) pode ler-se o seguinte: “em Julho, quando foi pedido ao GABIP da Mouraria uma apreciação preliminar da proposta do ‘museu vivo’, para saber se podia passar para a lista final de projetos no concurso do orçamento participativo, João Menezes chamou Sónia ao gabinete e revelou o que lhe ia na cabeça: a ideia era vaga e seria chumbada antes de ir a votação mas se ela quisesse, ele e uma série de outras pessoas de quase 20 entidades envolvidas em trabalhos sociais e culturais no bairro podiam dar-lhe um empurrão e tornar a proposta mais concreta, mantendo-lhe a filosofia. Ela disse que sim”. O projeto mudou de nome, passou a chamar-se “Há vida na Mouraria”, e foi um dos cinco vencedores da edição do OP 2011/ 2012: “o PDCM foi criado para promover o desenvolvimento social e dinamizar o bairro, melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes e contribuir para uma maior abertura do bairro à cidade” (Lisboa Participa, 2012). É deste modo que surge o PDCM com um orçamento de 1 milhão de euros. No concurso seguinte (2012/2013) do OP foi o Centro de Inovação da Mouraria que ganhou. Este centro é um dos elementos âncora do plano de intervenção do bairro, já referido anteriormente: “centro de

loais, coletividades e organizações não governamentais, contribuindo para o reforço da coesão socio-territorial no município” (CML, 2010).

⁴⁸ Projeto do *atelier* de arquitectura Artéria: http://www.arteria.pt/portfolio/edificiomanifesto_7.html

desenvolvimento social, cultural e económico, localizado no Quarteirão dos Lagares, que visa ser um polo centralizador destas dimensões. Visa promover e desenvolver a dimensão de aprendizagem e formação profissional, dando um enfoque na recuperação dos edifícios tradicionais em Lisboa” (Lisboa Participa, 2013).

Retomando o PDCM, considerado um recurso de grande importância para a população do bairro, este revela uma estreita relação com o PA – QREN. Este aspeto é particularmente notado na linguagem utilizada onde se recorre, por vezes, aos mesmos ‘chavões’. Considera-se que a este nível, as questões trabalhadas deviam considerar, também, situações de maior pormenor, como por exemplo ir além do que se considera, de uma forma geral, estrutural como o emprego, a cidadania ou o envelhecimento, para se dar apenas três exemplos dos aspetos aqui abordados. O PDCM teve como origem um conjunto de instituições com base de intervenção territorial na Mouraria e um horizonte temporal de implementação até 2013 (dos objetivos intermédios). O grupo de parceiros foi constituído com 44 entidades locais, em que umas tiveram uma participação de ‘nível I’ e outras de ‘nível II’ em função da sua participação mais ou menos ativa. Assim, nas entidades de ‘nível I’ faziam parte⁴⁹: a Artéria⁵⁰, a Associação Conversas de Rua, a Associação Crescer na Maior, a Associação Renovar a Mouraria, a Associação SOU – Residências Artísticas Largo, CML - Gabinete Lisboa Encruzilhada de Mundos (GLEM), a Polícia Municipal, CML – Departamento de Educação, o c.e.m. – centro em movimento⁵¹, o Contacto Cultural⁵², o Grupo Português de Ativistas sobre Tratamentos de VIH/SIDA (GAT), a Liga Portuguesa contra a Sida, os Médicos do Mundo, a Obra Social das Irmãs Oblatas, a Junta de Freguesia do Socorro, a Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, a Junta de Freguesia de Santa Justa e a Junta de Freguesia dos Anjos. Esta foi a base inicial de entidades que se organizou, em reuniões mensais, para estruturar o PDCM. Do trabalho realizado por este grupo de entidades resultou um diagnóstico social, onde foram apontados como principais necessidades/problemas: a degradação do

⁴⁹ Para aceder à informação sobre as entidades do ‘nível II’ consultar: <http://www.aimouraria.cm-lisboa.pt/pdcm.html>

⁵⁰ Atelier de arquitectura que concebeu o projeto ‘Edifício Manifesto’ para a Associação Renovar a Mouraria ao abrigo do programa BIP/ZIP.

⁵¹ Que saiu desta parceria por desacordo com a forma como algumas questões estavam a ser colocadas e postas em prática.

⁵² Tal como o c.e.m- centro em movimento abandonou a parceria.

espaço habitacional e do espaço público, considerando existir um elevado número de fogos devolutos; a recolha seletiva ser insuficiente, o incumprimento dos horários de deposição de lixo e a falta de locais com contentores; a insuficiente consulta e envolvimento da população no planeamento da reabilitação urbana em curso; a ausência de serviços de proximidade com respostas dirigidas aos grupos sociais mais vulneráveis; a má imagem do bairro, o sentimento de insegurança e a falta de policiamento; a dificuldade de acesso à habitação na Mouraria devido ao aumento das rendas; o isolamento dos idosos, a ausência de respostas na área da saúde e dificuldades de mobilidade; o desinteresse pela escola dos jovens e a ausência de respostas de emprego e formação; a identidade da Mouraria em mudança devida à presença de várias culturas imigrantes; os lugares de estacionamento insuficientes e parques demasiado caros; ausência de equipamentos e espaços de lazer para crianças, jovens e idosos; e a falta de mobiliário urbano para usufruto do espaço público e problemas de acessibilidade (PDCM, 2012). Perante este diagnóstico, identificaram-se as principais linhas de atuação: o combate à especulação imobiliária e a promoção de bolsas de arrendamento social; o incentivo a projetos de reabilitação *low-cost* com base num urbanismo de proximidade; a promoção da participação cívica e do associativismo de base local; o aumento da oferta lúdica e cultural de forma integrada; a criação de novos equipamentos no bairro e serviços de apoio aos grupos sociais mais vulneráveis; a melhoria da integração das comunidades imigrantes e a promoção da mediação intercultural; a melhoria das acessibilidades e mobilidade no bairro; a melhoria das condições de vida dos idosos; a melhoria da limpeza do espaço público; o incremento da qualidade de vida e da imagem da Mouraria; as novas ocupações do espaço público, com introdução de mobiliário urbano e novos espaços verdes; o combate ao desemprego e ao abandono escolar, com projetos de formação e empreendedorismo; e a valorização da identidade histórica e cultural da Mouraria e a promoção do turismo cultural (idem).

O PDCM definiu a sua missão, a sua visão e os valores pelos quais se pautava (Figura 76) e a partir daí foram pensados os projetos que consideraram de maior relevo para o bairro considerando quatro eixos: 1) dinamização do tecido económico e promoção das qualificações, emprego e empreendedorismo; 2) melhoria da qualidade de vida

dos seniores e a promoção do envelhecimento ativo; 3) acesso ao emprego, saúde e cidadania de grupos especialmente vulneráveis (trabalhadores(as) do sexo, utilizadores de droga e sem-abrigo); e 4) o fado. Assim, e de acordo com o site aimouraria os projetos do PDCM são os seguintes (Figura 77):

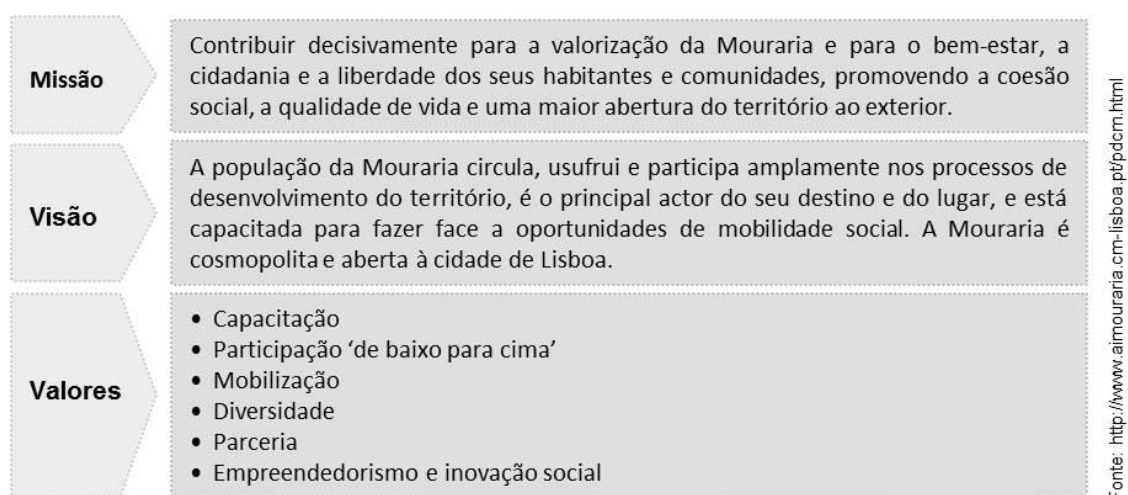


Figura 76 | Missão, visão e valores do PDCM

NOME DO PROJECTO	NOME DA ENTIDADE PROMOTORA
Mouraria Empreende	Audax
Mouraria há comércio Noite e Dia	Escola de Comércio de Lisboa
Activa_te Mouraria	Cooperativa Mil Pés
Mouraria + Emprego	Agência de Empreendedores Sociais
Se esta casa fosse nossa	Artéria
Bolsa para obras e reparações	Artéria
Start-up Mouraria	Beta i
Muda o bairro	Associação Renovar a Mouraria
Formação de guias turísticos	Associação Renovar a Mouraria
Guia da Mouraria	Associação Renovar a Mouraria
Catering Cozinhas do Mundo	Cozinha Popular
Mouraria activa – dispositivo local de acompanhamento	Conversas de rua
Mouraria Activa – envelhecimento activo	Conversas de rua / Associação SOU
Act – 6 projectos (pequenas acções dentro do projecto)	Associação SOU/ Conversas de rua
Banco de tempo da Mouraria	Associação Renovar a Mouraria
Oficinas de ilustração para crianças, pais e avós	Associação Renovar a Mouraria
Da Mouraria ao Museu, do Museu à Mouraria	Associação Renovar a Mouraria
Rosa Maria	Associação Renovar a Mouraria
Equipas de rua da Mouraria	Crescer na Maior
Unidade Móvel de Rastreios + Saúde	Liga Portuguesa Contra a Sida
In Mouraria	Grupo de Activistas Tratamento HIV/ Irmãs Oblatas
Escola de Fado	Grupo Desportivo da Mouraria/ Junta de Freguesia do Socorro
Há Fado nas tascas e restaurantes da Mouraria	Associação Renovar a Mouraria

Fonte: <http://www.aimouraria.cm-lisboa.pt/>

Figura 77 | Projetos PDCM

Em 2012, e no âmbito do PDCM, foi criada a rede ‘Bairros’ com o objetivo de potenciar as atividades dos seus membros e de outros atores locais através de processos de capacitação e de inovação que favoreçam a partilha, a dinamização de recursos do território e a criação de novas sinergias. Esta é uma rede de organizações e indivíduos que atuam no território da Mouraria, que colaboram para melhorar a qualidade de vida do bairro e reduzir os fenómenos de exclusão social que o caracterizam. Contudo, esta rede de desenvolvimento local da Mouraria, apesar das suas raízes locais, a sua ação “tem como horizonte outras experiências locais, nacionais e internacionais, às quais procura ligar-se através da promoção de parcerias que facilitem a troca de conhecimento e a inovação dos processos de desenvolvimento local” (Bairros, 2012). Em Fevereiro do presente ano, esta rede candidatou-se à gestão do Centro de Inovação da Mouraria (projeto do OP).

A teia adensa-se um pouco mais quando em Março, do presente ano, o projeto ‘*My neighbourhood, my city*’⁵³ se instala na Mouraria com o apoio da ‘Bairros’. Este projeto tem como objetivos gerais “criar uma vivência de bairro baseada na proximidade e na entreajuda, dinamizando a atividade económica e a criação de emprego, reforçando laços de solidariedade e do espírito da identidade local e contribuindo para a humanização dos laços sociais. Para o efeito, pretende-se introduzir e envolver os vizinhos, no mundo, para as potencialidades das novas tecnologias” (Lerberghe, 2014: s/p). Este é um projeto financiado pela Comissão Europeia – ICT Policy Support Program, que envolve 16 parceiros de 7 países europeus (Bélgica, Noruega, Finlândia, Reino Unido, Dinamarca, Portugal e Itália). Na Mouraria, este projeto tem como parceiros: a Bairros, a Artéria, a Casa da Achada, a Casa da Severa, a Cozinha Popular, a Dress for Sucess, o GABIP, o GAT – IN Mouraria, o Grupo Desportivo da Mouraria, as Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor, Mouraria + Emprego, o Mercado de Fusão, a Real Irmandade da Senhora da Saúde e a Associação Renovar a Mouraria.

Um outro aspeto importante no processo de transformação do bairro é o Mercado de Fusão. Com o aumento da decadência da praça do Martim Moniz, a CML decide implementar um novo plano para este espaço. Assim, em 2011 a CML assinou um protocolo com a EPUL para a implementação e gestão dos quiosques localizados na

⁵³ É um projeto da empresa ‘Alfamicro’.

praça e que tinham a pouca utilização, já referida anteriormente. Neste contexto, a EPUL lançou um concurso que foi ganho pela NCS (Número de Ciclos por Segundo), empresa que também ‘revitalizou’ o Cais do Sodré, a LxFactory e o Hospital do Desterro, e criou o Out Jazz. No *site* da NCS pode ler-se que o no Mercado de Fusão “na Praça do Martim Moniz provam-se sabores do Mundo e respira-se cultura. A premissa de partida é que este seja um espaço dinâmico, ponto e ponte de contacto através da gastronomia, intervenções artísticas, instalações, cinema, exposições, *workshops*, música, feira e muita animação”. Para José Rebelo Pinto, dono da NCS, em entrevista à Notícias Magazine (2014), “o Martim Moniz é o lugar ideal para se combinar a mercearia indiana com umas lojas de *streetwear* urbano como as do Bairro Alto” e continua referindo que “a tendência dos grandes centros urbanos é dinamizar sítios *trashy*, criando oportunidades para os que cá vivem e os que chegam”. Mas este era assim um espaço tão *trashy*? E será que os habitantes do bairro frequentam este novo espaço? Nuno Franco (2013) refere que “o mercado de fusão quando abriu não tinha ninguém do bairro e ainda hoje não tem muita gente. Agora começa a pouco e pouco a ter mas houve imensas críticas das pessoas do bairro ao mercado de fusão. Que as pessoas olhavam para o mercado de fusão como uma coisa burguesa, como uma coisa que não era para eles, como uma coisa que...tu andas e vês...as mulheres do bairro, andam imensas com bata e não sei que mais, nem vestem um vestido, então elas não vão para o mercado de fusão, sentar-se na esplanada porque tu estás bem vestida, tu e outras mulheres que lá estão, estão bem vestidas, estão bem arranjadas, então elas enquanto mulheres também não se sentem bem ali, porque também parecem umas matrafonas, estás a perceber? Então esta mentalidade é difícil de combater. Por mais que tu digas às pessoas misturem-se, as pessoas não se misturam. E é um drama”.

Através do inquérito dirigido aos residentes da Mouraria (Projeto RUcaS PTDC/CS-GEO/115603/2009), em que se obtiveram 400 respostas válidas soube-se que cerca de 79% da população do bairro responde que costuma utilizar o espaço público para passear (42%), para lazer (28%) ou de passagem (24%) e quando questionados sobre quais os espaços que costumam utilizar referem os Largos do Intendente e do Martim Moniz (os dois com mais de 20%). Contudo, quando questionados sobre se

frequentam o Mercado de Fusão, 81,25% respondem que não frequentam aquele espaço, o que justificam com respostas como ‘não gosto’ (25%), ‘só de passagem’ (17,76%) ou ‘não me identifico com o lugar’ (6,75%).

Aparentemente, há um processo de exclusão/expulsão neste espaço onde os habitantes do bairro não se sentem confortáveis ou disponíveis para o frequentar. Os preços praticados neste novo espaço podem ser outro fator de afastamento da população do bairro. Contudo, este processo parece ter como objetivo continuar pois o dono da NCS pretende abrir um bar (‘Topo’⁵⁴) no último andar do Centro Comercial Martim Moniz “para cativar aquele público que prefere o Príncipe Real, por ser mais chique” (Notícias Magazine, 2014). Seguindo esta vertente ‘chique’, comprou, também, “um estúdio no qual conta abrir um restaurante ilegal⁵⁵ de alto nível, com um *chef* de cozinha e menus a 50 euros, acreditando que muitas vezes as coisas têm de ser feitas à revelia antes de os licenciamentos chegarem: ‘o segredo é ser pioneiro, ver o que não existe e fazê-lo de raiz” (Notícias Magazine, 2014). A questão que aqui se coloca é que restaurantes ‘ilegais’ na Mouraria existem muitos e com grande fama, justificados pelas muitas burocracias e pelos custos elevados para a legalização. Contudo, o preço das refeições é muito reduzido, o que beneficia os seus frequentadores, essencialmente jovens estudantes e estrangeiros. Pelo contrário, José Rebelo Pinto pretende chamar uma clientela de elite, ‘a que pode pagar’, pretendendo mudar-lhe, apenas, os lugares de preferência. Tratar-se-á de uma encenação da vida real de um habitante pobre mas misturando luxo? Ou será apenas um ‘elogio’ à pobreza?

O Largo do Martim Moniz foi sofrendo grandes mudanças provocando movimentos ora de afastamento para uns, ora de aproximação para outros. Deste movimento ressaltam também outras dinâmicas que, por vezes, são descuradas quando se refere a

⁵⁴ O aproveitamento dos últimos andares de edifícios não residenciais está muito em moda na cidade de Lisboa. Os últimos pisos de silos automóveis têm estado a ser utilizados para restaurantes e esplanadas com um custo médio, médio-alto. Veja-se, por exemplo, o que acontece no silo do mercado do Chão-do-Loureiro ou no silo da Calçada do Combro.

⁵⁵ Na Mouraria existem diversos restaurantes ilegais ou não licenciados propriedade de cidadãos de nacionalidade chinesa.

transformação de um espaço: a alteração de quotidianos e de vidas que ali já estavam estabelecidas para que a imagem de um largo cosmopolita fosse privilegiada. Sofia Neuparth (2014) não tem dúvidas sobre este processo e refere que “isso é tudo para *show off*... (...) é o *ex libris* do absurdo...do absurdo. Como é que tu tiras do Largo do Martim Moniz os quiosques de pessoas africanas, ou de pessoas do Bangladesh ou de pessoas que ali estavam para colocares aqueles quiosques todos XPTO um cantinho de África, um cantinho da Índia, um cantinho da China...quer dizer, tu tiras as pessoas reais que lá estavam, que vão todos para o desemprego, não sei fazer o quê, depois de terem conseguido ter ali a sua clientela, criar os seus nichos”.

2.1.5.2. COMO SÃO VISTAS AS MUDANÇAS NO BAIRRO?

As mudanças no bairro são olhadas de forma diferente em função de quem as considera. Se há uns que dizem que as mudanças foram muitas, há outros que consideram que as mudanças só aconteceram para alguns. Ao longo dos anos, como foi possível verificar nos pontos anteriores, o bairro foi alvo de uma série de transformações que resultaram em processos de renovação urbana (durante o Estado Novo), de reabilitação urbana (no pós-25 de Abril e durante os anos 1990) e, mais recentemente, em planos e projetos que pretendem mudar a ‘má fama’ do bairro (Figura 78). Deste modo, pretende-se aqui colocar em paralelo quatro discursos: o do coordenador do GABIP, o de associações envolvidas no processo, o de *practitioners* e o da população residente no bairro, como foi referido inicialmente. Neste contexto, e tendo por base estes quatro ‘discursos’ e como já foi referido anteriormente, pretende-se confrontar as diferentes visões e perspetivas para o bairro, tentando-se compreender o que de mais relevante é considerado por cada um.



Figura 78 | Síntese cronológica das transformações no bairro da Mouraria

Para João Meneses (2013), o coordenador do Gabinete de Apoio ao Bairro de Intervenção Prioritária (GABIP) da Mouraria e do projeto QREN (aiMouraria⁵⁶), o bairro “passou por um processo, está a passar pela reabilitação quer na frente física, reabilitação urbana, espaço público, alguns edifícios reabilitados, quer na frente social. Nós aí chamamos revitalização, não reabilitação, e o objetivo de ambas as frentes de trabalho é melhorar a vida daqueles que já cá vivem e atrair novos públicos, sejam eles moradores, visitantes, investidores, comerciantes, empresários, turistas, o que for, os novos (...) ou seja, uma dupla frente, física e humana (...) o que nós chamamos o *hardware* e o *software*”. Na mesma linha, Nuno Franco (2013) considera que “há grandes mudanças dentro do bairro da Mouraria. Que o espaço público está reorganizado, que o estacionamento está mais reorganizado, a pouco e pouco está-se a recuperar alguns edifícios e há muitos projetos interessantes: criou-se um gabinete para quem procura emprego, criou-se um gabinete para apoiar os toxicodependentes e as prostitutas, criou-se, acima de tudo, um programa de desenvolvimento comunitário para a Mouraria que envolve 17 organizações que estão no terreno. E criou-se todo um movimento, desde a promoção do fado, ou da rota dos restaurantes e das tasquinhas da Mouraria, a casa comunitária, a cozinha popular, um imenso leque de coisas que estão a ser criadas ou já foram criadas, ou vão ser criadas e que deram uma maior autoestima às pessoas e estão, a pouco e pouco, de uma forma muito lenta a mudar o bairro”. Para Marta Silva (2013), da Largo Residências, a situação não é assim tão clara e considera que as recentes transformações no bairro “tem os seus lados positivos e tem os seus lados negativos relacionados com a pressa na transformação ou pelo menos na necessidade que existe de provar ao mundo e ao contribuinte que investe e que é responsável pelo investimento, de qua as coisas resultam e algumas vezes eu sinto que algumas coisas que se fazem em termos de atividade, algumas medidas que se tomam em termos de legislação e regulamentos e algumas alterações de funcionamento que são um bocado apressadas e que nem sempre dão tempo à dinâmica que já cá estava de se manter ou de se alterar gradualmente ou de se voltar, como é o caso dos bares (...) claro que isto pode ter um objetivo de alteração de algumas dinâmicas mas ao mesmo tempo não permite sequer

⁵⁶ aiMouraria Requalificar o passado para construir o futuro | <http://www.aimouraria.cm-lisboa.pt/>

uma transição ou uma adequação de adaptação a uma coisa e cria um fenómeno contraditório num processo de tentativa de desenvolvimento sócio-territorial e urbanístico, que é o desemprego”. A situação do tempo também é referida por Sofia Neuparth (2014), diretora do c.e.m – centro em movimento, quando fala das possibilidades que o trabalho que têm feito gera: “dessa coisa de construirmos juntos o que quer que seja que esteja no desejo do momento, cria uma disponibilidade e uma ternura, uma *tendress*, *tendress* também no sentido de flexibilidade nas pessoas e nos lugares que me parece um terreno muito fértil para a implementação deste tipo de coisa. Eu tenho muitas dúvidas sobre isso mas um lado, tu ao caminhares lado a lado com as pessoas estás a potenciar um sentido crítico, uma capacidade de ver, de não te subjugares ao que te aparece, mas leva muitos anos de florescimento, de fortalecimento de si mesmo, dessa criação de autonomia”.

Os tempos lentos do bairro popular e os tempos rápidos da necessidade quase imediata de se sentir um efeito das mudanças parecem entrar aqui em colisão. Por um lado, projetos e orçamentos limitam e aceleram os processos mas, por outro, as dinâmicas sociais ou culturais puxam para trás num movimento de resistência. Nuno Franco (2013) julga que “vai demorar anos. Eu diria mesmo que vai demorar mais de uma década até que isto se sinta aqui uma mudança realmente grande no bairro. Isto não se faz em menos tempo, é impossível (...) sim, apesar das transformações físicas e da vinda de outras pessoas para o bairro. Claro que isso irá mudar mas não vai mudar muito. Já passou um ano e tu vês. Está tudo muito melhor. Melhorou muito. Há muita coisa que realmente mudou. Mas há coisas que ainda estão aí com força, como é a questão do tráfico de droga, não houve mudança nenhuma no tráfico de droga dentro do bairro. Portanto, as pessoas podiam ter tido um bocado de cuidado e ter dito, ‘olha, vamos deixar-nos disso’. Não, não. Eles estão aqui alcandorados, vieram para ficar (...) É uma tristeza mas é verdade. Não conseguimos, ainda, mudar a Mouraria. Conseguimos alterar um pouco, um pouquinho mas não mudámos a Mouraria. Podemos ter mudado algumas mentalidades mas a Mouraria no seu conjunto ainda não mudou”.

Os habitantes do bairro que responderam ao questionário consideraram que as transformações têm sido positivas (81%) (Figura 79). Mas apesar de as considerarem

benéficas, referem que existem algumas questões que devem ser tidas em consideração: a degradação dos edifícios, o lixo e o pavimento (novo) escorregadio para os idosos. Quando questionadas sobre o que ‘parece estar a acontecer’ no bairro, as pessoas que responderam à pergunta aproveitaram para expor os problemas que consideram existir no bairro, aprofundando-os e direcionando-os para questões muito específicas. Assim, as respostas dadas nesta questão aparentam ser mais próximas da realidade pessoal de cada pessoa e mais dirigidas para situações concretas do ponto de vista individual. Apesar de terem respondido que as recentes transformações no bairro são positivas, nesta questão as respostas afastam-se desta consideração e misturam-se problemas e opiniões positivas: 23% responde que muito se tem feito ao nível da reabilitação urbana, 19% fala dos arranjos ao nível do espaço público, 8% considera que a qualidade de vida da população melhorou e 5% considera, mesmo, que se verificam grandes melhorias no bairro. Contudo, 9% das respostas referem que ‘ainda falta muito para o bairro ficar melhor’, 6% refere que só em algumas partes do bairro se tem feito alguma coisa (são referidos os largos como principal exemplo de transformação) e 4% das respostas identificam que ainda há muita degradação ao nível do património edificado.

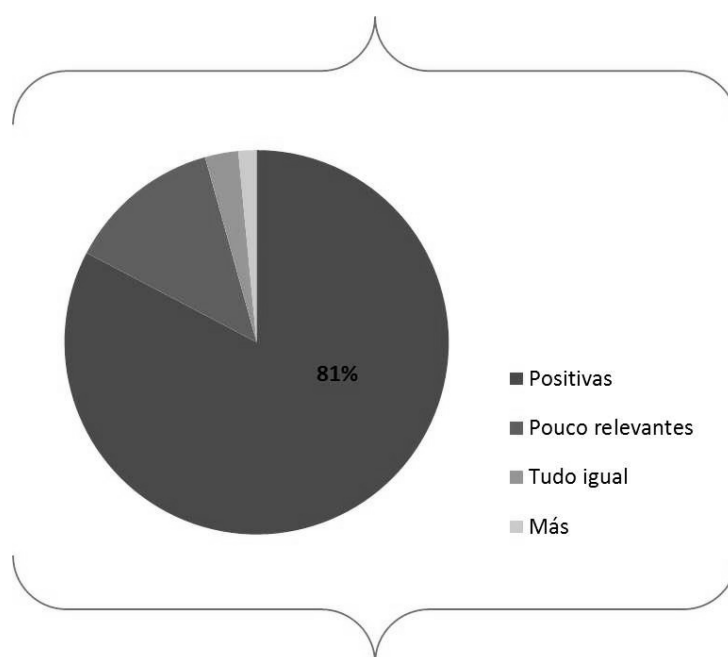


Figura 79 | As recentes transformações no bairro

Quando a questão se foca nos principais problemas do bairro há um eixo que conduz as respostas. Para João Meneses (2013) há mitos que custam a desfazer, “é uma erosão muito lenta a desfazer esses mitos. Mitos que podem ter sido realidade. Desfazer essas percepções, esses rótulos, demora muito tempo. O coordenador do GABIP refere que a prostituição continua, tal como o tráfico de droga mas que estão ativamente a trabalhar para, por exemplo, no caso da prostituição, dar alternativas de emprego. E temos tido alguns sucessos e vamos continuar a ter este ano. E pode crer que se falarmos daqui a seis meses mais sucessos teremos tido. Ainda agora vamos colocar seis mulheres na Junta de Freguesia de S. José a trabalhar com os programas do IEFP, do centro de emprego, com bolsas, mas mesmo que não saiam da prostituição, as horas que lá estão são horas que não estão na prostituição e vão ganhar qualificações. Vamos ter um curso de qualificações para mulheres em situação de prostituição”. Na continuidade da questão da prostituição, refere que também a droga/ toxicodependência não é uma questão fácil: “agora, por exemplo, no caso da droga, vamos começar um projeto que é o ‘*housing first*’ (...) não é novidade, em Lisboa já existe. Vamos dar casa, casa, ou seja arrendamento em regime aberto no mercado, nós pagamos a renda mensal a estas pessoas que vivem na rua, sem-abrigo, toxicodependentes, etc., ou que vivem em condições muito precárias, prostitutas... nós pagamos a renda mensal, damos apoio psicoterapêutico à pessoa e damos ainda tudo o resto que damos hoje, apoio às qualificações, ou apoio ao empreendedorismo, ou encaminhamento para tratamento de álcool ou droga”. Este encaminhamento para o empreendedorismo ou para formação assenta no pressuposto moral e paternalista de que aquele é o caminho errado, que aquelas pessoas, que até podem querer ser prostitutas⁵⁷ ou viver na rua não o podem ser ou fazer: “faz-nos pensar acerca do poder de decisão sobre a vida das pessoas e a forma como os corpos-habitantes resistem e permanecem apesar das mudanças” (Lemos, 2013: s/p).

Nuno Franco (2013) na sua entrevista refere que a Associação Renovar a Mouraria elencou um conjunto de problemas existentes no bairro: “não só no espaço edificado, cheio de problemas, o espaço urbano, também com imensos problemas...o

⁵⁷ Veja-se, sobre o trabalho com mulheres em contexto de prostituição de rua: <http://www.teatrotuca.com.br/download/mariana-lemos-cru.pdf> e <http://corporesistentenaurbe.wordpress.com>

estacionamento caótico, a ausência de parques infantis, a ausência de jardins, tráfico de droga a céu aberto em alguns locais, ausência de soluções convenientes com continuidade para a prostituição que existia aqui na zona, também o abandono escolar e o abandono dos idosos, precisamos muitas vezes de soluções para o problema dos idosos no bairro”.

Para a população residente no bairro que respondeu à questão ‘Quais são, para si, os principais problemas do bairro?’, a resposta parece ser clara (Figura 80). Cerca de 25% das pessoas que responderam referiram problemas relacionados com droga (tráfico e consumo), para 12,3% os principais problemas relacionam-se com a degradação do património edificado e 11% refere a insegurança. A prostituição aparece em 6º lugar nas respostas com cerca de 7,2%.

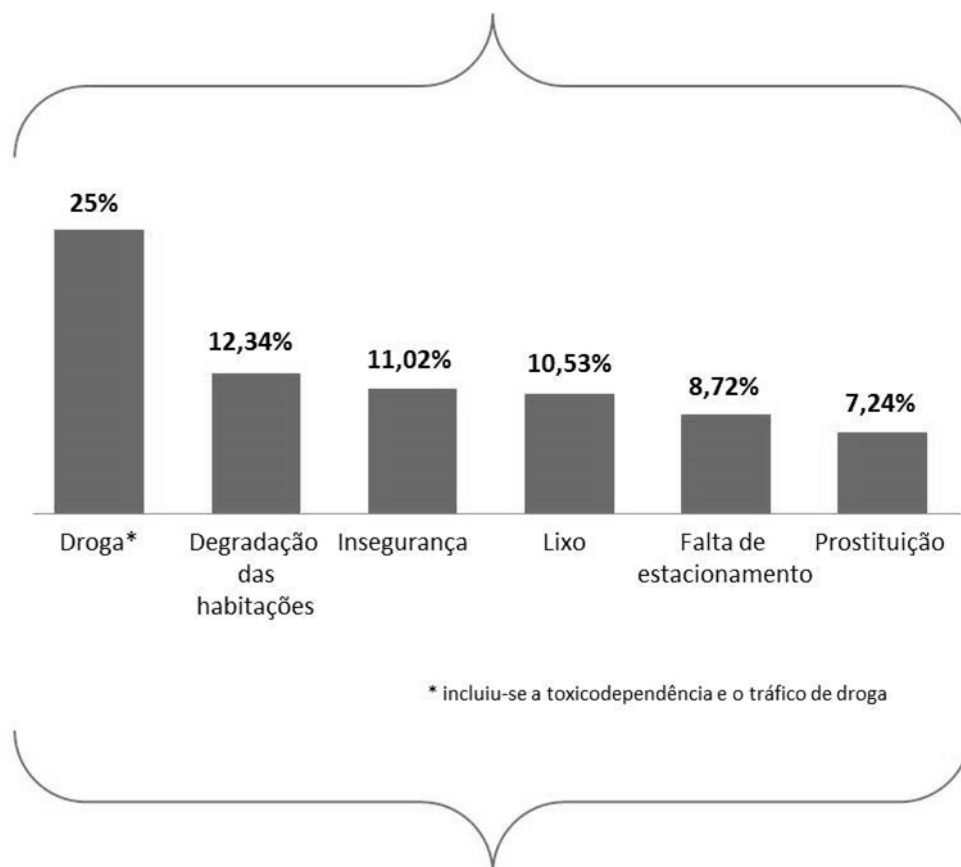


Figura 80 | Os principais problemas do bairro

As últimas observações feitas no bairro permitem mencionar que tanto as situações relacionadas com droga (tráfico e consumo) como as ligadas prostituição têm sido afastadas para a margem. Ou seja, estes processos ou fenómenos, como também são apelidados, deixaram de estar tão visíveis. O Largo do Intendente era um dos espaços referenciados para estas práticas. Contudo, atualmente, verifica-se que o Largo está 'limpo' e vigiado pela polícia 24 horas por dia mas que nas ruas que lhe estão adjacentes- Rua dos Anjos ou Rua do Benfornoso, por exemplo- o corrupio se intensificou (Figura 81). Nestas ruas é possível observar uma maior concentração de toxicodependentes e mulheres em contexto de prostituição de rua.

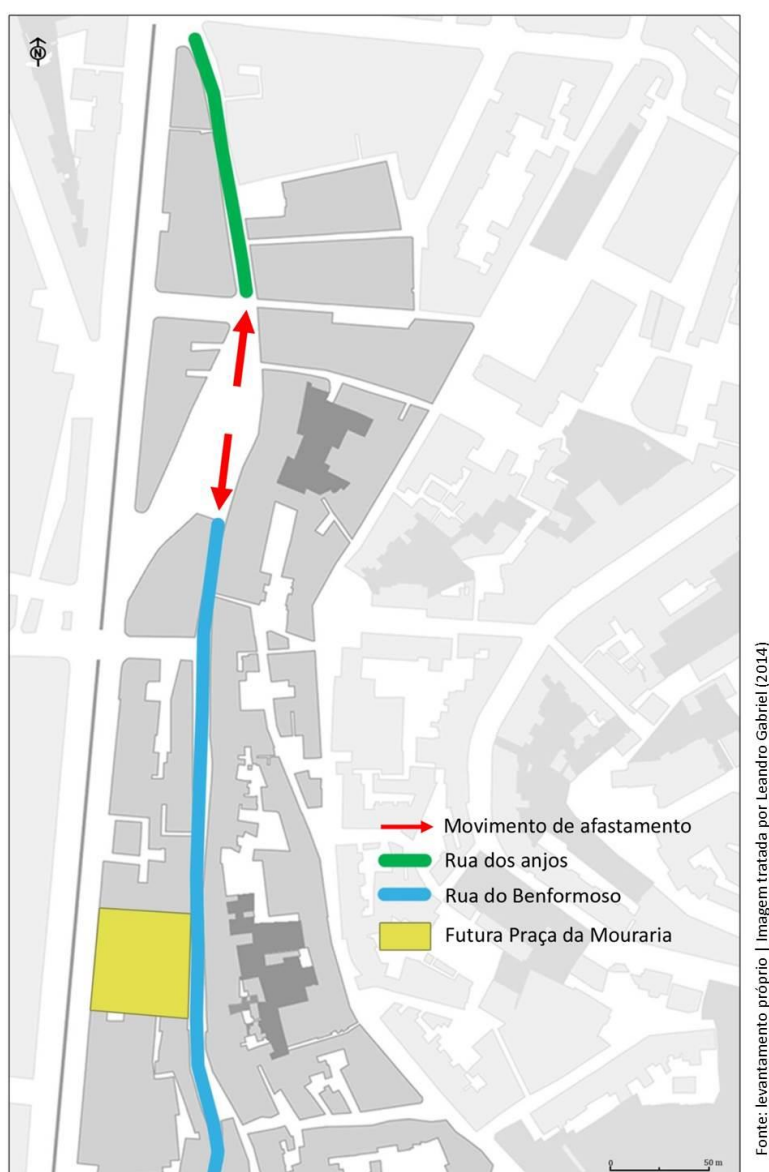
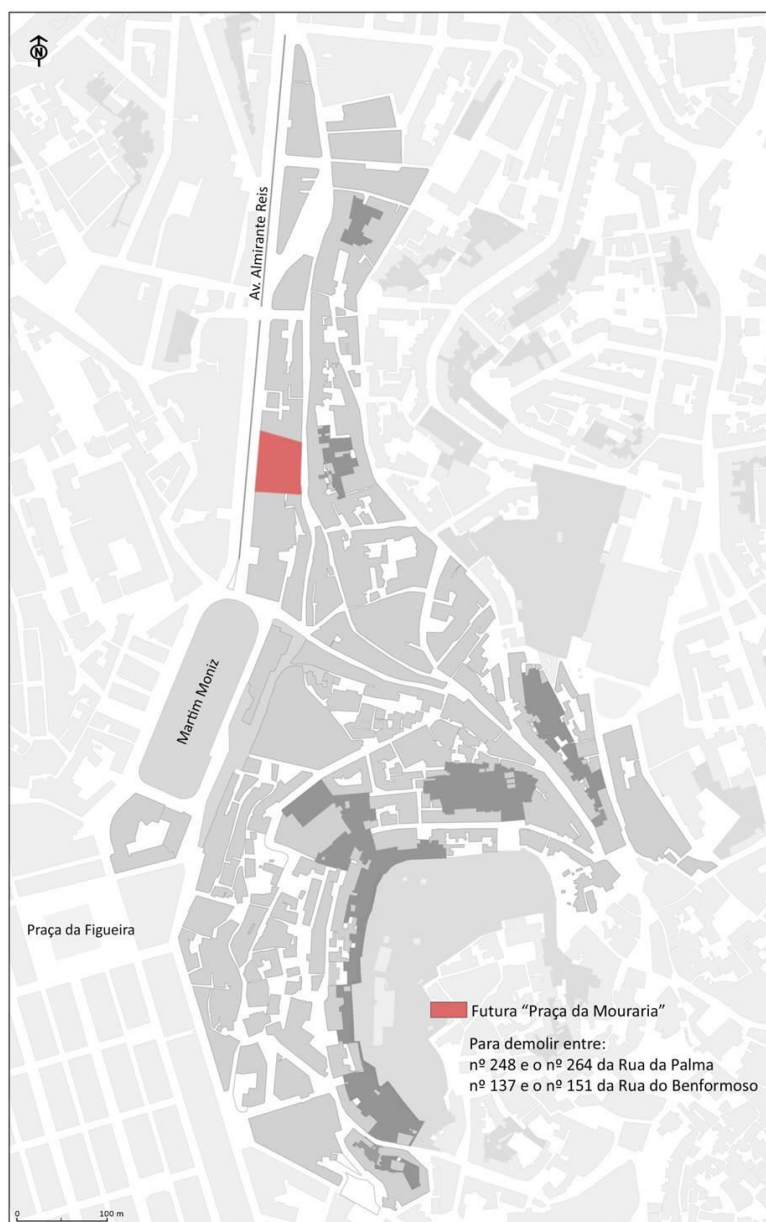


Figura 81 | Movimento de afastamento relativamente ao Largo do Intendente

Perante este facto e a impossibilidade de resolver um problema estrutural que se vem desenrolando ao longo dos anos, a CML aprovou a proposta de estudo prévio da Praça da Mouraria. Esta praça irá abrir a ligação entre a Rua da Palma e a Rua do Benfornoso permitindo tornar mais visível e penetrável esta última rua. Para isso, será necessário demolir os edifícios que se localizam entre os números 248 e 264 da Rua da Palma⁵⁸ e os edifícios entre os números 137 e 151 da Rua do Benfornoso (Figura 82).



Fonte: Proposta nº 32/2012, CML | Imagem tratada por Leandro Gabriel (2014)

Figura 82 | Praça da Mouraria

⁵⁸ No número 250 da Rua da Palma localiza-se a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto que refere nunca ter sido contactada sobre a situação em causa (Ribeiro, 2013).

A abertura desta praça “possibilitará o atravessamento pedonal” entre as duas ruas e no espaço ganho com as demolições “serão construídos três blocos, dois deles perpendiculares aos eixos viários e um terceiro paralelo, por forma a garantir a continuidade da frente urbana da Rua da Palma” (CML, 2012). Num dos blocos prevê-se a instalação de uma mesquita.

Perante a complexidade da cidade e as rápidas mudanças, também de comportamento, não é de estranhar que muitos cidadãos procurem a segurança como reação ao medo, ao outro, ao estranho, ao desconhecido: “ciertamente es más fácil asumir la complejidad de la sociedad actual como un problema y una afronta que como una oportunidad de replantear las formas organizativas de la convivencia” (Albet et al, 2006: 441). A apropriação dos conceitos de segurança e insegurança nos discursos, das últimas décadas, têm vindo a “estreitar os âmbitos semânticos através de reduções sucessivas”, sedimentando-os em “significados empobrecidos – sem que essa redução seja neutra do ponto de vista político” (Cunha e Durão, 2011: 54). Também a redução do papel do Estado⁵⁹, limitando-se, muitas vezes, apenas a uma dimensão criminal ou securitária, passa a dar à segurança um papel cénico e espetacularizado no espaço público. Deste modo, Cohen (2002) refere a existência de esquemas básicos de fabricação de ‘pânicos morais’ e da reafirmação de um poder que garanta a ordem como acontece, por exemplo, com a colocação de câmaras de videovigilância ou o aumento da segurança em determinados espaços.

Cunha e Durão (2011: 56) consideram que “há uma ordem de aspetos invisíveis, não quantificáveis mas poderosamente presentes e aos quais genericamente se chama ‘fatores subjetivos’. Toda essa subjetividade ganha contornos de entidade nas políticas públicas. Mas o medo não é pré-discursivo. É produzido como categoria através das atividades de agências, poderes e saberes que lhe moldam o conteúdo através da forma como trabalham, refinam, testam e reportam esse medo”. Estes aspetos invisíveis e os fatores subjetivos centram-se no medo do outro, do desconhecido, do estrangeiro (como já foi referido anteriormente no capítulo ‘A cidade dividida’). Ruiz

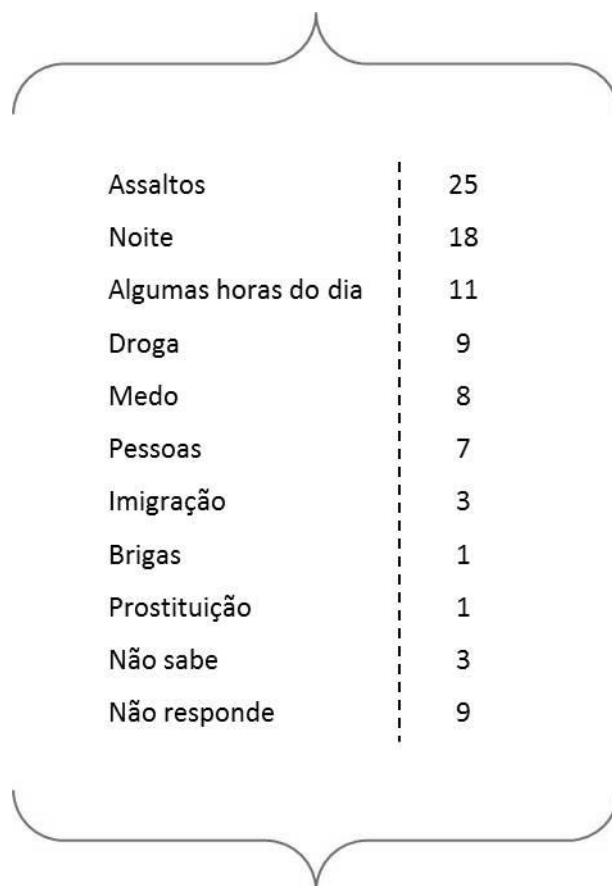
⁵⁹ A rápida “mutação do mercado de trabalho, traduzida na crise do pleno emprego e do estatuto salarial estável, e a destabilização do acesso a pilares do Estado social, como sejam a protecção social ou os serviços públicos” (Cunha e Durão, 2011: 55) provoca sentimentos de insegurança.

(2013: 30) refere que “El resquebrajamiento de la capacidad de experiencia coletiva ha terminado por minar incluso a las propias instituciones políticas, que padecen una fuerte deslegitimación. La única implicación ciudadana presente en ellas parece ser un mero carácter de ‘representación’, pero no de participación”. No seguimento destas afirmações a autora (ídem) coloca uma série de questões: “se vuelve a hablar de la necesidad de una confianza social. Pero ¿es posible una cultura de confianza sobre la base de una ideología de la seguridad que exaspera y requiere un clima social de temor? En estas condiciones, ¿es realmente la seguridad un factor para el desarrollo, como muchos líderes políticos, especialmente a escala local, repiten a menudo o más bien se trata de lo contrario, que ciertas condiciones de expansión del capital requieren unas determinadas formas de control de la población? Por decirlo con una paradoja ¿son ese tipo de ciudades seguras ciudades realmente seguras? Para quién?”

Quando se tem em consideração as respostas recolhidas por questionário na Mouraria (pergunta: ‘Sente-se seguro(a) nas ruas da Mouraria?’) é possível verificar que 76% das pessoas refere que se sente segura no bairro. Das 23,7% pessoas que consideraram não se sentir seguras na Mouraria, a explicação dirige-se para a existência de assaltos, para a insegurança noturna ou em certos locais durante o dia. O assunto ‘droga’ (tráfico e consumo) aparece também referido, 9 vezes. Nuno Franco (2013) refere que “a polícia não consegue ter nenhum controlo. Não consegue. Porque eles são moradores do bairro, a droga não está com eles...sem provas. E portanto esta situação que se vive aqui é uma situação muito...”. No entanto, e ao contrário do noticiado por muitos grupos de media, a insegurança verificada não é, maioritariamente, atribuída à imigração (3 respostas) ou à prostituição (1 resposta) (Figura 83). Contudo, é de referir que se juntarmos as respostas ‘pessoas’ e ‘imigração’, à justificação de se sentir inseguro na Mouraria, o valor passa para 10, ficando como a quarta resposta mais dada. Como refere Zygmunt Bauman (2005: 34) “compartilhar o espaço com estrangeiros, viver perto deles sem que os tenham convidado, mas tendo de suportar a sua presença incómoda, é uma circunstância que se torna, para os habitantes das cidades, muito difícil, senão impossível, evitar”.

No seguimento desta questão, é perguntado a quem respondeu que não se sentia seguro a viver no bairro, ‘O que fazia para resolver esta questão?’. As respostas caíram

maioritariamente no policiamento (70,5%), sendo que a colocação de câmaras de vigilância, como forma de resolver a insegurança verificada, só foi referida 1 vez.



Assaltos	25
Noite	18
Algumas horas do dia	11
Droga	9
Medo	8
Pessoas	7
Imigração	3
Brigas	1
Prostituição	1
Não sabe	3
Não responde	9

Figura 83 | Porque não se sente seguro(a) a viver na Mouraria

Por outro lado, surgem os problemas relacionados com a violência urbana. Das pessoas que responderam ao questionário, 56% respondeu que já assistiu a situações de violência, sendo que as mais destacadas se prendem com assaltos (38,2%) e zaragatas (27,8%). Mais uma vez, a ‘droga’ (9,7%) aparece referida, neste caso associada à violência. A violência urbana é, para Luiz Machado da Silva (2008: 35), “uma representação coletiva, uma categoria do entendimento de senso comum que consolida e confere sentido à experiência vivida nas cidades, bem como orienta instrumental e moralmente os cursos de ação”. Deste modo, a violência urbana enquanto categoria discursiva vai desde práticas transgressivas à prática de violência

física, sendo-lhe comum afetar as rotinas quotidianas. Para Ruiz (203: 9) “el control y la seguridad, términos cada vez más presentes en las descripciones de la vida cotidiana, están transformándose hoy en los dos polos de un único continuo de dinámicas sociales; dinámicas sustentadas en el miedo, que generan una auténtica ideología del temor y que se ejercen fundamentalmente en dos direcciones: el miedo a los otros y el miedo a uno mismo”.

Na Mouraria a violência adquire sentidos diversos. Quando ganhamos recuo (Zizek, 2008), o dia-a-dia dos seus habitantes é confrontado com situações de violência ‘invisível’. Há, por um lado, uma violência simbólica enraizada na linguagem e na forma de estar, considerada por muitos, bairrista com certas especificidades características de um tipo ‘gingão’. Mas por outro, encontramos também uma violência que Zizek (idem) considera sistémica e que se reflete nas precárias habitações do bairro, na baixa escolaridade da sua população ou nas desigualdades que se refletem, por exemplo, ao nível da apropriação do espaço público. Contudo, no bairro há também uma violência física que serve para a autoafirmação de determinados indivíduos ou grupos e que tem por base algumas ‘marcações territoriais’ num bairro que se diz ‘multicultural’. Sobre esta questão em particular existiu, pelo menos, uma situação, tornada pública, em que a violência foi levada ao seu limite mais extremo e desencadeou a expulsão de um coletivo (A Barbuda⁶⁰) que se encontrava a trabalhar na Mouraria há alguns anos criando espaço para a existência de conflito, de debate de diferentes ideias.

⁶⁰ Sobre esta situações ver:

<http://dabarbuda.blogspot.pt/2012/06/barbuda-hasta-ahora-os-acontecimientos.html>

2.2 ESTILHAÇOS DE GENTE?



Figura 84 | Mulheres e panos⁶¹

BAFATÁ, PORBANDAR, INHACA, DHAKA, CHAFARIZ DO BENFORMOSO⁶²

Bafatá, Gabú, Bissau. Udaipur, Porbandar, Bombaim. Ancuabe, Inhaca, Maputo. Dhaka, Barisal, Rajbari. Rua do Benfornoso, Rua da Palma, Largo de S. Domingos. Bafatá, Udaipur, Ancuabe, Dhaka, Rua do Benfornoso. Gabú, Porbandar, Inhaca, Barisal, Rua da Palma. Bissau, Bombaim, Maputo, Rajbari, Chafariz do Benfornoso.

Num movimento fluído. Numa migração. Num encontro. Numa troca. Cruzei-me naqueles caminhos com mulheres e com panos. Com cores, com significado e com movimento. Cruzei-me. Trazem uma marca, uma cultura e quiseram partilhá-las. Partilhar e mostrar. Mas ao mesmo tempo, querem permanecer com elas, trazê-las consigo. As mulheres migraram. Os panos migraram. Fizeram ambos um caminho juntos. Agora cruzam-se com gente. Cruzam-se comigo. Partilham. Num movimento, de cá para lá, na rua, apelam aos sentidos.

⁶¹ O mote para 'BAFATÁ, PORBANDAR, INHACA, DHAKA, CHAFARIZ DO BENFORMOSO'

⁶² Texto base da instalação apresentada em co-autoria com Carolina Höfs no Festival Pedras d'água 11 (7, 8 e 9 de Julho) no Chafariz do Benfornoso.

Num mundo cada vez mais individualista cruzo-me com elas. Parece que me chamam:

- Anda cá! Quero contar-te uma história! Queres ouvir?

- Claro! Claro, que quero ouvir.

Quero saber a história daquela mulher. Quero conhecer o seu percurso. Quero saber porque veio. Quero saber...

As cores trazem paladares, odores, imagens. Transportam-me para outro lugar mas ao mesmo tempo permaneço aqui. Não saí da Rua do Benfornoso. Não saí da Rua da Palma. Não saí do Largo de S. Domingos. Ao longe, além, ali mesmo. Aqui. Sentada a ver passar estas mulheres com os seus panos, com as suas histórias. Ali sentada imagino que uma delas se senta ao meu lado. Ali sentada imagino uma conversa:

- *Cumacu bu nome?*

- *A minha nome i Ana! I a bo?*

- *Sanu!*

Sanu senta-se. Cumprimenta-me. Pergunta-me se estou bem. Eu vou respondendo. Digo 'olá! estou bem obrigada! E tu?'. 'Também', responde-me Sanu. Ficamos ali a ver quem passa. Sentadas num dos bancos do Largo de S. Domingos vamos cumprimentando as pessoas que passam. Ficamos ali.

Sanu é uma jovem mulher guineense. Viu a sua família sair aos poucos do país. Primeiros os dois irmãos mais velhos. Seguiu-se o seu irmão mais novo. Depois saíram as cunhadas e os primos. Ela ia ficando. Um dia decidiu vir também. Encontrou-se com os irmãos, as cunhadas e os primos. Neste encontro trouxe consigo parte do que deixou na Guiné-Bissau. Trouxe memórias, alegrias, tristezas. Trouxe separações e a dor da despedida no seu pano preto. Trouxe um *panu di pinti* para trazer o seu filho às costas quando se desloca. Trouxe força e união. Trouxe alegria e gargalhadas. Trouxe um legós para estar próximo *di tera*.

Excerto do texto BAFATÁ, PORBANDAR, INHACA,
DHAKA, CHAFARIZ DO BENFORMOSO, 2011

2.2.1. OS HABITANTES DO BAIRRO

	Mouraria	Lisboa
População residente	5.647	547.733
Superfície (km²)	0,30	84,6
Densidade (hab/ km²)	18.709	6.472
População por grupo etário		
0-13	560	65.988
14-24	760	82.470
25-64	3.268	262.772
+65	1.268	130.960
População por nacionalidade (%)		
Portuguesa	84*	91,23
Estrangeira	16*	5,81
	s/d	10,2
Taxa de natalidade (%)		
	237*	172
Índice de envelhecimento		
Nível de instrução (%)		
Nenhum	19*	15
1º Ciclo	25*	19
2º Ciclo	11*	9
3º Ciclo	15*	13
Secundário	14*	14
Ensino Profissional	2*	2
Ensino Superior	13*	27

*cálculo efectuado por estimativa relativamente à população estrangeira residente no total das freguesias

Quadro 7 | Retrato estatístico do bairro da Mouraria (Censos 2011)



Imagem tratada por Leandro Gabriel (2014)

Figura 85 | Percorso II



2.2.1.1. A DONA PIEDADE⁶³ E COMO O ENVELHECIMENTO SE SENTE NA MOURARIA

Hoje estive pela primeira vez em casa da Dona Piedade. Apesar da proximidade, hoje foi a primeira vez que lá entrei.

Vive no bairro há muitos, há mais de 60 anos. Primeiro, viveu com os seus pais e a sua irmã. Agora, vive com o filho. Esta senhora sabe ler e escrever. Ela trabalhou como doméstica em casas fora do bairro. A Dona Piedade tem uma pensão de cerca de 300€.

Hoje fui a casa da Dona Piedade com mais 8 pessoas. É uma casa pequena, pequena, pequena. No máximo terá 25 m². Mas tem uma cozinha, uma casa de banho, o quarto da Dona Piedade, o quarto do seu filho e uma sala de estar. Não nos podíamos sentar pois não havia espaço. Há um pequeno sofá na frente da televisão onde passa os seus dias, enquanto as transformações no bairro decorrem. Não consegue caminhar pois as suas pernas e o mau estado da rua (todo o chão está 'levantado' pelas obras) não permitem. Assim, a Dona Piedade passa semanas sem sair de casa. Fala-nos do aumento do preço das rendas. Agora paga 60€. Como pode pagar mais? Tem uma pensão de 300€!

Excerto do caderno de campo (Janeiro de 2013)

⁶³ A Dona Piedade faleceu em Julho de 2014.

A Dona Piedade é uma das muitas pessoas idosas do bairro da Mouraria. Segundo os resultados dos Censos de 2011, o índice de envelhecimento no bairro é de 237. Contudo, este valor já baixou relativamente aos Censos de 2001 que era de 291, o que reflete a entrada de novos habitantes jovens. Mesmo assim, este valor continua muito elevado o que comprova o elevado envelhecimento da população do bairro. Quanto ao nível de instrução, esta é relativamente baixa. Perante os valores dos Censos 2011, cerca de 25% da população residente apenas tinha o 1º ciclo e 19% não detinha nenhum grau de instrução. Se nos detivermos nas condições dos alojamentos, cerca de 3,4% ainda não tem instalação de banho ou duche⁶⁴. Estima-se que no bairro aproximadamente 44% dos residentes vivam sozinhos (dados estimados através dos Censos 2011), o que em paralelo com o índice de envelhecimento, pode indicar um elevado número de idosos a viver sozinhos. Para Matos (1999: 14) “a cidade é um produto social que revela eminentemente a sociedade que a estruturou ou nela vive”. No caso da Mouraria, há evidências de uma organização autónoma e a sua identidade é marcada pela “multiplicidade das soluções habitacionais adoptadas” que retrata “uma população que pertence a este lugar mas se marginaliza do todo da cidade” (idem: 15). Para Matos (ibidem) “este tipo de entidades urbanas são cidades dentro de cidades. Podem ter, ou não, muros de protecção e portas que filtram as entradas e saídas mas o controlo social de protecção e domínio é geralmente forte”.

Esta pode ser uma das justificações para a exiguidade dos alojamentos. A sua pequena dimensão impossibilita, muitas vezes, a mobilidade das pessoas idosas ou com dificuldades em se deslocarem dentro da sua própria casa. Algumas destas pessoas, e apesar de os edifícios do bairro não terem, na sua maioria, muitos andares, ficaram reféns da casa que habitam à espera da visita de uma funcionária da Santa Casa da Misericórdia. Paralelamente a todos estes factos, em 2013 a lei das rendas foi alterada gerando muitas críticas e contestação por parte dos inquilinos. A Mouraria não foi excepção e “logicamente que isso trás as pessoas um bocado angustiadas e preocupadas mas há leis e há advogados e há organizações que estão do lado das pessoas, e portanto as pessoas estão-se a mexer. Há senhorios que estão de má-fé e

⁶⁴ Esta é uma característica muito presente nos bairros populares de Lisboa. Muitos dos alojamentos não tinham casas-de-banho, nem instalação de banho ou duche. O que se verificava, e ainda se verifica em algumas situações, é a existência de balneários públicos ou casas-de-banho improvisadas no alojamento.

há senhorios que, se calhar, até estão a usar apenas de uma legitimidade que lhes foi concedida pela nova lei. Portanto, quer dizer, também se compreende que rendas de 35€, de 40€ e não sei que más...e de 15€ e de 20€ não encham barriga. Se calhar não é justo que haja rendas tão baixas” (Nuno Franco, 2013). O dirigente da Associação Renovar a Mouraria reforça esta ideia referindo que “a maior parte das pessoas que estão a receber as cartas já são muito idosas. O que vai acontecer a essas pessoas é que...depois essas pessoas têm aquele período de carência de 5 anos. Aquilo vai andar de trás para a frente, de trás para a frente...a maior parte destas mudanças nem nunca vão ser celebradas, vão acabar por falhar, naturalmente que as pessoas vão morrendo. O que vai acontecer é que por cada casa vazia haverá sempre alguém que virá para aqui viver que não tem nada a ver com o bairro”.



2.2.1.2. O INFAMARA NA PROCURA DE MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA

O Infamara emigrou para Portugal no final da década de 1990, por razões de doença. Tinha alguns amigos e familiares a viver na cidade e isso foi mais um fator que o levou a sair da Guiné-Bissau. Continua por cá apesar de muitos destes seus familiares e amigos já terem regressado ao seu país de origem ou emigrado para outros países europeus. O Infamara permanece em Portugal. Vive há cerca de sete anos na Mouraria. A sua atividade laboral tem-se alterado ao longo dos anos. Atualmente, encontra-se desempregado e a viver do valor (178.15€) do Rendimento Social de Inserção⁶⁵ que muitas vezes teima em não chegar por falta de justificações burocráticas. Vive num apartamento, que se situa na cave de um prédio do bairro, que partilha com mais seis pessoas. Estas pessoas são todas do sexo masculino e do mesmo país de origem que o Infamara. Cada um destes homens tem um quarto e a renda varia em função da sua dimensão. O quarto do Infamara tem uma renda de 75€ por mês e mede cerca de 5 m². Perante estas reduzidas dimensões, no quarto apenas cabe uma pequena cama de solteiro e um pequeno armário onde guarda alguns dos seus pertences. Os seus vistos de residência foram sucessivamente renovados e, atualmente, tem uma autorização de residência. Pelo número de anos que reside em Portugal já pode obter nacionalidade portuguesa. Contudo, o custo monetário deste processo, cerca de 250€, não tem permitido que o seu sonho se realize. As visitas à Guiné-Bissau têm sido muito esporádicas ao longo da sua permanência em Lisboa devido à precária situação financeira em que vive. Contudo, as fortes redes familiares e de amizade permitem-lhe continuar na mesma casa e ir vivendo o dia-a-dia. Na sua rotina diária, caminha até ao Largo de São Domingos, onde os guineenses na diáspora se encontram diariamente, para saber notícias de *fijus di terra*, comercializar alguns produtos provenientes de lá⁶⁶, procurar trabalho ou simplesmente estar. Para além das idas ao Largo de São Domingos, as idas à mesquita, localizada na Calçada Agostinho de Carvalho, também são uma constante, principalmente, às sextas-feiras à hora de oração.

Excerto do caderno de campo, Novembro de 2013

⁶⁵ “É um apoio para os indivíduos e famílias mais pobres, constituído por: um contrato de inserção para os ajudar a integrar-se social e profissionalmente; uma prestação em dinheiro para satisfação das suas necessidades básicas” (ISS, 2013: 4).

⁶⁶ No Largo de São Domingos é bastante perceptível a presença de imigrantes que têm como país de origem a Guiné-Bissau ou o Senegal, principalmente. O comércio de produtos dos seus países, como o caju, o amendoim, a noz de cola, óleo de palma, etc. “Esta região é um local de solidariedade real, o primeiro lugar que um guineense procura assim que chega a Lisboa, por ser um ponto de convergência de linhas de autocarro. Não é à toa que o Largo de São Domingos ganhou o apelido de Embaixada da Guiné”, diz Antonio Sá, um dos diretores da Associação Guineense de Solidariedade Social, a Aguinenso” in <http://horizontegeografico.com.br/exibirMateria/981/lisboa-negra>

O ‘imigrante’ marca o imaginário da Mouraria desde os tempos da sua constituição. Entre o século XVIII e até meados do século XX, os migrantes tinham, predominantemente, origem em diversas regiões do interior do país ou na Galiza (Fonseca, 2008). Posteriormente, esta área da cidade “passou a atrair muitos imigrantes originários das antigas colónias africanas (...) Desde essa época que a concentração de imigrantes neste território da cidade não parou de crescer” (Fonseca, 2010: 21). Deste modo, na década de 1970 e no período pós-25 de Abril, assiste-se à chegada de “indivíduos provenientes dos designados Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), aos quais se seguiram, nas duas décadas seguintes, imigrantes provenientes do subcontinente asiático, originários de países como a Índia e, mais tarde, o Paquistão, o Bangladesh ou a China” (Malheiros, 2012: 107). A dificuldade da obtenção de dados estatísticos desagregados à subsecção estatística, como já foi tratado anteriormente no capítulo ‘A metodologia’, impossibilita que se tenha uma ideia estatística mais fiel como seria desejável. Assim, estima-se que a população residente na Mouraria com nacionalidade estrangeira seja de cerca de 16%, segundo os dados dos Censos 2011⁶⁷.

Ao típico e ao tradicional “junta-se também o imaginário de um bairro multicultural e multiétnico e a “alusão à ideia de um espaço liminar” Menezes (2012: 80). A mesma opinião tem Fonseca (2008: 30) ao afirmar que “este bairro com uma localização muito central, começou a transformar-se gradualmente numa área multiétnica e diversificada onde os alugueres baratos de habitações muito antigas, carecendo frequentemente de serviços básicos, se tornavam atractivos para muitos dos imigrantes que chegavam a Lisboa”. Atualmente, estima-se que cerca de 16% da população residente na Mouraria tenha nacionalidade estrangeira, sendo que os principais países representados no bairro são o Bangladesh, a Índia, o Paquistão e a China. Esta diversidade é, essencialmente, visível ao nível do comércio onde, tal como também aconteceu no bairro do Raval, em Barcelona, o seu uso mudou: “as tasquinhas estão transformadas em lojas de bijutaria, os talhos foram transformados em talhos halal, e tudo mudou muito aqui” (Nuno Franco, 2013).

⁶⁷ Em 2012, e tendo ainda por base os resultados dos Censos de 2001, Malheiro et al (2012: 107) referia “um total relativo de cerca de 9% de indivíduos residentes de nacionalidade estrangeira”.

Os imigrantes do Bangladesh começaram a chegar a Portugal entre o final dos anos 1980 e 1996. Trabalharam, sobretudo, “nos setores mais desprivilegiados da economia portuguesa, principalmente como varredores, pintores da construção civil, pedreiros, capatazes, cozinheiros e vendedores ambulantes” (Mapril, 2010: 246), enquanto aguardavam que o seu processo de legalização estivesse concluído⁶⁸. Após este período, criaram pequenos negócios. Para José Mapril (2010), que tem desenvolvido alguns dos seus trabalhos sobre a comunidade *bangladeshi* em Portugal, há três aspetos que considera justificar a criação do próprio negócio: “i) a acumulação de capital poder fazer-se de forma mais rápida visto que trabalhando por conta de outrem, mesmo que de conterrâneos, os ordenados eram muito baixos, não permitindo pagar as despesas fixas, as despesas diárias ou enviar algum dinheiro para o Bangladesh; ii) a mobilidade social, tendo em conta que com a chegada a Portugal tiveram de optar por áreas do mercado de trabalho consideradas muito desprestigiadas; e iii) o prestígio, pois ‘tornar-se um ‘patrão’ é um indicador de êxito e de estatuto e, nessa medida, revela as percepções e ideologias face ao trabalho e ao emprego” (idem: 247).

Quanto aos imigrantes chineses, o grande *boom* dá-se a partir dos anos 2000 com as lojas chinesas dos produtos baratos. Este processo foi incentivado pelas “condições favoráveis garantidas por empresários e industriais na China, com vista a auxiliar a colocação de produtos chineses nos mercados estrangeiros” (Aranda, 2012: s/p).

Atualmente, o novo regime jurídico português associado a investimentos, aprovado em 2012, atrai imigrantes, sobretudo, chineses a Portugal. Esta mudança de paradigma tem em vista cativar investidores com grande capacidade financeira, facilitando a autorização de residência permanente àqueles que transfiram elevadas somas de capital (montante igual ou superior a 1 milhão de euros), comprem imóveis⁶⁹ (de valor igual ou superior a 500 mil euros) ou criem postos de trabalho (pelo menos 10 postos de trabalho) por um período mínimo de cinco anos (SEF, 2012). Em meados do mês de

⁶⁸ Muitos deslocaram-se a Portugal com o intuito de se legalizar através dos processos de regularização extraordinária, desenvolvidos nos anos 1990 e em 2001 (Mapri, 2010).

⁶⁹ Nos últimos meses têm vindo a público diversas notícias sobre a atribuição de vistos *gold* atribuídos a cidadãos de origem chinesa. Em meados do mês de Março o jornal Público noticiava a atribuição de 612 vistos *gold* que traduziam um investimento de 464 milhões de euros em Portugal.

Março do presente ano, os meios de comunicação social noticiaram que 22 apartamentos da EPUL (empresa municipal em processo de liquidação após a Assembleia Municipal de Lisboa ter decidido a sua extinção em 28 de Maio de 2013) localizados no Martim Moniz foram vendidos a investidores chineses por um valor de cerca de 6 milhões de euros.

As 'Residências Martim Moniz' encontram-se em construção desde o início dos anos 2000 e só em 2012 foram colocadas a concurso. Contudo, em meados do mês de Abril deste ano as obras voltaram a parar. As obras nestes cinco edifícios de cinco pisos, parecem eternizar-se mesmo quando as estratégias de atração para a compra destes espaços são muitas e intensas e fazem lembrar as estratégias dos primeiros reis para atração de novos moradores "enviando pregoeiros além-Pirinéus, anunciando estímulos e apoios para quem quisesse vir habitar o sítio de Lisboa" (Fonseca, 2008: 69).

Nuno Franco (2013) considera que "há muitos imigrantes aqui a viver nomeadamente naquela zona do Socorro, mais para ali para o Benfornoso, aquela zona dos Lagares, das Olarias...aí vive muito imigrante (...) eles habitam na Mouraria mas não habitam a Mouraria, que é uma coisa completamente diferente. E então, o que se passa com a maioria dos imigrantes, quer sejam do Bangladesh, da Índia, da China ou do Paquistão, são os quatro grupos populacionais que mais estão aqui em evidência, são indivíduos que estão aqui a fazer a sua vida, estão de costas voltadas para a população portuguesa e a população portuguesa também está de costas voltadas para eles, não se conhecem, não se interconectam. Nem têm grande vontade de o fazer". Sobre a população 'autóctone' refere que esta "é um bocado xenófoba (...) a população portuguesa da Mouraria é um bocado xenófoba em relação aos imigrantes. Nomeadamente aquela população mais típica, os típicos...os indivíduos...os autóctones, os nascidos na Mouraria cujas famílias, já por si, também eram autóctones. Portanto, os autóctones são muito mais xenófobos que a população que vem de outros territórios viver para aqui. Porque são pessoas que...aqui ainda há muito saudosismo...as pessoas...há aqui muitas famílias agarradas à Mouraria de antigamente, ao que era isto antigamente e hoje as coisas mudaram (..) há este

saudosismo todo e as pessoas olham os imigrantes como uma ameaça, os indivíduos que vieram estragar isto, que vieram alterar o ram-ram da Mouraria. As pessoas não entendem. As pessoas não conseguem ter um espírito de visão do mundo que lhes faça perceber que o que se passa com a Mouraria, ou com Lisboa, é o mesmo que se passa, se calhar, com Londres ou com outras capitais da Europa, onde há imensos imigrantes. (...) Portanto, o problema das pessoas que cá estão é que não conseguem ter um espírito do mundo global e não entendem esta permanência de tantos imigrantes aqui no bairro (...) as pessoas mais humildes do bairro, com um grau de iliteracia maior, com menos conhecimentos, com menos espírito de missão, com menos visão do mundo, não conseguem de forma alguma estar próximos dos imigrantes (...) a Mouraria são só eles, os outros não...estão aqui a mais, como eles dizem, estão aqui a mais. No fundo, se todos estes imigrantes de um momento para o outro decidissem ir embora, penso que para muita gente seria uma alegria”. Mas tem uma visão distinta que separa imigrantes não-europeus de imigrantes europeus: “os europeus são vistos como europeus, a única diferença que têm é que falam inglês, alemão ou francês. Eles estão completamente integrados (...) os outros imigrantes asiáticos existem mas as pessoas não os conseguem integrar”.

Para Sofia Neuparth (2014), a questão vai muito mais longe e estabelece-se a partir das relações entre as pessoas: “a atmosfera geral, não sinto que há um grupinho dos brancos, um grupo dos pretos, um grupo dos cinzentos, um grupo dos...não existe isso. Na creche⁷⁰ não existe de certeza. Mas também na escola não vejo que isso seja...na escola começam a haver como sempre aqueles confrontos e por aí fora, que a própria escola estimula também pela forma como o ensino está a ser levado a cabo, essa coisa muito distante, do professor muito distante, pouco escutante, pouco interactivo com muito medo da mobilidade das pessoas na sala, eles têm de ficar quietos, uma data deles a olhar para um professor que está chateadíssimo de estar a dar o que está a dar...normalmente é o cenário mas eu não noto à partida essa segmentação. As pessoas estão umas com as outras e umas são mais velhas...se isso não for alimentado, não tem que ser assim... acho muito curioso...e potencialmente não é assim”. Refere,

⁷⁰ O c.e.m – centro em movimento desenvolve trabalho com a creche da Encosta do Castelo (Corpo na Creche) e com a escola do 1º ciclo da Madalena (Corpo na Escola). Ver <http://www.c-e-m.org/?p=1228> e <http://www.c-e-m.org/?p=295> respetivamente.

ainda, um caso que considera muito especial no bairro: o barbeiro indiano da Rua do Capelão, “uma pérola completamente e que não tem fora. Já viste, ele que é indiano, se tu entras lá dentro, e já entraste, a perfusão de ícones da religião indiana, que eu não sei de onde é que ele é geograficamente, também misturados com algumas nossas senhoras... é mesmo ele. E ele abriu aquela lojinha pequenina e não há cão que tu não vês lá. Vês lá o mafioso, o traficante, o dono do mercado, o outro do café, as pessoas que moram ali... não há pessoa da Mouraria, das mais diversas cores, alturas, idade, que não vão lá cortar o cabelo. Ele é uma espécie de um coração, que está ali no seu cantinho, pequenino, e ninguém põe em questão se devia ser ele ou não devia ser ele”. A presença de imigrantes com culturas, hábitos e valores muito distintos perante a população autóctone é, muitas vezes, um fator de tensão no bairro. Contudo, por vezes, através do conflito potenciador de transformação ao nível das relações, os traços positivos da presença de pessoas com vivências e quotidianos diversos acentuam-se nas relações de vizinhança. Outras vezes, despoletam situações de violência, como insultos ou confronto físico, por exemplo, que se justifica pela presença de um desconhecido que cria receio e atitudes defensivas.



2.2.1.3. A LEONOR E OS NOVOS RESIDENTES DO BAIRRO

A Leonor vive no bairro da Mouraria há mais ou menos seis anos. Escolheu a Villa Luz Pereira para residir pois pareceu-lhe “ter uma dinâmica interessante” mesmo no centro da cidade. Ao mesmo tempo que pode conviver com pessoas que residem no bairro desde sempre, também pode preservar a sua individualidade e “o seu espaço”. A Leonor é *designer* e já trabalhou num atelier na Baixa. Neste momento tem de se deslocar um pouco mais, até São Bento, mas mesmo assim não pensa mudar de casa. Paga cerca de 400€ de renda mensal pelo seu T1 com vista para o castelo de S. Jorge. A centralidade do lugar, a par do ambiente “recatado e confortável” atraiu a sua atenção para esta vila do bairro, que já se evidencia perante as outras vilas, existentes nas proximidades, pela sua arquitetura. Os 34 apartamentos da vila foram recentemente reabilitados tendo sido mantidos alguns elementos originais: as chaminés das cozinhas e alguns pilares de pedra, por exemplo.

Excerto do caderno de campo, Setembro de 2013

Malheiros et al (2012: 98) referem a existência de um “esboço de uma tendência de recentralização” na cidade de Lisboa, associada às transformações registadas na “emergência de novos produtos imobiliários e de novos formatos de alojamento”. Para os autores (idem), a materialização desta tendência “está patente na forte atenuação do ritmo de perda demográfica de Lisboa observado no último decénio (-14,9% entre 1991 e 2001; apenas -3,4% entre 2001 e 2011), e sobretudo, na recuperação populacional, registada no último período, em algumas freguesias do centro histórico, com destaque para Santa Justa e para o Socorro”.

Em todas as entrevistas realizadas nesta investigação a *gentrification* era colocada. Por um lado, pareciam querer afastar-se deste processo, chegando-se a referir que “o único medo que a associação tem é do fenómeno de gentrificação!” (Nuno Franco, 2013). Mas por outro lado, a questão parecia ser considerada de forma ‘natural’: “eu tenho uma maneira muito própria de ver este problema. Eu acho que é quase impossível não haver gentrificação ou não haver alterações. Primeiro, porque nós não podemos continuar a querer que... a própria evolução do ser humano, não aconteça. Logicamente aquelas famílias mais típicas, mais...que davam um...portanto...que eram indicadores daquela tipicidade da Mouraria, essas famílias são pequenas, são compostas por muitos idosos, idosos esses que vão falecendo, os filhos, muitos, afastam-se do bairro, logicamente as casas ficam vazias e são ocupadas por jovens como tu que vêm para aqui viver. E eu não posso querer, que tu tenhas pelo fado, pelas marchas e pela sardinha assada na rua o mesmo carinho ou o mesmo amor que tinham essas pessoas. Têm outra qualificação...as pessoas mais novas que vêm para aqui, são pessoas mais cultas com maior preparação, tiveram outra educação, viveram noutros bairros, tiveram outras experiências de vida e logicamente, se calhar, as marchas é giro de as ver passar na avenida mas não lhes diz tanto. Logicamente, a sardinha assada na rua também não é uma coisa que lhes interesse fazer. Preferem comer num restaurante. Ou então, isto estamos aqui a falar de um fenómeno social que é potenciador da gentrificação” (Nuno Franco, 2013). Malheiros et al (2012: 120) afirmam “que os *gentrifiers* aparecem, consistentemente, como aqueles que apresentam menores níveis de interação e relacionamento pessoal com os demais do bairro”.

O bairro da Mouraria tem sido escolhido por jovens qualificados, que se podem denominar *marginal gentrifiers*⁷¹ se considerarmos que estes valorizam as áreas antigas da cidade centro, “pela sua arquitectura típica e pelos seus bairros históricos tradicionais, pelas ‘suas gentes’ genuínas, pelo seu cosmopolitismo e pelo seu comércio de proximidade e de pequena escala (Malheiros et al, 2012: 103) para residirem. O bairro parece reunir estas condições: “eu acho que o bairro tem a dar 4 ou 5 coisas muito únicas e características. Primeiro, tem a dar a centralidade, está no centro de Lisboa, a 5 minutos a pé do Chiado (...) Segundo, tem a dar acessibilidades, está muito bem servido de transportes: metro, autocarro, tudo...etc. Terceiro, tem a dar um ambiente cultural, social, genuíno e diversificado. São coisas diferentes, claro. O genuíno no sentido em que não há aqui nenhuma Disney World da diversidade, não há. Nem há aqui uma espécie de condomínio fechado da classe média ou do que seja. De facto há aqui uma grande diversidade, autêntica, de comunidades que aqui se fixaram de forma natural e espontânea, não é... e que nós não temos procurado transformar ou expulsar, não é? De todo. E portanto, encontram um ambiente, um caldo cultural muito diverso e muito autêntico, e muito raro em Lisboa. Eu diria que único!” (João Meneses, 2013). Nuno Franco (2013) também destaca a centralidade da Mouraria: “o bairro é um bairro antigo, as casas são mais baratas porque o bairro ainda está com imensos problemas, por isso as casas, logicamente, são mais baratas. Eu acho que tem que se ser realista. Eu acho que o que atrai para aqui a maioria das pessoas que vem para aqui habitar é de facto o preço das casas. Uma pessoa está à procura de casa e as casas que encontra custam 700, 800, 900€ por mês, não sei que mais. Aqui é capaz de encontrar uma casa por 300 ou 400 ou por menos até, logicamente vem viver para a Mouraria. Mas pronto, vem viver para a Mouraria só porque a casa é barata. Mas depois tem uma série de vantagens. Isto está aqui a 15 minutos do Bairro Alto, está perto de tudo, é um sítio engraçado, é típico, ainda se faz a sardinha assada na rua, ainda há marchas, ...isto são aquelas coisas que podem também motivar as pessoas a vir”.

Recentemente, no dia 25 de Fevereiro do presente ano, foi apresentada, em Assembleia Municipal, uma proposta (nº 855/ 2013, subscrita pelo vereador Manuel

⁷¹ Ver Malheiros et al (2012).

Salgado⁷²) para “deliberar sobre a Alteração do Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Mouraria”⁷³. Esta proposta de alteração ao Plano de Urbanização do bairro foi aprovada com os votos a favor do Partido Socialista (PS), do Partido Social Democrata (PSD), do Parque das Nações por Nós (PNPN) e de quatro deputados independentes. O Partido Comunista Português (PCP), o Bloco de Esquerda (BE) e o Partido Ecologista “Os Verde” (PEV) votaram contra e o Partido Popular (CDS-PP), o Partido da Terra (MPT) e o Partido pelos Animais e pela Natureza (PAN) abstiveram-se.

O jornal ‘Público’ noticiou⁷⁴, no dia 5 de Março, a alteração feita aos diferentes planos de urbanização com uma notícia com o título “Reabilitação está no topo das prioridades da Câmara de Lisboa” (Correia, 2014: 4). Neste artigo é referido que a alteração dos referidos planos é “uma peça essencial para dar seguimento à estratégia da Câmara na revitalização daquela área, e que passa por limitar a abertura de novos estabelecimentos de diversão nocturna e de restaurantes nos bairros históricos, de modo a preservar as zonas residenciais” (idem). E continua dizendo que “o documento passou assim a estar em linha com o Plano Diretor Municipal aprovado em 2012, o qual está mais centrado na regeneração, na reabilitação e na reutilização dos espaços habitacionais existentes na cidade ou seja, em linha com o atual paradigma de desenvolvimento do mercado imobiliário” (ibidem). Em entrevista para este artigo, o vereador Manuel Salgado refere que para captar mais habitantes “o caminho poderá passar também pela criação de soluções em Lisboa como as que foram desenvolvidas em cidades como San Francisco, por exemplo, isto é a disponibilização de casas a custos mais baixos orientadas para um mercado de arrendamento a preços controlados capaz de atrair a população mais jovem, que poderá encontrar aí uma solução em linha com os seus rendimentos”. Na mesma entrevista, o vereador refere ainda que “hoje, quem se dirigira a nós é confrontado com um conjunto de procedimentos administrativos muito mais amigos do investidor. Agora, o que nos falta para nos projetarmos ainda mais a nível internacional é mais marketing”.

⁷² Após ter sido aprovada em Reunião de Câmara em 26 de Junho de 2013.

⁷³ No mesmo dia foram também aprovadas as alterações aos Planos de Urbanização dos seguintes bairros: Bairro Alto, Bica, Alfama e Colina do Castelo.

⁷⁴ No suplemento ‘Imobiliário’.

Nesta alteração ao Plano de Urbanização da Mouraria (Aviso n.º 5509/2014 publicado em Diário da República 2.ª série — N.º 83 — 30 de abril de 2014) são evidentes algumas mudanças que chamam a atenção para potenciais usos (turísticos, por exemplo) ou para a alteração ‘forçada’ do perfil de residentes, mesmo que não seja à partida evidente, neste bairro: a possibilidade de aumento das térças dos prédios (para terraços, por exemplo) ou a possibilidade da abertura das caves (para garagens, por exemplo), são apenas duas das alterações verificadas.

Nuno Franco (2013) refere que “todos os dias vejo obras a acontecerem e agora com o advento da Primavera, a Primavera está praticamente à porta, e com o advento da Primavera é altura para o início de muitas obras a edifícios, é mais vantajoso fazer nesta altura do ano. Logicamente, eu estou a ver estas obras nascerem como cogumelos. O que quer dizer que indivíduos que tinham casas nas quais não apostavam, estão a começar a apostar porque estão a entender que o mercado imobiliário deu um pulo em frente aqui, e estão a começar a ver que agora começa a aparecer gente interessada em vir viver para a Mouraria. Logicamente, já vale a pena fazer obras”. Questionado sobre esta situação estar a acontecer mesmo no contexto de crise que se faz sentir, refere que, mesmo assim, vê novas obras a acontecer diariamente e que são investidores privados: “O que eu vejo é muitos investidores particulares a fazerem obras em edifícios. Ainda hoje descobri mais um. Descobri mais uma loja também em obras (...) há novos proprietários que estão a adquirir os imóveis vazios, por vezes prédios completamente devolutos... ainda não me apercebi...até agora ainda não me apercebi se são singulares, se são empresas. Eu sei que as duas grandes empresas (agências) imobiliárias, a Remax e a Era estão sequiosas por esta zona. Ou seja, dá-me ideia que tanto uma como a outra fizeram um levantamento do edificado e a partir do levantamento do edificado devem ter feito contactos com uma série de proprietários, devem-lhes ter perguntado se eles queriam pôr o prédio deles à venda. Alguns alinharam nisso. E os que alinharam, logicamente, têm os prédios à venda. E eu sei que há muitos compradores privados que estão a comprar prédios aqui. Prédios, andares, wherever. E a pouco e pouco está-se a sentir essa transformação. (...) há casos de edifícios que têm inquilinos e o que eles estão a fazer, os novos compradores, estão a tentar arranjar soluções para os inquilinos”.

João Menezes (2013) congratula-se com as mudanças verificadas a este nível: “absolutamente...é um *outlier* do ponto de vista do mercado em Lisboa e do mercado em Portugal no imobiliário. *Outlier* no positivo porque estão a ter muito mais vendas aqui do que na média das outras zonas de Lisboa. 3 prédios num mês é uma coisa que deixou a Era surpreendida. Nota-se isso”.

Numa rápida procura num site de ‘aluguer temporário’ de casas⁷⁵ é possível verificar que o preço da noite ronda os 80€ por apartamento ou que comprar um apartamento (T2, com 60,5m²) pode custar cerca de 115.200€ através de uma agência imobiliária⁷⁶. As transformações no bairro têm potenciado o mercado imobiliário e colocado diversas questões sobre a ‘legitimidade’ destas práticas face aos diversos problemas sociais, económicos ou urbanísticos que o bairro ainda enfrenta. Este foco leva Malheiros et al (2012: 123) a deixar evidente que é necessário perceber até que ponto a iniciativa pública de reabilitação de que o bairro está a ser alvo “é capaz de incorporar e conciliar os interesses e as expectativas” dos seus residentes.

⁷⁵ Consultou-se, neste caso, o <https://www.airbnb.pt/s/mouraria-lisboa?source=bb>

⁷⁶ Consultou-se, neste caso, http://www.era.pt/imoveis/apartamento-t2-lisboa-sao-cristovao_pt_488775

3. A CRIAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL NA PRODUÇÃO DE CIDADE

Há perguntas que têm uma urgência teimosa para serem lançadas ao ar. Só assim largadas podem expressar as suas danças, afinar-se, ganhar densidade, encontrar pertinências, construir mudanças.

Sofia Neuparth, 2011

A Mouraria tem sido alvo de várias transformações nos últimos anos e um dos eixos que tem servido de suporte é a criação artística e cultural, que tem entrado nos diversos discursos e narrativas e contribuído para a elaboração de uma determinada imagem de cidade. Como se viu anteriormente, no capítulo “A criação artística na transformação da cidade”, a produção artística e, consequentemente, a arte têm sido apropriadas pelos discursos hegemónicos e o seu papel de transformação social tem sido, em certos casos, distorcido e forçado de forma a ganhar sentido numa estratégia definidora de cidade.

No contexto das recentes transformações na Mouraria, tratadas anteriormente, a criação artística e cultural foi ganhando um papel de destaque no desenvolvimento ‘cultural’ da cidade. A presença de artistas e de criativos no bairro foi sendo apropriada pelas diferentes linhas de ação dos projetos em curso. Contudo, esta perspetiva é olhada de forma diversa pelos diferentes intervenientes. João Meneses olha para a criação artística relacionando-a com as questões do empreendedorismo. Para o coordenador do GABIP (2013) “há a dimensão criativa, empreendedora, os artistas em muitos casos são exemplo de iniciativa, criatividade, até de empreendedorismo, não é? E isso também é bom porque inocula, contagia positivamente as comunidades, fá-las vibrar, fá-las ganhar corrente eléctrica”. Meneses (2013) refere também que, também, os habitantes do bairro estão muito receptivos a estas abordagens: “as

peessoas estão recetivas e disponíveis porque é tudo feito com muita autenticidade e com muita proximidade. E não é nada de plástico. E depois claro, o que se tem feito na área de fado tem sido amplamente reconhecido mas aí é mais fácil ser reconhecido. Aí já estava o caminho aberto”.

Para Marta Silva (2013) esta perspetiva não é assim tão clara e imbuída de conceitos, considerando que as transformações podem estar muito relacionadas com o tempo de permanência do artista num determinado espaço. Deste modo, se os projetos têm “longa duração, é o próprio artista que tem essa cláusula de objetivos, de ele próprio criar a sua própria relação de envolvimento e diálogo com aquilo que é matéria do bairro e com aquilo que ele molda, transforma, utiliza, troca, dialoga, etc. se são projetos mais curtos...”. Refere, contudo, que “os projetos são pensados para envolver pessoas, independentemente do que elas são (...) nesses processos, criar relações, juntar grupos com um pouco de todo o tipo de pessoas, que nesse momento elas se encontram naquilo que é a sua posição básica. É eles e o seu corpo. E todos se sentam no chão independentemente de ser doutor ou prostituta, todos dão a mão nas costas para empurrar o outro naquela cena, todos têm dificuldades, todos têm nervosismo, todos têm necessidade de trocar experiências, ou medos ou sugestões. Portanto, coloca as pessoas numa espécie de lugar, local fora do real em que se criam uma espécie de laços que depois são transportados para o real a seguir. Então, esses projetos, por mais curtos, são extremamente importantes por causa disso. Por deslocalizarem as pessoas do que é...”.

Nuno Franco (2013), pelo contrário, considera que a presença de artistas associados às recentes transformações no bairro, não têm grande relevância para o processo. Para este dirigente da Associação Renovar a Mouraria “a presença dos artistas até pode potenciar a transformação das relações mas o que acontece é que aquilo que eu vejo no dia-a-dia, é que os artistas não se manifestam. Ou seja, não há uma manifestação da presença dos artistas. O que há é artistas que vivem na Mouraria, como podiam viver em Telheiras, ou podiam viver em Alfama ou ali no Alto de S. João. Eles vivem. Eles têm a vida deles. São artistas que é a profissão deles mas as pessoas nem sabem que eles são artistas. Porque para mim, um artista que tem uma postura, uma atitude pró-activa é um indivíduo por exemplo, que resolve estar a pintar no meio da rua, que

está ali a dialogar com as pessoas, ou um indivíduo que pode fazer um atelier de pintura para as crianças do bairro ou que vai ensinar os métodos de pintura mais rudimentares para eles aprenderem a usar os pincéis, ou um indivíduo que faz teatro e que resolve fazer uma pequena peça de teatro na rua ou convidar outro amigo e fazer um teatrinho ou outra coisa qualquer, isso não existe. As pessoas limitam-se a viver nas suas casas. Portanto, são artistas mas podiam ser bancários ou operários, o que fosse”.

A população residente tem, ainda, outra opinião sobre a presença de artistas no bairro. Quando questionada sobre se “a atividade artística desenvolvida na Mouraria tem mudado o bairro?”, 79% das pessoas questionadas respondeu que sim, considerando que estas atividades dinamizam este território a diferentes níveis. Para mais de 40% a atividade artística ‘trás mais pessoas ao bairro’, sendo que as respostas seguintes, com cerca de 15% cada, se prendem com um ‘maior desenvolvimento cultural’, uma ‘maior animação e alegria’ e um ‘maior convívio e participação’. Contudo, há também respostas que trazem ao real os duros quotidianos do bairro que não são recriados com uma nova imagem: “a população continua a viver em casas degradadas”, “não sinto que sejam suficientes para mudar o bairro” ou “o bairro está controlado pela droga”. Das respostas dadas pela população podem-se tirar algumas ilações e salientar uma necessidade de uma maior integração das políticas e das práticas aplicadas ao território, não devendo estas ser vistas isoladamente.

Sofia Neuparth (2014) considera, a este respeito, que deve ser dada uma atenção maior e mais demorada a cada pormenor para que os processos se desenvolvam de uma forma mais coerente e justa: “estar tempo com os detalhes, em vez de tentar fazer logo uma leitura “ah, isto é isto!”. Para a diretora do c.e.m. – centro em movimento (idem) “a arte é aquela respiração que potencia poesia, *poesis*, que potencia uma não redução de possibilidades. Que como costumamos dizer, dobra possibilidades, que não vê as coisas de uma perspetiva só, que cria inclinações sobre aquilo que parece recto, que permite e potencia e respeita e nutre a vibração daquilo que vai sendo...”.

Para Neuparth (2014), que assume uma visão crítica, a dança já tem de estar a acontecer quando acontece num determinado momento. Quando fala sobre o Festival Pedras, por exemplo, refere que este “não é espectáculo.... não é evidente mas as pessoas sabem... é uma das ginásticas do festival. Se a Ana está 6 meses a ir todos os dias ao chafariz e depois há 3 dias que a gente diz que isto é o festival, e parece exactamente a mesma coisa, onde é que não é? E as pessoas continuam a circular, a fazer a sua vida como sempre, não interrompe, nem quando é o festival, mas acolhe a festa de virem outras pessoas de fora estar com a criação ou com as matérias que se foram criando. Há respeito pelo momento do nascimento da criação, mesmo que todo o processo de crescimento do bebé sempre esteve à mostra. Mas realmente a presença do corpo é monstruoso, a presença do corpo enquanto existência é muito forte e ao estar realmente ali presente e não tentar capturar do espaço ou da pessoa aquilo que lhe interessa para a sua criação, que é uma forma de estar completamente diferente”. Há nesta implicação um trabalho permanente e constante que não se concretiza apenas no dia da apresentação do ‘espetáculo’ e que passa muito por estabelecer uma relação mais sólida com as pessoas e com os lugares onde trabalha: “Tem que existir dança, as pessoas têm que se relacionar com a arte. Têm o quê? Mas têm o quê? Eu não posso evitar. Eu não posso evitar ser o que sou e ainda por cima, eu sou o que sou Sofia, Margarida, Ana, e ainda por cima o facto de estares de asas abertas, permite que o outro seja o que é. Incrível! É que muitas vezes reduzimos a vibração do corpo, porque sinto que o outro também não está a abrir. Também só está a mostrar uma parte, quando no fundo se tu fores quem é, o outro também é quem é. Mas se calhar somos é muito horrendos, não somos tão *polite* como gostaríamos às vezes de ser. Se calhar...” (ibidem).

3.1. UMA PEÇA DE UM PUZZLE: O FESTIVAL TODOS

“Lisboa é, e sempre foi, heterogénea e multicultural, uma cidade relativamente aberta à tolerância e à integração. Há que aproveitar e potenciar esse facto, tornando Lisboa num espaço de trocas e fluxos de ideias e de expressão e valorização da diversidade e tolerância. Este facto não só pode capitalizar e potenciar uma atividade social, económica e culturalmente mais intensa na cidade, como fomentar novos e prometedores campos criativos, em áreas como a produção transcultural ou o cruzamento disciplinar” (CML, s/d citado por Fonseca, 2008).

Apoiando-se na perspetiva multicultural do bairro, foram sendo desenvolvidos vários conceitos de eventos culturais e construída uma narrativa de simbolismo e apropriação em seu redor. Um deles é o festival TODOS⁷⁷.

O TODOS é um festival da iniciativa da C.M.L., do GLEM – Gabinete Lisboa Encruzilhada de Mundos - e da Academia de Produtores Culturais. Este evento realizou-se desde 2009⁷⁸ no mês de Setembro entre o Martim Moniz e o Largo do Intendente. O TODOS tem a concepção artística e a programação a cargo de Madalena Victorino e de Giacomo Scalisi e procura fazer com que os residentes estrangeiros da zona “se dêem a conhecer: a sua cultura e o seu quotidiano, para que sejam inseridos nos bairros onde vivem” (Júdice, M., 2011). Este evento, de grande mediatismo, envolve espectáculos de música, de teatro, de dança, performances, exposições, workshops e lições de culinária do Brasil, da Índia, da Ucrânia, de Cabo Verde e da China. Também a Orquestra TODOS, sob a direcção artística e musical do maestro Mario Tronco, consolidou a sua formação em 2011. Esta orquestra é constituída por músicos de várias origens na procura de uma música do mundo. A Orquestra TODOS começou a

⁷⁷ A informação aqui utilizada sobre o festival TODOS teve por base, na sua generalidade, um texto escrito pela autora da presente investigação e integrado em André, I. & Vale, M. (coord.) (2012) A Criatividade Urbana na Região de Lisboa, CCDRLVT, Lisboa.

⁷⁸ Em 2012 o festival deixa de ter como território exclusivo a Mouraria e amplia a sua atuação para São Bento e Poço dos Negros. Em 2013 abandona completamente a Mouraria e centra-se em São Bento e Poço dos Negros: “A quinta edição do festival TODOS inaugura uma nova vida extra muros do seu espaço inicial, o Intendente. O Poço dos Negros e São Bento são territórios onde esta caminhada se enraíza e começa a sua nova identidade de Festival Intercultural para a cidade de Lisboa” in <http://festivaltodos.com/2013/08/05/primeiro-artigo/>.

formar-se em Junho de 2011, quando foi feito o convite à participação de músicos de diferentes culturas presentes em Lisboa a integrar esta orquestra. Também em Junho foi feito o convite aos lisboetas a deslocarem-se à “Tenda” e a deixarem fotografar-se. Deste convite resultaram mais de 450 fotografias, a que Victorino, M. (2011) chamou de encontros, de “conversas sobre a vida, sobre o corpo, sobre a família sobre tudo e TODOS”. Destes retratos dos fotógrafos Luís Pavão, Luísa Ferreira, Camilla Watson, Carlos Morgado e Cláudia Damas resultou a exposição “TODOS” que decorreu no Núcleo Fotográfico – Arquivo Municipal de Lisboa. Algumas destas fotografias também puderam ser vistas na Praça do Martim Moniz, na Rua da Palma e nas varandas da Rua do Benfornoso. O conceito desta exposição decorreu da ideia de Luís Pavão de trabalhar o retrato em espaço público. A “Tenda”, localizada no Largo do Intendente, convidava quem passava na rua a deixar-se fotografar: “As pessoas, num primeiro momento hesitavam. Depois voltavam e quando entravam finalmente na tenda, muitos tinham ido pentear-se, vestir-se, chamar o avô, o amor, o cão. Rondavam a tenda como uma caixa de curiosidades” (idem).

Na sequência do festival TODOS foi assinado um protocolo entre o Município e o Conselho da Europa que formalizou a adesão de Lisboa à Rede de Cidades Interculturais⁷⁹. Segundo António Costa (discurso de assinatura do protocolo de adesão à Rede de Cidades Interculturais, 8 de Setembro de 2011), o TODOS foi decisivo para que Lisboa pudesse aderir à Rede de Cidades Interculturais do Conselho da Europa: “O TODOS é muito importante para estimular o diálogo intercultural, para espelhar a diversidade que vemos nos rostos fotografados. O TODOS tem sido decisivo para podermos descobrir um bairro da cidade que era desconhecido para muitos de nós. Muitas pessoas vêm pela primeira vez à Mouraria por causa do TODOS. Essa descoberta da Mouraria é um dos grandes contributos que o TODOS tem deixado à

⁷⁹ A Rede de Cidades Interculturais é um projeto do Conselho da Europa e da Comissão Europeia desenvolvido no contexto do Ano Europeu do Diálogo Intercultural, com o objetivo de “estimular novas ideias e práticas em relação à integração dos imigrantes e das minorias (C.M.L., 2011). Outro objetivo desta rede é “reforçar as ações das comunidades locais, tirando o máximo partido da sua diversidade cultural, apoiar as cidades no desenvolvimento de estratégias de actuação e ações que ajudem a gerir a diversidade de forma construtiva e inovadora, propondo políticas concretas e métodos que as cidades de toda a Europa possam vir a adoptar e a beneficiar. A integração da cidade de Lisboa nesta rede permitirá o aprofundamento, em conjunto com vários parceiros, de uma estratégia de integração e de multiculturalidade, com partilha de conhecimento e de boas práticas” (Costa, A., 2011).

cidade”. Salientando, também, o contributo do projeto TODOS, a Fundação Calouste Gulbenkian atribuiu uma Menção Honrosa do Prémio de Melhores Práticas Autárquicas em Integração de Imigrantes. Este evento “tornou-se num espaço e num tempo de afirmação onde se cruzam artistas, moradores do bairro e público em geral” (Júdice, M. , 2011). Contudo, o território de eleição desta iniciativa vai ser substituído para o próximo ano (2012): “Não quisemos ficar na Mouraria para sempre, porque a interculturalidade tem pontos em comum com vários bairros da cidade” (idem).

Oliveira e Padilla (2012) consideram que, apesar de não terem sido considerados inicialmente na estratégia da autarquia lisboeta, à medida que o PA - QREN foi avançando passou a existir uma “preocupação de natureza simbólica e a sua potencial conversão em capital económico, quer através do turismo, quer da fixação e do desenvolvimento de empresas ligadas à economia simbólica” e de certa forma ao conceito de cidade criativa. Quando os autores (idem: 139) se detêm sobre o festival TODOS na sua investigação, referem, por exemplo, que quando analisam o cuidado dado à planificação, à mobilização de recursos ou à veiculação de imagens, é evidente que “o TODOS tem uma variedade enorme de folhetos com a programação, cartazes, vídeos, website, etc., sendo que aparece na programação turística e cultural da cidade de Lisboa, sendo publicitado tanto pela CML, como pelas associações e organizações envolvidas”.

Quando questionado sobre os eventos artísticos que decorrem no bairro, Nuno Franco (2013) responde que a associação vê “com muito bons olhos. Todas as atividades, todas, sejam elas quais forem e que aconteçam aqui neste território são muito importantes. Primeiro, porque desmistificam aquela ideia de bairro estigmatizado e perigoso que às vezes as pessoas têm na cabeça. Depois, porque atraem públicos novos para o bairro, potenciam o turismo, potenciam os restaurantes e as tasquinhas, ajudam o comércio local, ajudam o bairro e criam autoestima nas pessoas que aqui vivem. Portanto, todas as atividades que aconteçam são positivas, até mesmo porque são em primeiro lugar atividades para as pessoas. Não quer dizer com isso que as pessoas do bairro adiram às atividades que acontecem. Por exemplo, o festival ‘Todos’ em termos de adesão das pessoas do bairro é um fracasso. As pessoas aderem a atividades pontuais mas na generalidade do festival ‘Todos’ as pessoas do bairro não

aderem muito (...) porque as pessoas do bairro, lá está, por ser um bairro muito fechado e muito ...fechado sobre si e ainda muito voltado para dentro, as pessoas acabam por não aderir. É pá, as pessoas acham que isto tudo não é para eles, que ou então não é o gosto deles. Se calhar, as pessoas olham para um espetáculo de jazz...e não interessa. Olham para um espetáculo de outra coisa qualquer e acham que aquilo é uma coisa demasiado intelectual para eles”.

Neste contexto, Fonseca (2008: 56) considera que, pelo menos ao nível do discurso, há um reconhecimento generalizado de se considerar a diversidade cultural “propiciada pela coexistência de diferentes comunidades estrangeiras a residir em Lisboa” como “um fator crucial para o desenvolvimento da cidade, sendo ainda considerada como um elemento inovador de aprendizagem, crescimento e transformação”. Contudo, a autora (idem: 57) refere que apesar da importância das parcerias existentes e do papel relevante de diversos autores, “reestruturação que se pede não deverá ser somente ao nível orgânico e de conteúdo de políticas, mas sobretudo ao nível das mentalidades e da vontade de ver a cidade de Lisboa na perspetiva dos vários olhares que a povoam”. Também Oliveira e Padilla (2012: 152) evidenciam este assunto referindo que “a produção do espaço da interculturalidade (...) alicerça-se, em larga medida, na retórica que elabora uma determinada imagem da cidade. No caso do TODOS, a retórica que constrói a imagem de uma Lisboa cosmopolita, cruzamento imemorial de culturas, cidade aberta e plural, é objectivada na performance artística e no entrelaçar planificado das várias manifestações culturais. Recordemos que estamos em presença de uma estratégia de intervenção urbana que enseja reabilitar a Mouraria, aproveitando o seu potencial turístico e nobilitável para o inscrever no modelo de produção de um bairro cultural. Desde a ótica do urbanista e da intervenção social, existe uma necessidade de pensar o projeto de renovação da Mouraria dentro de um espaço urbano mais alargado, indissociável da presença cada vez maior de hotéis na Almirante Reis e transversais a esta avenida”. Paralelamente a esta situação, Fonseca (2008: 58) refere, ainda, que segundo a “opinião de alguns líderes de associações, ainda subsiste um modelo de organização top-down, monopolizado pelo poder local, não sendo pedida à sociedade civil a sua participação de uma forma livre, autónoma e independente. Por outro lado, referem também o risco da folclorização das culturas

estrangeiras através da mera apresentação artística nos diversos festivais interculturais, sublinhando a necessidade de promover um conhecimento mais profundo das culturas, em termos globais”.

A interculturalidade, a memória, a imagem e uma certa identidade são valorizados nestes eventos como elementos vitais de uma prática que pretende atrair pessoas ao bairro tentando alterar o estigma que lhe está associado. Para Zukin (1995) este tipo de política cultural é visto como ‘um meio poderoso de controlar a cidade’. Não estará este espaço, de certa forma, a ser controlado por essa via?

Se por um lado assistimos a uma tendência para homogeneizar e reproduzir os processos que se produzem a nível global, que tentam privatizar, controlar e securitarizar, por outro, há vislumbres de resistências que se vão criando, produzindo atrito nos mecanismos criados e desenvolvendo espaços onde o conflito se torna possível. A cidade é isto mesmo: um espaço de multiplicidade e de simultaneidade de processos. Na Mouraria esta simultaneidade também existe e foi num destes contextos de criação de possibilidades e de abertura da porta ao conflito que o trabalho se desenvolveu. O próximo capítulo é um relato de uma experiência de produção e criação artística coletiva que desencadeou processos que não se podem tocar nem, muitas vezes, observar mas que constituíram e reforçaram relações, conhecimento e pensamento crítico. James Holston (1995) chamaria a estas possibilidades “espaços de cidadania insurgente”. Para o autor (idem: 244) estes espaços opõem-se aos espaços da hegemonia e às intenções que tendem a “reforçar um projeto elitista de contenção das classes trabalhadoras” massificando e controlando os comportamentos. Deste modo, os espaços de cidadania insurgente “constituem novas formas metropolitanas do social ainda não absorvidas nas velhas, nem por elas liquidadas” (ibidem: 244), encarnando futuros alternativos. É nestes espaços de vislumbre de esperança (Harvey, 2011) e de trabalho de criação pública (Sassen, 2009) que se desenvolveu o trabalho que se apresenta de seguida.

4. A MICRO-ESCALA: UM PARA UM NUM ESPAÇO DE CIDADANIA INSURGENTE?

Apesar de não se olhar para a arte enquanto um conceito fechado hermeticamente no seu próprio espaço, considera-se, aqui, que a ‘arte’ abre caminhos e propostas de diálogo e negociação, que apesar de, à partida, não serem evidentes, vão ganhando consistência ao longo dos dias. O cruzamento de saberes ou a proximidade das relações sociais potencia a abertura de novas possibilidades, convertendo-as, muitas vezes, em novas ligações e potenciando a existência de conflito. O trabalho desenvolvido na Mouraria, a partir da observação participante, permitiu uma abordagem mais próxima àquele território e às dinâmicas e processos socioculturais que ali se foram concretizando. Deste modo, privilegiaram-se três aspetos⁸⁰ que se consideraram fundamentais no bairro: as pessoas, o espaço público e o tempo que desencadearam três ‘propostas artísticas’.

4.1. COMO NUMA DANÇA

A observação participante, utilizada ao longo desta investigação, permitiu que fossem desenvolvidos três ‘propostas artísticas’ integradas no Festival Pedras d’Água⁸¹ organizado pelo c.e.m – centro em movimento entre 2011 e 2013: ‘BAFATÁ, PORBANDAR, INHACA, DHAKA, CHAFARIZ DO BENFORMOSO’ (Pedras’ 11), ‘O NOVELO QUE É NÃO-NOVELO COMO O CHAFARIZ QUE AGORA É NÃO-CHAFARIZ’ (Pedras’ 12) e ‘À ESPERA QUE A ROUPA SEQUE’ (Pedras’ 13). A não replicabilidade destas propostas é uma das suas características. Cada uma delas faz parte e construiu-se num contexto

⁸⁰ Considerar estes três aspetos só foi possível porque o trabalho ganhou uma densidade maior com o passar dos dias e dos anos. Contudo, estes três aspetos não foram definidos à partida, eles surgiram ao longo da investigação e através da compreensão dos processos em curso no bairro.

⁸¹ O festival passou a chamar-se apenas ‘Pedras’ em 2012. “Este festival não é um agregado de eventos artísticos concentrados num período de tempo. É um movimento que interroga a cidade, a partir de considerações experienciais de cidade, não se detendo na expectativa de arrumar formatos similares que proporcionem uma identidade, mas acreditando que é na consideração das assimetrias, das dissonâncias, das desproporcionalidades que pulsa uma cidade com vida própria e não apenas um mero formalismo administrativo” (Festival Pedras d’Água, 2011).

específico e com ligação ao lugar, numa perspetiva de *site specific*, se assim se quiser chamar.

Não se pretendeu descrever algo premeditado, revelando-se, apenas, a presença individual de cada um(a) no contexto da multidão da cidade (Virno, 2003). Contudo, e como já foi citado e referido anteriormente no capítulo “A criação artística na transformação da cidade”, “a realidade social, em toda a sua complexa riqueza, suscita sentimentos, reações e ideias que estão necessariamente presentes, mesmo que silenciosas e ocultas, no acto da criação artística” (Cunhal, 1997: 25). Assim, os atos criativos aqui apresentados só foram possíveis de concretizar após o conhecimento adquirido através da prática e da vivência do lugar, influenciando-se reciprocamente as formas espaciais e os processos sociais (Harvey, 1996). Enquanto acontecimento específico, estes atos criativos, penetraram no tecido social e na vida quotidiana, não querendo, à partida, alterar a sua dinâmica mas impregnando-a de crítica, tomada de consciência e linhas de fuga. Apenas se quis experienciar o lugar e os espaços reais não negando as possibilidades de transformação que se criaram posteriormente: “Não será esta precisamente a potência política própria da arte?”⁸² (Rolnik, 2010: 21). Contudo, e como refere Lemos (2013: s/p) “quando nos movemos pela via da arte, o nosso intuito não é salvar ou resolver a vida das pessoas, mas sabemos que a presença em continuidade de um corpo em estado de dança, em constante escuta e criação, altera o contexto gerando atmosferas inesperadas, reconfigurando a paisagem coletiva, transformando-a, e sendo com ela permanentemente transformada”.

4.1.1. AS PESSOAS

Em Julho de 2011, a proposta ‘BAFATÁ, PORBANDAR, INHACA, DHAKA, CHAFARIZ DO BENFORMOSO’⁸³ foi apresentada em co-autoria com Carolina Höfs. As transformações na Mouraria começavam a perspetivar-se. A mudança do gabinete do presidente da Câmara Municipal já tinha acontecido, em Abril de 2011, e as ideias de renovação iam

⁸² Citação já utilizada anteriormente no capítulo “Criação artística na transformação da cidade”.

⁸³ Texto já citado anteriormente.

aparecendo aqui e ali. Contudo, desde Janeiro de 2011 que a permanência no bairro tinha sido mais constante, apesar do tempo de estadia em Barcelona, e as mudanças ainda não se tinham tornado visíveis.

Esta primeira proposta teve por base os processos migratórios, manifestos na Mouraria, e os seus habitantes. Na Rua do Benfornoso, onde se localiza o chafariz referido no título da proposta, nos estendais das diversas varandas eram evidentes as roupas não ocidentais, que se distinguiam pelas suas variadas e coloridas cores. Os estendais são referenciados por diversos autores (Gésero, 2012; Cordeiro, 2001), retendo neles um determinado imaginário pitoresco: “a roupa lavada nos estendais” (Cordeiro, 2001: 22). Neste caso, não foi esse facto que se teve em consideração. Os estendais evidenciam no bairro da Mouraria as características dos seus habitantes. É possível identificar através do tipo de roupa que está estendida quem habita aquele lugar.

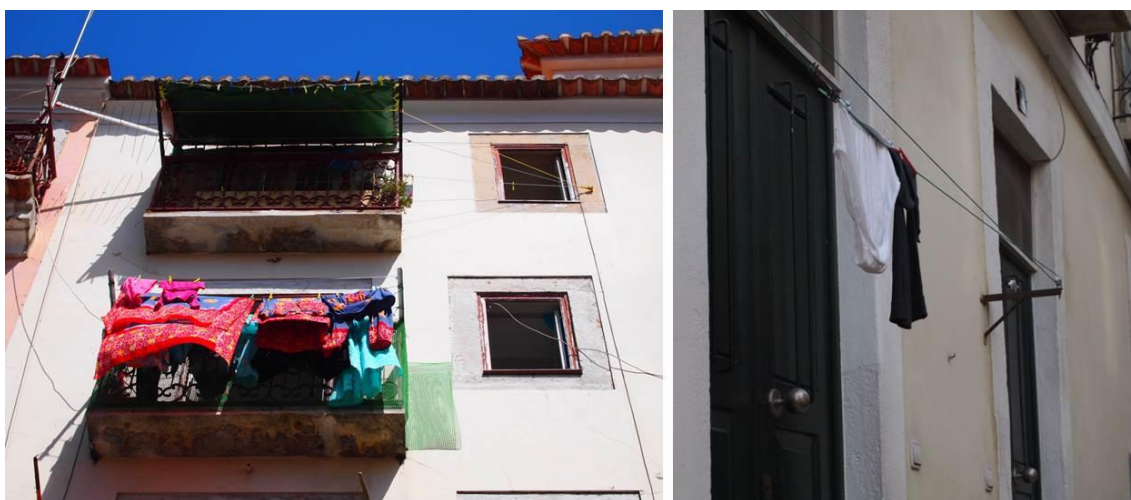


Figura 86 | Estendais na Mouraria

(Rua do Benfornoso e fotografia 9 do álbum ‘Conversas Visuais’ da Mouraria)

Na Rua do Benfornoso, mais precisamente no seu chafariz (Figura 87), rua de referência do comércio étnico no bairro, encontram-se situações muito diversas e as histórias dos seus habitantes cruzam-se com a própria história do bairro. Na proposta aqui apresentada, muitas vezes, a dificuldade linguística dificultou uma maior

proximidade ou uma explicação do trabalho que se estava a fazer. Porém, foi possível chegar-se ao nome da cidade de origem de alguns dos seus habitantes ou comerciantes, o que veio a dar origem ao nome da proposta apresentada: 'BAFATÁ, PORBANDAR, INHACA, DHAKA, CHAFARIZ DO BENFORMOSO'.



Fonte: Maria Quintino, Julho de 2011

Figura 87 | Chafariz do Benfornoso

A partir do mês de Janeiro, as permanências no bairro decorreram a par das 'Limpezas Performativas' que o c.e.m – centro em movimento organizou ao longo desse ano, todas as sextas-feiras entre Janeiro e Julho⁸⁴, acontecendo também durante os dias do festival. Para Traquino (2012) as 'Limpezas Performativas' propunham “simplesmente limpar uma área de chão da rua durante uma hora, em ação sintonizada entre todos os participantes, a cada pessoa um bocado de chão (...) Limpar o chão da rua, por quem não o faz por profissão, leva de facto a olhar com detalhe o que de mais 'comum' e 'partilhado' existe na cidade, o chão que pisamos. Limpar é cuidar, cuidar é dar

⁸⁴ <http://www.c-e-m.org/?p=1045> e
http://www.c-e-m.org/wp-content/uploads/2011/catalogo_pedras2011.pdf

atenção”. “Limpar deixa-me deter nos detalhes”, refere Gracinda (2011), uma das cantoneiras de limpeza da cidade de Lisboa. E, talvez, esteja bastante próxima do que se passava nas ‘Limpezas Performativas’. Foram-se abrindo possibilidades para se estar naqueles lugares. Era possível ficar o tempo que a limpeza durasse apenas a limpar uma pedra da calçada mas também se podia limpar uma área maior, um muro, um corrimão. Para Sofia Neuparth (2012) “as limpezas performativas são momentos de atenção a detalhes da rua, das praças, das esquinas. Praticar a arte de estar na rua dificulta o abandono, a indiferença pelo espaço que sendo de todos se torna de “outro”. Recortar um pedaço de cidade e convidar quem queira juntar-se a este tempo de lavar pedras, potencia o encontro com quem mora por ali ou quem passa pelas ruas. As limpezas performativas são momentos de estar junto propondo um outro tempo e uma outra forma de estar com o espaço público onde um lugar de trânsito e esquecimento pode ser paisagem de atenção”.



Figura 88 | Limpezas performativas, no Chafariz do Benfornoso, Maio de 2011

Foi neste cuidado maior que depois de ensaboado e limpo, o Chafariz do Benformoso foi escolhido e acolhido para lugar da instalação ‘BAFATÁ, PORBANDAR, INHACA, DHAKA, CHAFARIZ DO BENFORMOSO’ que foi apresentada nos dias 7, 8 e 9 de Julho de 2011.



Figura 89 | Instalação BAFATÁ, PORBANDAR, INHACA, DHAKA, CHAFARIZ DO BENFORMOSO’, no Chafariz do Benformoso, 7 de Julho de 2011

Joubert Arrais (2011) refere que esta instalação o faz “sentir a força do ‘pensamento mestiço’, me faz questionar o *status* multicultural, que delimita o diferente pelo diferente, e não pela sua capacidade de se diferenciar, pensando em perspectiva com a dinâmica da miscigenação cultural (entre nações e pátrias) e hibridismo cultural (conterrâneos e fronteiras borradas)”. Na sua crítica fala de um estado de deslocamento: “as estampas azulejo, ou azulejos-estampas, vão ao chão muitas vezes

por conta do vento que passa ou da cola que não faz aderir tanto. Surge aí um aspeto que conta a favor da fruição com a obra: deslocamento. O vento as joga no chão e sempre tem alguém que vai lá e pega e coloca no mesmo local/sítio. Algumas caem em lugares sem acesso e assim passam a pertencer aquele lugar”. É também neste deslocamento que vivem os habitantes do bairro que vieram de vários lugares: “as estampas lembram-se mosaicos, mas também África e Índia. (...) As misturas acontecem nas estampas e cores puras vistas como um panorama de gentes, pessoas, culturas, modos de vida, tentativas de sobrevivência, resistência, insistência, confronto, encontro, continuidades”.

Não se trata aqui de tentar fazer uma apreciação conceptual ou, muito menos, encontrar uma crítica positiva do trabalho realizado, pois esse nunca foi o seu objetivo. No entanto, importa aqui salientar o facto de como a criação artística pode transpor para outro plano uma realidade visível aos olhos de todos. Para Traquino (2010: 74) “ao trabalhar desta maneira com o espaço, os artistas provocam a receptividade das pessoas para um envolvimento com o processo criativo: passar de espectadores passivos perante a obra de arte, ao papel ativo de a integrar fisicamente e de nela permanecerem por momentos. Observar a obra observando-se a si próprio”.

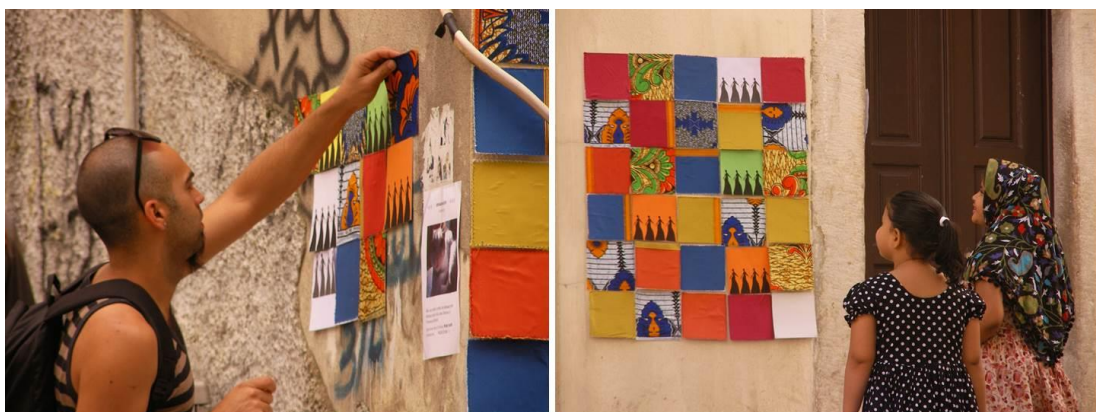


Figura 90 | Instalação BAFATÁ, PORBANDAR, INHACA, DHAKA, CHAFARIZ DO BENFORMOSO’,
no Chafariz do Benformoso, 8 de Julho de 2011

4.1.2. O ESPAÇO PÚBLICO

Em 2012, as obras na Mouraria já tinham começado e o Chafariz do Benfornoso ‘desapareceu’ durante uns tempos. Deste seu desaparecimento resultou ‘O NOVELO QUE É NÃO-NOVELO COMO O CHAFARIZ QUE AGORA É NÃO-CHAFARIZ’⁸⁵. O desaparecimento do chafariz resultava das obras ao nível do espaço público que se verificaram naquele lugar.

Entre Janeiro e Junho de 2012, decorreram 27 ‘Rotas da Rua’⁸⁶ com uma duração de cinco horas cada. As perguntas sobre estas rotas da rua que duram cinco horas levantam-se logo ao primeiro instante e Sofia Neuparth (2014) trouxe-as para a conversa “vais para a rota 5 horas para nada? Tens de ir lá fazer qualquer coisa? O que é que eu estou aqui a fazer? E depois tu dizes assim...por exemplo, este livro vem das documentações, estas fotografias vêm do estar na rua para nada...ah, então vamos para a rua fazer documentação? Pois não...mas a documentação surge, como surge a dança, como surge a escrita, surge o que vai surgindo...agora tu escutares o que é que está com vontade de surgir não depende de ti...depende de uma grande ginástica do que tu fazes em ti e da capacidade de continuar a ouvir o encontro. A presença do corpo na rua é realmente revolucionário”.

Estas rotas fizeram um percurso, proposto semanalmente, todas as sextas-feiras, entre a Mouraria e o Cais do Sodré/Boavista (Figura 91). Percorreram-se centenas de quilómetros nesta travessia e presenciaram-se diversas situações que todos os dias se foram multiplicando a par das transformações na Mouraria. As conversas com os habitantes do bairro eram uma constante. Daqui resultou um novelo de crochet que se ia tornando cada vez maior, em função da distância que ia sendo percorrida todas as sextas-feiras. Resultaram muitos textos⁸⁷ (Figura 92) que colocaram em evidência a

⁸⁵ Texto já citado anteriormente.

⁸⁶ “Rota, nome atribuído ao trabalho realizado, é proposta semanalmente, seguindo a pertinência do espaço percorrido, aqueles onde se estende mais o tempo com as pessoas e os lugares, e aqueles que são trânsito. Sendo variáveis os trânsitos e os espaços para estar, adensando-se com a prática a área que a rota preenche na cidade”.

⁸⁷ Estes textos podem ser consultados em <http://pedras2012.wordpress.com/> ou em Neuparth, S; Agostinho, M. & Stevens, A. (2013) Pedras 12. Pessoas e lugares de Lisboa, c.e.m – centro em movimento, Lisboa.

crueledade do processo para muitos dos idosos da Mouraria, as distâncias que se iam criando entre as pessoas e a violência de um quotidiano invisível.

O pavimento tornara-se difícil de percorrer pois os buracos, consequência das obras, eram muitos. As próprias casas foram abrindo rachas nas paredes porque não conseguiram aguentar a intensa trepidação provocada pelos berbequins pneumáticos utilizados. Mas, mesmo assim, as ruas foram sendo caminhadas semanalmente e o espaço foi também tomando forma nos processos e nas relações coletivas e individuais que se foram estabelecendo com o passar dos dias.



Fonte: Rotas Pedras 12 | Imagem tratada por Leandro Gabriel 2012

Figura 91 | Rotas Pedras 12



Figura 92 | Galeria da Boavista Festival Pedras'12, em Julho de 2012

4.1.3. O TEMPO

Em 'The condition of postmodernity' David Harvey (1989) considera existirem cinco consequências que derivam da compressão espaço-tempo. Uma delas é a efemeridade que se torna cada vez mais presente nos usos quotidianos. A segunda consequência que aponta é a valorização da desposse e do instantâneo, tanto de bens materiais como imateriais. A terceira vai ao encontro do encorajamento da brevidade, do temporário, tendo apenas em conta o presente. A criação de imagens, de produtos, de pessoas, de lugares, etc. é a quarta consequência apontada por Harvey (1989). E como quinta consequência indica a possibilidade de tudo ser reproduzido, parecendo, muitas vezes, aparentemente mais reais as réplicas que os originais. Esta compressão espaço-

tempo ao desenvolver todas as hipóteses possíveis num pequeno período, pode provocar desorientação e fragmentação, perdendo-se dimensões tangíveis da vida social mas criando-se simulacros de uma falsa realidade.

O convite feito para a participação no “à espera que a roupa seque...”, que aconteceu em Julho de 2013, no Largo de São Domingos e no arco da Rua Augusta, em Lisboa, colocou muitas questões: quanto tempo a roupa leva a secar? Estamos disponíveis para esperar? Vamos esperar? E *quanto tempo dura o tempo em que te esqueces do tempo?*

Os tempos rápidos que estiveram e estão implicados em todo o processo de transformação da Mouraria, tornaram-se aqui muito presentes. O tempo dedicado ao bairro e ao processo possibilitou o desenvolvimento de uma consciência do tempo. Rapidamente o chafariz tinha desaparecido, as pedras da calçada estavam levantadas, as paredes tinha sido pintadas de creme para a passagem do presidente da República na celebração do 10 de Junho, amontoavam-se contentores de entulho e o pó era uma constante em casa dos habitantes do bairro. O processo foi rápido e ao mesmo tempo as perguntas multiplicavam-se: como pode a dinâmica quotidiana ser alterada desta forma? Para quem são estas transformações? Vale tudo pela mudança da imagem?

Sobre este tipo de processos André e Rouselle (2010: 76) chamam a atenção para o facto de que “contrariamente ao que habitualmente se pensa, ou se faz pensar, a temporalidade das dinâmicas sociais é a das comunidades e não a dos indivíduos ou a dos ciclos políticos ou económicos”. Deste modo, deve-se assumir “a necessidade do tempo longo, das diferentes fases necessárias à maturação de um projeto, desde a etapa inicial, rápida e intensa, em que se revelam, estruturam e ajustam ideias e perspectivas, até às etapas de experimentação e consolidação, necessariamente muito mais lentas (idem).



Não foi logo claro o que se estava a passar. Era muita coisa a acontecer ao mesmo tempo e preocupações que tinham de ser controladas. Queres ajuda? Queres que dê um nó? Pode-me guardar este balde? O que é isto? Senti que o ‘espectáculo’ já estava a acontecer nos vários dias antes em que ateimámos em colocar o estendal no meio do Largo de São Domingos e no arco da Rua Augusta. O que é isto? Estão a estender roupa? Aqui no meio? Mas? Surgiram várias perguntas ao longo dos dias. Algumas ficaram a fazer eco e depois foram adquirindo uma densidade maior.

(...)

Os dias foram passando. O Largo de São Domingos tornava-se mais próximo. A senhora que nos guardava as coisas passou a fazer parte da minha vida. Como ela diz, sou sua cliente (compro-lhe amendoins e caju vindos da Guiné-Bissau). No arco da Rua Augusta, a Olga deixou de ser ‘a senhora que estava lá sempre’ para passar a ser a Olga. E nos dois dias do ‘espectáculo’ ele já estava a acontecer há muito tempo. Era, afinal, mais um dia de espectáculo. Os dias ficaram muito quentes. A temperatura subiu aos 40 graus em Lisboa. Os dias mais quentes do Verão. Muito semelhantes às temperaturas habituais do Alentejo. Era do Alentejo que vinha todo o processo. Transpô-lo nunca seria igual. Era outra coisa. E foi. A calma, a espera, as perguntas que foram tendo resposta. As mudanças rápidas e as mudanças lentas. O que era óbvio e o que deixou de ser. Os ensaios que não eram ensaios e já eram o espectáculo.

Figura 93 | Impressões de “à espera que a roupa seque...”

John Urry (1995), em “Consuming Places”, destaca uma imagem que advém da ideia de rapidez, efemeridade ou simulação: o *souvenir* do turista. Para o autor (1995: 217) “o tempo instantâneo dissolve o futuro – ‘Eu quero o futuro agora’ – tal como expressa a t-shirt. Assim, como resultado da necessidade de respostas instantâneas (...), o futuro parece dissolver-se e já não funciona como algo no qual as pessoas parecem acreditar”. A relação espaço-tempo, e a sua atual compressão, caracterizam a produção da cidade contemporânea. Mesmo quando falamos de espaços onde as temporalidades são lentas, como acontece, tipicamente, nos bairros populares, como é o caso da Mouraria, o espaço parece estar sempre a ser ultrapassado pelo tempo (Augé, 1994). Este facto é verificável na rapidez com que se pensa a transformação de um espaço.



Figura 94 | À espera que a roupa seque... Largo de São Domingos, Julho de 2013

5. NO FINAL DA CAMINHADA

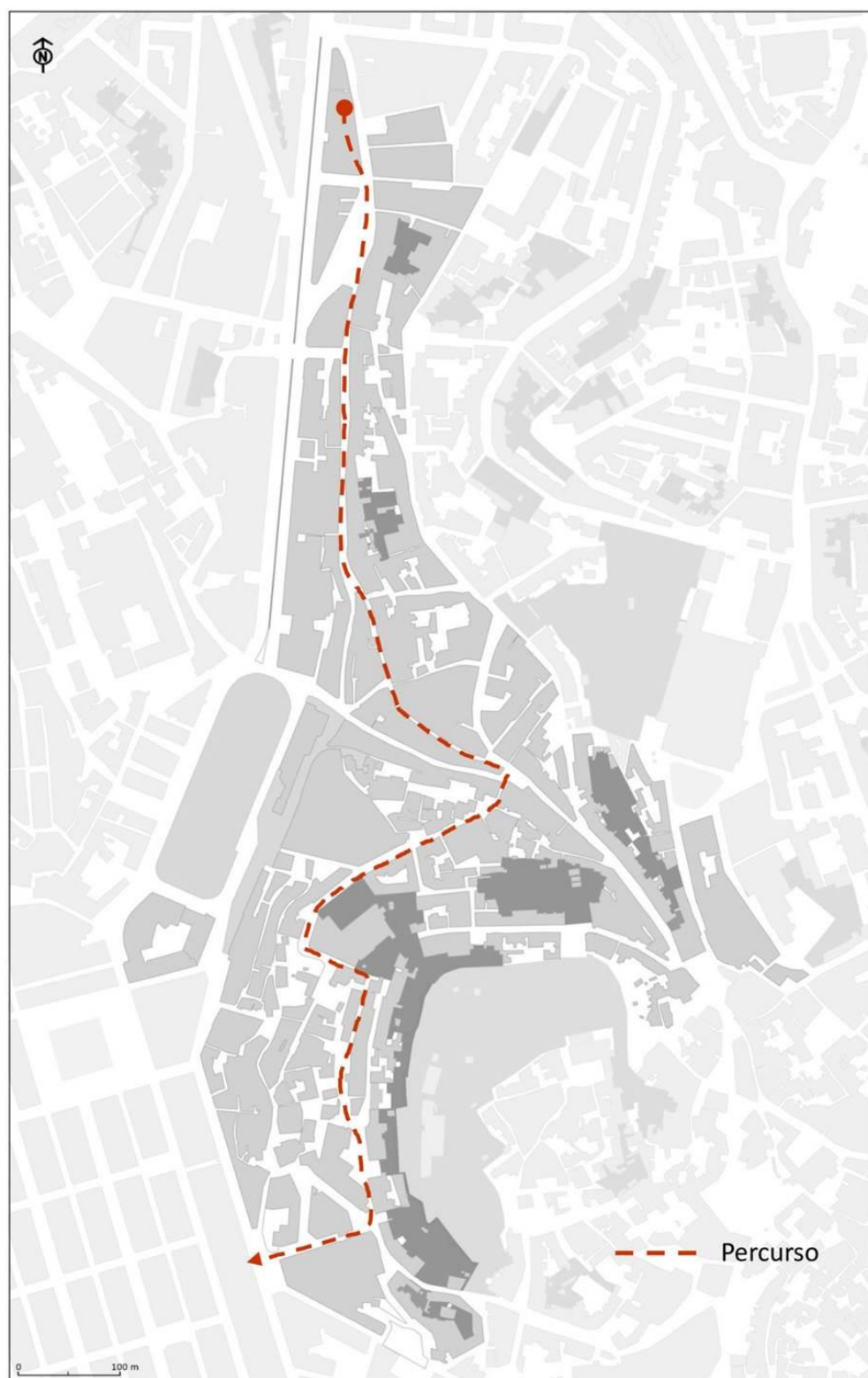


Figura 95 | Percurso III

O bairro da Mouraria, que era a horta da cidade, foi-se transformando gradualmente, tal como aconteceu ao Raval. Apesar de se localizar no centro da cidade de Lisboa, a Mouraria assinala o estereótipo associado à degradação, à delinquência, à pobreza, ao desalinho ou à marginalidade que marcam um prolongamento de uma certa segregação centro-periferia e, num certo sentido, de margem. Na Mouraria parece estar evidente a construção duma tradição inventada e perene que é apropriada por diferentes discursos. Assiste-se a um certo dramatismo performativo centrado num 'destino fatal' associado ao fado, à religião e às marchas populares mas, também, à miséria, à insalubridade e à pobreza.

Associando o modelo de análise utilizado para esta investigação e sobrepondo-lhe alguns dos resultados observáveis na Mouraria (Figura 96) é possível tirar algumas notas que sistematizam as principais ideias discutidas neste ponto. Ao longo dos anos o bairro foi sendo alvo de diversas políticas públicas que tinham na sua génese mudar a imagem crua do bairro. Centradas em processos de renovação e, posteriormente, de reabilitação urbana, estas políticas privilegiaram as transformações estéticas de um bairro típico e popular que deveria apresentar uma imagem consentânea com esta tipologia. Recentemente, com o PA as iniciativas centraram-se na reabilitação do espaço público, tido como degradado e em mau estado e, através de diversos mecanismos e programas, desenvolveram-se ações que pretenderam colocar em prática medidas de prevenção, de formação ou de empreendedorismo da população residente. Trata-se de mais uma intervenção urbanística que tem como fundamento princípios estéticos e de embelezamento de um bairro com graves problemas sociais, económicos, políticos e culturais como contexto. É assim, que num espaço esteticamente desconfitualizado se ignora a exclusão, a violência e se banalizam diferenças, standardizando-as. A identidade do bairro que é, por um lado, valorizada, quando se privilegia a tradição e a memória, é, por outro, descaracterizada quando o que importa é transformar este território numa fachada bonita a que os turistas possam aceder facilmente sem serem importunados com a realidade que se esconde por detrás das paredes dos edifícios. Deste modo, tenta-se simplificar uma realidade complexa e cheia de pormenores, limpando as imperfeições que possam existir.

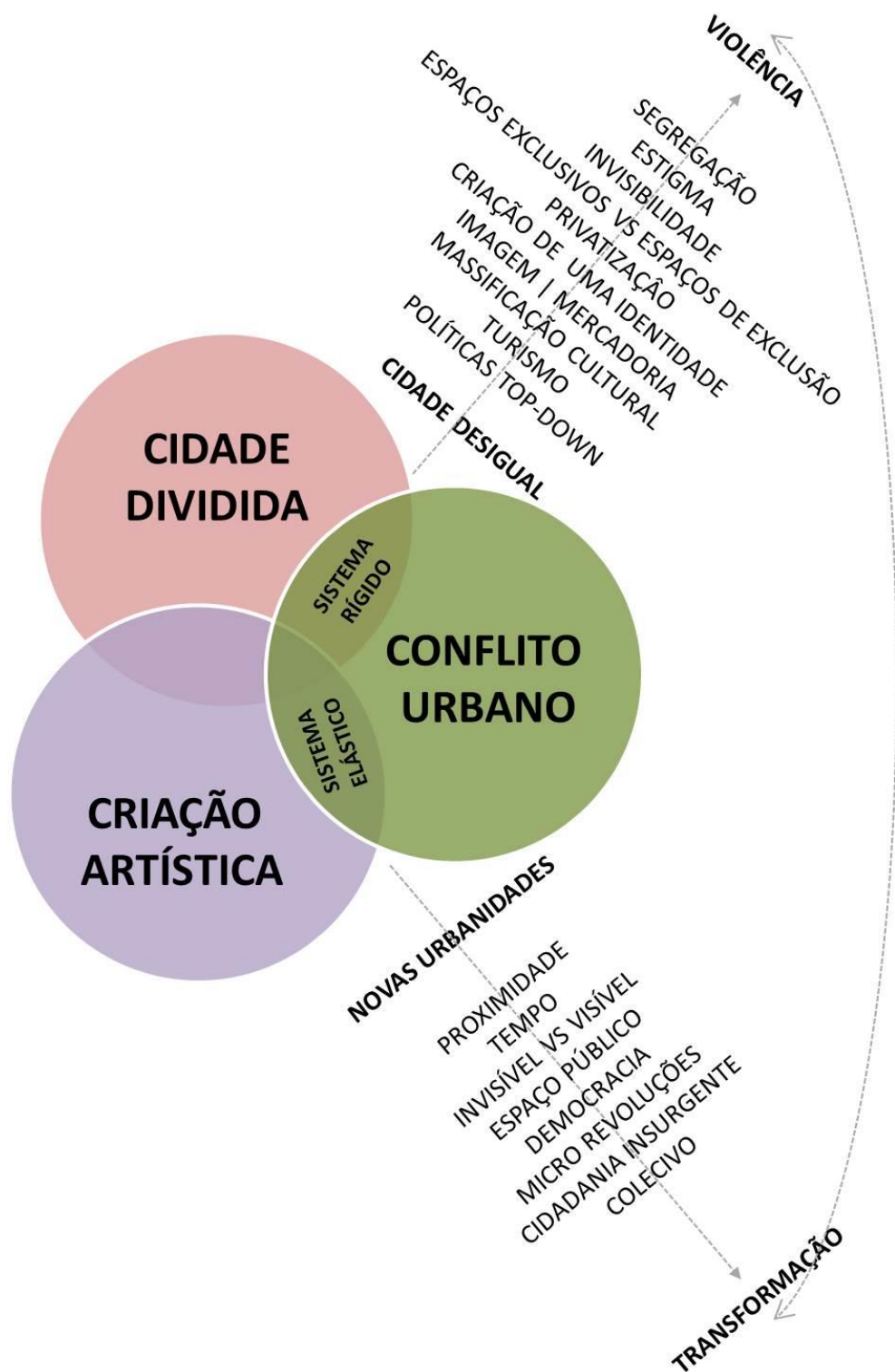


Figura 96 | Olhando em perspectiva

É nesta constante (re)construção de uma identidade em redor de símbolos (do passado ou do imaginário) que a história do bairro se vai produzindo, deixando na margem determinados setores da população. Para Eduard Said (2002: 242) a ligação entre a construção de um lugar e da sua identidade “é um método para usar a memória coletiva selectivamente, manipulando certos bocados do passado nacional, suprimindo outros, elevando ainda outros de um modo inteiramente funcional. De modo que a memória não é necessariamente autêntica, mas útil”. Assim, a reinvenção de certas tradições pode ter um objetivo perverso, resultando daí a construção de uma identidade que não é, de modo nenhum, a mais articulada com a realidade do bairro. Eric Hobsbawm (1980) designa este processo de ‘tradição inventada’, uma prática que coloca em evidência hábitos e rituais recentes mas que são olhados como ancestrais: “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceites; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição (...) sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado” (Hobsbawm, 1980 citado por Carvalho, 1991: 41).

A intenção, em processos de reabilitação urbana, seria procurar que estes resultassem em espaço mais qualificados para todos e não apenas para alguns setores da população, e que, deste modo, não decorressem daí, forçosamente, processos de *gentrification* ou práticas especulativas. Na Mouraria assiste-se à delimitação de espaços exclusivos mas que ao mesmo tempo excluem. O novo Mercado de Fusão é um destes exemplos, ao mesmo tempo que se pretende construir ali um espaço exclusivo, está-se a excluir e/ou a expulsar uma parte da população, principalmente a que reside no bairro e que não se sente confortável a permanecer e a usufruir daquele lugar. Para Manuel Delgado (2008: s/p) estas ‘expulsões’ de certos espaços são claras. Referindo-se a Barcelona, mas que na perspetiva desta investigação também se aplica à Mouraria, diz que “en primer lugar, tener una renta baja te excluye automaticamente. No es que la pobreza se criminalice en primera instancia, sino que se la expulsa (...) Los urbanistas deben planificar la ciudad, pero no la vida urbana. Por lo tanto, que nos dejen un poco en paz y, como mínimo, un rincón para montar una

hoguerilla en San Juan. Hoy el urbanismo y la arquitectura están al servicio del mercado”.

Paralelamente ao processo de exclusão, há também as questões relacionadas com a privatização e securitarização do espaço público, que no caso da Praça do Martim Moniz se tornou flagrante. Ao mesmo tempo estas dinâmicas tornam-se perversas dentro dos discursos hegemónicos. De que segurança estamos a falar? Contra quem e a favor de quem? Nestes novos espaços da cidade, como o Mercado de Fusão, a imagem de quem frequenta estes espaços é tão importante como a imagem dos próprios espaços. Se a Mouraria tem uma ‘má fama’ que se tenta limpar, qual será a fama dos seus moradores?

Neste contexto, em que a imagem, a estética e um certo modelo de cidade e de bairro são o mais privilegiado, o processo de controlo e de transformação das atividades da praça têm permitido que o ‘indesejado’ (atividades consideradas marginais) seja colocado num lugar invisível. Assim, apenas comportamentos considerados ‘aceitáveis’ passaram a ser possíveis no espaço visível por todos, eliminando-se a desordem e o conflito, purificando-se e domesticando-se o espaço público. Assim, a cidade de Lisboa passa a estar na linha das cidades globais e cosmopolitas, assentando num desenvolvimento neoliberal, que reprime, à partida, a possibilidade da existência de conflito (TINA – ‘there is no alternative’, expressão usada recorrentemente por Margaret Thatcher). Pretende, assim, criar espaços homogéneos, competitivos e neutros, mesmo que os discursos possam tentar espelhar o contrário, quando a cidade é heterogénea, diversa e complexa. Neste sentido, coloca-se em causa uma série de dinâmicas que forçam situações e desenvolvem práticas que podem tornar latente a presença de violência, não se tendo em conta a importância do conflito ou a ambiguidade das características da vida social.

No bairro a presença de três grupos distintos é bastante evidente. Por um lado, encontramos uma população envelhecida e com baixas qualificações. A par desta população, também o património edificado está envelhecido e em mau estado. Contudo, o processo de reabilitação em curso tem permitido impulsionar o mercado imobiliário e o interesse de novos proprietários e moradores. Assim, outro grupo que

começa a dar sinais da sua presença são os jovens qualificados que se podem incluir dentro do conjunto das *marginal gentrifiers* (Malheiros et al, 2012). Perante esta situação, de potencial *gentrification*, existem alguns discursos que evidenciam esta realidade. Contudo, nota-se uma certa dualidade a este nível, que refere, por um lado, que não quer colocar fora do bairro ‘as pessoas do bairro’ mas que, por outro lado, fala destas pessoas de forma depreciativa: “as pessoas são muito pobres espiritualmente. Têm um grau de iliteracia muito grande, são pessoas que estão num grau de desenvolvimento muito baixo e não vão às coisas. Para elas a vida delas é a tasquinha, a taberna, é os lugares onde param os seus pares e não dão um passo para fora de um determinado ambiente onde se sentem seguras. É aquela zona de conforto, é a zona delas e não saem dali. (...) As pessoas vivem em zonas de conforto e vão motivadas por coisas muito simples. Por exemplo, se houver comida, se a gente fizer comida gratuita, distribuição de comida gratuita, caldeirada, por exemplo e as pessoas souberem, aí a malta vai. Porque aí vão encher a pança. Têm uma motivação que é uma motivação primária. Agora qualquer outro tipo de motivação que seja considerada uma motivação secundária, naquele quadro das motivações que a gente estuda e não sei que mais, as pessoas não vão. As pessoas só vão se virem que há alguma coisa que de alguma forma as satisfaz (Nuno Franco, 2013). Ao mesmo tempo que esta situação se verifica, há uma valorização de uma certa retórica associada com ao ‘jovem qualificado, bem na vida’.

O terceiro grupo é o dos imigrantes. A história do bairro está desde sempre associada a este grupo. Atualmente as dinâmicas alteraram-se e associado, também, à alteração da imagem do bairro, tem-se criado um imaginário em redor da diversidade cultural, da gastronomia e dos hábitos que tem servido bem, também, para a promoção de eventos culturais. Contudo, tem-se descurado uma série de outras realidades que colocam, ainda, à margem muitos destes habitantes.

A valorização do tecido urbano, cultural e social existente deveria ser considerada neste tipo de processos, tendo em conta as suas diferentes dimensões e reconhecendo a importância de cada um no seu todo. Uma atitude política que fortalecesse estas dimensões e a sua importância permitiria um maior reforço/ fortalecimento da comunidade, tal como permitiria desenvolver um território mais justo. Contudo,

estamos perante um urbanismo higienista, que desenvolve processos simbólicos e materiais que influenciam a construção de estigmas, ao mesmo tempo que tenta promover uma ideia de ordem e de controlo que não corresponde à complexidade da cidade e, muito menos, à da Mouraria. Este modelo de simplificação, de controlo sobre a população e sobre a atividade no espaço público, coloca à margem os grandes problemas sociais do bairro que se relacionam especificamente com questões de pobreza ou de marginalidade social. Contudo, contribui-se para uma clara campanha de marketing urbano e turístico, promovendo-se uma determinada imagem de cidade, não se tendo em conta que “las consecuencias políticas de este malestar social, a largo plazo, son imprevisibles” (Ruiz, 2013: 47).

As situações de violência vão-se perpetuando no bairro. Com o agravamento da atual crise financeira, económica e política e na falta de medidas estruturais sólidas que possam encontrar uma solução para os diversos problemas que se foram produzindo, estas vão-se tornando mais visíveis. Apesar disso, as políticas incrementadas vão no sentido de agravar muitas delas, visto que desencadeiam processos de exclusão e de segregação, impulsionando comportamentos e práticas. Neste contexto, o conflito tende a ser reprimido e passado para um plano de pouco destaque ou mesmo inexistente.

Nesta abordagem, considera-se que o conflito é um elemento essencial para a transformação dos espaços e dos comportamentos e que quando ele não existe origina as divisões e a violência, de que já se falou anteriormente. Contudo, e apesar de a cidade estar a ser produzida de modo a homogeneizar comportamentos e práticas e a torna-la mais competitiva, individualista, segregadora e desigual, há espaços que tentam resistir a este processo. A estes espaços de resistência e de transformação associaram-se, nesta investigação, os espaços de criação artística.

A arte não pode, ou não deve, ser considerada isoladamente no contexto da produção de cidade. Deve-se ter em conta que a arte é mais uma dimensão política e que deve ser considerada no seu todo. Apesar de se ter uma visão estratégica para a cidade que está implícita nas políticas públicas aplicadas à Mouraria, a arte é normalmente considerada em dois polos distintos: ou se vê a arte para as massas e se generalizam

gostos e se formatam opiniões, ou se vê a arte para as elites onde as abordagens conceptuais dificultam um entendimento mais abrangente. No caso da Mouraria, uma abordagem mais próxima ajudou a compreender os processos e as dinâmicas em causa e como refere Neuparth (2014) “a presença do corpo na rua é realmente revolucionário!”. Na realidade a arte pode (e deve) ser um instrumento de *empowerment* das populações mais desfavorecidas (é o caso, p.e., do Teatro do Oprimido, constituído numa visão de emancipação a autonomia dos mais pobres). Contudo, na Mouraria, vê-se (através do inquérito aos residentes) que os habitantes apreciam as ações que o poder político tem levado a cabo, vendo o seu bairro embelezado e com mais oportunidades para o negócio (p.e. restaurantes, cafés, artesanato, etc.), apesar de serem excluídos de muitos dos espaços do bairro como o ‘novo’ Largo do Martim Moniz. Esta atitude não revela nenhuma atitude de revolta ou mesmo de insatisfação. Contudo, durante o período de observação participante as queixas vaziam-se ouvir em conversas informais que faziam ressaltar necessidades que os habitantes não tornam visíveis nos seus discursos e que não tem consequências ao nível da contestação como aconteceu no Raval.

Se se fizer uma observação conjunta dos dois bairros (Figura 97) há pontos que se tocam, como os projetos para o espaço público, a habitação degradada, a diversidade e a memória do território. Contudo, o que os afasta é o ponto sobre a contestação, que no Raval é bastante evidente e que na Mouraria se esconde atrás das suas paredes limpas. Neste contexto, a criação artística coletiva ganha uma maior importância ao ser uma das formas potenciadoras de pensamento crítico e reflexão que faz despertar consciências.

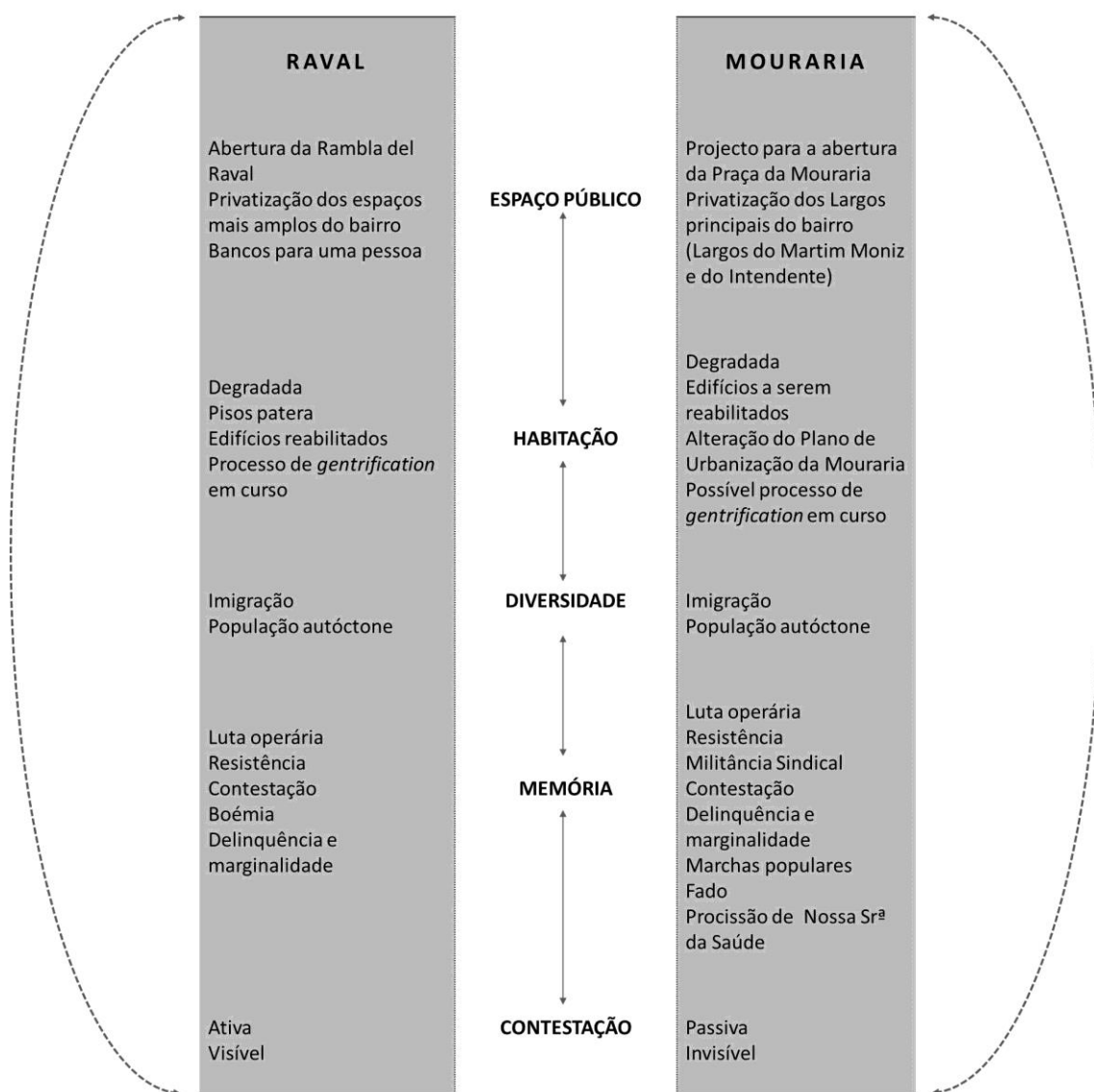


Figura 97 | A Mouraria e o Raval

PARTE IV

NOTAS FINAIS

A produção de cidade tem correspondido a diversas visões e passado por diferentes processos ao longo das últimas décadas. A cidade construída com base em princípios assentes na justiça social e na democracia, que o Estado social do pós-guerra privilegiava, passou a definir-se em função de lógicas de mercado que têm na sua génese mecanismos de competitividade e de obtenção de lucro. A adoção deste projeto neoliberal e de políticas que fomentaram a produção de uma cidade, que é vista como uma mercadoria, transformaram-na num produto que se pode vender e que se quer nos mercados globais. Para isso, deve cumprir determinados requisitos: ter uma imagem de cidade ideal, ser 'limpa', segura, controlável e sem conflitos. Como consequência deste processo, os indivíduos foram-se voltando cada vez mais para si próprios afastando-se, conseqüentemente, de ações e práticas mais colectivas. O espaço público foi, assim, perdendo a sua força, esvaziando-se politicamente, e abrindo oportunidade à sua privatização. Em resultado, a cidade foi reproduzindo o projeto neoliberal à medida das opções hegemónicas e do desejável, tornando-se cada vez mais desigual e fragmentado o seu espaço.

Este processo direccionou a cidade contemporânea para um modelo onde o conflito não pode ter lugar, por ir contra as estratégias definidas para uma cidade que se quer perfeita, homogénea, submissa, segura, a-conflituosa e competitiva, e onde os seus cidadãos vivem moldados por esta retórica. Contudo, na cidade que se pretende perfeita as desigualdades, a precariedade social ou a fragmentação tendem a aumentar, fomentando tensões que se vão acumulando por não existir lugar para o conflito. Por outro lado, o controlo também se faz sentir ao nível da segurança e do fomento do medo, principalmente o medo do 'outro' e do desconhecido. Produz-se, assim, uma cidade que privilegia, na materialidade das suas construções, práticas e comportamentos modelados à luz destes princípios. Este facto não é novo mas vem reforçar uma lógica de poder, de dominação e de controlo sobre o espaço da cidade e sobre os seus cidadãos. A abertura de praças, com uma ampla visibilidade, ou um

cuidado reforçado com o tipo de mobiliário urbano utilizado, são apenas dois exemplos das práticas mais comuns atualmente.

Deste modelo de cidade, que aparenta ser perfeito, emergem situações de invisibilidade que, também, se vão reproduzindo. A inevitabilidade e a naturalidade, intrínsecas ao projecto neoliberal ('TINA – 'there is no alternative', Margaret Thatcher), direcionam as práticas e os comportamentos incutindo-lhes um discurso de neutralidade desprovido de crítica e de questionamento. Contudo, o aumento das desigualdades, da exclusão social e da estigmatização são a violência que se vai escondendo por trás de paredes, por vezes, bonitas e limpas. Nesta invisibilidade vão ressoando ecos de condições de vida precárias, à margem de uma cidade perfeita, que não se querem ver, tal como acontecia com as situações referidas por Engels (1845) na cidade industrial. As tensões que se vão acumulando e aumentando nesta invisibilidade tornam-se visíveis quando um rastilho se acende, como aconteceu em Paris (2005) ou em Londres (2011). Nesses momentos, os confrontos ganharam uma grande dimensão e as situações tornaram-se visíveis. No entanto, rapidamente se tentou abafar as situações de precariedade e exclusão, criminalizando estes atos e penalizando as margens territoriais em que tiveram origem.

No âmbito desta investigação considerou-se, à luz do que foi definido por diversos teóricos, que o conflito é um elemento essencial que pode recuperar o político, potenciando recursos para a transformação e para a inovação ao nível das relações sociais e políticas. Como já se viu anteriormente, o conflito tende a ser 'apagado' à luz de práticas neoliberais que tendem a homogeneizar, controlar, privatizar e securitizar os espaços. Contudo, e apesar desta tentativa de invisibilizar o conflito, este desenvolve-se no seio de práticas sociais e artísticas colectivas que se desenvolvem à margem do projecto neoliberal.

A criação artística colectiva associada a uma consciência política e de transformação social tem dado especial atenção a contextos sociais diversificados, acentuando as particularidades de cada um. Por outro lado, também tem conseguido materializar nas suas práticas a invisibilidade de processos de exclusão, segregação e estigmatização. Apesar de muitos olharem para a criação artística como mais uma forma de massificar

comportamentos e como uma moda para a transformação das cidades, há espaços que emergem deste paradigma exercendo o seu poder de questionamento e crítica. Assim, o seu potencial de resistência e transformação revelou-se um elemento essencial na possibilidade de abertura de espaços de expressão do conflito dentro da cidade neoliberal.

Tendo por base a cidade contemporânea, foi possível distinguir dois tipos de espaços: um espaço rígido, ao qual se associou princípios de homogeneidade, controlo, eficácia e competitividade, onde se afasta a possibilidade de conflito e se mantém uma imagem de uma sociedade pacífica e ordeira; e um espaço elástico, onde o conflito é possível associado à expressão verbal colectiva, ao espaço público e à democracia, contrariando lógicas de submissão e domínio. Esta adaptação da teoria de Lewis Coser (1967) associada ao espaço permitiu, a uma escala macro, clarificar as mudanças ocorridas na cidade contemporânea ao longo dos anos, e a uma escala micro, desconstruir um discurso em redor das políticas globais reproduzidas nos bairros do Raval, em Barcelona, e da Mouraria, em Lisboa.

O bairro do Raval foi utilizado nesta investigação enquanto caso de referência e, por isso, teve um papel importante na definição do trabalho que se desenvolveu na Mouraria. Estando em fases de desenvolvimento diferentes e não se querendo fazer uma comparação dos processos, é possível encontrar alguns paralelismos nos dois bairros, principalmente relativos às políticas aí aplicadas nos últimos tempos. À luz do modelo de cidade definido pelo projeto neoliberal, o Raval, bairro marginal rodeado de estigmas associados à precaridade, à insalubridade, à prostituição e à imigração, tem sido alvo ao longo das últimas décadas de mudanças na sua imagem. A construção de diversos equipamentos culturais e educativos, a abertura da Rambla del Raval ou o aumento de um 'novo' tipo de comércio associado à presença de novos habitantes e de um processo de *gentrification* em curso, são apenas alguns exemplos que se inserem numa visão mais global associada ao 'modelo Barcelona'. Neste processo, foram evidentes diversos momentos de contestação e resistência dos habitantes do Raval que têm, também, na sua génese a base contestatária do bairro operário e de resistência, a sua memória e identidade. Face a processos de demolição, como

aconteceu para possibilitar a construção da Rambla do Raval, ou de especulação imobiliária, a população mobilizou-se pelo direito à cidade e pelo direito de habitar o bairro de forma digna. Nesta mobilização foram indispensáveis a Sitesize – colectivo artístico - em conjunto com a Coordenadora ‘Contra l’Especulació del Raval’, tal como os referenciais identitários do bairro, que despoletaram um questionamento e uma ação crítica perante políticas hegemónicas que modelam quotidianamente o bairro.

Na Mouraria, as mudanças fazem parte de um projeto mais recente. Ao longo dos anos, as diversas tentativas de mudança que foram sendo pensadas em diferentes períodos nunca chegaram à sua completa execução. Apenas no período do Estado Novo, um urbanismo ‘civilizador’ tomou em mãos a demolição de diversos quarteirões da Mouraria com claros objectivos higienistas e embelezadores. Posteriormente, no pós-25 de Abril, a população mobilizou-se por melhores condições de vida e de habitabilidade no bairro, exercendo pressão sobre a implementação de políticas públicas. Actualmente, o bairro tem sido alvo de diversos projectos que têm como objectivo a mudança da imagem - pobre, insalubre, de marginalidade e de exclusão que o bairro tem carregado ao longo dos anos, tal como acontece com o Raval - para uma representação cosmopolita e turística que transite entre a tipicidade e um imaginário identitário recriado.

Do trabalho de campo efectuado resultou a validação das duas hipóteses colocadas nesta investigação: nos espaços rígidos, assentes num modelo de produção de cidade desigual mais controlada, higienizada e privatizada, o conflito não se consegue expressar abrindo lugar a situações de confronto e violência; enquanto nos espaços elásticos, a que se associaram os lugares de criação artística colectiva e, assim, a produção de novas urbanidades, é possível a existência de conflito e de transformação. Quando a população residente na Mouraria e alguns agentes implicados no processo de mudança no bairro referem, por exemplo, que o ‘novo’ Largo do Martim Moniz não é para as pessoas do bairro, está intrínseca a ideia de criação de um espaço para outro grupo social que não aquele que habita o bairro. A falta de sentido de pertença àquele lugar expressa no capítulo ‘A Mouraria’ é revelador de um sentimento de exclusão/ segregação. Em diversos momentos do trabalho de campo as queixas fizeram-se ouvir

em surdina salientando as desigualdades de poder e um certo sentimento de estigma e expulsão. Contudo, estes sentimentos não se expressaram de forma visível, ao contrário do que aconteceu em Barcelona quando as transformações no bairro do Raval se começaram a intensificar. Aí, foi possível verificar que a intensidade dos conflitos era clara: manifestações, concentrações ou protestos fizeram-se sentir nas ruas do Raval durante períodos mais intensos de mudança no bairro. Nestas situações de conflito, a componente da criação artística colectiva foi um elemento muito forte e com constante presença, como se viu, no capítulo 'El Raval', através do trabalho realizado pela Sitesize ou pela Coordinadora contra l'especulacion del Raval.

As justificações para estes processos podem ser diversas. Se por um lado, se podem relacionar com o facto de uma maior intervenção política e cidadã da população barcelonesa, por outro, também em Lisboa e, em particular, o bairro da Mouraria está marcado por um cunho de reivindicações e militância como se viu ao longo da secção 2.1. do capítulo 'A Mouraria'. Apesar destes fatos, o que se observou no bairro lisboeta foi que as necessidades, as desigualdades, as diferentes relações de poder não se expressam de forma evidente em espaço público ou nas práticas quotidianas da sua população. Muito pelo contrário. O que se revelou é que perante a privatização do espaço público, já bastante evidente no Largo do Martim Moniz, a implementação de medidas de controlo e de securitização de algumas ruas através de portões, ou perante um processo de *gentrification* já em curso, a população não reage, ou pelo menos não tem uma acção visível. Não se pretende aqui discutir as justificações sociológicas para esse procedimento, isso fica para trabalhos de sociologia. Contudo, interessa justificar a implicação desta falta de conflito ao nível da produção de cidade.

A clara desigualdade de poder relativamente às decisões políticas sobre o território do bairro da Mouraria parecem ser uma realidade. Por outro lado, os problemas estruturais identificados à partida, como as questões relacionadas com a exclusão socioeconómica, a precariedade social, a estigmatização aos quais estão também associados problemas de toxicodependência e tráfico de droga ou a prostituição vão-se escondendo atrás de uma imagem mais cuidada e apreciada e afastando-se para outras margens. Se a estética quer esconder questões que não se resolvem com pinturas de fachadas ou mudanças de pavimento, situações de violência de grande

visibilidade podem vir a acontecer. A tensão provocada por situações de desigualdade, precariedade e estigma, que se encontravam acumuladas em Paris e em Londres desencadearam momentos de intensos e violentos confrontos. Estas situações não podem, nem devem, ser comparadas com Lisboa de modo simplista. No entanto, são exemplos que devem ser tidos em conta quando se pensa na produção da cidade contemporânea tendo em consideração a complexidade de relações e de práticas que aí coexistem. São exemplos do que acontece quando as periferias, as margens, são feitas reféns de um modelo económico e financeiro que as coloca em clara desvantagem perante um centro privilegiado e exclusivo.

Contudo, e perante esta situação, há espaços de resistência e de reflexão crítica que se abrem nos lugares de criação artística colectiva. Os espaços de cidadania insurgentes, se assim lhes chamarmos, desempenham um importante papel de vislumbre de futuro quando possibilitam abordagens a outras escalas, permitindo-se ter tempo. A partir dos trabalhos realizados e apresentados no âmbito do Festival Pedras foi possível pensar e desenvolver propostas de diálogo perante a complexa riqueza de sentimentos, reacções e ideias presentes na realidade social do bairro. Não foram propostas que se fecharam em si e, por isso, tiveram uma amplitude maior que não as silenciaram ou ocultaram nas suas apresentações. Na realidade a população não expressa o que pensa porque lhe é difícil verbalizar essas opiniões, mas as expressões artísticas – que vão muito para além da verbalização – ajudam decisivamente a apresentar angústias, sentimentos ou meras opiniões, através da imagem, do gesto ou da música.

O ressoar destes mecanismos de criação artística colectiva, através do tempo e dos espaços, representa pequenas revoluções que provocam micro e invisíveis transformações. Contudo, abrem a possibilidade de um espaço público mais livre e democrático e, assim, dão lugar à existência de conflito. Neste momento de ponto de chegada as questões continuam a pairar e a necessidade do devir permanece. Se umas portas se foram fechando, outras abriram-se com maior intensidade. Este texto, enquanto trabalho académico, termina aqui. Porém, as ligações que se foram fazendo intensificaram o pensamento crítico e a sua relação com a criação artística colectiva, como elemento crucial na discussão da transformação da cidade contemporânea e das

suas possibilidades para dar espaço ao conflito. Assim, se se olhar para estes elementos como alternativas consistentes às formas hegemónicas e neoliberais de produzir cidade, pode ser que este texto seja mais uma brasa para inflamar o fogo da geografia crítica, que continuará a arder para produzir uma sociedade mais justa e democrática.

BIBLIOGRAFIA¹

Agamben, G. (2010). *Ideia da Prosa*. Lisboa: Cotovia.

Agamben, G. (2010). *La potencia del pensamiento*. Barcelona: Anagrama.

Albet, A. et al. (2006). Resistencias urbanas y conflicto creativo: lo público como espacio de reconocimiento. In N. Joan, & J. Romero, *Las otras geografías* (pp. 405-423). Valencia: Tirant lo Blanch.

Alfama, E. (2004). Movimientos en defensa del territorio en Catalunya: Elementos para la reflexión,. VIII Congreso Español de Sociología, s/p.

Almeida, H. (3 de 12 de 2013). *Pessoal e Transmissível*. (C. V. Marques, Entrevistador)

André, I. (2012). *Estratégias Territoriais Criativas*. Finisterra, XLVII, 94.

André, I. (2005). *Metodologias de investigação em Geografia Humana: programa*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

André, I. (2009). Culture, Social Innovation and Development Strategies (a cultural shift in development policies?). Seminar 'Contemporary Society and Cultural Shifts in Public Policy. Aveiro: Universidade de Aveiro.

André, I., & Abreu, A. (2006). Dimensões e espaços da inovação social. *Finisterra*, XLI 81, 221-241.

André, I., & Abreu, A. (2009). Social creativity and post-rural places: the case of Montemor-o-Novo, Portugal. *Canadian Journal of Regional Science/Revue Canadienne des Sciences Régionales*,XXXII:1, 101-114.

André, I., & Carmo, A. (2010). Régions et villes socialement créatives. *Étude appliquée à la Péninsule Ibérique*. *Innovations*, 3(33), 65-84.

¹ As citações bibliográficas foram feitas segundo o estilo APA Sixth Edition

- André, I., & Rousselle, M. (2010). Estratégias Sociais Criativas em Barcelona. O caso do Walden-7. *Finisterra*, XLV, 90, 71-90.
- Aranda, C. (12 de Março de 2012). Os chineses da Mouraria em Lisboa. Obtido de Ponto Final: <http://pontofinalmacau.wordpress.com/2013/03/12/os-chineses-da-mouraria-em-lisboa/>
- Araújo, S. (2012). (In)Seguranças no espaço urbano. Perspectivas culturais. V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- Arendt, H. (2001). Poder e violência. *Relume Dumará*, 81-94.
- Arrais, J. (13 de 07 de 2011). Enquanto danças. Obtido em 01 de 04 de 2014, de <http://enquantodancas.net/espetaculos/pedras-dagua-2011-chafariz-do-benformoso/>
- Atkinson, R.; Flint, J. (2003) Fortress UK? Gated communities, the spatial revolt of the elites and time-space trajectories of segregation. *Housing Studies*. Taylor and Francis Ltd. 875-892.
- Augé, M. (1994). Não-lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade. Lisboa: Letra livre.
- Balibar, E. (1997). La crainte des masses : Politique et philosophie avant et après Marx. Paris: Éditions Galilée.
- Barndt, D. (1980). Education and Social Change: A Photographic Study of Peru. Kendall: Hunt Publishing Company.
- Barri El Raval - Fichas de los barrios. (s.d.). Obtido de <http://www.bcn.cat/estadistica/castella/dades/inf/barris/a2011/barri1.pdf>.
- Barros, M. (1998). A Comuna Muçulmana de Lisboa - séc. XIV e XV. Lisboa: Hugin.
- Baruque, J. V. (1984). Los conflictos sociales en los siglos XIV y XV en la Península Ibérica. Obtido de RUA. Repositorio Institucional de la Universidad de Alicante: http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/7138/1/HM_03_05.pdf

- Bataille, G. (1930). Documents. Paris: Documents.
- Baudelaire, C. (1857). Le cygne. In Les fleurs du mal. Poulet-Malassis et De Broise: Paris.
- Bauder, H. (2006). Learning to Become a Geographer: Reproduction and Transformation in Academia. Antipode 38 (4), 671-79.
- Baudrillard, J. (2008). A sociedade de consumo. Lisboa: Edições 70.
- Bauman, Z. (2005). Confiança e medo na cidade. Lisboa: Relógio d'água.
- Bauman, Z. (2007). La sociedad individualizada. Madrid: Catedra.
- BBC. (2005). Obtido de <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/4413964.stm>
- Beck, U. (1992). Risk Society: Towards a New Modernity. London: Sage.
- Beck, U. (s/d). La ciudad del riesgo. Arquitectura en la modernidad reflexiva. Archipiélago num.62, 1-12.
- Benard da Costa, J. (1991). Histórias do Cinema Português. Lisboa: Texto editora.
- Benjamin, W. (1989). Paris, capitale du XIX siècle - le livre des passages. Paris: Cerf.
- Benjamin, W. (1990). Imagens de Pensamento. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Bigando, E. (2013). De l'usage de la photo elicitation interview pour appréhender les paysages du quotidien : retour sur une méthode productrice d'une réflexivité habitante. Obtido de European Journal of Geography. Cybergeogeo: <http://cybergeogeo.revues.org/25919>
- Blasco, M. (2012). Indianas 1736-1847. Los origenes de Barcelona Industrial. Barcelona: Museu d'Història de Barcelona, Institut de Cultura, Ajuntament de Barcelona.
- Boaventura, I. (26 de Março de 2014). António Costa regressa aos Paços do Concelho “à procura de novas Mourarias”. Obtido de Público: <http://www.publico.pt/local/noticia/antonio-costa-regressa-aos-pacos-do-concelho-a-procura-de-novas-mourarias-1629838>

- Boaventura, I. (5 de Fevereiro de 2011). António Costa muda-se para o Intendente em Março. Obtido de Público: <http://www.publico.pt/local-lisboa/jornal/antonio-costa-mudase-para--o-intendente--em-marco-21222534#/0>
- Bonacich, E. (1987). Making it in America: a social evaluation of the ethics of immigrant entrepreneurship. *Sociological Perspectives*, 30 (4), 446-466.
- Bonacich, E. (1993). The other side of ethnic entrepreneurship: a dialogue with Waldinger, Aldrich, Ward and Associates. *International Migration Review*, 27 (3), 685-692.
- Bourdieu, P. (1998). La Esencia Del Neoliberalismo. Obtido em Agosto de 2013, de http://www.curriqui.es/archivos_pdf/Decrecimiento/Neoliberalismo_Pierre_Bourdieu.pdf
- Borja, J. (2004). Política de las ciudades. Barcelona y su urbanismo. Existos pasados, desafíos presentes, oportunidades futuras.
- Borja, J. (2005). Revolución y contrarevolución en la ciudad global. In D. Harvey, & N. Smith, *Capital financiero, propiedad inmobiliaria y cultura* (pp. 9-27). Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona e Museu d'Art Contemporani de Barcelona.
- Borja, J. (2011). Ciudades del mañana. Derecho a la ciudad y democracia real. *Café de las ciudades*. Obtido de http://www.cafedelasciudades.com.ar/urbanidad_108.htm.
- Borja, J. et al. (2012). La ciudad multicultural. In L. Vielman, *La ciudad. Antecedentes y nuevas perspectivas* (pp. 337-357). Ciudad de Guatemala: Universidad de San Carlos de Guatemala.
- Bourdieu, P. (1989). O poder simbólico. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, P. (1997). Razones prácticas. Sobre la teoría de la acción. Barcelona: Anagrama.
- Bourdieu. (1998). El sentido social del gusto. Elementos para una sociología de la cultura. Buenos Aires: siglo veintiuno editores.

- Calderola, V. (1985). Visual contexts: a photographic research method in anthropology. *Studies in Visual Communication* 11 , 33–53.
- Calvino, I. (2002). *As cidades invisíveis*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Camarinhas, C. (2011). *L'urbanisme de Lisbonne. Éléments de théorie urbaine appliquée*. Paris: L'Harmattan.
- Camarinhas, C., & Brito, V. (2007). Elementos para o estudo do Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa (1938). In P. L. Serafim, & S. (. Loureiro, *Cadernos do Arquivo Municipal nº 9* (pp. 163-189). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/ Direcção Municipal de Cultura.
- Carlos, A. F. (2004). *O espaço urbano - novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Editora Contexto.
- Carmo, A. (2012). Iniciativas Locais e Luta Contra a Pobreza e a Exclusão. *Finisterra*, XLVII, 94, pp. 139-141.
- Carrera, J. (2012). Magnético Raval. In C. Bautista, *Raval* (pp. 146-149). Barcelona: Ajuntament de Barcelona.
- Carvalho, R. (1991). A vertente política e a vertente popular das Festas de Lisboa. In C. de, *Festas de Lisboa* (pp. 26-55). Lisboa: Livros Horizonte.
- Castel, R. (2003). *L'insécurité sociale: Qu' est-ce qu'être protégé?* Paris: Éditions du Seuil.
- Castells, M. (1972) *La question Urbaine*. Paris: François Maspero.
- Cerejo, J. (2012). Martim Moniz vai ter restaurantes e um mercado intercultural. Público, <http://www.publico.pt/local/noticia/martim-moniz-vai-ter-restaurantes-e-um-mercado-intercultural-1545447>.
- Cerezales, D. P. (2011). *Portugal à Corunhada. Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Tinta da China.

- Christopherson, S. (1994). The Fortress City: Privatized Spaces, Consumer Citizenship. In A. (. Amin, Post-Fordism: A Reader (pp. 409-427). Oxford: Blackwell Publishers.
- Clarke, C. (2007). Race, Place and Space: Liverpool's Local-Born Blacks. *Antipode*, volume 39, 367-369.
- CML. (2012). Proposta nº32/ 2012 - Estudo Prévio da Praça da Mouraria. Lisboa: CML.
- CML. (22 de Dezembro de 2010). Obtido de Programa BIP-ZIP de Lisboa - edição 2011: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1297367449H9pYN4dv1Mg00UU8.pdf>
- Coggiola, O. (2011). A Primeira Internacional Operária e a Comuna de Paris. *AURORA* ano V número 8, 165-183.
- Cohen, S. (2002). *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and Rockers*. London: Routledge.
- Collier, J. (1957). Photography in anthropology: a report on two experiments. *American Anthropologist* volume 59, 843–859.
- Colvin, M. (2008). The reconstruction of Lisbon. Severa's legacy and the fado's rewriting of urban history. Cranbury: Associated University Presses.
- Cordeiro, G. (1995). “Um Bairro no Coração da Cidade: Sobre a Construção Social de um Bairro Típico de Lisboa”, dissertação de doutoramento. Lisboa: ISCTE.
- Cordeiro, G. (1997). Um lugar na cidade: Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Cordeiro, G. (2001). Territórios e Identidades: sobre escalas de organização sócio-espacial num bairro de Lisboa. *Revista de Estudos Históricos*, 28, 125 - 142.
- Cordeiro, G. (2003). Uma certa ideia de cidade: popular, bairrista, pitoresca. *Sociologia*, XIII, 185-199.

- Corijn, E., & Van Praet, S. (1997). Capitais Europeias de Cultura e Políticas de Arte, o caso de Antuérpia. In C. Fortuna, Cidade, cultura e globalização. (pp. 137-164). Oeiras: Celta.
- Correia, A. (2014). Suplemento imobiliário. Público.
- Coser, L. (1956). The functions of social conflict. London: Routledge & Kegan Paul Ltd.
- Coser, L. (1958). The functions of social conflict. New York: Free Press
- Coser, L. (1967). Continuities in the study of social conflict. London: The MacMillan Company.
- Costa, A. F. (2008). Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural. Lisboa: Celta Editora.
- Costa, A. F., & Alves, J. E. (1996). Avaliação processual em reabilitação urbana: conceitos e instrumentos. Revista Sociologia: Problemas e Práticas, Publicação Europa-América, nº 22, 61-79.
- Cruz-Gallach, H. (2006). Los conflictos urbanísticos: sus causas y sus protagonistas. Una reflexion a partir de la experiencia de Cataluña. Cuadernos de Geografía 80, 183-194.
- Cunha, M., & Durão, S. (2011). Os sentidos da segurança: ambiguidades e reduções. etnográfica. 15 (1), 53-66.
- Cunhal, Á. (1997). A arte, o artista e a sociedade. Lisboa: Editorial Caminho.
- Dahrendorf, R. (1972). Classes et conflit de classes dam la société industrielle. Paris: Mouton.
- Davis, M. (1990). City of quartz. Excavating the future in Los Angeles. London: Verso.
- Davis, M. (1998). Ecology of Fear: Los Angeles and the Imagination of Disaster. New York: Metropolitan Books.
- Dear, M. (1998). Annals of the Association of American Geographers, 88, 1, 50-72.

- Debord, G. (2012). *A Sociedade do Espectáculo*. Lisboa: Antígona.
- Deleuze, G. (1995). *L'abécédaire de Gilles Deleuze (G comme Gauche)*. Paris: Canal Arte.
- Deleuze, G. (2002). *L'île désert et autres textes*. Paris: Minuit.
- Deleuze, G. (2003). *Deux régimes de fous*. Paris: Minuit.
- Deleuze, G. (2006). *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Delgado, M. (15 de 03 de 2008). Dentro de 20 años habrá nostalgia de los 'okupas'. (E. País, & I. Punzano, Entrevistadores)
- Delgado, M. (2001). *Luces iconoclastas. Anticlericalismo, blasfemia y martirio de las imágenes*. Barcelona: Ariel.
- Delgado, M. (2005). *Elogi del vianant. Del 'model Barcelona' a la Barcelona real*. Barcelona: Edicions de 1984.
- Delgado, M. (2007). *La ciudad mentirosa. Fraude y miseria del 'modelo Barcelona'*. Madrid: Catarata.
- Delgado, M. (2010). El imperio de lo sentido. In G. Horta, *Rambla del Raval de Barcelona* (pp. 13-21). Barcelona: El Viejo Topo.
- Delgado, M. (2011). *El espacio público como ideología*. Madrid: Los Libros de la Catarata.
- DGOT. (1989). *Intervenção dos gabinetes técnicos locais em áreas urbanas degradadas*. Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território.
- Dias, M. T. (1987). *Lisboa Desaparecida, Vol. 1*. Lisboa: Quimera Editores.
- Dias, M. T. (1999). *Lisboa Desaparecida, Vol.3*. Lisboa: Quimera Editores.
- Días-Cortés, F. (2006). Los equipamientos en la ciudad. Conciliación del trabajo productivo, del trabajo reproductivo y del tiempo libre en los barrios. In R. Del

- Caz, & M. (. Rodríguez, El derecho a los equipamientos, a los edificios públicos. (pp. 63-66). Valladolid: Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Valladolid.
- Díaz-Cortés, F. (2009). Espai públic, vida quotidiana i identitat de barri a Terrasa: la construcció material i social de can palet i ca n'anglada a través d'una geografia de la proximitat. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona.
- Ellin, N. (2003). Fear and city building. *The Hedhehog Review*, 43-61.
- Engels, F. (2005 [1845]). *The Condition of the Working Class in England*. London: Penguin Books.
- Estevens, A. (2011). An analysis of urban social conflict in the post-industrial city. In *Understanding the Post-Industrial City*. Weimar.
- Estevens, A. (2011). Xino e underground ou o Raval dos artistas? Repensar a geografia para novos desafios. In *VIII Congresso da Geografia Portuguesa – Repensar a geografia para novos desafios (CD-ROM)*, Lisboa.
- Estevens, A. (2013). A cidade tem praças de palavras abertas. *Le Monde Diplomatique – edição portuguesa*, nº 83, Setembro.
- Estevens, A., & André, I. (2012). A cidade inquieta. Crise, conflito e inovação sócio-territorial. *Respuesta de la Geografia Ibérica a la crise actual*. s/p. Santiago de Compostela.
- Estevens, A., André, I., & Gabriel, L. (2013). *Occupying Lisbon: the paths and places of political demonstrations in Europe, what's next? Changing geographies and geographies of change*. University of Rome La Sapienza, s/p.
- Fernandes, A. (1993). Conflitualidade e movimentos sociais. *Análise Social*, XXVIII (123-124), 787-828.
- Fernandes, A. (1998). *O Estado Democrático e a Cidadania*. Porto: Edições Afrontamento.
- Fernández, J., Sevilla, C., & Urbán, M. (2012). *Ocupemos el mundo! Occupy the world!* Barcelona: Icaria Editorial.

- Ferrão, J. (2004). Área Metropolitana de Lisboa. Gentes, Paisagens e Lugares. Lisboa: Área Metropolitana de Lisboa.
- Florida, R. (2003). Cities and the Creative Class. *City & Community*, 2 (1), 3-19.
- Florida, R. (2005). *The Flight of the Creative Class: The New Global Competition for Talent*. New York: HarperCollins.
- Fonseca, G. (11 de 2 de 2013). «City Branding»: uma marca para a cidade de Lisboa. (l. d. <http://imagensdemarca.sapo.pt/atualidade/city-branding-uma-marca-para-a-cidade-de-lisboa/>, Entrevistador)
- Fonseca, L., & Silva, S. (2010). Saúde e Imigração: Utentes e Serviços na Área de Influência do Centro de Saúde da Graça. Lisboa: ACIDI.
- Fonseca, M. L. (2008). Imigração, diversidade e novas paisagens étnicas e culturais. In M. F. Lages, & A. T. Matos, Portugal, percursos de interculturalidade, contextos e dinâmicas, vol. II (pp. 49-96). Lisboa: ACIDI.
- Fonseca, M. L., & et al. (2011). Imigração, diversidade e política cultural em Lisboa (Working Paper 6). Lisboa: CEG - MIGRARE.
- Fontan, J., Klein, J., & Tremblay, D. (2005). *Innovation socioterritoriale et reconversion économique. Le cas de Montréal*. Paris: L'Harmattan, collection Géographies en liberté.
- Fortuna, C. (1997). *Cidade, cultura e globalização*. Oeiras: Celta.
- Fortuna, C. (2001). Cidade e Metrópole: Identidades Culturais. In M. Pinheiro, & L. Baptista, *Cidade e Metrópole* (pp. 171 - 173). Oeiras: Celta.
- Fortuna, C. (2012). Henri Lefebvre e o direito à cidade. Uma apresentação. In H. Lefebvre, *O direito à cidade* (pp. 5-14). Lisboa: Letra Livre.
- Fortuna, C., & Leite, R. P. (2009). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina.
- Foucault, M. (1975). *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Gallimard.

- Foucault, M. (1991). *Discipline and Punish*. London: Penguin Books.
- França, J.-A. (1991). *A arte em Portugal no século XX (1911-1961)*. Lisboa: Bertrand.
- Franco, N. (2013). *Mouraria*. (A. Esteves, Entrevistador)
- Freire, J., & Lousada, M. A. (2013). *Roteiros da Memória Urbana*. Lisboa. Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX. Lisboa: Edições Colibri.
- Fronteiras, S. d. (s.d.). Autorização de residência para actividade de investimento. Obtido de <http://www.sef.pt/documentos/56/ARIPT2.pdf>
- Frúgoli Jr., H. (2014). Festas populares em Lisboa: uma etnografia a partir do Bairro Alto. *Etnográfica*, vol. 18 (1), 77-98.
- Gabriel, P. (1992). *Gran Enciclopèdia Catalana*. Barcelona: Enciclopèdia Catalana.
- Garcés, M. (2013). *Un Mundo Común*. Barcelona: Edicions Bellaterra.
- Garnier, J. (2006). *Contra los territorios del poder. Por un espacio público de debates y...de combates*. Barcelona: Virus Editorial.
- Gaspar, J. (1985). A cidade portuguesa na Idade Média. Aspectos da estrutura física e desenvolvimento funcional. *La Ciudad Hispánica*. Editorial de la Universidad Complutense, 133-147.
- Gésero, P. (2011). *Configuração da Paisagem Urbana pelos Grupos de Imigrantes. O Martim Moniz na Migrantscape de Lisboa*. (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Faculdade de Arquitectura da UTL.
- Gésero, P. (2012). O Espaço é o Lugar: O Martim Moniz na Migrantscape. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 163-184.
- Gold, J. A. (2003). Exploring landscapes of fear: marginality, spectacle and surveillance. *Capital & Class*, 80, 27-50.
- Gomà, R., & Rosetti, N. (1998). *Análisis de una política de regeneración urbana: el caso de la Ciutat Vella*. Barcelona: Universitat de Barcelona.

- Gonçalves, C. (2012). Transformações na configuração e apropriação da casa. Estudo de um edifício da transição para o século XX do Bairro Camões, em Lisboa (Dissertação de mestrado). Lisboa: Instituto Superior Técnico. UTL.
- González, M. F. (2012). Matar al 'Chino'. Entre la revolución urbanística y el asedio urbano en el barrio del Raval de Barcelona. Barcelona: Tesis doctoral en Antropología Social i Cultural. Universitat de Barcelona.
- Gouldner, A. (1979). The Future of Intellectuals and the Rise of the New Class. New York: Seabury Press.
- Gramsci, A. (1971). Selection from the prison. Notebooks. London: Lawrence and Wishart.
- Guardian, (15 de 8 de 2011). David Cameron on riots: broken society is top of my political agenda. Obtido em 2011, de <http://www.theguardian.com/uk/2011/aug/15/david-cameron-riots-broken-society>
- Guerra, I. (2003). Polémicas e modelos para uma sociologia de intervenção. Cadernos de Estudos Africanos, 71-84.
- Guerreiro, A. (2008). Apresentação. In R. M. Cardoso, Política. Agamben. Marramao. Rancière. Sloterdijk. (pp. 13-21). Porto: Fundação Serralves.
- Guindi, F. E. (1998). From pictorializing to visual anthropology. New Delhi: Altamira Press.
- Guschker, S. (2000). Picture world and reality of life – a sociological study about the role of private photos for the meaningfulness of identity. Ph.D. dissertation, Germany.
- Habermas, J. (1975). Legitimation Crisis. Boston: Beacon Press.
- Habermas, J. (1986). Autonomy and Solidarity. In P. Dews, Interviews. London: Verso.
- Hall, P. (2006). Ciudades del mañana. Historia del urbanismo en el siglo XX. Barcelona: Ediciones del Serbal.

- Halsey, A. H., & Trow, M. A. (1971). *The British Academics*. London: Faber and Faber.
- Hardt, M., & Negri, A. (2004). *Multitudes*. Ed La Découvert.
- Harper, D. (1987). *Working Knowledge: Skill and Community in a Small Shop*. Chicago: The University of Chicago.
- Harper, D. (2002). Talking about pictures : a case for photo elicitation. *Visual Studies*, vol. 17, No.1, 13-26.
- Harvey, D. (11 de 8 de 2011). *Feral Capitalism Hits the Streets*. Obtido em 2011, de <http://davidharvey.org/2011/08/feral-capitalism-hits-the-streets/>
- Harvey, D. (1989). From Managerialism to Entrepreneurialism: The Transformation in Urban Governance in Late Capitalism. *Geographical Annuals*, 3-17.
- Harvey, D. (1989). *The condition of postmodernity: An enquiry into the origins of cultural change*. Oxford: Basil Blackwell.
- Harvey, D. (1996). *Justice, Nature and the Geography of Difference*. Cambridge: Blackwell.
- Harvey, D. (2000). *Spaces of hope*. Edinburgh University Press: Edinburgh.
- Harvey, D. (2001). The art of rent: the globalization and the commodification of culture. In *Spaces of capital*. New York: Routledge.
- Harvey, D. (2003). *The new imperialism*. New York: Oxford University Press.
- Harvey, D. (2005). El arte de la renta: la globalización y la mercantilización de la cultura. In D. Harvey, & N. Smith, *Capital financiero, propiedad inmobiliaria y cultura* (pp. 29-57). Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona e Museu d'Art Contemporani de Barcelona.
- Harvey, D. (2007). *The limits to capital*. London: Verso.
- Harvey, D. (2011). *Feral Capitalism Hits the Streets*. Obtido de Reading Marx's Capital with David Harvey: <http://davidharvey.org/2011/08/feral-capitalism-hits-the-streets/>.

- Harvey, D. (2012). *Rebel cities. From the Right to the City*. London: Verso.
- Heimeyer, W., & Hagan, J. (2003). *International Handbook of Violence Research*. Netherlands: Kluwer Academic Publishers.
- Hessel, S. (2011). *Indignaos!* Barcelona: Ediciones Destino.
- Hobsbawm, E., & Ranger, T. (1980). *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Holston, J. (1995). Espaços de cidadania insurgente. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, 243-253.
- Horta, G. (2010). *Rambla del Raval de Barcelona. De apropiaciones viandantes procesos sociales*. Barcelona: El viejo topo.
- Ianni, O. (1999). *La era del globalismo*. México: Siglo XXI.
- Indovina, F. (2001). Geologia da Insegurança Urbana: A Construção Social do Medo nas Cidades. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 2, 19-31.
- Instituto da Segurança Social, I. (2013). *Guia Prático - Rendimento Social de Inserção*. Lisboa: ISS.
- Jacobs, J. (1961). *The Death and Life of Great American Cities*. New York: Modern Library Edition.
- James, O. (2011). *The riots are a catastrophe*. London: Labour list.
- Jeudy, H. P., & Jacques, P. (2006). *Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais*. Salvador: EDUFBA - PPG-AU/ FAUFBA.
- Jones, O. (2011) A ordem moral britânica contra a «escumalha». In *Le Monde Diplomatique – edição portuguesa*. 20-21.
- Júdice, M. (2011). *Festival TODOS*. (CML, Entrevistador)
- Katz, H. (2010). Um outro caminho para a dança. *Revista pessoas e lugares*.

- Klein, J.-L. (2013). Pour une nouvelle mondialisation: Le défi d'innover (Innovation sociale). Montreal: Presses de Université du Quebec.
- Klein, J.-L., & Harrisson, D. (2011). L' innovation sociale. Émergence et effets sur la transformation des sociétés. Québec: Presses de l'Université du Québec.
- Knox, P. a. (2006). Urban Social Geography: An Introduction. London: Pearson Education Limited.
- Landry, C., & Bianchini, F. (1995). The Creative City. London: Demos.
- Laranjeiro, C., & Vasconcelos, C. (2012). Imagens, memórias e histórias ou o que significa dizer "Eu sou da Mouraria". Cadernos de Arte e Antropologia, Vol. 1, No 1, 41-52.
- Ledrut, R. (1980). Espaces et sociétés. Paris: L' Harmattan .
- Lefèbvre, H. (1986). La production de l'espace. Paris: Anthropos.
- Lefèbvre, H. (1991). The production of space. UK: Blackwell Publising.
- Lefèbvre, H. (2008). Critique of everyday life. vol. III. From modernity to modernism. London: Verso.
- Lemos, M. (2013). Corpo Resistente na Urbe - C.R.U. Lisboa.
- Lerberghe, D. (8 de Maio de 2014). Obtido de What is MyNeighbourhood ... ever wander ?: <http://my-neighbourhood.eu/category/lisbon/>
- Lisboa, C. M. (1950). Anais do Município de Lisboa. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Lobo, M. S. (1995). Planos de Urbanização. A época de Duarte Pacheco. Lisboa: DGOTDU .
- Loftus, A. (s/d). Democratic Interventions into the Urbanisation of Nature. Obtido em 2013, de artsite: [http://www.artsite.org.uk/Alex Loftus - Democratic Interventions into the Urbanisation of Nature.pdf](http://www.artsite.org.uk/Alex_Loftus_-_Democratic_Interventions_into_the_Urbanisation_of_Nature.pdf) (trad. castelhana)

- Lopes, J. G. (2010). Discursos de Cidade. Lisboa anos 80 (Dissertação de mestrado). Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- Louçã, J. (2009). Mouraria. Lisboa: c.e.m. - centro em movimento.
- Low, S. (1997). Urban Fear: Building the Fortress City. *City & Society*, 9, 1, 53-71.
- Low, S. (1999). Introduction: Theorizing the City. In S. Low, *Theorizing the City: The New Urban Anthropology Reader* (pp. 1-33). London: Rutgers University Press.
- Lukács, G. (1978). As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Temas de Ciências Humanas* nº 4, 1-18.
- Lukács, G. (1979). Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Edições Ciências Humanas.
- Lusa. (2008) "Religião: Procissão de Nossa Senhora da Saúde, iniciada em 1570, sai hoje às ruas de Lisboa". (11 de Maio de 2008). Obtido de <http://expresso.sapo.pt/religiao-procissao-de-nossa-senhora-da-saude-iniciada-em-1570-sai-hoje-as-ruas-de-lisboa=f317644#ixzz2z9Qp0S8q>
- Machado da Silva, L. A. (2008). Vida sob cerco: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Malheiros, J. (2001). Arquipélagos migratórios: transnacionalismo e inovação. Lisboa: tese de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa.
- Malheiros, J. (2008). Comunidades de origem indiana na Área Metropolitana de Lisboa - iniciativas empresariais e estratégias sociais criativas na cidade. In C. R. Oliveira, & J. Rath, *Revista Migrações*, nº3 - Empreendedorismo imigrante (pp. 139-164). Lisboa: ACIDI.
- Malheiros, J., Carvalho, R., & Mendes, L. (2012). Etnicização residencial e nobilitação urbana marginal: processo de ajustamento ou prática emancipatória num bairro do centro histórico de Lisboa? *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 97-128.

- Mapril, J. (2010). Banglapara: imigrações e (in)formalidades em Lisboa. *Etnográfica*, 14 (2), 243-264.
- Marcuse, H. (2007). *A dimensão estética*. Lisboa: Edições 70.
- Marcuse, P., & Van Kempen, R. (2000). *Globalizing Cities: A New Spatial Order?* Oxford: Blackwell.
- Markusen, A. (2006). Urban development and the politics of a creative class: evidence from a study of artists. *Environment and Planning*, 38(10), 1921-1940.
- Marques, A. H. (2003). Enquadramento Histórico. In J. A. Tenedório, *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa* (pp. 15-27). Lisboa: Área Metropolitana de Lisboa.
- Martins, A. (s/d). Do Hospital Real de Todos os Santos até ao Hospital de S. José. Obtido de <https://sites.google.com/site/augustomartinsortopedia/hospital-s-jos%C3%A9>
- Marx, K. (1844). *Economic and Philosophic Manuscripts*. <https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/Economic-Philosophic-Manuscripts-1844.pdf>.
- Marx, K. (1847). *Wage Labour and Capital*. <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1847/wage-labour/intro.htm>.
- Marx, K. (1997). *O capital*. Lisboa: Edições «Avante!».
- Marx, K., & Engels, F. ([1848] 2001). *Manifiesto comunista*. Madrid: Alianza.
- Massey, D. (2005). *For space*. New York: SAGE Publications.
- Matos, J. L. (1999). *Lisboa Islâmica*. Lisboa: Instituto Camões.
- Matta, R. d. (1978). *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- Mela, A. (1999). *A sociologia das cidades*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Mena, F. a.-V. (2006). La inseguridad en la ciudad: hacia una comprensión de la producción social del miedo. *EURE (Santiago)*, 32, 97, 7-16.

- Meneses, J. (2013). Mouraria. (A. Estevens, Entrevistador)
- Menezes, M. (1994). Ecologia social e reabilitação urbana. Curso de introdução à reabilitação urbana. ITECS 26.
- Menezes, M. (2001). Análise ao uso e à apropriação do espaço residencial. Lisboa: LNEC.
- Menezes, M. (2003). Mouraria: entre o mito da Severa e o Martim Moniz - Estudo antropológico sobre o campo de significações imaginárias de um bairro típico de Lisboa. Lisboa: LNEC.
- Menezes, M. (2004). Mouraria, Retalhos de um Imaginário: significados urbanos de um bairro de Lisboa. Oeiras: Celta Editora.
- Menezes, M. (2005). Património Urbano: por onde passa a sua salvaguarda e reabilitação? Uma breve visita à Mouraria. Cidades - Comunidades e Territórios. nº11, 65-82.
- Menezes, M. (2011). 'TODOS' na Mouraria? Diversidades, desigualdades e diferenças entre os que vêm ver o bairro, nele vivem e nele querem viver. XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais - CONLAB, 1-16.
- Menezes, M. (2012). Sobre a intervenção socio-urbanística na cidade consolidada. O caso da Mouraria em Lisboa. Jornadas LNEC - cidades e desenvolvimento, s/p.
- Menezes, M. (jul./dez. 2009). A praça do Martim Moniz: etnografando lógicas socioculturais de inscrição da praça no mapa social de Lisboa. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, 301-328.
- Mirzoeff, N. (2013). Espacios Compartidos. (P. S. www.publicspace.org/es/post, Entrevistador)
- Montaner, J., & Muxí, Z. (2011). Arquitectura y Política. Ensayos para mundos alternativos. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Morley, J. (1917). On Compromise. London: Chapman and Hall.

- Morris, W. (1882). The prospects of architecture in civilisation. In W. Morris, Hopes and fears for art . Marxists Internet Archive | <https://www.marxists.org/>.
- Moulaert, F. (2000). Globalization and Integrated Area Development in European Cities. Oxford University Press: Oxford.
- Moulaert, F. et al. (2005). Towards Alternative Model(s) of Local Innovation. Urban Studies, 42 (11), 1969–1990.
- Nel.lo, O. (2010). Barcelona - Raval. (A. Estevens, Entrevistador)
- Neuparth, S. (2010). Lisboa que amanhece. Revista CAIS #149: Fevereiro | Março , 22-37.
- Neuparth, S. (2014). Mouraria. (A. Estevens, Entrevistador)
- Neuparth, S., & Greiner, C. (2011). Arte Agora. Pensamentos enraizados na experiência. São Paulo: Annablume.
- Novy, A. (2010). Unequal diversity: on the political economy of social cohesion in Vienna. In: . European Urban and Regional Studies 8.
- Oberschall, A. (1978). Theories of Social Conflict. Annual Review of Sociology, 4, 291-315.
- Oliveira, C. R., & Rath, J. (2008). Revista Migrações, nº3 - Empreendedorismo imigrante. Lisboa: ACIDI.
- Oliveira, N., & Padilla, B. (2012). A diversidade como elemento de desenvolvimento/atração nas políticas locais urbanas: contrastes e semelhanças celebração intercultural. Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 129-162.
- Panelli, R. (2004). Social Geographies. London: Sage Publications.
- Participa, L. (8 de Junho de 2012). Projeto OP “Há Vida na Mouraria” em execução.
Obtido de

http://www.lisboaparticipa.pt/pages/noticias.php/A=139___collection=cml_news

- Pasquinelli, M. (2008). *Animal Spirits: A Bestiary of the Commons*. Rotterdam: NAI Publishers.
- Pasquinelli, M. (2008). Guerra civil imaterial: protótipos de conflito dentro do capitalismo cognitivo. *Lugar Comum* nº25-26, 121-135.
- Peck, J. (2005). Struggling with the Creative Class. *International Journal of Urban and Regional Research*, 29(4), 740-770.
- Peet, R. (1998). *Modern Geographical Thought*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Pellejero, E. (2010). A luta sem futuro de revolução. *Cadernos de subjectividade*, 152-159.
- Pereira, N. T. (1994). Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930. A promoção privada de alojamento operário. *Análise Social*, vol XXIX (127), 509-524.
- Peres, D. (1933). *História de Portugal*, volume V. Porto: Edição Monumental da Portucalense Editora.
- Pinho, A. (2009). *Conceitos e políticas europeias de reabilitação urbana. Análise da experiência portuguesa dos Gabinetes Técnicos Locais*. Lisboa: Instituto Superior Técnico [dissertação de doutoramento].
- Pink, S. (2009). *Doing visual ethnography*. CA: Sage.
- Planes, N., & et al. (2012). Raval. (A. Estevens, Entrevistador)
- Pombo, R. (1952). *Cinzas de Lisboa*. Lisboa: Empresa da Revista '1640'.
- Pratt, A. (2008). Creative cities: the cultural industries and the creative class. *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*, 90(2), 107-117.
- Pujol, E. (2011). Raval. (A. Estevens, Entrevistador)

- Pujol, E., & Vila-Puig, J. (2013). Prácticas artísticas colaborativas. (S. |. <http://subtramas.museoreinasofia.es/es/entrevistas/eje/1/sitesize,> Entrevistador)
- Rancière, J. (2007). Será que a arte resiste a alguma coisa? In D. Lins, Nietzsche/Deleuze: arte, resistência. Rio de Janeiro e Fortaleza: Forense Universitária e FCET.
- Reuters. (9 de 8 de 2011). London rioters point to poverty and prejudice. Obtido em 2011, de <http://uk.reuters.com/article/2011/08/09/uk-britain-riot-contrast-idUKTRE7785XQ20110809>
- Rex, J. (1981). Social conflict: a conceptual and theoretical analysis. London: Longman.
- Ribeiro, F. (17 de Abril de 2013). Edifício municipal vai abaixo para dar lugar à Praça da Mouraria. Obtido de <http://ocorvo.pt/2013/04/17/edificio-municipal-vai-abaixo-para-dar-lugar-a-praca-da-mouraria/>
- Rius, J. &. (2003). Del Xino al Raval. Barcelona: Hacer Editorial.
- Rodrigues, E. (1999). A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal. Sociologia, 9, 63-101.
- Rodrigues, J. A. (1970). Ecologia urbana de Lisboa na 2ª metade do século XVI. Análise Social, VIII, 29, 96-115.
- Rodrigues, L. (1999). Movilidad Social o Trayectorias de clase? Madrid: CIS.
- Rolnik, S. (2010). Políticas da hibridação: evitando falsos problemas. Cadernos da Subjectividade. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjectividade, Pontifícia Universidade, Católica de São Paulo, pp. 14-21.
- Rosas, F. (2007). Lisboa Revolucionária 1908-1975. Lisboa: Tinta da China.
- Rotation, L. H. (2012). EXT. 08 Gentrificación no se un nombre de señora. Madrid: Bellas Artes. Universidad Complutense de Madrid.
- Ruiz, A. G. (2013). La gobernanza del miedo. Barcelona: Proteus.

- Sahlins, M. (2006). The Original Affluent Society. In J. Solway, The Politics of Egalitarianism: Theory and practice (pp. 79-98). NY: Berghahn Books.
- Said, E. (1994). Representations of the Intellectual. London: Vintage.
- Said, E. (2002). 'We' know who 'we' are. London Review of Books, Vol. 24 No. 20, 23-25.
- Salgueiro, T. B. (1992). A cidade em Portugal - Uma geografia urbana. Edições Afrontamento: Porto.
- Salgueiro, T. B. (1997). Lisboa, metrópole policêntrica e fragmentada. Finisterra, XXXII, 63, 179-190.
- Salgueiro, T. B. (1998). Cidade pós-moderna: o espaço fragmentado. Revista Território, ano III, nº 4, jan/jun, 39-53.
- Salgueiro, T. B. (2005). A cidade como ambiente. In C. Medeiros, Geografia de Portugal: Sociedade, Paisagens e Cidades (pp. 274-303). Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- Sampson-Cordle, A. (2001). Exploring the relationship between a small rural school in Northeast Georgia and its community: an imagebased study using participant-produced photographs. University of Georgia.
- Santos, M. (1998). No globalitarismo, as grandes empresas é que fazem a política. Revista Caros Amigos, s/p.
- Sassen, S. (2009). Intervenciones públicas en ciudades masivas hoy. Obtido em 2013, de madridabierto: <http://madridabierto.com/es/textos/2009/realizar-intervenciones-publicas-las-grandes-ciudades-hoy.html>
- Schafer, R. M. (2001). A afinação do mundo. São Paulo: UNESP.
- Sennett, R. (1992). The Fall of Public Man. London: W.W. Norton and Company .
- Sennett, R. (2001). A corrosão do carácter. As consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Lisboa: Terramar.

- Sharpe, W., & Wallock, L. (1987). The visions of the modern city. Johns Hopkins University Press: London.
- Sieber, T. (2008). Ruas da Cidade e Sociabilidade Pública: Um Olhar a Partir de Lisboa. In G. Cordeiro, & F. Vidal, A Rua - Espaço, Tempo, Sociabilidade (pp. 47-64). Lisboa: Livros Horizonte.
- Silva, F. C. (2001). Habermas e a esfera pública: reconstruindo a história de uma ideia. Sociologia, Problemas e Práticas nº 35, 117-138.
- Silva, M. (2013). Mouraria. (A. Estevens, Entrevistador)
- Silvano, F. (2010). Antropologia do espaço. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Simmel, G. (1955). Conflict. The web of group-affiliations. New York: Free Press.
- Simmel, G. (1986). Sociología. Madrid: Alianza Editorial.
- Simmel, G. (1997). A metrópole e a vida do espírito. In C. Fortuna, Cidade, cultura e globalização (pp. 31-43). Oeiras: Celta.
- Simmel, G. (2010). El conflicto. Sociología del antagonismo. Madrid: Ediciones sequitur.
- Simonsen, K. (1996). What kind of space in what kind of social theory? Progress in Human Geography, 20, 4, 494-512.
- Simplício, S. (2013). Esta Mouraria dos contrastes. Jornal Rosa Maria nº5, 2-3.
- Smith, N. (1984). Uneven Development: nature, capital and the production of space. Oxford: Blackwell.
- Smith, N. (2005). El redimensionamiento de las ciudades: la globalización y el urbanismo neoliberal. In D. Harvey, & N. Smith, Capital financiero, propiedad inmobiliaria y cultura (pp. 59-78). Barcelona: MACBA / UAB, Universitat Autònoma de Barcelona.
- Smith, N. (2009). Son los museos tan solo un vehículo al servicio del desarrollo inmobiliario? In E. (. Capdevila (Ed.), Ideas recibidas. Un vocabulario para la cultura artística contemporánea. (pp. 130-149). Barcelona: MACBA.

- Sorel, G. (1950). *Reflections on Violence*. New York: The Free Press.
- Sousa Santos, B. (2005). *Fórum Social Mundial: Manual de Uso*. Porto: Afrontamento
- Sousa Santos, B. (29 de Dezembro de 2012). O Estado social, Estado providência e de bem-estar. *Diário de Notícias*, p. s/p.
- Sparks, R. et al (2001). Fear and everyday urban lives. *Urban Studies*, 885-898.
- Steiger, R. (1995). First children and family dynamics. *Visual Sociology* 10(1/2), 28–49.
- Subirats, J., & Rius, J. (2008). *Del Xino al Raval: Cultura i transformacio social a la Barcelona central*. Barcelona: Editorial Hacer.
- Suchar, C., & Rotenberg, R. (1994). Judging the adequacy of shelter: a case from Lincoln Park. *Journal of Architectural and Planning Research*, 149-165.
- Sudjic, D. (2006). *The Edifice Complex: How the Rich and Powerful, and Their Architects, Shape the World*. London: Penguin.
- T., B. (1989). *Academic Tribes and Territories: Intellectual Enquiry and the Culture of Disciplines*. Milton Keynes: Open University Press.
- Theros, X. (2012). Las espaldas de las ciudades. In C. Bautista, *Raval* (pp. 149-153). Barcelona: Ajuntament de Barcelona.
- Tonkiss, F. (2005). *Space, the city and social theory*. Cambridge: Polity Press.
- Tostões, A. (2008). Precusores do Urbanismo e da Arquitectura Modernos. In A. Tostões, & W. Rossa, *Lisboa 1758, O Plano da Baixa Hoje (Catálogo da exposição)* (pp. 169-229). Lisboa: Edição Câmara Municipal de Lisboa.
- Touraine, A. (1994). *Crítica da Modernidade*. Lisboa: Piaget.
- Touraine, A. (2009). *Pensar outramente. O discurso interpretativo dominante*. Petrópolis: Editora Vozes.

- Toussaint. (2012). La indignación mundial y su marco internacional. In J. Fernández, C. Sevilla, & M. Urbán, *Ocupemos el mundo! Occupy the world!* (pp. 27-40). Barcelona: Icaria Editorial.
- Traquino, M. (2011). Considerações sobre uma arte fora do mercado. In S. Neuparth, & C. Greiner, *Arte Agora. Pensamentos enraizados na experiência* (pp. 119-123). São Paulo: Annablume.
- Uldemollins, J. R. (2008). Los barrios artísticos como base local de la cultura global. *Revista Internacional de Sociología*, Vol. LXVI, nº 51, 179-205.
- Urry, J. (1995). *Consuming Places*. London: Routledge.
- Ursic, M. (2012). Revitalização cultural de cima para baixo. Bens culturais escondidos e a reabilitação da antiga Fábrica Rog. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 141-166.
- Vidal, J. A., Palahí, F. M., & Ferrer, X. S. (1980). El Raval. *Història d'un barri servidor d'una ciutat*. Barcelona: Associació de Veïns del Districte Vè.
- Vilela, E. (2000). Corpos Inabitáveis. *Errância, Filosofia e Memória*. *Enrahonar* 31, 35-52.
- Virno, P. (2003). *Gramática de la multitud*. Madrid: Traficantes de Sueños.
- Wacquant, L. (2000). *As Prisões da Miséria*. Oeiras: Celta.
- Wacquant, L. (2003). Une expérience de sociologie charnelle. *Solidarités*, 29 (Junho), 18-20.
- Wacquant, L. (2008). Relocating Gentrification: The Working Class, Science and the State in Recent Urban Research. *International Journal of Urban and Regional Research*, Volume 32.1 March , 198–205.
- Wagner, J. (1978). Perceiving a planned community. In J. Wagner, *Images of Information* (pp. 85 – 100). Beverly Hills: Sage Publishers.
- Wallerstein, I. (2004). *World-Systems Analysis: An Introduction*. Durham: Duke University Press Books.

Walter, B. (1990). Crítica da violência: crítica do poder. *Revista Religião e Sociedade*, 132-140.

Wirth, L. (1997). O urbanismo como modo de vida. In C. Fortuna, *Cidade, cultura e globalização* (pp. 45-65). Oeiras: Celta.

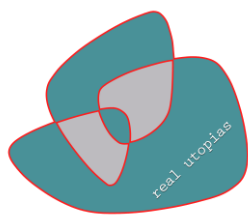
Zizek, S. (2008). *Violência*. Lisboa: Relógio D'água editores.

Zukin, S. (1995). *The Cultures of Cities*. Cambridge: Blackwell.

(s.d.). Obtido de <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RecursosInformativos/Biografias/Textos/RessanoGarcia.pdf>

(Sitesize), E. P.-P. (2013). *Prácticas artísticas colaborativas*. (S. |. <http://subtramas.museoreinasofia.es/es/entrevistas/eje/1/sitesize>, Entrevistador)

ANEXO



RUcaS | Utopias Reais em Espaços Socialmente Criativos



IGOT
INSTITUTO DE GEOGRAFIA E
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Data: ____/____/____

Área de inquirição: _____

Entrevistador: _____

O INQUÉRITO DESTINA-SE A PESSOAS RESIDENTES NO BAIRRO DA MOURARIA

Muito Bom Dia/ Boa tarde

Somos da Universidade de Lisboa / Instituto de Geografia e do Ordenamento do Território. Estamos a fazer um estudo académico sobre atividades criativas e culturais em vários sítios, entre os quais também aqui o VA, pelo que muito gostaríamos de contar com a sua opinião. Este inquérito não lhe tomará muito tempo e é confidencial. Podemos contar com a sua colaboração?

MUITO OBRIGAD@! 😊

1. Sexo: Masc (1) ____ | Fem (2) ____

2. Qual o seu ano de nascimento? _____

3. Sempre viveu aqui na Mouraria?

Não (1) ____ | Sim (2) ____

3.1.(se Não) ...

3.1.1. Há quanto tempo vive na Mouraria? _____ (anos)

3.1.2. Onde vivia antes? _____
(concelho ou país, se no estrangeiro)

4. Onde nasceu? _____
(concelho ou país, se no estrangeiro)

5. Exerce ou já exerceu alguma profissão? Qual?

6. Qual a sua condição perante o trabalho? *(escolher apenas uma opção e marcar uma cruz)*

(1)	Trabalhador/a por conta própria		(5)	Domestica	
(2)	Trabalhador/a por conta de outrem		(6)	Reformado/a / Pensionista	
(3)	Desempregado/a		(7)	Outra (Qual?) _____	
(4)	Estudante		(9)	NResponde	

7. Se estuda ou trabalha, onde realiza a sua atividade? _____
(concelho)

8. Qual o seu grau de instrução? *(escolher apenas uma opção e marcar uma cruz)*

(1)	nenhum		(6)	Ensino Profissional	
(2)	1º ciclo - primária (15ª classe)		(7)	Ensino Médio	
(3)	2º ciclo – preparatório (6ª ano)		(8)	Ensino Superior	
(4)	3º ciclo – (9º ano)		(9)	Outro (Qual?) _____	
(5)	Secundário - antigo 7º ano do liceu ou 12º ano		(99)	NResponde	

9. Quantas pessoas fazem parte do seu agregado doméstico (vivem consigo)? o/a próprio/a + _____

10. Que idade e parentesco consigo têm as pessoas com quem vive?

Pessoa	Parentesco com o/a inquirido/a (pode ser 'nenhum parentesco')	Idade
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		

Cod. Tipo agregado

Como sabe, vivem e trabalham artistas na Mouraria e ocorrem também atividades artísticas e culturais.

11. Costuma ter conhecimento destas atividades? Não (1) ____ | Sim (2) ____

12. (se Sim) Como é que costuma ter conhecimento das atividades artísticas e culturais que aqui acontecem? *(primeiro fazer a pergunta livre e depois correr cada uma das hipóteses para recolher sim ou não)*

Cód	Através de...	Não (1)	Sim (2)
13.1.	Informação disponível nos espaços públicos		
13.2.	Agenda cultural da Câmara Municipal		
13.3.	Associações/grupos/escolas		
13.4.	Rádios regionais		
13.5.	Internet /sites/blogs		
13.6.	Familiares, vizinhos, amigos		
13.7.	Contacto directo com os artistas/ participantes		
13.8.	Outro (Qual?) _____		

13. Em 2012, participou em atividades artísticas e culturais aqui no VA?

Não (1) ____ porque: _____

Sim (2) ____

14. (se Sim) Em que tipo de atividades participou?

Cód	Atividade	14 A – Na Mouraria			14 B - E fora da Mouraria?
		Como espectador	Como interveniente	Como dinamizador	
14.1	Cinema				
14.2	Espectáculos Musicais				
14.3	Festas Anuais				
14.4	Rádio				
14.5	Ateliers de dança				
14.6	Progr. Educativo da Fund. Serralves				
14.7	Workshops (Qual / Quais?) _____				
14.8	Intercâmbios (Qual / Quais?) _____				
14.9	Iniciativas de Rua (Qual / Quais?) _____				
14.10	Atividades nas escolas, colectividades e/ou associações locais (Qual / Quais?) _____				
14.11	Participação em grupos ou iniciativas (formais ou informais) específicas (Qual / Quais?) _____				
14.12	Iniciativas promovidas pela IBC (Qual				

	/ Quais?) _____				
14.13	Outras (Qual / Quais?) _____				
14.14					

15. Das atividades que assinalou (na Mouraria), indique aquela que traz mais valia (é mais importante) para a Mouraria:

 Porquê? _____

16. Já deixou de assistir/participar em alguma atividade (na Mouraria) por não ter conhecimento em tempo útil?
 Não (1) ____ | Sim (2) ____

17. As crianças ou jovens da sua família (irmãos, filhos, sobrinhos e netos), participam nalguma atividade artística e/ou cultural na Mouraria?

(1) Não; (2) Sim. Quais? _____

18. Na sua opinião porque é que os artistas vêm para a Mouraria? (O QUE DÁ A MOURARIA AOS ARTISTAS)

19. Conhece alguns dos artistas que residem e/ou trabalham aqui no bairro da Mouraria?

Não (1) ____ | Sim (2) ____

19.1. Que artistas conhece?

20. Já teve a oportunidade de conversar / trocar ideias com algum deles?

Não (1) ____ | Sim (2) ____

20.1. Se sim, onde? _____

21. A atividade artística desenvolvida na Mouraria tem feito a diferença para o bairro?

(O QUE DÃO OS ARTISTAS À MOURARIA)

Não (1) ____ (*Registo de Comentários*)

Sim (2) ____ (*Registo de Comentários*)

22. No que diz respeito às atividades artísticas, indique os 2 espaços/loais que considera mais importantes na Mouraria

23. No que diz respeito a lugares de referência, indique os 2 espaços/loais que considera mais importantes na Mouraria

24. Qual é, na sua opinião, o espaço/local mais bonito na Mouraria?

25. Gostava de acrescentar alguma sugestão, ideia, comentário sobre esta matéria?

MUITO OBRIGAD@!!!! 😊

Observações / Outros Registos:

(quando indexados a uma pergunta anterior, começar por referir o nº da pergunta)